

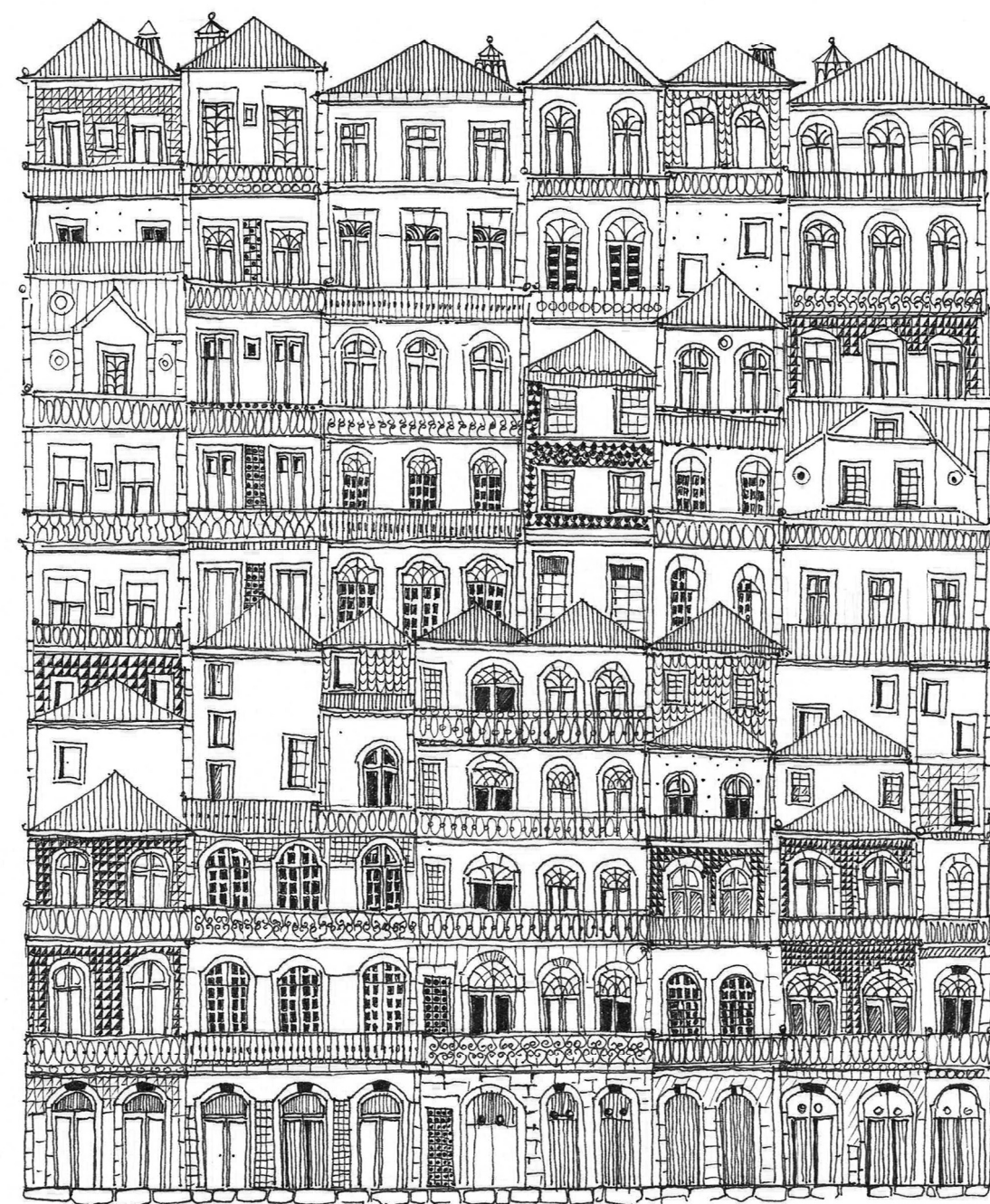


Anita Alves Pimenta

INTERVENÇÃO EM EDIFÍCIOS ANTIGOS DE ARQUITETURA CORRENTE

escola superior  gallaécia

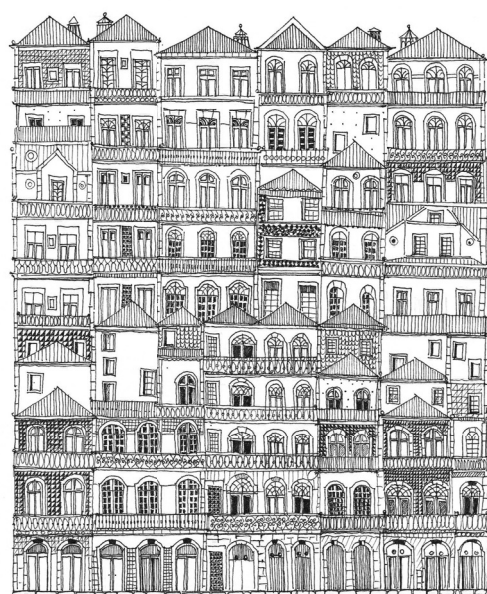
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA E URBANISMO



Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente

Anita Alves Pimenta

VILA NOVA DE CERVEIRA, SETEMBRO 2015

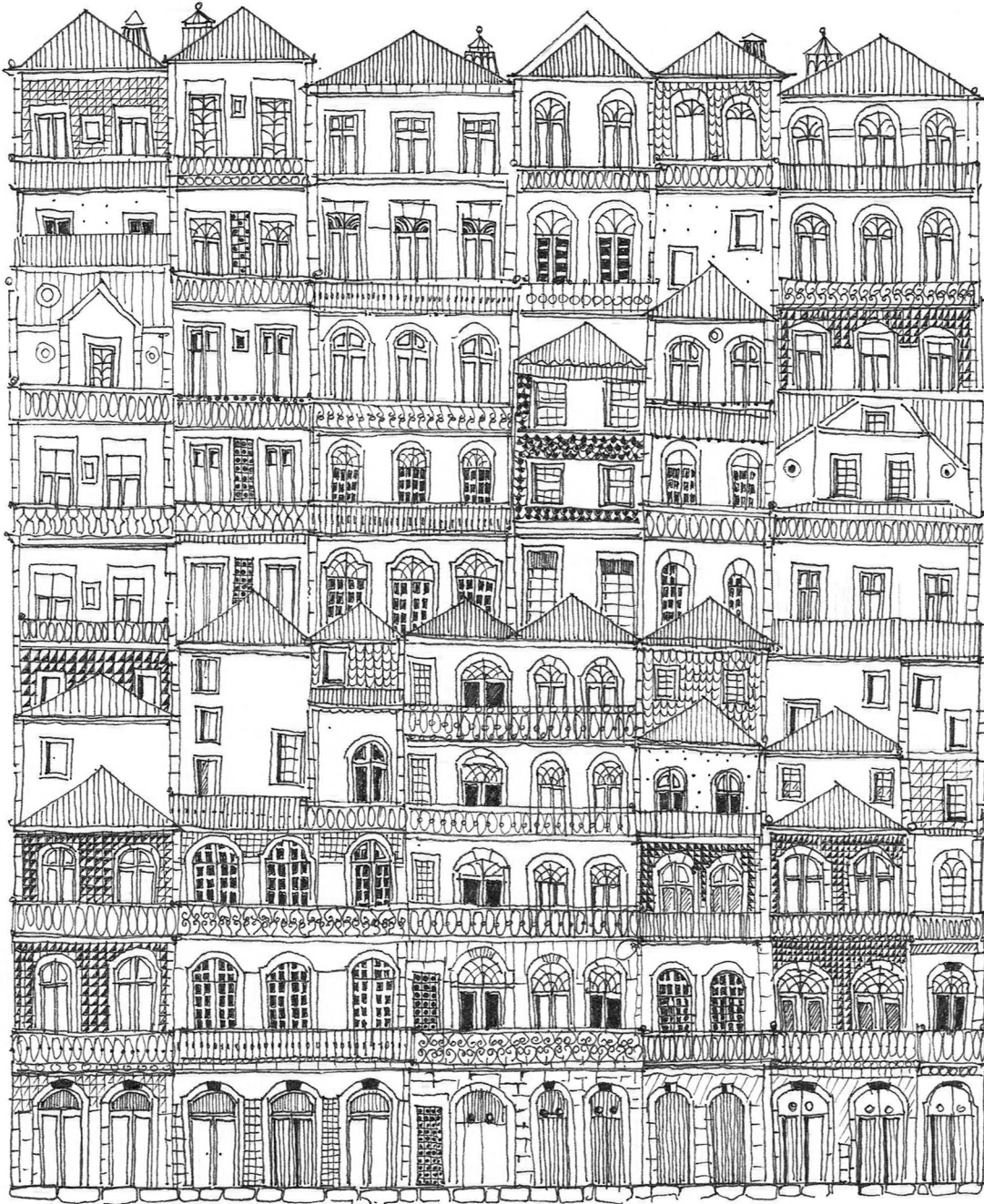


escola superior  gallaécia

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA E URBANISMO

VILA NOVA DE CERVEIRA, SETEMBRO 2015

SETEMBRO  
2015



## Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente

Anita Alves Pimenta

Orientação: Prof.<sup>ª</sup> Doutora Mariana Correia

Coorientação: Mestre Arquiteto Rui Correia

VILA NOVA DE CERVEIRA, SETEMBRO 2015

Ilustração da capa cedida pela artista  
Marta Vilarinho de Freitas

*“Por toda a Europa, os velhos bairros históricos são hoje o tesouro das cidades que o possuem.”*

Ramalho Ortigão, 1896



**PREFÁCIO** A Dissertação de Mestrado que se apresenta, integra-se na Unidade Curricular ‘A50 – Projeto – Dissertação’ do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo realizado na Escola Superior Gallaecia - Vila Nova de Cerveira. O presente trabalho é da autoria da estudante Anita Alves Pimenta, nº 576-09, desenvolvendo-se no decorrer do ano 2014 e 2015, tendo como Orientadora a Professora Doutora Mariana Correia e Coorientador o Mestre Arquiteto Rui Correia.

A investigação centra-se na ‘intervenção em edifícios antigos de arquitetura corrente’, e pretende ser um contributo para uma maior consciencialização da importância da conservação e continuidade deste património para gerações futuras, procurando dar a conhecer casos de ‘boas práticas’ e sensibilizar para as intervenções de descaracterização e destruição que têm sido recorrentes nos últimos anos em Portugal.



**AGRADECIMENTOS** Com este pequeno texto, pretende-se honrar todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento desta Dissertação de Mestrado, a quem não posso deixar de manifestar um profundo e sincero agradecimento.

À orientadora Professora Doutora Mariana Correia, agradeço a sua disponibilidade, incentivo orientação e rigor, assim como todos os conselhos e ensinamentos partilhados que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Ao coorientador Mestre Arquiteto Rui Correia, agradeço as suas sugestões e opiniões sempre úteis.

À Professora Doutora Lúcia Nunes pela disponibilidade e opiniões partilhadas no acompanhamento inicial deste trabalho.

À Arquitecta Clara Viana, pela amizade, motivação, disponibilidade, e pelos conselhos partilhados durante todas as fases deste trabalho.

Aos Arquitectos Tiago do Vale, Inês Pimentel, Paulo Moreira, Cristina Campilho e João Appleton, autores dos casos de estudo, agradeço a atenção e a disponibilidade demonstrada para a realização das entrevistas, o facto de terem facilitado o acesso às obras e à consulta de informação, sem a qual não teria sido possível realizar os objetivos propostos.

À Arquitecta Marta Vilarinho de Freitas, autora da ilustração da capa desta dissertação, agradeço pela simpatia, generosidade e interesse demonstrado em contribuir para este trabalho.

À minha família e amigos, pelo apoio incondicional e confiança, em especial aos meus pais por me terem proporcionado esta oportunidade e acreditado sempre no meu potencial. Aos meus primos, Aninhas, Daniela e Pedro, pela leitura e ajuda na revisão do texto, pela disponibilidade e acompanhamentos nas viagens realizadas aos casos de estudos, que se tornaram grandes aventuras.

Finalmente, ao meu namorado Afonso, um agradecimento muito especial por todo o carinho e compreensão, ao longo destes largos meses.

Obrigada.



**RESUMO** O edificado antigo de arquitetura corrente constitui um património de elevada relevância no contexto nacional, sobretudo pela sua presença predominante nos centros históricos. Estes edifícios possuem características construtivas específicas e são um significativo testemunho histórico da construção realizada em Portugal, nos séculos passados.

No entanto, a falta de atenção de que esta tipologia tem sido alvo, assim como, a falta de uma posição concreta sobre a sua salvaguarda, coloca em risco a sua existência, bem como, a sua preservação. Para além de problemas como o abandono e a falta de manutenção, surge outro problema derivado desta situação: qualquer intervenção que retire os edifícios do estado de ruína, é socialmente aceite como benéfica. Assim, e lamentavelmente, as intervenções de atualização a que estes edifícios estão sujeitos têm-se pautado predominantemente por abordagens que levam a uma forte descaracterização e perda dos seus valores, materializada sobretudo por ações de índole fachadista.

Perante o atual quadro de declínio habitacional, a presente dissertação é dedicada essencialmente ao estudo dos graus de intervenção, à análise de valores e significados, princípios e métodos de intervenção na tipologia habitacional antiga. A investigação tem o intuito de verificar o contributo nas intervenções, de decisões fundamentadas na Teoria da Conservação, bem como, estabelecer um conjunto de diretrizes que orientem a sua salvaguarda.

Para a concretização de uma fundamentada investigação foi realizada a revisão da literatura referente à História e à Teoria da conservação e do Restauro, o que contribuiu para uma fundamentação teórica mais criteriosa e para aclarar e estabelecer conceitos-chave para a investigação.

A análise de metodologias de intervenção e a investigação de casos práticos exemplares de boas práticas de atuação contribuíram para uma criteriosa estruturação de conteúdos. A pesquisa de campo e a realização de entrevistas aos arquitetos das intervenções selecionadas foram elementos fundamentais, sendo concluído o trabalho com uma análise crítica e reflexão sobre os resultados obtidos.

Uma intervenção prática fundamentada num saber teórico é aconselhável pela comunidade científica. A urgência de se inverter o abandono dos centros históricos não pode justificar a tomada de decisões/ações que destruam a identidade do que se pretende preservar. Por isso, a relevância no estabelecimento de decisões informadas, que priorizem a recuperação das técnicas construtivas e materiais tradicionais, adequando-os às exigências de conforto atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Património, intervenção, edifícios correntes, centros históricos, conservação.



**ABSTRACT** The current architecture of old buildings is a heritage of high relevance in the national context, particularly for its dominant presence in the historic centers. These buildings have specific building characteristics and bear significant historical evidence of portuguese construction, in past centuries.

However, the lack of attention that this typology has been targeted, as well as the lack of a concrete position for its safeguard endangers its survival, as well as its preservation. In addition to problems related with neglect and lack of maintenance, arises another problem from this situation: any intervention to remove the buildings from the state of ruin is socially accepted as valuable. So, and unfortunately, interventions to upgrade these buildings have been based mostly on approaches that lead to a strong alteration and loss of its values, embodied especially by actions of fachadism.

Given the current housing decline framework, this thesis is devoted mainly to the study of the degree of intervention, the analysis of values and meanings, principles and methods in the old housing typology. The research aims to verify the contribution of Theory of Conservation to ground decisions in conservation intervention and to establish a set of guidelines contributing for the safeguard of these buildings.

For the achievement of a reasoned research, the literature review related to the history and theory of conservation and restoration was carried out, contributing to a more thorough theoretical foundation and to clarify and establish key concepts for the research.

The analysis of intervention methodologies and the research of best practice case studies contributed to a careful content structure. The field research and the interviews with the architects of the selected interventions were key elements for the research. The work was concluded with a critical analysis and reflection on the results obtained.

A practical intervention based on theoretical knowledge is recommended by the scientific community. The urgent need to reverse the abandonment of historic centers can not justify the decisions / actions undertaken that can destroy the identity of what is intended to be preserved. Therefore, the relevancy in establishing informed decisions that prioritize the recover of traditional construction materials and techniques, adapting them to current comfort requirements.

**KEYWORDS:** Heritage, intervention, current old buildings, historic centers, conservation.



**SIGLAS E  
ABREVIATURAS**

**AIC**- American Institute for Conservation.

**DGPC**- Direção Geral do Património Cultural.

**Fig.** – Figura.

**GECORPA** – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico.

**ICOMOS** – International Council of Monuments and Sites - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

**INE** – Instituto Nacional de Estatísticas.

**IHRU** – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

**LNEC** – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

**NCREP**- Consultoria em Reabilitação do Edificado e Património.

**RERU** - Regime Excepcional de Reabilitação Urbana.

**SRU** – Sociedade de Reabilitação Urbana.

**UNESCO**- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.



**ÍNDICE DE  
CONTEÚDOS**

PREFÁCIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
1.1. Enquadramento e Justificação do Tema	20
1.2. Objeto de Estudo	21
1.3. Objetivos	24
1.4. Metodologia de Investigação	25
1.4.1. Critérios de Seleção	25
1.4.2. Técnicas de Recolha de Informação	26
1.4.3. Tratamento de Dados	28
1.5. Estrutura de Conteúdos	28
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>31</b>
2.1. Definição de Conceitos	32
2.1.1. Graus de Intervenção	33
2.1.2. Valores e Significado Associados ao Património	41
2.1.3. Princípios de Intervenção no Património	48
2.2. Correntes Teóricas de Intervenção no Património	52
2.3. Cartas e Convenções do Património	60
2.3.1. Carta de Atenas	61

2.3.2. Carta de Veneza	62
2.3.3. Normas de Quito	63
2.3.4. Declaração de Amesterdão	63
2.3.5. Carta de Washington	64
2.3.6. Documento de Nara	64
2.3.7. Carta de Cracóvia	65
2.4. Participação do ICOMOS Portugal	66
2.4.1. Declaração do Porto	67
<b>3. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO</b>	<b>69</b>
3.1. Introdução	70
3.2. Processo de Intervenção no Património Corrente	72
3.3. Etapas Relativas à Metodologia de Intervenção	73
3.3.1. Viabilidade da Intervenção	73
3.3.2. Conhecimento da Pré-existência	74
3.3.3. Estratégia	77
3.3.4. Projeto	78
3.3.5. Execução da Obra	79
3.3.6. Monitorização e Manutenção	80
<b>4. CASOS DE ESTUDO</b>	<b>81</b>
4.1. Seleção da Amostragem	82
4.2. Estudo Prévio de 15 Edifícios	83
4.3. Casos de Estudo Seleccionados	98
4.3.1. Chalet das Três Esquinas – Braga	99

4.3.2. Habitação Unifamiliar do séc. XX – Porto	104
4.3.3. Casinha 79/81 - Porto	109
4.3.4. Casa/Atelier Rua do Almada - Porto	114
4.3.5. Edifício da Rua Capitão Renato Baptista – Lisboa	120
<b>5. ANÁLISE INTERPRETATIVA</b>	<b>127</b>
5.1. Graus de Intervenção	128
5.2. Valores e Significados	131
5.3. Princípios de Intervenção	133
5.4. Metodologias de Intervenção	137
5.6. Diretrizes Orientadoras	140
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>143</b>
6.1. Correlação Analítica	144
6.2. Conclusões Específicas	151
6.3. Conclusões Gerais	156
<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>161</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>167</b>
<b>ÍNDICE DE IMAGENS</b>	<b>175</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>179</b>
I. Entrevistas	181
II. Tabelas de Análise Das Entrevistas	215



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

### CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Atualmente, é visível o envelhecimento dos parques habitacionais, de muitos dos centros históricos de Portugal. São vários os fatores que levaram ao estado em que se encontra o edificado, desde a falta de atualização das leis do arrendamento, até à crescente e facilitada construção nas periferias. Os motivos pelos quais os centros históricos das cidades portuguesas se foram sucessivamente degradando, acentuaram o desinteresse no investimento público e privado.

Apesar das dificuldades inerentes à intervenção no património edificado, atendendo a que se trata de um processo mais exigente do que a construção de raiz, torna-se necessária uma maior competência técnica e maior conhecimento sobre como intervir nas técnicas construtivas tradicionais, conhecimento perdido ao longo dos tempos, em consequência da alteração do mercado para a construção nova.

Na atualidade é crescente a consciencialização relativa à importância de intervir com conhecimento, no património existente, não apenas nos edifícios de carácter monumental, mas também nos demais edifícios, que no seu conjunto formam os centros históricos.

Aceita-se hoje, cada vez com mais clareza, que esse património engloba (...), não só os edifícios monumentais – palácios, igrejas, castelos, conventos - mas também os edifícios habitacionais, industriais e comerciais que, isoladamente ou, ainda mais em conjunto, ajudam a entender e a representar as formas como ao longo do tempo, o homem se organizou, viveu e trabalhou, talvez até de forma mais marcante do que o que sucede com os monumentos (...) que, por vezes não são mais do que expressões individuais de inventos singulares na época (Appleton, 2003, p.1).

É nestes edifícios que se centra a investigação desenvolvida, uma vez que são os menos estudados em profundidade, sendo urgente travar o estado de degradação a que chegou este património em Portugal. De acordo com Giacomini e Póvoas, “não é mais possível equiparar os edifícios comuns a monumentos, sem dar-lhes um estatuto próprio, de qualidade relativa, com valores apropriados e orientações mais específicas” (2011, p. 189).

Importa também reconhecer, que muitas das práticas atuais continuam a ser orientadas em função de interesses imobiliários, dando assim origem a um problema maior, que o abandono: a perda dos seus valores históricos e arquitetónicos. Exemplo disso, segundo Teixeira, é o caso mediático das intervenções realizadas na Baixa da cidade do Porto, como é o caso dos quarteirões Carlos Alberto, Corpo da Guarda e das Cardosas “realizadas no âmbito da atuação da sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo (...) tem-se pautado predominantemente por intervenções de reconstrução, de tendência fachadista, realizadas à

escala do quarteirão, de onde decorrem irremediáveis perdas do valor patrimonial deste edificado, com consequências nefastas para a identidade urbana da cidade” (2013, p.2).

## JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Embora se multipliquem as intenções em estimular a intervenção nas áreas de reabilitação urbana e em edifícios antigos, seja ao nível legislativo ou ao nível dos apoios municipais, a reabilitação corre o risco de ser encarada como uma oportunidade de negócio, resultando em perdas patrimoniais, impossíveis de remendar.

“Os centros históricos ora são transformados em áreas exclusivamente turísticas, perdendo a sua vida própria e transformando-se em áreas musealizadas, ora são deixadas ao abandono num processo de despovoamento e degradação acelerada do edificado” (Teixeira, 2013, p.2).

A descaracterização e a perda de valores que têm pautado as intervenções constituem razões pelas quais é urgente, e necessário, realizar uma reflexão sobre as estratégias de intervenção em edifícios antigos de arquitetura corrente, contribuindo para a intervenção neste património edificado, preservando a sua identidade e autenticidade e adequando-o às exigências funcionais atuais. É este, aliás, um dos principais aspetos que interessa sublinhar ao levantar esta problemática: a salvaguarda da autenticidade deste edificado, só é possível, segundo Póvoas e Teixeira (2012), se for de encontro às atuais exigências das pessoas, para que estas o habitem.

Desta forma, importa investigar até que ponto as metodologias de intervenção atualmente praticadas são as mesmas defendidas pela comunidade científica no respeitante à intervenção no património. Este processo deve recorrer à análise dos valores e à aplicação de princípios orientadores, como meio de garantir um processo mais seguro e claro, para a correta tomada de decisões, a fim de se salvaguardar este edificado.

### 1.2. OBJETO DE ESTUDO

Como referido anteriormente, o objeto de estudo desta investigação é a intervenção em edifícios antigos de arquitetura corrente, construídos sobretudo entre o séc. XVIII e meados do séc. XX. Esta linha temporal foi tida em consideração, uma vez que durante este período se verifica a existência de padrões comuns na construção destes edifícios, já que a técnica construtiva se manteve constante (Freitas, 2012).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), atualizados em Janeiro de 2010, existe em Portugal um número superior a 700.000 edifícios distribuídos pelos centros históricos de Portugal.

É importante salientar, que se trata de uma arquitetura que não se enquadra na arquitetura

monumental, nem especificamente na arquitetura vernácula, e na maioria das vezes não tem um autor associado. Contudo, após a revisão de literatura específica (Giacomini & Póvoas, 2011; Freitas, 2012; Póvoas & Teixeira, 2012), observa-se uma tendência para a utilização do termo *'edifícios antigos (ou históricos) de arquitetura corrente'*, quando este tipo de património é analisado ou mencionado.

**EDIFÍCIOS ANTIGOS** *'Edifícios antigos'* porque tal como expõe Freitas (2012, p. 21) “foram construídos antes da generalização da aplicação das estruturas em betão armado que passaram a ser muito frequentes a partir da segunda guerra mundial”. Estes edifícios diferenciam-se assim, das construções recentes/atuais, sobretudo pela utilização de materiais predominantemente naturais e pouco transformados e tecnologias construtivas tradicionais, em que a pedra, a madeira, a cal e o vidro são materiais dominantes.

De acordo com o mesmo autor os *'edifícios antigos'* podem-se dividir em três categorias: 1. Património Monumental; 2. Património Edificado Classificado [como é o caso dos centros históricos do Porto e de Guimarães] e o Património Edificado Corrente [comum].

Importa assim definir igualmente, o significado do termo *'Arquitetura Corrente'*, para o âmbito desta investigação. De acordo com Giacomini e Póvoas (2011), o termo arquitetura corrente pode ser aplicado tanto a edifícios novos [que apresentam como características principais o uso de materiais e técnicas construtivas industrializadas, construídas conforme as exigências de conforto e habitabilidade atuais], como a edifícios antigos. Estes últimos serão o objeto de investigação deste trabalho.

Estes *'edifícios antigos de arquitetura corrente'* eram normalmente construídos para uso habitacional, comercial ou misto do próprio proprietário. Muitas vezes eram construídos com o intuito de serem edifícios de rendimento, como acontece com os edifícios pombalinos da Baixa de Lisboa. Existindo assim, um grande número de construções que agregam várias unidades habitacionais num único edifício, ou que foram mais tarde, transformadas para a referida função multifamiliar.

É de certa forma natural que “a grande maioria dos edifícios que sobreviveram ao tempo, nas cidades [sejam] constituídos de diversos extratos construtivos, substituídos e/ou acumulados; de materiais reaproveitados para o mesmo edifício em novas configurações; de ampliações da mesma base em novos pavimentos superiores; da adequação de fachadas para acompanhar as novas modas urbanas” (Giacomini & Póvoas, 2011, p.181). Estas alterações frequentes ocorrem em função das necessidades dos usuários, em conformidade com as sociedades de cada época. Contudo estas, devem ser consideradas como fases da evolução do edifício e que atualmente fazem parte das suas características. Um exemplo disso, são os recuados que integram um espaço adicionado para aproveitamento do espaço.

Hoje em dia, estes são elementos característicos destas construções, ainda que não sejam uma parte da construção original do edifício.

Torna-se por isso “inglória a tarefa de definir o que é original ou o que é autêntico em edifícios dessa natureza” (Giacomini & Póvoas, 2011, p. 181). Por essa razão, ao se realizar esta investigação, é importante destacar que serão tidas em conta as características que o edifício contém hoje [no sentido de remetê-lo para o seu passado] ao invés de características ‘originais’ uma vez que por vezes, se torna difícil identificar, o que foi alterado ao longo dos anos de existência do edifício.

**OCUPAÇÃO URBANA** De acordo com Giacomini e Póvoas (2011), uma das características comuns encontradas nestas construções, foi o tipo de ocupação urbana. Ou seja, a relação do edifício com o lote, com a rua e com o logradouro, nos casos em que existe. Pode-se afirmar que este aspeto se manteve constante ao longo dos anos, podendo existir apenas algumas alterações devido ao alargamento de ruas, como aconteceu no séc. XIX para possibilitar a entrada dos automóveis nos centros históricos.

A escala é outra característica identificável nestes conjuntos urbanos, uma vez que a fisionomia dos lotes era maioritariamente estreita e comprida. No entanto, embora estes edifícios tenham características formais semelhantes, apresentam “uma grande variedade de desenho, organização, estrutura e volumetria” (Giacomini & Póvoas, 2011, p.181). Conforme se pode observar na fig.1, na mesma zona encontram-se edifícios de vários pisos, com diferentes ocupações do lote, uma grande diversidade de revestimentos e de elementos decorativos.

**TÉCNICA CONSTRUTIVA** Outra característica importante está relacionada com as técnicas construtivas e materiais predominantes. Nestas construções foram utilizadas técnicas construtivas tradicionais, “resultado de um saber empírico, traduzido numa relação íntima do homem com os materiais” (Freitas, 2012, p.33), que se caracteriza pelo uso da madeira, na estrutura da cobertura e dos pisos, paredes divisórias em tabique e estrutura resistente em alvenaria de pedra [com granito a norte e calcário ao centro e sul de Portugal] ou terra crua [nas casas mais antigas e modestas]. Com revestimentos em reboco de cal ou azulejos, caixilharias e caixas de escada em madeira e a utilização constante de entrada de luz zenital, através de claraboias nos telhados.



Fig.01- Telhados do Porto (observado do alto da Torre dos Clérigos).

## ORGANIZAÇÃO INTERNA

No que se refere à organização interna, é importante referir que este património era planeado para uma lógica de vida diferente da atual. No entanto, conforme refere Giacomini e Póvoas (2011) estas construções permitem, hoje, uma grande flexibilidade de uso. Quanto às infraestruturas, muitos edifícios poderiam originalmente ter sido construídos sem essas exigências, tendo sofrido diversas atualizações a esse nível.

Como se pode observar, este património representativo da cultura portuguesa, possui características específicas que devem ser protegidas. Embora se tenham alterado com o tempo, “estes edifícios de arquitetura corrente foram qualificados (...) pela geração atual, que percebe, nesse tipo de edifícios valores de antiguidade e memórias de modos de vida e tradições construtivas antepassadas” (Giacomini & Póvoas, 2011, p.182). É preciso considerar que, para além de referência cultural, estas construções só conseguem ser mantidas se tiverem um uso associado e por isso devem ser atualizadas, de acordo com os padrões de conforto atualmente exigidos.

Póvoas e Teixeira reforçam a mesma ideia: “É inegável a importância da salvaguarda da autenticidade do edificado corrente da cidade histórica, através da sua conservação, pois trata-se de um recurso insubstituível. Contudo, importa reconhecer, que a sua sobrevivência só é possível se este for habitado, devendo para tal, ter de ir ao encontro das necessidades atuais das pessoas” (2012, p.11).

### 1.3. OBJETIVOS

Conhecendo-se a condição de fragilidade em que se encontra grande parte dos edifícios antigos de arquitetura corrente que constituem os Centros Históricos de Portugal, não existindo ainda uma posição legislativa específica, por parte dos órgãos competentes [Câmaras Municipais, DGPC, etc.], sobre a sua proteção e recomendações para a sua

intervenção, esta investigação apresenta dois objetivos fundamentais:

- Reconhecer graus, valores, princípios e métodos em práticas atuais de intervenção em edifícios antigos de arquitetura corrente.

Este primeiro objetivo pretende que se considere um estudo da Teoria da Conservação que sirva de base para o seu reconhecimento na prática atual (casos de estudo). Esta verificação é essencial para validar a importância da análise teórica. A salvaguarda do património edificado deve ser realizada por ações e decisões fundamentadas, que serão devidamente analisadas na presente investigação.

- Estabelecer diretrizes orientadoras de intervenção nos edifícios antigos de arquitetura corrente, adequadas às práticas atuais de intervenção.

O segundo objetivo pretende, nos âmbitos e limites de uma dissertação de Mestrado, estabelecer diretrizes orientadoras de intervenção num tipo de edificado, cuja prática projetual foi até à data pouco estudada, avaliada ou criticada, contribuindo para a inversão da realidade atual de descaracterização do referido património.

#### **1.4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

O método de investigação adotado para esta pesquisa será o estudo Multicaso, baseado na natureza comparativa (Yin, 2003). A recolha, a análise e o tratamento da informação é de natureza qualitativa. A estrutura desta investigação será efetuada através da análise de várias intervenções, realizadas nos últimos 10 anos, em edifícios antigos de arquitetura corrente, distinguidas ou premiadas como 'boas práticas' de intervenção'.

Desta forma, a metodologia adotada pretende realizar a comparação analítica entre as diferentes intervenções realizadas nos edifícios selecionados e a componente teórica, de forma a compreender quais as fases que foram tidas em consideração na intervenção, e os benefícios de uma intervenção bem fundamentada, com o objetivo de proteger e valorizar esta tipologia.

##### **1.4.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

Os casos de estudo serão selecionados de acordo com os seguintes critérios de seleção:

- 1) **TERRITORIAL**: edifícios localizados em Centros Históricos de Portugal, pela facilidade de acesso ao local, constituindo um fator determinante num caso de

estudo;

2) **TIPOLOGIA ARQUITETÓNICA**: intervenções em edifícios antigos de arquitetura corrente, construídos entre o séc. XVIII e meados do séc. XX;

3) **TEMPORAL**: a atualidade da intervenção é um fator importante, por ir de acordo com as exigências de conforto e estilo de vida atual, portanto serão selecionadas intervenções realizadas nos últimos 10 anos;

4) **DISTINÇÃO**: seleção de intervenções distinguidas e/ou premiadas como 'boas práticas de intervenção' no referido património;

Uma vez selecionados os 15 casos de estudo que cumpriram os requisitos acima indicados, houve a necessidade de se estabelecer um último critério que permitisse analisar a intervenção em profundidade, assim, foram selecionados um determinado número de casos de estudo, de acordo com a disponibilidade do arquiteto na realização de uma entrevista exploratória e aprovação do proprietário do edifício na realização de visitas à obra, elementos de primordial importância para o cumprimento dos objetivos propostos.

5) **AUTORIA**: seleção de obras cuja possibilidade de contacto com os arquitetos seja possível estabelecer.

#### 1.4.2. TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO:

##### ANÁLISE DOCUMENTAL

A documentação recolhida e analisada ao longo da pesquisa é a base de uma investigação bem fundamentada. Este material pode ser escrito, e fazem parte do mesmo documentos oficiais [provenientes dos organismos oficiais locais: Câmaras Municipais, Arquivos, etc.], não oficiais [provenientes de livros, revistas, dissertações, etc.] ou material não escrito, [no qual se incluem imagens, sons, objetos, entre outros] (Albarelló et al., 1997).

Neste caso, a recolha de material documental divide-se em duas fases:

- Numa primeira fase recolheu-se informação sobre os temas necessários para o desenvolvimento e compreensão deste estudo. A coleta de informação realizou-se através de diversas fontes documentais escritas [não oficiais], tais como: livros, revistas, artigos, dissertações de mestrado e doutoramento, documentos internacionais. A referida coleta de dados permitiu realizar um enquadramento teórico sobre a intervenção no património em geral e nesta tipologia em particular.

- Numa segunda fase recolheu-se informação de carácter específico sobre cada caso de estudo. Esta etapa consistiu na recolha de fontes documentais escritas e não escritas dos processos de licenciamento das Câmaras Municipais [documentos oficiais], publicações em revistas, dissertações de mestrado, assim como, desenhos técnicos, fotografias da preexistência antes e durante a intervenção e memórias descritivas dos projetos, fornecidas pelos arquitetos [documentos não oficiais].

### ENTREVISTA

As entrevistas semidiretivas (Ghiglione & Matalon, 1997), dirigem-se aos informantes chave dos casos de estudo, ou seja, aos arquitetos das intervenções. Sendo este elemento significativo para o desenvolvimento da investigação. As entrevistas realizaram-se segundo um guião pré estabelecido, baseado num conjunto de perguntas objetivas, orientadas em função da investigação teórica.

As entrevistas encontram-se no anexo II da dissertação e incidem sobre os seguintes aspetos: 1. Graus de intervenção, princípios de intervenção e valores identificados nas respetivas intervenções; 2. Metodologia empregue na intervenção; 3. Principais diretrizes orientadoras; 4. Referências arquitetónicas; 5. Opinião sobre as práticas atuais de intervenção no património corrente; 6. Nível de conhecimento sobre teoria da conservação e recomendações internacionais; 7. Formação universitária orientada para esta temática.

### OBSERVAÇÃO ESTRUTURADA

A observação estruturada (Gil, 1995), foi outra técnica de recolha de informação referente aos casos de estudo selecionados, segundo um guião pré-estabelecido. Desta forma é possível realizar uma comparação entre as ações dos arquitetos nas diferentes intervenções.

### FOTOGRAFIA

As Fotografias (Bogdan & Biklen, 1994), são utilizadas como um instrumento que se enquadra no método de análise selecionado [qualitativo] e permitem compreender aspetos de difícil abordagem, como a aplicação de novos materiais e técnicas construtivas, a cor, os elementos valorizados e substituídos, entre outros aspetos, de forma a ajudar na análise comparativa dos diferentes casos de estudo.

### NOTAS DE CAMPO

As Notas de Campo obtidas através de apontamentos textuais e esboços realizados nas visitas aos casos de estudo, formam uma base do que o investigador observa, ouve, experiencia no desenvolvimento da pesquisa (Bogdan & Biklen, 1994), cujo objetivo é a

recolha de informação direta da realidade de cada caso de estudo.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994) existem dois tipos de notas de campo. As de carácter descritivo, que se traduzem num registo objetivo e, por outro lado, as de carácter reflexivo, que apresentam uma perspetiva mais pessoal, onde têm lugar as ideias e reflexões do investigador.

Neste caso específico, as fotografias e notas de campo obtidas *“in situ”* nos casos de estudo pertencem às técnicas complementares de recolha de informação e ambas servem de apoio à observação estruturada, na análise dos casos de estudo.

### **1.4.3. TRATAMENTO DE DADOS**

Numa primeira fase, tratou-se de toda a informação recolhida na componente teórica, de onde se identificam teorias, termos e conceitos que formam a teoria da conservação e respetiva intervenção no património. Corresponde à informação tratada sob o ponto de vista qualitativo (Bogdan & Biklen, 1994), de acordo com os documentos escritos selecionados. Esta análise permitiu identificar os indicadores para a análise dos casos de estudo selecionados.

Os referidos indicadores de análise estabelecidos para esta investigação são analisados em profundidade nos capítulos 2 e 3 desta investigação e estão estreitamente relacionados com os dois objetivos desta dissertação. Assim foram determinados os seguintes indicadores de análise:

1. Graus de intervenção; 2. Valores e significados; 3. Princípios de intervenção; 4. Métodos de intervenção e finalmente, 5. Diretrizes orientadoras para a intervenção.

Numa segunda fase onde se abordou a análise dos casos de estudo, a informação recolhida das entrevistas e pesquisas realizadas aos casos de estudo permitiram compreender as diferentes fases da ação de intervenção de cada arquiteto, para assim se determinar se existe ou não, a utilização de uma fundamentação teórica na hora de intervir no edificado histórico de arquitetura corrente em Portugal.

### **1.5. ESTRUTURA DOS CONTEÚDOS**

A presente dissertação encontra-se organizada em sete capítulos, cujo conteúdo é apresentado sumariamente em seguida:

O capítulo 1, de carácter introdutório, pretende enquadrar e justificar a escolha do tema, bem como a apresentação do objeto de estudo. Neste capítulo encontram-se os objetivos a

que o estudo se propõe responder, bem como a metodologia adotada para a realização da investigação.

No capítulo 2 pretende-se, enquadrar o tema 'intervenção no património' dentro do seu contexto histórico-cultural. Neste capítulo, numa primeira parte serão estabelecidas definições operacionais sobre os graus de intervenção, os valores e significados, bem como os princípios de intervenção a ter em consideração na intervenção do património. Para além destes aspetos, serão abordadas as diferentes teorias da conservação e do restauro, de maior relevância para o objeto físico deste estudo sendo realizada uma leitura interpretativa sobre o contributo da principal documentação internacional e nacional, a aplicar na investigação.

No capítulo 3 é abordada a metodologia de intervenção no património. Inicialmente é realizada uma breve relação da atualidade das teorias do património para a aplicação da metodologia de intervenção sendo depois analisadas as diferentes fases que a compõem, individualmente.

O capítulo 4 foca-se na apresentação dos cinco casos de estudo considerados exemplares pela intervenção realizada, nomeadamente as intervenções realizadas no Chalet das Três Esquinas - Braga, na Casa da Rua da Alegria - Porto, na Casinha 79-81 da Rua dos Caldeireiros-Porto, na Casa-Atelier da Rua do Almada e ainda no edifício da Rua Capitão Renato Baptista, destacando-se a apresentação dos seguintes aspetos: o estado em que se encontrava a pré-existência, seguida de uma análise da intervenção prática e do programa. Esta informação é complementada com material gráfico: fotografias do antes, desenhos de projeto, fotografias da fase de execução e do resultado final, a fim de facilitar a compreensão da intervenção realizada.

Na sequência desenvolve-se o capítulo 5 dedicado à análise e à interpretação dos casos de estudo. Neste capítulo analisam-se os diversos conteúdos recolhidos das entrevistas, fichas de inquérito e visitas aos edifícios. Esta análise é estruturada por indicadores de forma a responder de forma clara, ao primeiro objetivo desta dissertação.

No capítulo 6 realiza-se primeiramente uma correlação entre a fundamentação teórica e os conteúdos analisados no capítulo anterior, seguem-se as conclusões específicas com a resposta aos objetivos propostos e por fim debatem-se as conclusões gerais da investigação efetuada.

Nos anexos são apresentadas em as transcrições das entrevistas realizadas aos arquitetos dos casos de estudo e finalmente as respetivas tabelas de análise.



# 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 2.1. DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

De forma a tornar mais coerente a terminologia relativa à intervenção nas pré-existências em estudo, e observando que os termos muitas das vezes são interpretados de formas diferentes, considera-se que esta dissertação de mestrado deve iniciar-se pelo estabelecimento de definições operacionais referentes a terminologia e conceitos aplicados no âmbito da mesma. Nesse sentido foi necessário realizar uma revisão da literatura a autores de referência que abordam o tema: Cabrita et al. (1993); Feilden e Jokileto (1998); Monjo (1998); Aguiar (2002); Muñoz Viñas (2005); González-Varas (2005); Orbasli (2008); Stubbs (2009); Correia (2009); Freitas (2012); Teixeira (2013); Lopes e Correia (2014) e finalmente as Cartas Internacionais e as Recomendações do ICOMOS, que são as que melhor traduzem e abordam cada significado, a nível nacional e internacional.

No entanto, no que se refere à intervenção no património deve-se também salientar que por vezes o ‘significado’ de cada termo pode diferir, dependendo do ponto de vista e perspectiva cultural. De acordo com Teixeira tratam-se de “conceitos e definições que não são estanques e que vão evoluindo no tempo e em diferentes contextos culturais, como de resto tem demonstrado a História” (2013, p. 16). Com efeito, constatou-se em alguns casos, uma utilização diferenciada dos mesmos termos na linguagem latina e anglo-saxónica, sendo assim importante, e oportuno, confrontarem-se definições e definir o seu significado no âmbito deste trabalho.

Muñoz Viñas afirma que “em qualquer reflexão sobre a conservação, ainda mais em qualquer reflexão teórica, a utilização clara e consistente dos termos é uma obrigação” (2005, p.15). Desta forma, de seguida são apresentadas definições relativas aos graus de intervenção, valores e seus significados e princípios de intervenção no património construído, a fim de se elaborar um discurso mais preciso e coerente, durante a investigação.

Esta revisão da literatura, realizada no âmbito da história e teoria da conservação e do restauro. Os diversos autores estudados, de diferentes épocas e culturas, embora com posições distintas, referem a necessidade de classificar as operações em património de acordo com os graus e os princípios de intervenção e os valores e significados do objeto. A necessidade de analisar profundamente cada um destes aspetos foi de especial importância para analisar a evolução ideológica das problemáticas relacionadas com a intervenção prática.

### 2.1.1. GRAUS DE INTERVENÇÃO

Os graus de intervenção são importantes e dependem do nível de impacto que o arquiteto quer ter quando intervém no edifício. De acordo com Orbasli (2008), pode-se mesmo ter vários graus aplicados no mesmo edifício.

Por grau de intervenção entende-se, um nível de uma escala operativa, que parte de ações menos invasivas e de menor impacto, como a manutenção, até ações profundas de réplicas e reproduções. De acordo com Stubbs (2009), cada nível desta escala contém em si implicações cada vez mais complexas: quanto maior for o grau de intervenção, maior é o risco de perda de autenticidade e de irreversibilidade.

Antes de aprofundar esta temática convém observar que a grande confusão, que existe, quanto aos significados dos graus de intervenção, ocorre pela existência de dezenas de termos que são utilizados todos os dias de forma indiferenciada para descrever várias atividades e ações. Muñoz Viñas (2005) salienta que McGilvray, após realizar uma leitura de uma edição do *'Preservation News'*, encontrou pelo menos 32 noções utilizadas para descrever uma variedade de ações relacionadas com a conservação de edificações históricas.

Apesar desta realidade considera-se que a publicação das cartas do ICOMOS poderão contribuir até determinado ponto para a uniformização dos termos e nomenclatura na área da conservação arquitetónica.

### CONSERVAÇÃO

O termo que mais debate tem causado ao longo dos tempos é conservação. Torna-se por isso importante esclarecer os diferentes sentidos em que este termo é aplicado. Muñoz Viñas (2005) sintetiza a questão e explica que conservação pode ser entendido tanto em sentido lato, como em sentido estrito.

Os muitos significados que podem ser aplicados à noção fundamental de conservação podem ser considerados uma dificuldade à reflexão sobre o tema. Muñoz Viñas (2005) explica que conservação no sentido lato, tem fronteiras difusas, uma vez que pode envolver diversas ações com um impacto direto sobre o objeto de conservação, isto é, não se refere apenas à profissão do conservador. No entanto, Feilden e Jukilehto sintetizam que “o conceito geral [lato] de conservação implica vários tipos de tratamentos que visam salvaguardar edifícios, locais ou cidades históricas; estas incluem manutenção, reparação, consolidação e reforço” (1998, p.61). Ou seja, conservação é considerado como a soma das

atividades incluídas no sentido estrito mais outras possíveis atividades relacionadas.

Convém observar ainda que alguns autores e organizações usam diferentes expressões como sinónimos de conservação em sentido lato. A palavra conservação aparece muitas vezes para se referir apenas à conservação, em sentido lato, e em sentido estrito é muitas vezes substituído por outros termos, como 'preservação' para Muñoz Viñas (2005) ou 'estabilização' para o American Institute for Conservation (AIC).

Em relação ao termo conservação em sentido estrito, González-Varas (2005) define como as intervenções cuja finalidade é prolongar e manter o maior tempo possível os materiais, de que está constituído o objeto e identifica duas formas de atuação. A conservação 'preventiva' ou 'indireta', isto é, ações que não atuam diretamente na estrutura física do edifício por via de análises dos fatores de deterioração, do controle das condições ambientais adjacentes, da intervenção sobre o ambiente e a intervenção 'direta' de conservação que recai sobre a estrutura física do objeto, mediante a consolidação e reparações da sua estrutura material. Segundo o mesmo autor, o termo conservação complementa-se com os termos 'manutenção' e 'consolidação'.

A Carta de Cracóvia de 2000 refere que conservação: "é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados" (Lopes & Correia, 2014, pag.361).

De acordo com a Carta de Veneza de 1964, "a conservação dos monumentos impõe, em primeiro lugar, a manutenção permanente dos mesmos" (Lopes & Correia, 2014, pag.122). Posto isto, para a conservação de um edifício, é desejável que este tenha um uso para a sociedade, desde que não seja alterada a distribuição e o aspeto do mesmo. Um edifício sem uso é de difícil manutenção.

Nesse sentido, nesta dissertação o termo conservação, no sentido estrito, vai ser considerado como um grau cuja finalidade é a de manter e prolongar os materiais do bem arquitetónico, o máximo tempo possível, tendo por objetivo salvaguardar tanto o edifício, como o seu testemunho histórico.

## CONSOLIDAÇÃO

González-Varas refere que "a consolidação é uma prática especial de 'conservação' que reforça a estrutura e dota de consistência os materiais que integram o bem cultural" (2005, p. 540). Orbasli conclui que são "intervenções físicas realizadas para impedir uma maior

deterioração e instabilidade estrutural" (2008, p.211).

Já Correia (2009) considera que a Consolidação, num sentido mais 'estrito', também pode ser denominada de 'conservação direta', é a aplicação de materiais de suporte, acrescentados à estrutura original, continuando a assegurar a durabilidade e a integridade contínua da edificação.

Ao longo dos tempos tem-se observado que este conceito tem sido alvo de várias objeções. Principalmente na área de arquitetura, é possível hoje ter consciência que as técnicas de consolidação postuladas nos primeiros documentos internacionais, podem ser prejudiciais para os edifícios. A Carta de Atenas de 1931 refere que "os peritos participantes na Conferência ouviram diversas comunicações relacionadas com o uso de materiais modernos para a Consolidação dos edifícios antigos. Aprovam o uso judicioso de todos os recursos da técnica moderna, especialmente do betão armado" (Lopes & Correia, 2014, p. 60), no entanto atualmente após inúmeras intervenções seguindo esse preceito recomenda-se a consolidação mediante técnicas e materiais tradicionais, compatíveis com o edifício.

## PRESERVAÇÃO

Conforme referido anteriormente, Muños Viñas (1998) utiliza o termo 'preservação' para se referir ao termo 'conservação' em sentido estrito. Para este autor preservação significa manter algo como é, sem alterar de qualquer forma, mantendo a sua forma, estado, posse, uso, etc. O autor acrescenta ainda que quando se fala de preservação do património o termo poderia ser provisoriamente definido como "a atividade que evita alterações de algo ao longo do tempo" (Muños Viñas, 1998, p.15-16).

Feilden e Jokilehto (1998) referem que preservação pretende tomar as medidas necessárias para manter o objeto no seu estado atual, acrescentando que as medidas de preservação devem incluir inspeções regulares e manutenção cíclica e de rotina. Isso implica que os reparos devem ser realizados conforme necessário, para garantir a integridade dos recursos. Na prática, isto significa que os danos e deterioração [tal como a causada por água, produtos químicos, insetos, roedores ou outras pragas, plantas e microrganismos] devem ser interrompidos e invertidos quando detetados.

Segundo González-Varas (2005), a preservação é utilizada de modo similar à conservação no sentido estrito, apesar de incidir mais sobre o aspeto preventivo da mesma, enquanto defesa, salvaguarda e articulação de medidas prévias de prevenção, face a possíveis danos ou perigos.

Para Stubbs (2009) prevenção é manter o bem arquitetónico seguro evitando danos, manter

o edifício, desenvolver manutenção, e protege-lo de deterioração. Correia (2009) inclui também sobre a importância da gestão do ambiente e do meio envolvente ao objeto, de modo a manter o mais possível as suas condições físicas estáveis.

Nesse sentido, o termo preservação, será aplicado na dissertação como todo o conjunto das ações desenvolvidas sobre um edifício que previnam a sua deterioração física, tanto ações diretas, como a aplicação de um químico que proteja a madeira de um possível dano, ou indiretas, como cortar o trânsito de uma rua para não provocar danos nos edifícios confinantes, não esquecendo a preservação do aspeto cultural ou seja proibir a realização de uma intervenção que destrua os valores históricos de um edifício.

### MANUTENÇÃO

Segundo Orbasli (2008), manutenção é a reparação em curso, na qual se utilizam materiais tradicionais. Em geral, no património mais frágil, manutenção integra medidas preventivas, de vigilância permanente e manutenção regular.

Para González-Varas (2005), a manutenção e a consolidação são os principais procedimentos para se levar a cabo numa obra de conservação, sendo recomendado por todas as cartas e documentos internacionais pois possibilita atrasar ou evitar as intervenções diretas sobre o objeto.

A Carta de Amesterdão de 1975 refere que, “a manutenção permanente do património arquitetónico permitirá, a longo prazo, evitar custosas operações de reabilitação” (Lopes & Correia, 2014, p.200). A Carta de Washington de 1987 sobre a salvaguarda das cidades históricas defende a mesma ideia ao recomendar que “a conservação dos conjuntos urbanos históricos implica uma manutenção permanente do edificado” (Lopes & Correia, 2014, p.267).

Feilden e Jukilehto ilustram ainda que o trabalho de ‘repintura’ regular, é considerado uma boa prática para manter as casas em bom estado. “A argamassa de cal nas paredes precisa de renovação a cada 2-3 anos, os metais precisam de proteção contra a corrosão e a madeira de insetos e ataque de fungos” (1998, p.89).

Os mesmos autores aludem também para a questão dos costumes. Esta manutenção regular cria um ambiente típico e expressivo das atitudes locais, no entanto tais tradições podem ter saído da prática em alguns países [como Portugal, Espanha, Itália] devido às rápidas mudanças socioeconómicas que suspenderam estas tradições, ou a ‘nova arquitetura’ pode ser constituída por materiais de construção mais duráveis que levaram a que se perdesse esta prática ao longo dos anos.

Conclui-se portanto que, a ação de manutenção é sem dúvida um dos fatores mais importantes para manter a integridade do edifício e evitar intervenções mais custosas e possíveis perdas, tanto materiais como culturais.

### RESTAURO

A Carta de Cracóvia [2000] refere que restauro “é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade” (Lopes & Correia, 2014, p.361).

Gonzalez-Varas reconhece que este é um dos termos mais controversos e é utilizado de diferentes modos tanto pela teoria como na prática da intervenção. O autor refere que “emprega-se o vocábulo ‘restauro’ para designar as operações de ‘intervenção direta’ sobre uma obra de arte, cuja finalidade é a restituição ou melhora a legibilidade da sua imagem e o restabelecimento da sua unidade” (2005, p.546). Isto é, para um bem patrimonial que se encontra deteriorado pelo passar do tempo, para que continue a existir, é possível uma intervenção de restauro, desde que não ocorram alterações ou falsificações da sua natureza documental.

Correia (2009), expõe que restauro implica reviver o conceito original de leitura do objeto, o que significa a reintegração de elementos procurando o respeito pelo material original. Este é possível, por meio de evidências arqueológicas, documentais ou desenho original, como igualmente, pela reintegração de detalhes ou partes.

Contudo, é importante mencionar a diferença no termo restauro, relativamente à interpretação anglo-saxónica e à interpretação latina. A anglo-saxónica tem uma definição mais restrita, que se relaciona com a reintegração de elementos, devolvendo significado ao material original. Orbasli menciona que no “idioma Inglês, restauro é muitas vezes utilizado como sinónimo de reconstrução” (2008, p.50). O termo é associado a intervenções de reconstrução para unificar um edifício. Na interpretação Latina, o termo restauro é aplicado de forma semelhante à forma como a conservação é aplicada na interpretação anglo-saxónica.

Neste sentido, o termo restauro nesta dissertação, será considerado de acordo com Gonzáles-Varas (2005) tratando-se de operações de reintegração de lacunas, limpeza da imagem ou eliminação de elementos que adicionados considerados prejudiciais para a integridade física ou estética da obra de arte.

### RECUPERAÇÃO

Gonzalez-Varas menciona que “recuperação significa a *reaquisição* e *revalorização* de um

bem cultural que se encontrava temporariamente abandonado, degradado ou privado da sua funcionalidade; deste modo, aponta aos métodos que possibilitam que o objeto histórico, nascido em outro contexto, satisfaça as necessidades contemporâneas mediante a sua *reutilização*” (2005, p. 545). Correia (2007) acrescenta que em sentido lato o termo recuperação pode ser considerado sinónimo de reabilitação.

## REABILITAÇÃO

Os autores Feilden e Jokilehto, defendem que reabilitação significa as melhorias físicas que são necessárias, de modo a proporcionar uma utilização adequada para uma estrutura vazia ou utilizada de forma inadequada. Os mesmos autores acrescentam ainda que este grau de intervenção “deve sempre envolver uma utilização mais próximo possível, da função original, de modo a se assegurar um mínimo de intervenção e uma perda mínima de valores culturais” (1998, p.90).

No entanto Juan Monjo Carrió defensor da visão latina, explica que reabilitação tem um âmbito distinto, convertendo-se “assim, no processo pelo qual se recupera a habitabilidade de um edifício quando estava deteriorado pelo seu estado patológico, ou quando se altera o mesmo para dar-lhe um novo uso” (1998, p.90).

Conclui-se assim que “um edifício restaurado, sem uso, é um edifício de difícil manutenção e, por isso, condenado a novos processos patológicos que aumentam a sua deterioração” (Carrió, 1998, p.90). Já Correia, acrescenta que “hoje em dia, para evitar a degradação devido a falta de uso, é fundamental abrir a reabilitação a outros usos integrativos, respeitando os espaços originais e a estrutura” (2009, p. 96), desta forma o uso torna-se um fator indispensável para a reabilitação não só de um edifício, mas de todo um centro histórico.

A Carta de Lisboa de 1995 sobre a reabilitação urbana integrada esclarece que a reabilitação de um edifício são todas as obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência (Lopes & Correia, 2014) sendo mais uma vez o uso evidenciado como fundamental para manter o património.

Para Stubbs (2008), reabilitação é sinónimo de renovação.

Nesta dissertação, o termo reabilitação irá acompanhar a reflexão Latina estando ligado ao processo de adaptação do edifício a um novo uso ou função, incluindo todas as ações necessárias para a recuperação e beneficiação do objeto, resolvendo anomalias existentes

e adotando soluções que melhorem o seu desempenho, de acordo com os atuais níveis de exigência, desde que, não tenham existido modificações significativas, incompatíveis com o valor do edifício.

### RENOVAÇÃO

No âmbito da arquitetura, Feilden e Jokilehto (1998), referem que renovação é a “conservação de recursos patrimoniais, utilizando-se materiais compatíveis e técnicas tradicionais de primordial importância” (1998, p.70), relacionando-se com o aspeto visual do edifício, por exemplo a aplicação de um novo reboco, que estava degradado. Desta forma “estas operações permitem assim restituir aos edifícios as qualidades estéticas degradadas pelo envelhecimento, fazendo readquirir a coerência visual perdida.” (Teixeira, 2014, p. 21).

Segundo González-Varas (2005) o termo renovação foi utilizado em particular no campo urbanístico, associado a ‘*urban renewal*’ [renovação urbana], referindo-se à planificação urbanística que ‘atualiza’ as características urbanas, por meio da renovação de novas atividades económicas e sociais.

O mesmo autor alude que “a obtenção de uma condição nova especialmente em sentido cultural ou espiritual, com uma ideia implícita de *melhora* ou *atualização*” (González-Varas, 2005, p. 546).

Na realidade existe hoje um uso ‘perverso’ deste termo. A renovação especulativa desenvolve-se no centro histórico de muitas cidades de Portugal, com grandes renovações realizadas por imobiliárias, utilizando materiais e técnicas modernas, que destroem os verdadeiros valores do património, conservando apenas as fachadas, sem respeito pelos edifícios. É certo que este termo refere a aquisição de uma condição nova, com o sentido de melhoria, no entanto tal como refere Correia (2009) “deve ser realizada de uma forma sustentada, tendo em consideração as tradições locais e estilo de vida” (p.100).

A Carta de Lisboa redigida em 1995, esclarece que a renovação urbana implica a demolição (total) das estruturas existentes numa área degradada e a sua substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações construídas seguindo tipologias arquitetónicas contemporâneas, atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área (Lopes & Correia, 2014).

### REVITALIZAÇÃO

O termo revitalização é aplicado para definir ações de melhoramento de um sítio. Seguindo a reflexão de González-Varas (2005), o conceito de revitalização utiliza-se geralmente num contexto de ‘recuperação urbana’ para designar as medidas destinadas a dotar de nova

vitalidade económica ou social um conjunto urbano decaído.

Feilden e Jokilehto (1998), complementam ainda que “o objetivo da revitalização deve ser um equilíbrio adequado entre conservação e o desenvolvimento. A Revitalização de uma área histórica economicamente decadente pode exigir a reabilitação de um grande número de habitações típicas, bem como de edifícios [redundantes] obsoletos” (p.91). Desta forma pode-se concluir que a revitalização está diretamente ligada com a reabilitação, pois o uso dos edifícios é necessário para melhorar as atividades sociais e económicas de uma área histórica que perdeu a sua vitalidade funcional original.

### ANASTILOSIS

De acordo com Ignacio González-Varas (2005), o termo *anastilosis* deriva da união entre duas palavras gregas, *aná* [a cima] e *stylos* [coluna], o sentido etimológico original do termo significa voltar a levantar as colunas caídas de um edifício. No entanto, e com o tempo, o termo *Anastilosis* passou a ser empregue para operações de recomposição dos edifícios, cujos materiais originais se encontram caídos e dispersos na envolvente do edifício.

Contudo, por vezes, o termo é mal empregue utilizando-se para definir ações de reconstrução. Jokilehto (1995) contraria, essa ideia e refere que a diferença entre *anastilosis* e *reconstrução*, é que o primeiro caso se refere à utilização de material original e disponível no local, enquanto o segundo caso se trata de uma estrutura em que se utiliza material novo.

O termo *anastilosis* será compreendido como o ato de voltar a aplicar no edifício as suas peças originais caídas.

### RECONSTRUÇÃO

González-Varas (2005) refere que reconstrução “alude a um procedimento de carácter absolutamente excepcional que se realizou em circunstâncias históricas determinadas e como consequência de acontecimentos traumáticos, como guerras (...), deve ser uma prática rejeitada e proscrita quando envolve a falsificação da natureza histórica” (p.544).

Correia (2009) aponta duas interpretações distintas do termo, “na interpretação Latina, reconstrução é associada a reconstrução total de uma estrutura” (p.98). É uma intervenção rejeitada por muitos peritos e justificada apenas devido a catástrofes. O mesmo acontece com as reproduções e réplicas.

A mesma autora prossegue explicando que “na perspetiva anglo-saxónica, além da reconstrução total, a reconstrução pode também dizer respeito à re-inclusão de partes em falta, sendo sinónimo de restauro” (2009, p.98). Nesta dissertação, o termo vai seguir a

perspetiva anglo-saxónica, podendo ser dirigida a obras de reconstrução total, e também à reconstrução de partes em falta no edifício.

### RELOCAÇÃO

A ação de relocar é permitida apenas em situações limite. Pela pesquisa efetuada constatou-se que poucos autores mencionam este grau de intervenção nos seus estudos. Stubbs (2009) refere que “quando não existe outra forma de salvar e proteger um bem arquitetónico, o edifício ou parte significativa do mesmo, é desmontado e remontado [por vezes é até transportado por inteiro] para um outro local. Uma intervenção tão radical deve ser considerada como o último recurso a realizar para salvar o bem patrimonial” (p.126). Nesse sentido, subentende-se que uma intervenção desta natureza apenas é permitida em casos extremos, a fim de não se perder o bem patrimonial. Estas intervenções ocorrem em casos isolados por exemplo quando se constrói uma barragem que vai submergir um objeto patrimonial de valor excecional, portanto, conclui-se que não se aplica a edifícios antigos de arquitetura corrente tratados nesta dissertação.

#### 2.1.2. VALORES E SIGNIFICADOS ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO

O tema dos valores associados ao património é um assunto que tem suscitado várias reflexões e debates ao longo dos séculos. De acordo com Correia (2009), identificar o significado de um objeto ou sítio é fundamental, para se estabelecer qual a intervenção mais adequada para a sua conservação. Dessa forma a valorização de uma construção é fundamental para se tomar decisões no projeto. Também a Carta de Nara de 1994 esclarecesse que “a conservação do património cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse património” (Lopes & Correia, 2014, p.304).

Diferentes valores podem ser identificados numa estrutura ou sítio, contudo, é importante referir que esta identificação vai depender da interpretação das suas características que podem ser diferentes “dependendo dos conceitos que são levados em conta ao abordar o seu significado, o tipo de comunidade ou a sociedade em que o sítio ou a estrutura estão localizados, e a perceção das pessoas que avaliam o seu significado” (Correia, 2009, p.102). Por exemplo, um edifício que à primeira vista pode não ter valor para uma sociedade, pode ter para outra. Por isso, a mesma autora refere a importância de “ter uma equipe interdisciplinar para avaliar a sua importância” (Correia, 2009, p.102).

Desde inícios do séc. XX que apareceram várias propostas de classificação de valores para uma melhor conservação do património. Autores como Riegl (2008), Feilden (2004), Brandi

(2006), Orbasli (2008), Correia (2009), Zancheti (2014) referem a importância que os valores têm na orientação e definição do carácter da intervenção.

A Carta de Burra (ICOMOS Austrália, 1999), documento que veio reconhecer a importância dos valores para o meio científico e técnico, identifica os valores como: Estéticos; Históricos; Científicos; e Sociais [espiritual, político e outros valores culturais]. Por sua vez, Alois Riegl (2008) dividiu os valores em: Valor de antiguidade (relacionado com a idade do objeto); valor histórico; valor comemorativo; valor de uso e valor de novidade [relacionado com os aspetos artísticos]. Feilden (2004) classifica os valores segundo valores emocionais na qual entram os valores: de identidade, de continuidade, de respeito, simbólico e espiritual; valores culturais: de documento histórico, arqueológico ou temporal, estético ou arquitetónico, ambiental e ecológico, científico etc., e por fim valores de uso: funcional, económico, social, educacional e político.

Segundo Correia (2009) hoje em dia a variedade de valores é cada vez mais ampla, a sua atribuição é realizada em diferentes sentidos e são aplicados diferentes critérios para o seu reconhecimento.

Por exemplo, Brandi (2006) rejeitou os valores relacionados com a função. No entanto, Zancheti refere que “a teoria contemporânea da conservação não aceita a exclusão dos valores instrumentais [funcionais]” (2014, p.4), uma vez que são válidos e importantes para os edifícios, cuja conservação depende da sua continuidade ou de um novo uso.

De seguida serão apresentados alguns valores mais representativos para a intervenção no património e as suas definições para os principais autores de referência que abordam este tema.

### VALOR HISTÓRICO

De acordo com Orbasli (2008) um edifício ou local não é apenas uma evidência física do passado, mas também pode ter desempenhado um papel na história, ou estar ligado a certos eventos ou períodos da história. A história incorporada na própria construção do edifício é, por vezes, a única evidência dos eventos e da vida que ocorreram no passado.

No caso dos edifícios de arquitetura corrente que constituem os centros históricos e atendendo que se trata de uma arquitetura menos reconhecida pelas autoridades e pela sociedade em geral importa sublinhar “que a ausência de interesse pela conservação deste património produzirá perdas irrecuperáveis e privará as gerações futuras do conhecimento deste período” (Lopes & Correia, 2014, pag. 285).

Por exemplo, a Rua do Almada no Porto foi o primeiro grande arruamento a ser aberto fora

das muralhas Fernandinas. Os edifícios que a constituem, são testemunhos de uma fase importante do urbanismo da cidade e a introdução do processo da pré-fabricação foi iniciado nestas construções, sendo visível uma grande standardização e sistematização nos elementos que a constituem. Estas construções embora à primeira vista possam parecer não ter um valor significativo, representam um período importante para a evolução da cidade, tendo por isso valor histórico que deve ser preservado para as gerações futuras.

#### VALOR CULTURAL

De acordo com a Carta de Burra, sobre os sítios de importância cultural, entende-se por valor cultural o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual apreendido pelas gerações passadas, presentes e futuras. O valor cultural exprime-se pela própria materialidade do bem, pela sua estrutura, contexto, uso, significados, e pelos lugares e objetos que lhe estão associados (ICOMOS Austrália, 1999).

Já Orbasli (2008) completa, referindo que os edifícios fornecem informações sobre vários aspetos de um período passado, desde um estilo de vida até ao uso de materiais, artesanato e técnicas utilizadas na sua construção. Podendo continuar a desempenhar um papel nas tradições culturais de hoje em dia.

#### VALOR ARQUITETÓNICO:

O valor arquitetónico é o menos mencionado pelos autores de referência. No entanto, foi possível encontrar dois autores que abordam este assunto. Orbasli (2008) refere que o valor arquitetónico compreende as qualidades exemplares de desenho, proporção e a contribuição que a arquitetura de um edifício teve na qualidade da experiência quotidiana, bem como a sua contribuição para o estilo ou período arquitetónico.

A mesma autora acrescenta ainda que o valor arquitetónico pode ser igualmente identificado pelo uso de técnicas de construção pioneiras (Orbasli, 2009). No caso dos edifícios estudados nesta dissertação o valor arquitetónico advém do facto de serem construções realizadas através de técnicas e sistemas tradicionais [antigos], que já não praticam na atualidade e por isso devem ser preservadas de forma a manterem-se na sua autenticidade para as gerações futuras, o mesmo acontece com a forma interior, os materiais predominantes, as cores e a decoração.

#### VALOR ECONÓMICO/TURÍSTICO:

Correia (2007), refere que o valor turístico tem um papel indispensável, não só por valorizar culturalmente a região, mas também por se tornar decisivo para a sua economia.

Orbasli (2008), defende a mesma ideia, acrescentando que para além destes benefícios diretos existem também valores económicos menos óbvios, explicando que existem evidências consideráveis de que o património construído contribui para o carácter e a atratividade de uma área e para o conseqüente aumento nos valores dos imóveis.

O turismo é um dos principais veículos do intercâmbio cultural. “No final do século XX, o turismo tornou-se uma das principais razões para a conservação da herança cultural no mundo inteiro” (Orbasli, 2008, p.41). Se for bem gerido, contribui para a economia do local e conseqüentemente para a conservação do mesmo, contudo, o turismo excessivo e mal aproveitado pode ser prejudicial e conduzir à degradação ou à descaracterização do local, causando perdas irreversíveis, por isso o valor económico e turístico, embora seja indispensável para a conservação do local, não se deve sobrepor a outros valores de maior importância para a preservação da autenticidade do um sítio.

### VALOR SOCIAL

Feilden (2004) refere que, o valor social está profundamente ligado com o valor emocional e com o sentimento de pertença atribuído a um lugar. Orbasli (2008) explica que, o significado de um lugar histórico para a comunidade local, muitas vezes como parte de um acontecimento social em curso, constitui o seu valor social. Uma comunidade pode ter o prazer de utilizar um parque local ou reunir numa praça local, independentemente de seu valor histórico ou arquitetónico.

Ou seja, um local ou um edifício não necessita de ter um valor histórico ou arquitetónico significativo, o seu carácter único pode surgir por outro tipo de valores menos óbvios como é o caso de uma praça central, que pode igualmente ser valorizada pela sua associação com eventos ou tradições locais que contribuem para a identidade de uma população.

### VALOR EMOCIONAL

Orbasli (2008) explica que, as pessoas quando usam ou visitam um edifício podem sentir um apego emocional ao mesmo ou podem sentir pelo edifício uma grande admiração e respeito pelas realizações artísticas conseguidas. O valor emocional pode variar desde uma ligação afetiva com um local de culto ou memórias passadas e pode despertar um sentimento de grande admiração com a visão de um grande edifício, como o Taj Mahal, na Índia.

O facto de existir esta ligação emocional a um edifício, pode influenciar profundamente as opções tomadas durante o projeto de intervenção. Por exemplo, no caso de uma casa de família que passa de geração em geração, o valor emocional dado ao edifício pode influenciar o uso que lhe vai ser atribuído e o grau de intervenção a considerar de forma a

manter as memórias passadas.

#### VALOR RELIGIOSO E ESPIRITUAL:

De acordo com Orbasli (2008), para os crentes, as igrejas, sinagogas, mesquitas, templos e outros locais de cultos integram um significado e valor espiritual. Contudo, o valor religioso e espiritual pode ser atribuído não só aos lugares de culto, mas também a rotas de peregrinação, ou até mesmo à natureza sob a forma de montanhas, rios ou outros recursos naturais que são considerados como tendo valor espiritual e religioso por diferentes comunidades.

O valor espiritual e religioso, pode igualmente ser identificado em locais que foram alguma vez lugares de culto, mas não são mais utilizados para este fim, como por exemplo, os conventos e mosteiros que foram convertidos em pousadas.

#### VALOR POLÍTICO:

De acordo com Feilden (2004), os edifícios históricos e sítios arqueológicos podem ser usados para estabelecer a história de uma nação na mente das pessoas. Isto é muito importante para as novas nações, e é responsável por muitos projetos grandiosos. O mesmo autor esclarece ainda que os valores políticos em conservação podem estar igualmente presentes quando por exemplo um ministro adquire uma grande publicidade através de algum grande projeto de restauro.

Para Orbasli, a conservação não pode ser separada da política, “o favorecimento de determinados períodos sobre os outros é muitas vezes uma decisão política tomada por uma série de razões” (2008, p.41). A autora explica que no caso de Marrocos, as autoridades políticas têm pouco interesse em preservar os edifícios de estilo Arte Deco de Casablanca, uma vez que representam um período de domínio francês, e não são vistos como parte da identidade nacional, que se identifica com a arquitetura do estilo islâmico.

Em outros casos, os políticos vêem o valor do património cultural meramente em termos de receitas do turismo, o que pode alterar o equilíbrio de valores e distribuição de fundos para a conservação.

#### VALOR EDUCACIONAL:

De acordo com Feilden, “uma das motivações principais em conservação arquitetónica é oferecer oportunidades educacionais” (2004, p.X). Um edifício histórico constitui um testemunho físico, uma prova de acontecimentos ou vivências do passado, bem como

técnicas construtivas utilizadas ou materiais.

A Carta de Amesterdão redigida em 1975, já referia, o património arquitetónico tem um valor educativo determinante, este documento explica a importância de se “conservarem vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências” (Lopes & Correia, 2014, p.189), os edifícios possuem uma grande variedade de evidências do passado, o contacto direto com o objeto e a sua imagem são assim importantes para formação dos homens, bem como, para se conhecer e compreender o passado.

A mesma ideia é referida por Orbasli (2008) que sustenta que os edifícios e locais históricos têm valor no que pode ser aprendido com eles, incluindo temas como um período da história, um modo de vida passado, relações sociais ou técnicas de construção. O valor educacional abrange uma grande gama de educandos, desde crianças, até à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias.

A mesma autora sustenta que há também um valor educativo ligado ao próprio processo de conservação, por exemplo, o motivo para a construção de uma réplica de um edifício pode estar relacionada com a sua utilização como uma ferramenta educacional (2009).

#### VALOR CIENTÍFICO

De acordo com Orbasli (2008) os edifícios históricos tem um valor científico no que se refere á informação sobre as formas de construção, quer sejam as técnicas construtivas empregues ou nos materiais utilizados, que por sua vez informam os projetos de conservação. Eles contêm informações técnicas valiosas de materiais, onde foram obtidos, que tipo de ferramentas foram utilizados na sua construção e o que causou a sua degradação. Os edifícios também podem conter evidências de intervenções de conservação realizadas no passado. O valor científico de investigação e conhecimento está intimamente ligado ao valor educacional.

#### VALOR DOCUMENTAL

De acordo com Zancheti (2014), os valores documentais “são aqueles que documentam a passagem do tempo histórico, ou seja, o passado dos objetos” (p.3). Na arquitetura corrente estes valores podem estar na decoração das fachadas, nos tipos de alvenaria, nas técnicas e materiais utilizados, nos estilos, nos espaços, na evolução do edifício ao longo do tempo e em outros elementos.

De acordo com Teixeira (2013), “As paredes exteriores [dos edifícios correntes da cidade do Porto] tem sido os elementos arquitetónicos e construtivos cujos elementos de valor mais tem sido protegidos” (p.378), o mesmo não acontece com os elementos interiores dos

edifícios, que também eles, são prova de autenticidade e de uma determinada época.

#### VALOR ASSOCIATIVO:

Segundo Orbasli (2008), a associação de que um edifício ou lugar têm com um acontecimento ou personalidade na história é o seu valor associativo. O exemplo mais óbvio disso são as batalhas históricas, onde existem poucas provas físicas desse acontecimento, no entanto, a importância da localização não pode ser negada. A perda de vidas sofridas irá adicionar o valor emocional e espiritual e o lugar da batalha no contexto da história da nação dá-lhe o valor simbólico, embora isso, provavelmente, possa ser interpretado de forma diferente pelos dois lados envolvidos na época.

Outro exemplo do valor associativo, é quando um edifício é relacionado a uma personalidade relevante como é o caso da Casa de família do arquiteto Álvaro Siza, em Matosinhos, transformada na Casa da Arquitetura; ou o caso do prédio n.º 94 da Rua Alexandre Braga, no Porto, projetado pelo arquiteto José Marques da Silva, em que o edifício ganha valor por estar associado ao seu autor. Esse valor associativo influenciou a recente intervenção de recuperação realizado sob o lema 'menos é mais', em que menos alteração é mais autenticidade.

#### VALOR DE PAISAGEM URBANA:

Orbasli (2008) explica que, em muitos casos, o valor de um edifício não está relacionado com os seus atributos individuais, mas sim com a sua contribuição para um grupo de edifícios, rua ou paisagem urbana. Edifícios não podem ser tratados de forma isolada do seu ambiente ou contexto. É ainda de referir que, em muitos casos, o valor de grupo é maior do que o valor dos componentes individuais.

#### VALOR DE USO/ FUNCIONAIS:

O valor de uso ou valor funcional está intimamente ligado ao desempenho do objeto na sociedade. Feilden (2004) refere que, os valores funcionais são importantes quando se considera a reabilitação ou renovação de edifícios. Se um edifício não pode ser utilizado, acaba por tornar-se obsoleto e está sujeito a ameaças económicas. O mesmo autor, acrescenta no entanto, que os edifícios históricos são flexíveis para satisfazer uma grande variedade de utilizações, podendo com pequenas alterações ser adaptados a novas funções, "a remodelação e a reabilitação de edifícios residenciais de uma cidade é geralmente um plano melhor do que a demolição e reconstrução" (Feilden, 2004, p.IX).

Stubbs (2009) apoia a mesma ideia e acrescenta que o valor de uso é de grande importância, dado que a maioria dos edifícios, eventualmente, são vítima da obsolescência funcional e

geralmente são substituídas por alternativas mais eficientes. Posto isto, conclui-se que a utilidade de um edifício no presente, mesmo não sendo o uso original, aumenta a probabilidade de este ser preservado, uma vez que implica a sua manutenção. De salientar igualmente que, quando se mantém, por exemplo, o uso habitacional, está-se a valorizar a continuidade desse mesmo uso.

### 2.1.3. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

Os princípios são os principais orientadores a ter em conta na hora de se intervir no património. Eles são as bases das intervenções e justificam as atitudes que o arquiteto tem sobre o edifício. A atitude ética e responsável é igualmente importante perante a conservação “levando-se em consideração que o conservador não é dono do projeto de conservação” (Correia, 2009, p.101), mas sim o responsável perante a conservação adequada no bem arquitetónico.

É importante esclarecer a ligação entre a ética e os princípios de intervenção, pois estão intimamente ligados, uma vez que para se realizar uma intervenção ética, o arquiteto deve primeiro analisar os valores do bem arquitetónico para definir qual os princípios de intervenção a aplicar, princípios esses que, muitas vezes, não são sequer utilizados. Essa escolha é feita a partir da ética do arquiteto perante o objeto.

Nesse sentido, de seguida, serão apresentados de forma sucinta, os principais princípios desenvolvidos no seio da comunidade científica com o objetivo de salvaguarda do património de intervenções menos éticas.

#### AUTENTICIDADE

O princípio de autenticidade é considerado por muitos especialistas um dos mais importantes relativamente ao património cultural. Embora tenha adquirido muita importância nas teorias e nas práticas de intervenção, o seu significado demorou algum tempo a ser definido de forma clara, dando-se inicialmente importância apenas ao material, há forma ou ao uso da estrutura original do bem arquitetónico.

Correia refere que “a noção de autenticidade não deve ser reduzida exclusivamente a aspetos técnicos e formais” (2009, p. 83). O documento de Nara realizado em 1994 foi um grande avanço no que diz respeito a problemática da definição de autenticidade, “abraçando outras perspetivas de compreensão de autenticidade através dos valores sociais e culturais das diferentes sociedades” (Correia, 2009, p. 83). Nesse sentido, pressupõem-se que o que é genuíno e autêntico para uma cultura, pode não significar o mesmo para outra.

Já Orbasli evidencia que, “no mundo ocidental o tecido genuíno e a sua forma material são de maior importância, enquanto em outras culturas o sentido de lugar é mais importante para a realização de autenticidade” (2008, p. 52).

O Documento de Nara foi portanto, fundamental para a existência de um maior respeito pela diversidade de culturas e de património nas práticas da conservação e veio mostrar que, “a autenticidade pode ser identificada não tanto na originalidade dos materiais e das formas, mas também nas práticas tradicionais, como é o caso de certos tipos de património executado com materiais facilmente perecíveis, o que acontece com os templos de madeira japoneses” (Teixeira, 2009, p. 45).

O conceito foi sendo atualizado, com o passar do tempo, e a sua mais recente interpretação está na Carta de Cracóvia [2000], que define autenticidade como “o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo” (Lopes & Correia, 2014, p.361).

#### NEUTRALIDADE

Para Warren, o princípio da neutralidade é uma continuação do princípio da autenticidade, o que implica que numa construção, o carácter existente anteriormente à intervenção, deve ser garantido pela ação de conservação (1999, citado por Correia, 2007). Assim, uma intervenção conduzida por este princípio irá tentar preservar o máximo de valores e significados existentes na pré-existência.

Correia acrescenta ainda que “o princípio de neutralidade importa em particular em ações de reabilitação, pois apesar da função original poder ser alterada, a continuação do uso do edifício e o respeito pelas suas características essenciais, é fundamental, de modo a que este seja preservado o mais possível” (Correia, 2007, p.212).

#### UNIVERSALIDADE

O princípio de universalidade foi aplicado desde a Convenção de Paris, em 1972. Segundo Correia (2009), esta convenção foi responsável por estabelecer que o património cultural de importância extraordinária, seria classificado como património mundial, adquirindo um significado universal.

Tratando-se de bens únicos e insubstituíveis, constata-se “ que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes” (Lopes

& Correia, 2014 p.175).

Este princípio vem apelar que, “a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo” (Lopes & Correia, 2014, p.175) e, por isso mesmo, é responsabilidade de todos mantê-lo e preservá-lo para as gerações futuras.

Temos em Portugal muitos exemplos de monumentos, conjuntos e locais de interesse, classificados como património mundial, com valor universal excecional. No entanto, tem-se vindo a constatar alguma dificuldade em salvaguardar este património. O centro histórico da cidade do Porto, classificado como património mundial da UNESCO desde 1996, tem alguns casos que constituem um mau exemplo da aplicação deste princípio, uma vez que as intervenções realizadas nos últimos anos desfiguram e destroem principalmente os interiores dos edifícios, que perdem a sua unidade e a sua autenticidade.

Resumidamente este princípio pretende assegurar que, os bens patrimoniais são deixados para as gerações futuras na plenitude da sua autenticidade, responsabilizando a geração atual pela sua conservação.

#### REVERSIBILIDADE

O Princípio da reversibilidade é considerado como um dos princípios mais difícil de aplicar no património. De acordo com Brandi o restauro é "o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro" (2006, p.30). Assim sendo, as intervenções realizadas devem ser identificáveis como uma marca distinta da época que a produziu (distintos materiais, tonalidades, acabamentos), sem que se reduza o restauro a uma mera recomposição estética ou que se produza um falso histórico a partir dela.

De acordo com o pensamento *Brandiano* “a integração (de alguma parte) deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir (...) qualquer intervenção de restauro não torne impossível mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (2006, pp. 47 e 48).

De acordo com Zancheti, “a visão mais contemporânea de reversibilidade define o conceito como a da capacidade de *re-tratamento* que significa poder tratar algo que foi previamente realizado com o menor dano possível” (2014, p. 10).

Correia (2009), salienta que esta ação pode ser comprometida principalmente se existir “uma reação química entre os materiais” (p. 84). Por isso, a nível construtivo, a intervenção deve dar preferência à utilização de materiais e técnicas com características próximas às pré-

existentes. Quando o emprego de novos materiais é inevitável para assegurar a estabilidade do objeto, estes devem ser o menos intrusivos possível, para que, no caso da sua possível remoção futura não destrua a construção original. A utilização do betão armado para a consolidação de estruturas antigas foi uma das causas para a destruição de muitas estruturas. Segundo as recomendações da Carta de Cracóvia [2000]: “Embora a aplicação *in situ* de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta (...) a possibilidade da sua eventual reversibilidade” (Lopes & Correia, 2014, p. 359).

Para além de se associar este princípio diretamente á materialidade e técnicas construtivas outro aspeto importante é a escolha do novo uso e definição do novo programa. Esta escolha “deve ser feita cuidadosamente, de modo a que tal não implique grandes transformações espaciais ou demolições estruturais e de elementos de valor” (Almeida, 2014, p.98).

Posto isto, pode-se resumir que, o Princípio de Reversibilidade, deve facilitar qualquer intervenção futura. As intervenções não devem alterar a natureza do objeto, devendo-se intervir com respeito, rigor e cuidado em relação à pré-existência e ser o menos intrusivo possível para que possa um dia mais tarde ser retirado para uma futura intervenção.

### MÍNIMA INTERVENÇÃO

Desde a carta de Veneza que se entende que, para preservar um edifício, a ação de conservação deve ser a mínima possível. Também Brandi defendia o mesmo princípio. No entanto, Zancheti refere que “é muito difícil definir o que seja a mínima intervenção sem estabelecer os objetivos da conservação e o contexto em que se insere o objeto” (2014, p. 10). Com isto quer-se dizer, por exemplo, que as ações que vão ser tomadas na intervenção de um objeto, que vai ser guardado num museu, não são as mesmas a ser tomadas num objeto que vai estar exposto às intempéries do clima, ou que vai voltar novamente ao uso. Por isso que o conceito de mínima intervenção é muito relativo e depende sempre das circunstâncias em que se encontra o bem a conservar.

Segundo Correia, “o princípio da mínima intervenção facilita a reversibilidade da intervenção, bem como a preservação da sua autenticidade” (2009, p.84) devendo ser inseparável de qualquer obra de conservação.

De acordo com a Carta de Cracóvia [2000], “qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro” (Lopes & Correia, 2014, p.356). Posto isto, uma intervenção pautada pelo princípio da mínima intervenção, vai assegurar o aproveitamento dos recursos originais do

edifício [das técnicas, dos materiais, da sua imagem unitária].

Assim, uma intervenção regulada pela mínima intervenção, vai assegurar que o objeto chegue às gerações futuras numa condição mais próxima possível do original.

### UNIDADE

O princípio da unidade é desenvolvido através da leitura do objeto como um todo, respeitando todas as suas partes e a sua evolução no tempo.

Segundo Brandi, “o restauro deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (2006, p. 33).

A carta de Cracóvia [2000] recomenda que, “o objetivo da conservação (...) dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores” (Lopes & Correia, 2014, p.357), no entanto, as intervenções de que tem sido alvo grande percentagem dos edifícios que constituem os centros históricos, são pautadas pela demolição integral dos seus interiores, destruindo para além dos seus valores, a sua unidade.

### INTEGRIDADE

O princípio da integridade pode ser interpretado em semelhança com o princípio de unidade, estando também relacionado com a visão de um todo, indivisível. Um edifício e o lugar onde se encontra (só faz sentido desta forma). Tem como objetivo conservar a relação entre o objeto, todas as suas peças e o contexto geral. Um exemplo relatado na Carta de Veneza [1964] que expõe “os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele (...)” (Lopes & Correia, 2014 p.123) pois pertencem intrinsecamente ao do bem arquitetónico, e só fazem sentido naquele lugar, sendo este um exemplo de aplicação do princípio de integridade.

## 2.2. CORRENTES TEÓRICAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

**INTRODUÇÃO** Desde sempre que a ação do homem foi a de preservar os edifícios onde habitava, não por compreender o seu valor histórico ou artístico, mas porque necessitava de os utilizar, preservando-os e adaptando-os a novos usos. Os primeiros registos de proteção e salvaguarda do património surgem nas grandes civilizações da Antiguidade Clássica, Grécia e Roma. Contudo, as diversas ações de preservação e alteração de uso não eram entendidas

como restauro, até porque tal definição era inexistente, uma vez que, nunca o homem se tinha debruçado sobre tal reflexão. Não existindo nas intervenções preocupações como as de cumprir o estilo específico da obra a ser restaurada, eram aplicadas técnicas e estilos das épocas em que eram modificadas, acabando por partilhar de uma visão bastante atual (Vaz, 2009).

Tendo esta dissertação, como objetivo, a aprendizagem e o conhecimento em torno da prática de intervenção no património é fundamental entender os conceitos e teorias associados a esta disciplina e a sua evolução ao longo da história para, deste modo, ter a consciência da atitude correta a seguir neste momento.

**PÁPA PIO II** Foi no século XVI, no momento do Renascimento italiano, que surgiram as primeiras noções sobre a importância de conservar os elementos do passado e os cuidados a ter para a sua salvaguarda. Pio II, em 1462, ordena a necessidade de ‘conservar a Cidade-Mãe (Roma) na sua *‘Dignidade e Esplendor’*, apelando para a “manutenção e preservação das basílicas, igrejas e todos os outros lugares santos dessa cidade, mas também para que as gerações futuras encontrem intactos os edifícios da Antiguidade e os seus vestígios” (Choay, 2000, p.46). Com isto salienta-se o importante papel da igreja para a salvaguarda e recuperação dos monumentos antigos, lançando desta forma a primeira pedra na tomada de consciência e nascimento das primeiras indicações normativas para a salvaguarda do património edificado. A Bula Papal *‘Cum Albam Mostram Urbem’*, publicada em 1462, é o primeiro documento que traduz o objetivo de preservar os edifícios da Antiguidade Clássica.

Desde então, foram várias as teorias sobre a conservação e o restauro que, desde o século XVI ao século XIX, foram desenvolvidas em função dos momentos históricos e das conjeturas de cada país. Diversos autores tomaram posições, que por vezes se tornaram contraditórias, já que cada autor defendia um modo de intervenção, em função da sua realidade [momento histórico e situação geográfica].

Os termos ‘conservação’ e ‘restauro’, foram sendo interpretados de formas distintas, levando a que cada autor defendesse a sua própria corrente, que não era certa ou errada, apenas discutível, o que leva a que atualmente, a ação decorrente da teoria defenda determinados pressupostos anteriormente rejeitados ou aceites.

Foi somente após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial que se desenvolveram novas teorias sobre a salvaguarda do património. Gradualmente surgiu a disciplina atualmente denominada de *conservação e restauro*, mas que no século XIX foi preconizada por duas correntes distintas, a da conservação (defendida em Inglaterra) e a do restauro (mais próxima de franceses e italianos). Esta distinção acabará por ultrapassar os limites do século XIX, sendo que autores do século XX continuaram o debate iniciado por Ruskin e

Violet-le-Duc.

De entre o que hoje se designa como Restauro Moderno, foram surgindo conceitos tais como os de Restauro Arqueológico, Restauro Estilístico, Restauro Romântico, Restauro Histórico, Restauro Filológico, Restauro Científico e por último o Restauro Crítico.

**RESTAURO ARQUEOLÓGICO**  
**VALADIER (1762–1839)**  
**STERN (1774-1820)**

O Restauro Arqueológico surge na Itália no início do século XIX pelas mãos de Giuseppe Valadier [1762–1839] e Raffaele Stern [1774-1820] materializada na intervenção do Arco de Tito. As intervenções executadas sob esta tendência classicista realizavam uma ‘limpeza’ aos monumentos, onde se retiravam todos os acrescentos de épocas que não faziam parte do projeto original. Para isso “os monumentos eram estudados e analisados, de modo a perceber como seriam na época da sua construção, e obter a recomposição do edifício mediante, se possível, utilização de partes originais [anastilosis], tornando-o numa unidade completa e perfeita (Luso, Lourenço & Almeida, 2004, p.34). A intervenção no Arco de Tito através da sua recomposição com materiais originais caídos e pela sua reprodução com materiais diferentes do original permitiu novamente a leitura do monumento como um todo, recuperando a sua função simbólica. No entanto, as partes adicionadas são facilmente reconhecidas como tais, evitando desta forma um falso histórico.

Várias obras importantes foram executadas sob a orientação do restauro arqueológico, porém, importa referir que este foi responsável pelo desaparecimento de muitos fragmentos da história dos edifícios. Por exemplo, Luso, Lourenço e Almeida (2004) apresentam a diferença depois da intervenção realizada no Anfiteatro de Arles em França, o monumento que serviu de cidade fortificada, que abrigou o povo de Arles durante a guerra, volta ao seu estado inicial de arquitetura Romana como se aquele acontecimento da história nunca tivesse ocorrido.

Após esta prática de intervenção, seguiram-se novas teorias, ligadas ao estudo do passado e ao romantismo. Entre as décadas de 1830 e 1870 vão se difundindo, pelas mãos de Viollet-le-Duc e John Ruskin, duas teorias opostas no pensamento, mas paralelas no tempo.

**RESTAURO ESTILÍSTICO**  
**VIOLLET-LE-DUC**  
**[1814-1879]**

De acordo com Aguiar (2002), o Restauro Estilístico defendido por Viollet-le-Duc na França oitocentista, tinha como um dos seus principais objetivos a reutilização da função dos edifícios, “uma questão que sempre considerou primordial: a imprescindibilidade da reutilização funcional dos monumentos, atribuindo-lhes utilizações concretas enquanto arquiteturas. Os monumentos deveriam resolver funções de utilidade económica e social” (Aguiar, 2002, p.41).

Contudo Viollet-le-Duc vai mais além e complementa a sua teoria explicando que o arquiteto devia levar o edifício ao seu estado mais puro, mesmo que este nunca tivesse existido.

Segundo Luso, Lourenço e Almeida (2004), para tal era necessário que o arquiteto se colocasse na pele do projetista inicial, melhorando os seus defeitos e procurando o estilo ideal, através de documentos e desenhos, ou quando estes não existiam, através de regras de estilos circundantes, sem acrescentar contributos pessoais.

No entanto, as ideias progressistas de Viollet-le-Duc não foram exatamente aplicadas em muitos restauros que realizou, sendo alguns “bastante fantasiosos e com invenções e decorações realmente criativas” (Luso, Lourenço & Almeida, 2004, p.35). As suas ideias foram seguidas em toda a Europa durante todo o séc. XIX e XX resultando em inúmeros problemas de autenticidade histórica.

Desde logo, apareceram muitos opositores a esta teoria, uma vez que o processo utilizado “provocava a perda, de forma definitiva, de grande parte do conteúdo documental e afetava a autenticidade testemunhal, assim como o valor evocativo e poético dos monumentos históricos.” (Aguiar, 2002, p.42).

RESTAURO ROMÂNTICO  
JOHN RUSKIN  
[1819-1900]

John Ruskin, em Inglaterra, e o seu discípulo William Morris, foram os maiores opositores às teorias de Violet-le-Duc, pois as ideias fantasiosas deste último eram incompatíveis com o que Ruskin sustentava, isto é, o Restauro Romântico, que consistia na valorização estética e simbólica da ruína, do edifício tal como se encontrava, em que as marcas do tempo faziam parte da essência do monumento.

Segundo Ruskin, “Podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença. Podemos saber mais da Grécia e da sua cultura pelos seus destroços que pela sua poesia e a sua história (...) vale mais um material grosseiro mas que narre uma história, do que uma obra rica e sem significado” (citado por Aguiar, 2002).

Ruskin defende a mínima intervenção, permitindo apenas a consolidação estrutural do edifício para que este permaneça de pé. A sua ideia consistia na constante manutenção do monumento a fim de evitar um futuro restauro. “A maior e mais profícua contribuição de Ruskin foi a sua sustentação ideológica da conservação como metodologia de preservação patrimonial alternativa ao restauro” (Aguiar, 2002, p.44) iniciando uma nova polémica nesta matéria, a Conservação versus Restauro.

Na realidade, o seu pensamento marcou sem dúvida a história da conservação e do restauro, fazendo parte, ainda hoje, das recomendações presentes nas mais importantes cartas e convenções sobre património. O seu ‘culto pela ruína’ foi levado ao extremo, utilizando metaforicamente na arquitetura um conceito biológico, entendendo a obra como algo que nasce, vive e morre. Aceita a degradação como parte da vida do edifício, sendo as suas marcas como ‘rugos’, sinais da passagem do edifício pelo tempo. Entendendo desta forma o

restauro como o ‘ressuscitar dos mortos’.

No final do século XIX e início do século XX, pela mão dos italianos Luca Beltrami e Camillo Boito surgem o Restauro Histórico e o Restauro Filológico. Estes autores vieram em defesa da conservação e reparação dos monumentos de modo a preservar os seus valores históricos e artísticos, sendo que, ambos “procuram a verdade objetiva dos factos, diferentes em cada obra de arte, e assentam na convicção de que cada monumento constitui um facto único e distinto, exigindo abordagens específicas em cada caso” (Aguiar, 2002, p.44).

**RESTAURO HISTÓRICO** O Restauro Histórico de Luca Beltrami, defendia a reconstituição e a reconstrução desde que fosse objetiva e rigorosamente documentada. Cada edifício deveria ser estudado individualmente, indo contra a utilização de critérios gerais de intervenção.

**LUCA BELTRAMI**  
[1854-1933]

Este restauro era diferente do Restauro Estilístico, uma vez que não aceitava a reconstituição hipotética com base em referências estilísticas, nem a reprodução sem provas físicas e documentais verdadeiras. Representou um avanço, que contudo, em termos práticos, se prestou a vários equívocos dada a incapacidade crítica e suficientemente rigorosa do uso das fontes documentais, tendo a subjetividade tomado conta das intervenções.

Importa referir que Beltrami colocava em segundo plano as questões técnicas, dos materiais e dos processos construtivos, admitindo a aplicação de métodos e materiais de construção modernos nos elementos estruturais dos edifícios, podendo estes ser ou não revestidos pelos seus materiais originais, sem que isso pusesse em risco a autenticidade do edifício (Jokilehto, 1986).

**RESTAURO FILOLÓGICO** Camillo Boito, arquiteto italiano, foi o maior defensor e impulsionador do Restauro Filológico. As suas ideias aparecem como reação à noção de restauro de Viollet-le-Duc, e às ideias passivas de Ruskin. Ele e os seus discípulos, defendem intervenções de nível mediano, que serviram de base às teorias atuais. É um dos principais tutores da conservação integral opondo-se à reconstituição do objeto, propondo respeitar todas as partes do monumento “(...) sem negar a importância do valor artístico, destacou o valor primordial do monumento enquanto testemunho e documento histórico” (Aguiar, 2002, p.46). Para ele, todos os acrescentos de épocas posteriores, testemunham a história do monumento, à semelhança dos pensamentos de Brandi. Segundo a sua teoria, todo o monumento deve ser preservado e as intervenções de restauro, só devem ser executadas quando necessário, afirmando-se contra os restauros estilísticos que falsificavam os monumentos, ainda que, e à semelhança de Viollet-le-Duc “acreditava na importância da reutilização para a salvaguarda dos monumentos” (Aguiar, 2002, p.46).

**CAMILLO BOITO**  
[1836-1914]

Boito defende a manutenção acima de tudo, de modo a evitar o restauro, à semelhança de Ruskin, mas sem a sua atitude passiva de deixá-lo cair em ruínas.

Segundo Aguiar (2002), a principal contribuição de Camillo Boito, foi encontrar a difícil conjugação entre as teorias estritamente conservacionistas de Ruskin, com as práticas positivistas do restauro de Viollet-le-Duc, não permitindo que se perdesse a autenticidade histórica e arquitetónica do monumento.

À semelhança do Restauro Arqueológico, o Restauro Histórico defendia que a intervenção, quando necessária, deveria ser bem diferenciada, existindo uma clara distância entre a obra antiga e a obra moderna. Como demonstração prática, Boito dava o exemplo do Arco de Tito de [Stern e Valadier] onde as lacunas se refaziam, por meio de reproduções simplificadas e com um material diferente, de forma a fugir do que se poderia chamar falsificação histórica, não esquecendo a preocupação de não perturbar a leitura estética do monumento.

Segundo Jokilehto (1986), muitas das ideias de Boito estabeleceram a primeira carta italiana da conservação de proteção do património que em 1902 foi oficialmente integrada na legislação italiana sobre a conservação do património. Estes princípios foram as bases da teorias mais modernas que foram corrigidas, reformuladas e levadas a formar parte da Carta de Atenas de 1931, através de Gustavo Giovannoni.

**ALOIS RIEGL** [1858- 1905] Alois Riegl, deu a sua contribuição em 1902, quando foi encarregue de dirigir a comissão Austríaca dos monumentos históricos. Este autor não concebeu uma doutrina do restauro mas formalizou algumas normas para a inventariação dos VALORES dos monumentos. Na sua obra *'O Culto Moderno dos Monumentos'*, Riegl (2008) define dois tipos de valores: os valores rememorativos ligados á antiguidade e à memória e os valores contemporâneos, ligados ao presente e ao uso do edifício. Esta avaliação de valores patrimoniais vai delinear a melhor estratégia para a intervenção no património, ajudando o arquiteto a optar pelo procedimento detalhado e qual o método mais apropriado, tratando-se de uma ação de conservação, recuperação ou restauro, introduzindo novas abordagens na avaliação do objeto, tendo em conta fatores mais subjetivos, como as variantes culturais e temporais.

Riegl (2008) introduz também novos conceitos, como o de património urbano e o património industrial. Um dos seus principais percursores foi Gustavo Giovannoni, que veio relacionar e desenvolver as suas ideias.

**RESTAURO CIENTÍFICO**  
**GUSTAVO GIOVANNONI** [1873- 1947] Giovannoni, marcou a primeira metade do séc. XIX com o Restauro Científico, ou também denominado restauro moderno, o qual se baseava no princípio da atuação mínima, tendo como principal preocupação a autenticidade do monumento, baseando-se sempre em metodologias de rigor científico, "procura garantir a sobrevivência da autenticidade dos

monumentos enquanto documentos históricos e enquanto obras de arte” (Aguiar, 2002, p.50).

Este autor considera a existência de cinco modelos possíveis de atuação. Em primeiro lugar a consolidação, só depois a recomposição de peças originais, também conhecida como *anastilosis*, seguida da liberação, que consistia na remoção de partes não originais do monumento e por fim o completamento ou renovação de forma a recuperar a imagem do monumento.

Aguiar (2002) defende que um outro aspeto fundamental para este arquiteto urbanista era a importância da salvaguarda do contexto onde se inseriam os monumentos e a sua relação com a arquitetura menor, pois esta formava a matriz urbana, que os enquadrava e os rodeava sendo “ juntamente com Ruskin e Sitte, um dos pioneiros na invenção e consolidação metodológica do conceito de ‘*conservação do património urbano*’” (Aguiar, 2002, p.50).

No decorrer de todo o século XIX e início do século XX, foram realizados vários encontros internacionais de arquitetura, onde se analisaram diversas questões relacionadas com a conservação e restauro do património. Desses encontros surgiram vários documentos, como a Carta de Atenas de 1931, ou a *Carta del Restauro* de 1932, que vieram desenvolver algumas noções sobre a preservação do ambiente urbano da cidade histórica.

## II GUERRA MUNDIAL [1939-1945]

No entanto, após a destruição de alguns dos centros históricos de cidades europeias no seguimento da Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de uma rápida recuperação de todo um património então destruído. Aí, foram postas em causa as anteriores teorias e práticas acima mencionadas por não serem suficientes ou adequadas, tornando-se demasiado lentas e complexas.

Perante a necessidade de atuações urgentes, face ao grau de destruição que se verificava, Teixeira relata que, “foram realizadas dezenas de reconstruções rigorosamente miméticas, recuperando assim os métodos anteriores à guerra. Estas repristinações devolveram os edifícios ao seu estado anterior ao conflito bélico” (2013, p.39).

Dada a urgente necessidade de intervenção nos monumentos e para a recuperação da atividade económica e industrial da Europa, surgiu uma primeira cartilha do restauro sugerindo diversas formas de atuação, que poderiam eventualmente admitir a reconstrução ou algum tipo de *anastilosis* (Teixeira, 2013). Foi este contexto que potenciou todo o desenvolvimento das teorias de restauro do pós-guerra, nomeadamente as reflexões do restauro crítico.

**RESTAURO CRÍTICO** Como pais do conceito do Restauro Crítico, destacam-se autores como Giulio Carlo Argan  
**CESARI BRANDI** [1909-1992], Roberto Pane [1897-1987] e Renato Bonelli [1911-2004], contudo “Cesari  
[1906-1988] Brandi surge como um dos protagonistas de uma nova escola de pensamento da qual resultou [quase diretamente] uma nova carta internacional de restauro, ainda hoje válida – a Carta de Veneza de 1964 – e uma nova Carta italiana, a Carta del Restauro de 1972” (Aguiar, 2002, p.57).

Brandi, solidifica as bases do seu pensamento na conhecida obra Teoria del Restauro em 1963. Esta publicação pretendia rever as teorias de Boito e de Giovannoni e é, até hoje, uma obra essencial na prática da conservação.

O autor explica na sua teoria que, “qualquer comportamento em relação a obra de arte, incluindo aí a intervenção de restauro, depende de ter havido o reconhecimento ou não da obra de arte como obra de arte” (Brandi, 2006, p.6).

O reconhecimento do valor artístico da obra de arte, torna-se primordial na compreensão de como se deve intervir. Os valores estéticos e históricos, destacam-se na valorização do monumento, dos quais é necessário obter pleno conhecimento antes do processo de restauro.

A não remoção dos objetos artísticos do seu lugar de origem, é uma das ideias que defende de modo a conseguir a máxima conservação dos mesmos. O aspeto adquirido pela passagem do tempo, a patina, que assegura à obra de arte o testemunho da sua antiguidade. Defende também que “deve-se respeitar os elementos acrescentados e evitar intervenções inovadoras ou de repriminção quando se faz um restauro para que haja conservação” (Brandi, 2006, p.167).

Para Brandi, o ‘restauro arqueológico’ fixava o objeto no estado como este chega ao tempo do observador, não realizando a aspiração fundamental da consistência em relação à obra de arte: a restituição da sua unidade potencial. Deste modo, “o único momento legítimo que se oferece para a ação de restauro é aquele do próprio presente na consciência do observador, no qual a obra de arte é instantânea e presente histórico (...). O restauro, para representar uma operação legítima não deverá presumir nem o tempo como reversível, nem a abolição da história” (Aguiar, 2002, p.58).

De entre os princípios gerais que defende, muitos há que são atualmente seguidos, e dos quais se destacam:

- “As integrações devem ser reconhecíveis sem prejudicar a unidade a atingir” (Aguiar, 2002, p.60). A unidade da obra não deve ser prejudicada pela imposição de um novo elemento.

- O entendimento do valor estético de um material, de uma obra de arte com dupla função, relacionada ora com a “estrutura” ora com o “aspeto”, possibilitando um leque de atuações no restauro das estruturas, bem como, no restauro de superfícies que estabelecem a imagem final de uma obra de arte. A atuação deve ser vocacionada para o que se revela mais importante artisticamente. Concretamente, daqui resulta que a consolidação da estrutura não deve interferir no aspeto.

- A intervenção de restauro deve permitir operações futuras e ser considerado como um ato histórico, fazendo parte do processo de continuidade.

Teixeira (2013) explica que, após a destruição da II Grande Guerra prevaleceu a doutrina da reutilização dos edifícios do passado histórico, usando um ‘discurso funcionalista’ para legitimar novos usos para velhos edifícios, originando graves distorções. Muito embora estas intervenções tenham salvado, do desaparecimento, muitos edifícios históricos, o autor explica que, na sua maioria, o resultado não foi positivo, uma vez que alteraram as tipologias originais dos edifícios, bem como o seu significado cultural e arquitetónico.

#### RESTAURO INTEGRAL FINAIS SÉC.XX

A fim de contrariar essa tendência, as últimas décadas do século XX, ficam marcadas por uma nova doutrina, o Restauro Integral, que vem defender justamente a conservação das características estéticas e arquitetónicas dos monumentos, afastando as intervenções profundas e radicais recorrentes, quando se trata de intervir num edifício não classificado (Teixeira, 2013, pag.41). Esta doutrina recomenda assim o uso dos edifícios para outras utilizações, apenas quando se verifique compatibilidade entre a sua função original e as exigências do novo uso. Teixeira citando Blanco acrescenta ainda que, “A sobriedade, a prudência e o respeito para com o passado, constituem os princípios mais eficientes para evitar danificar a fragilidade conjuntural dos monumentos no que diz respeito à sua reutilização” (2013, p.41).

### 2.3. CARTAS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Desde inícios do século XX que se redigiram inúmeras cartas e tratados referentes à problemática de se intervir no património histórico. Primeiro na Europa, alastrando-se mais tarde ao resto do mundo, inúmeros especialistas têm vindo a reunir esforços, no sentido de criarem um conjunto de princípios e conceitos que sirvam de base para orientar a conservação e o restauro. Salienta-se que o conteúdo dos documentos não tem como objetivo a sua imposição, mas sim deixar em aberto possibilidades e alternativas, para que as ações sejam as mais adequadas caso a caso.

Desde a formação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) em 1965,

que muitos temas relacionados com a intervenção no património tem sido abordados em busca de um consenso mundial. Até aos dias de hoje, existem um total de 97 Cartas e Documentos internacionais oficializados pelo ICOMOS. De seguida serão apresentados os mais significativos para o tema desta dissertação.

Estas cartas servem de orientações para a intervenção no património.

### **2.3.1. CARTA DE ATENAS**

A Carta de Atenas de 1931, foi o primeiro ato normativo internacional dedicado ao património, com especial preocupação sobre a problemática do restauro. Foi realizada em 1931, durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos realizado em Atenas, que contou com a participação de mais de 120 peritos de 24 países.

Esta Carta surge num período de instabilidade marcado pela I Guerra Mundial, agravado pela crise económica, social e política que se vivia na altura. Trata-se de um documento pioneiro que apresenta conceitos importantes para a preservação de edifícios, lançando desta forma as bases para uma nova abordagem sobre o restauro moderno.

Um dos primeiros aspetos a ter em conta neste documento foi a necessidade de se estabelecerem princípios comuns para todos, adequando-se às circunstâncias locais e tradições de cada país.

Relativamente às diretrizes estabelecidas em termos de doutrinas e princípios gerais, a Carta recomenda o afastamento das reconstituições integrais, valorizando a manutenção, uma vez que esta deve ser regular e permanente, de modo a assegurar a conservação dos edifícios. A conferência recomenda também “que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-se contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico” (Lopes & Correia, 2014, p.59) e ainda para as situações em que o restauro é inevitável, sendo importante respeitar a obra histórica mantendo todos os estilos das diferentes épocas, uma vez que, todas fazem parte da vida do edifício.

Quanto às técnicas de intervenção, a Carta apela a um trabalho interdisciplinar, a um estudo e uma análise profundamente documentada, de modo a ser elaborado um diagnóstico correto e uma intervenção adequada, consciencializando de que cada edifício é um caso específico.

Outro aspeto importante a referir é o direito da coletividade face á propriedade privada, ou seja o interesse público deve sobrepor-se aos interesses privados, tendo as autoridades

públicas o dever de tomar medidas face à conservação de monumentos privados.

Apesar de esta Carta apontar aspetos importantes, deve-se fazer notar que este documento perdeu a sua validade, devido a vários equívocos, e foi substituído pela Carta de Veneza [1964], que pelo seu rigor e clareza continua a ser universalmente aceite.

### **2.3.2. CARTA DE VENEZA**

Também conhecida por Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, a Carta de Veneza de 1964, veio introduzir alguns princípios de conservação que ainda hoje se revelam fundamentais. Como já foi referido anteriormente este documento está diretamente ligado com as teorias do restauro crítico de Brandi, introduzindo algumas inovações no que diz respeito á definição de monumento histórico, passando a englobar sítios urbanos e rurais.

Um dos princípios orientadores fundamentais que este documento menciona é o dever que a humanidade tem de preservar e transmitir as obras monumentais de cada povo na plenitude da sua autenticidade, para que, desta forma, a “mensagem espiritual do passado, perdure no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares” (Lopes & Correia, 2015, p.121).

A Carta dá preferência às atuações de conservação, recomenda a manutenção constante dos monumentos, aceita a adaptação a novos usos desde que não alterem a disposição nem a decoração dos edifícios, e refere a importância do edifício não ser conservado como um elemento isolado uma vez que deve ser considerada sempre a sua envolvente próxima e o enquadramento cultural.

No que diz respeito a aspetos ligados ao restauro, a Carta recomenda que as intervenções devem ser de carácter excepcional, apela a que todas as intervenções efetuadas em prol da continuidade da sobrevivência do edifício devem ser claramente reconhecidas e nas situações em que é necessário usar novos materiais para a consolidação, a sua aplicação deve ter sido testada cientificamente, para evitar situações de incompatibilidade.

Outro ponto importante a referir é o facto da Carta ir contra a unidade de estilo defendida por Viollet -le-Duc, uma vez que devem ser preservadas todas as intervenções das diferentes épocas. Tal como a Carta de Atenas, a Carta de Veneza recomenda o levantamento fotográfico e documental de todas as intervenções realizadas e a sua publicação com vista a facilitar as intervenções futuras.

A relevância desta Carta deve-se ao facto de continuar a ser aquela que, apesar das

sucessivas cartas, normas e recomendações publicadas posteriormente, continua a ser atual e a base das demais publicações que de seguida se apresentam.

### **2.3.3. NORMAS DE QUITO**

Este documento de 1967 adverte principalmente para a necessidade de conservação e utilização do património monumental e vem apelar para a revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento económico-social. Desta forma os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem recursos económicos para as regiões onde se inserem, trazendo assim mais meios para a manutenção do seu património.

Atualmente é possível constatar que direta ou indiretamente, a salvaguarda de grande parte do património cultural da Europa se deve muito ao turismo, sendo esta atividade aquela que economicamente, tem viabilizado muitas das intervenções.

Uma década após a publicação das Normas de Quito, surge a necessidade de publicar a Carta ao Turismo Cultural (ICOMOS, 1976) com a intenção de criar uma postura mais cuidadosa em relação à temática do turismo, sendo que, neste momento, era já clara a preocupação pelo uso excessivo e descontrolado dos monumentos e sítios.

Assim como o documento precedente, esta nova Carta recomenda que o uso do património cultural, como atração turística, deve assegurar o respeito pela autenticidade e a diversidade dos valores culturais.

### **2.3.4. DECLARAÇÃO DE AMESTERDÃO**

A declaração de Amesterdão de 1975, veio refletir sobre as preocupações ambientais na Europa e defende um modelo de sociedade sustentável. Defende a conservação do património como atuação sustentável e recomenda o alargamento dos conhecimentos dos métodos de restauro e reabilitação aos edifícios mais modestos, da mesma forma que defende a manutenção permanente como forma de prolongar o tempo de vida útil dos edifícios e a criação de um mercado de materiais de construção sustentável para aplicação nas intervenções, quando necessárias. Tal como a Carta de Veneza, apela para quando seja necessária a utilização de novos materiais, estes devem ser devidamente certificados.

Esta Declaração vem destacar a importância da investigação e do conhecimento aprofundado sobre os materiais e as técnicas de construção tradicional.

### 2.3.5. CARTA DE WASHINGTON

Também conhecida como CARTA INTERNACIONAL PARA A SALVAGUARDA DAS CIDADES HISTÓRICAS redigida em 1987, este documento vem complementar as Recomendações de Nairobi de 1976, quanto à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua integração na vida contemporânea, e atualizar a Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios [Veneza, 1964].

Este documento define os “princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, no sentido de favorecer a harmonia da vida individual e social e perpetuar o conjunto de bens, mesmo modestos, que constituem a memória da humanidade” (Lopes & Correia, 2014, pp. 265-266).

Dos seus objetivos, destacam-se aqueles que defendem a preservação do carácter histórico da cidade. Por isto se entende a malha urbana, definida pela malha fundiária e pela rede viária, a relação entre edifício, espaços verdes e espaços livres, a forma e o aspeto dos edifícios [interior e exterior], tal como eles se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem; as vocações diversas da cidade, adquiridas no decurso da sua história.

A adaptação das cidades históricas e dos seus edifícios às especificidades da vida contemporânea é um dos aspetos abordados como fundamentais para o sucesso da salvaguarda.

### 2.3.6. DOCUMENTO DE NARA

A definição do conceito autenticidade, foi fortemente discutido durante as décadas de oitenta e noventa. O significado enunciado na carta de Veneza era demasiado focado na realidade europeia incitando a um debate internacional sobre o tema de forma a clarificar e definir melhor a sua aplicação.

O documento de Nara de 1994 nasce assim, com o objetivo de assegurar maior respeito pela diversidade cultural, num período em que a cultura e conseqüentemente, o património adquirem um alcance universal. Pretende desta forma estabelecer um conceito de autenticidade que salguarde os valores sociais e culturais de todos os países, passando a ter uma amplitude universal (Aguiar, 2002).

Da mesma forma o documento veio não só proteger como também divulgar as riquezas que

residem na diversidade cultural e veio reforçar o princípio da UNESCO, segundo o qual “o património cultural de cada um é o património cultural de todos” (Lopes & Correia, 2014, p.303). No entanto, a avaliação da autenticidade de cada obra [características originais, a história e o significado cultural], deve ser realizada segundo critérios adaptados ao contexto em que se insere, sendo a responsabilidade e gestão do monumento atribuída a cada comunidade.

É importante referir que, apesar de o papel da autenticidade ter adquirido progressivamente importância nas doutrinas e respetivas práticas de intervenção, só agora o seu significado é definido de forma clara e concisa (Teixeira, 2013, p.45).

Desta forma, a autenticidade pode ser identificada não tanto na originalidade dos materiais e das formas, mas também nas práticas tradicionais de um local.

### **2.3.7. CARTA DE CRACÓVIA**

Este documento redigido no ano 2000, trata sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, e nasce com o objetivo de atualizar a Carta de Veneza de 1964, de acordo com a realidade contemporânea, introduzindo novos conteúdos, nomeadamente sobre a necessidade de alargar as intervenções não só nos edifícios históricos mas também a cidades históricas e paisagens.

Alude para o facto dos valores se alterarem com o tempo e, conseqüentemente, a necessidade dos instrumentos e dos métodos utilizados se adaptarem a esta evolução, apela para a participação da sociedade em temas relacionados com o património cultural e ressalta a importância de desenvolver planos de formação e educação sobre a temática, nos sistemas nacionais de educação.

Por outro lado, considera que “a manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património”. Em termos técnicos, refere a importância da interdisciplinaridade e que os projetos de restauro passam a ser entendidos como um processo contínuo, que passa por diversos procedimentos, nomeadamente: estudos e investigações prévias, diagnóstico, intervenção, previsão de futuros danos (relatórios) e manutenção, diminuindo desta forma o risco de degradação.

Tal como os documentos anteriores, também esta carta vem salientar a importância do conhecimento e da compatibilidade entre materiais e o incentivo à preservação e utilização das técnicas tradicionais. De acordo com Neto, este documento, “ (...) assume-se como ferramenta indispensável para todos quantos lidam com o património” (2002, p.93).

## 2.4. PARTICIPAÇÃO DO ICOMOS PORTUGAL

Como referido anteriormente, as cartas e os documentos internacionais publicados ao longo das últimas décadas apresentam um consenso internacional, no que respeita às questões de significado sobre a intervenção no património. O ICOMOS, cuja atividade principal é o estudo da teoria, do método e da técnica aplicadas à conservação, à proteção e valorização dos monumentos e sítios, desempenha um papel fundamental como órgão consultivo da UNESCO desde 1972 (ICOMOS Portugal, 2013a, p.1). A sua contribuição é de extrema importância para o aperfeiçoamento e melhoria da preservação do património, das normas, e das técnicas para cada tipo de bem do património cultural: edifícios, cidades históricas, paisagens culturais e sítios arqueológicos.

A Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, para além de recomendar os sítios e os monumentos portugueses merecedores de reconhecimento internacional por parte da UNESCO, tem também como missão verificar o cumprimento das recomendações internacionais, quanto às intervenções realizadas em sítios já classificados.

Recentemente, a comissão do ICOMOS em Portugal condenou a intervenção no Quarteirão das Cardosas, levada a cabo pelo organismo responsável pela gestão do Centro Histórico a SRU- Porto Vivo, numa área classificada como Património Mundial pela UNESCO. A Sociedade de Reabilitação Urbana em causa elaborou um documento estratégico, denominado de Plano de Gestão, em que a unidade base do Projeto de Reabilitação é o quarteirão (Delgado, Loza & Guimarães, 2010).

A intervenção numa lógica de quarteirão, e não edifício a edifício [como seria de esperar numa área classificada], contrariou as boas práticas exigidas em ações desta natureza, uma vez que, o que se verificou foi uma intervenção de renovação urbana, pautada por demolições extensivas, “procurando, através da especulação imobiliária, alcançar grandes lucros prosseguindo uma estratégia de puro fachadismo contrariando todas as recomendações internacionais sobre esta matéria” (ICOMOS Portugal, 2012, p.1).

Esta intervenção, cujo objeto era uma área classificada, foi totalmente incumpridora da lei portuguesa do património e atentatória dos bens inscritos na lista do Património Mundial. De acordo com Teixeira (2013), estas renovações urbanas configuram um verdadeiro atentado contra o património edificado.

Demolir património classificado do Centro Histórico que ostenta a categoria de Património da Humanidade, numa cidade outrora pioneira no arranque da reabilitação de centros históricos em Portugal, através da experiência do CRUARB,

mas hoje particularmente afetada pela crise, é condenável tanto do ponto de vista patrimonial, como pelo que acarreta em termos de exclusão social, ao favorecer a destruição do tecido social e das relações económicas (com destaque para o comércio tradicional, tão marcante na história da cidade) pré-existentes, obliterando a História e as marcas identitárias que são referência de atuais e futuras gerações. (Vieira, 2013)

#### 2.4.1. DECLARAÇÃO DO PORTO

Na sequência da gravidade desta intervenção e do que se prevê para outras zonas da cidade histórica, o ICOMOS Portugal realizou em 2013 o Seminário *'Porto Património Mundial: boas práticas em reabilitação urbana'*, cujo objetivo foi debater alguns exemplos de intervenções realizadas na cidade histórica classificada pela UNESCO. Deste encontro, resultou a elaboração de um documento, a Declaração do Porto [2013], que reforça os princípios orientadores das boas práticas de intervenção com vista a salvaguardar o património, procurando evitar que em próximas intervenções se voltem a repetir os mesmos fracassos.

Este documento salienta que, “um dos elementos essenciais, estruturadores da identidade, da forma, da imagem, dos usos e vida urbana é o parcelário. (...) A alteração mesmo que subtil desses sistemas de relação acaba por fragilizar o organismo urbano, por vezes ultrapassando o limite da perda de urbanidade” (ICOMOS Portugal, 2013b, p.1).

“A adequação dos programas às características morfotipológicas e a transformação cautelosa do edificado pré-existente é também a única fórmula para a manutenção da autenticidade que, no fundo, é o principal capital urbano da captação de novos investimentos e públicos, designadamente de âmbito criativo” (ICOMOS Portugal, 2013b, p.1).

Esta Declaração alude também para a importância de uma reabilitação integrada, que privilegia um conjunto formado não só pelo edificado, mas também pelas atividades económicas e pelo tecido social.

Este exemplo tão presente no panorama atual da reabilitação em Portugal, leva a concluir que é urgente refletir no modo como se intervém no edificado antigo de arquitetura corrente, que pelas suas características próprias, necessita de diretrizes orientadoras para a sua correta salvaguarda. Como foi verificado anteriormente, as iniciativas de salvaguarda do património histórico são antigas, no entanto, a preocupação específica com os elementos mais comuns, menos monumentais ou artísticos à partida, é relativamente recente (Giacomini & Póvoas, 2011). Se estas práticas ocorrem em pleno património classificado, por

entidades cujo objetivo era (...) sob o *slogan* “Cardosas, construímos hoje o património do futuro” (Vieira, 2013, p3) é de facto preocupante o que pode acontecer nos conjuntos urbanos que embora não classificados como património mundial, são uma referência cultural e possuem valores de antiguidade e memórias de modos de vida e tradições construtivas antepassadas.

No entanto é importante referir que: o que está em causa não são apenas os edifícios, mas também as técnicas, os sistemas, o modo de uso que, como um todo, dão corpo à herança cultural ali materializada e pode ser colocada em risco com as modificações introduzidas. A necessidade de ocupar os centros antigos, por si só, não pode ser justificativa para um somatório de soluções que, a longo prazo, descaracterizem esse mesmo centro de modo irreparável, em resultado da perda de sua qualidade de referência cultural. (Giacomini & Póvoas 2011, p.189)

De acordo com o que foi dito anteriormente, conclui-se que teorias sobre a conservação e o restauro continuam a ser importantes para a sua própria evolução e continuidade. É verdade que muitos teóricos têm visões distintas, contrapondo-se constantemente, porém também se observa que, gradualmente, as teorias têm vindo a evoluir a partir de erros gerados no passado e muitas vezes irreparáveis, mas que ajudam a distinguir posteriormente as boas das más práticas de intervenção.

Todos estes documentos, realizados em diferentes momentos históricos, são importantes para se chegar a uma melhor atuação em cada situação. O seu contributo determinante e indiscutível é essencial como ponto de partida e base de trabalho. No entanto, não se deve descurar que é com a materialização e fundamentação nas recomendações das cartas, que é de facto levada a cabo a salvaguarda do património edificado.

# 3. METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

### 3.1 INTRODUÇÃO

**DEFINIÇÕES** O presente capítulo pretende analisar o processo de intervenção no edificado antigo de arquitetura corrente, isto é, a metodologia ou conjunto de ações que sistematicamente poderão ser utilizadas, assentando em princípios de respeito pelo valor do existente.

Etimologicamente, a palavra metodologia, derivada de “método”, que indica um caminho, um conjunto de procedimentos para atingir determinado conhecimento. Por sua vez, a palavra intervenção, é relativa a qualquer ato que interfere com o estado em que se encontra o objeto.

No contexto desta dissertação, a metodologia de intervenção será considerada como um conjunto de ações aplicadas numa construção, por forma a agilizar o processo de atuação, tendo em vista o impedimento da sua deterioração.

Considera-se que, a existência de uma metodologia de intervenção para o edificado corrente, é não só uma forma de garantir a qualidade da ação, mas também um processo de sistematizar as etapas e sequências que permitirão dotar os edifícios de condições de segurança, funcionalidade e conforto, respeitando a sua arquitetura, tipologia e sistema construtivo (Freitas, 2012).

As boas práticas de intervenção em edifícios antigos defendidas pelas cartas internacionais baseiam-se num conjunto de princípios que reconhecem o valor arquitetónico, histórico e artístico dos mesmos.

**ATUALIDADE DAS TEORIAS DO PATRIMÓNIO** A Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído estabelece um conjunto de princípios e regras que apontam para a manutenção e salvaguarda do edificado e que servem como base para o estabelecimento de fases de um processo de intervenção.

Importa novamente salientar que a referida Carta representa a evolução das recomendações das cartas precedentes bem como das teorias de salvaguarda do património. Estas últimas estiveram quase sempre associadas a edifícios excecionais de carácter monumental (Póvoas & Teixeira, 2012). No entanto, algumas das abordagens históricas, referem já, a necessidade de atribuir uma mesma importância à arquitetura humilde e doméstica, onde incide o estudo desta dissertação.

O pensamento conservador de John Ruskin foi pioneiro ao revelar esta preocupação. O seu movimento anti-restauro “centra-se no respeito pelo existente, particularmente no que se refere aos materiais e sistemas construtivos, como forma de preservação do carácter e

autenticidade dos edifícios e da sua arquitetura” (Teixeira & Povoas, 2012, p.9). Esta corrente conservacionista foi posteriormente continuada por Boito e Giovannoni que, também eles, reforçaram a importância da preservação do valor patrimonial dos edifícios.

Hoje, considera-se que só uma manutenção e conservação permanentes, poderão prolongar o tempo de vida útil dos edifícios e preservar a sua autenticidade. Sabe-se que, a preservação e reutilização deste património histórico, doméstico e corrente, só é possível com a sua adequação a uma grande parte das exigências próprias do habitar de hoje, tornando-se inevitável intervir no existente (Teixeira & Povoas, 2012, pp.9-10).

Assim sendo, as metodologias de intervenção propostas atualmente assumem também, de alguma forma, a necessidade de intervenção no existente, acompanhando o posicionamento intervencionista, iniciado por Viollet-le-Duc. Outro dos contributos do movimento intervencionista, foi a importância dada ao conhecimento do existente, através da investigação histórica do objeto alvo de intervenção através de múltiplas fontes.

Durante o processo de intervenção, a diferenciação de estilo e de materiais entre a proposta nova e a pré-existência, é um princípio decorrente do Restauro Moderno, defendido por Boito, que se mantém perfeitamente atual e adequado ao edificado corrente, assegurando assim o princípio da reversibilidade arquitetónica. O mesmo autor salienta a importância do registo da intervenção, através do desenho, fotografias e texto, tal como um relatório das ações levadas a cabo durante todo o processo.

O prolongamento da vida útil dos edifícios, é hoje mais do que nunca, por questões ambientais e de sustentabilidade, uma das grandes preocupações quando se trata de intervir no edificado corrente. As ações de consolidação, encontram algum paralelo com as ações operativas de restauro defendidas por Giovannoni, precursor do Restauro Científico.

A importância da salvaguarda da autenticidade do edificado corrente foi objeto de alargados debates. O contributo das diferentes teorias foi essencial, para que hoje se possa chegar a um consenso e a uma uniformização das ações que constituem um processo de intervenção.

No contexto português, existem atualmente manuais de apoio ao projeto de intervenção, que se focam em diferentes tipologias de edifícios correntes. Os diferentes autores, debruçaram-se sobre abordagens metodológicas essencialmente focadas em tipologias regionais, tais como os diferentes estudos sobre a intervenção na Casa Burguesa do Porto e o estudo dedicado à reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto, em Lisboa.

### 3.2 PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMONIO CORRENTE

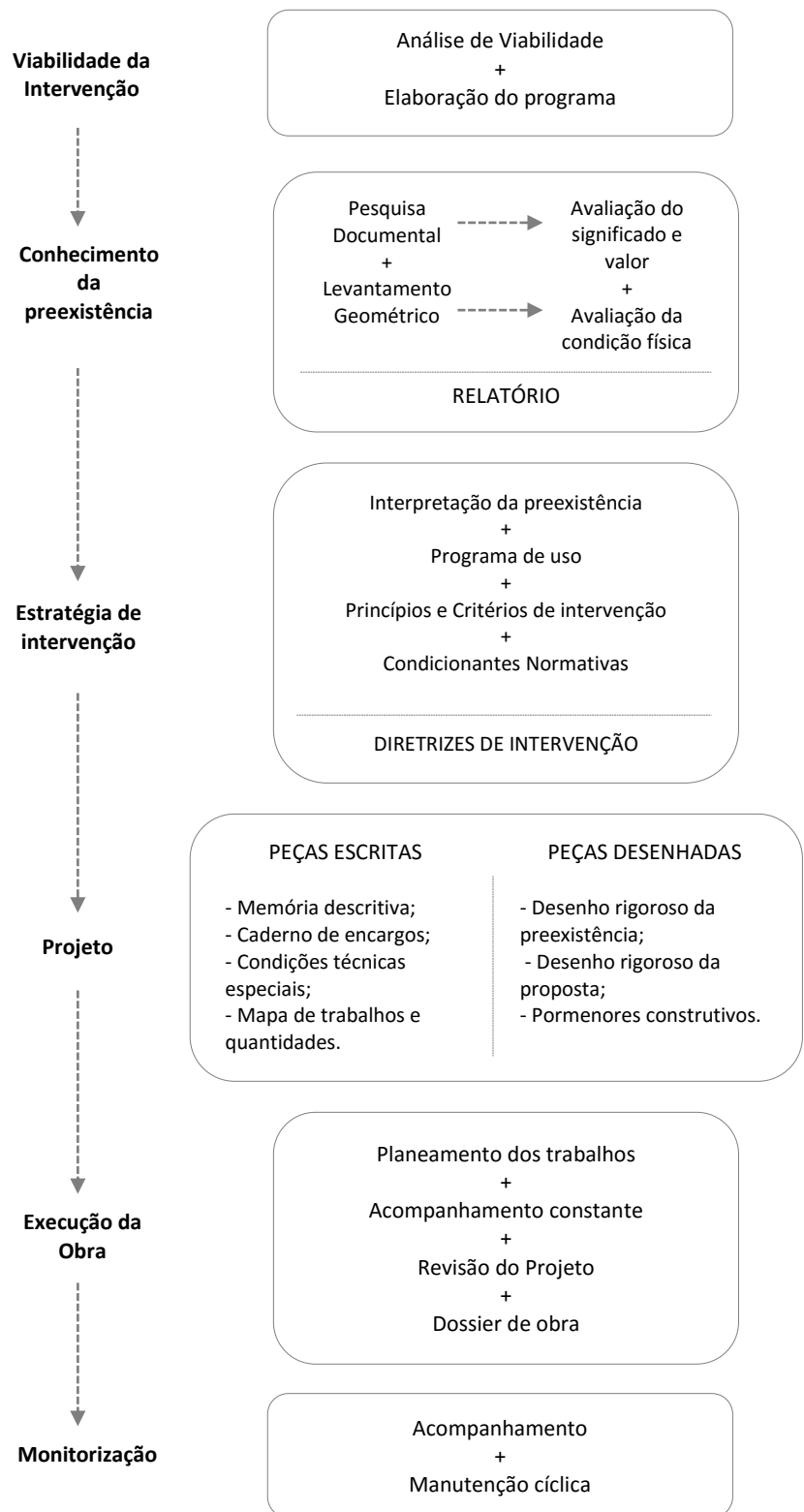


Fig. 02 - Organograma do processo de intervenção – adaptado de Correia (2009); Freitas (2012) e Teixeira (2013).

### 3.3. ETAPAS RELATIVAS ÀS METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

Atualmente é consensual, que uma intervenção no património necessita como garantia de qualidade, de estar vinculada a uma metodologia, ou seja, de atravessar várias fases de um processo (Teixeira, 2013).

Também Correia (2007), refere que um dos principais passos a ter em conta num projeto de conservação, é identificar os seus objetivos, pois não deve ser proposta uma ação de conservação sem que esta seja previamente analisada e avaliada. É por isso importante que haja um planeamento antecipado das diferentes fases que compõem o processo de intervenção.

A mesma autora acrescenta que “a subestrutura do planeamento da metodologia de intervenção depende da complexidade do projeto, podendo as diferentes fases serem simplificadas ou mais detalhadas e desenvolvidas” (Correia, 2007, p.217). Com isto, quer-se dizer que a metodologia não é um procedimento ‘estanque’ e que varia consoante o objeto de arquitetura, o seu valor e significado (tanto material como cultural), ou o estado em que o objeto se encontra.

A existência de uma equipa de planeamento, em que se desenvolve e define as orientações gerais para a gestão do projeto, é desta forma importante e responsável por ponderar e decidir as fases da metodologia de intervenção mais adequada ao objeto, onde se propõe intervir.

O organigrama representado na fig.02 foi desenvolvido segundo os estudos de Correia (2009); Freitas (2012) e Teixeira (2013) e subdivide-se em seis etapas principais apresentadas de seguida:

#### 3.3.1. VIABILIDADE DA INTERVENÇÃO

O termo viabilidade significa “o ato ou efeito de algo ser viável, ou seja, ter possibilidades de ser realizado, se vai ter vantagens ou desvantagens sobre tal negócio, quais as consequências da tal ato, qual a perspetiva” (dicionário on-line *informal*). De acordo com Freitas (2012) as operações de intervenção no património devem iniciar-se por uma análise da viabilidade e definição do programa.

Face ao que tem vindo a acontecer no panorama português atualmente é importante referir que esta análise de viabilidade, aponta muitas das vezes para a demolição e reconstrução dos edifícios. Freitas (2012), afirma que em muitas situações são os estudos económicos,

provavelmente pouco fundamentados, que apontam nesse sentido. Noutras, simplesmente se aceita que o edifício não possui capacidade resistente para cumprir a função a que se destina devido á sua idade ou simplesmente porque não se domina esta prática construtiva.

Geacomini e Póvoas (2011) esclarecem que, atualmente é comum ver-se argumentar que os custos de intervenção nesse tipo de edifício são impraticáveis, sendo mais económica a substituição por um edifício novo e mais adequado às condições contemporâneas.

Contudo, mesmo que esse argumento fosse verdadeiro, não é só o valor económico do imóvel que está em causa mas sobretudo o valor patrimonial associado a este tipo de edifícios, “as técnicas, os sistemas, o modo de uso que, como um todo, dão corpo à herança cultural ali materializada e pode ser colocada em risco com as modificações introduzidas (Geacomini & Póvoas, 2011). Por outro lado, convém também lembrar que, ao reutilizar um edifício, estamos a poupar recursos e energia, sendo fundamental para um desenvolvimento sustentável, devendo ter em conta nesta análise, o valor do impacto ambiental.

### **3.3.2. CONHECIMENTO DA PRÉ-EXISTÊNCIA**

O conhecimento e análise da pré-existência é um processo moroso, no entanto, é fundamental coletar o máximo de informações sobre a edificação de forma a ajudar a caracterizar e compreender melhor o local onde se vai intervir (Correia, 2009).

De acordo com Cancino “na atualidade, a vantagem de planejar a metodologia de intervenção com base em um critério sustentado num sistema de valores e significados é muito mais aceite pela comunidade científica. Deste modo o procedimento de recolha de documentos tem como objetivo inicial analisar e avaliar o significado de um sítio” (2003, citado por Correia, 2007, p.216). Destaca-se igualmente, a importância da informação relativa ao contexto onde se insere o edifício [enquadramento na malha urbana], uma vez que também esses aspetos são importantes para a identificação dos seus valores e significados.

De forma a garantir o máximo rigor e detalhe na realização do diagnóstico, é essencial que esta fase seja realizada por uma equipa multidisciplinar, formada por técnicos experientes, familiarizados com as diferentes técnicas tradicionais de construção, materiais e seu comportamento ao longo do tempo (Freitas, 2012), o que nem sempre é fácil, uma vez que a maioria dos técnicos, atualmente, estão habituados com técnicas mais recentes.

### **PESQUISA DOCUMENTAL**

Seguindo a lógica de Freitas (2012), o processo de conhecimento da preexistência deve começar pela pesquisa histórica do edifício. Desta forma, o levantamento histórico deve

permitir datar o edifício, entender a sua trajetória no tempo, as diferentes fases de construção, e as adaptações sofridas ao longo dos anos, a fim de compreender melhor o seu estado atual.

No entanto importa esclarecer, que no caso de edifícios antigos, recolher toda a informação existente torna-se uma tarefa muitas vezes árdua, “os proprietários nem sempre dispõem de peças desenhadas ou escritas que permitam uma caracterização dos elementos construtivos [sendo] necessário recorrer a arquivos e às entidades licenciadoras” (Freitas, 2012, p.26). Outras vezes podem até nem existir, uma vez que, até ao século XIX não era obrigatório projeto, tal como o se entende hoje (Teixeira, 2013). Desta forma, o levantamento histórico deve incluir visitas ao local e conversas com os proprietários e/ou pessoas ligadas à edificação como apoio a esta fase (Costa, Arêde, Guedes & Paupério, 2006).

### LEVANTAMENTO GEOMÉTRICO

Quanto à realização do levantamento geométrico, este deve ser rigoroso de forma a conhecer com precisão o seu estado atual. Este levantamento gráfico, deve ser constituído por plantas, alçados, cortes e esquemas construtivos (Cabrita, Aguiar & Appleton, 1993) e o seu cruzamento com as plantas antigas [quando existem] é um fator importante para compreender as alterações introduzidas ao longo do tempo.

Teixeira e Póvoas (2014) referem que, o registo das alterações realizadas ao longo dos anos é importante para o projeto de intervenção, pois deverá contribuir para a discussão do seu valor e conseqüentemente, determinar as ações de intervenção. Para além disso estas alterações, não sujeitas a licenciamentos e recorrendo mão-de-obra não qualificada, criam incompatibilidades graves com o sistema construtivo existente, para além de comprometerem a sua autenticidade.

### AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FÍSICA

Após recolher toda a documentação existente e o levantamento geométrico realiza-se o levantamento das patologias do edifício, para isso “a elaboração de um registo fotográfico detalhado e adequadamente localizado nas peças desenhadas da construção é um dos aspetos essenciais no desenvolvimento deste tipo de trabalhos” (Costa, Arêde, Guedes & Paupério, 2006, p. 121). Este levantamento fotográfico deve ser constituído por fotografias parciais ou gerais que evidenciam as patologias existentes, aspetos construtivos característicos dos edifícios (...) estes elementos são de grande importância porque permitem registar as patologias e reproduzir as situações anteriormente existentes (Cabrita, Aguiar & Appleton, 1993).

Em regra, uma inspeção visual, pode já fornecer informações preciosas sobre o estado de conservação e sobre as medidas a adotar, no entanto, por vezes, é necessário complementá-la com a utilização de equipamentos ou técnicas de inspeção mais complexas (Costa et al., 2006). A informação relativa às patologias deve ser apresentada numa ficha de registo com a descrição do dano, suas causas, consequências, soluções de reparação, bem como formas de prevenção (Teixeira & Póvoas, 2014).

Gonzalez-Varas salienta que esta “investigação científica e o diagnóstico constituem, portanto, operações cruciais, não só para o conhecimento do objeto, senão também para orientar as ações de prevenção, controlo, manutenção ou as possíveis intervenções (...) que se julguem necessárias” (2005, p. 88).

### AVALIAÇÃO DO SIGNIFICADO E VALOR

Como referido anteriormente, em paralelo com a avaliação da condição física do edifício, deve ser realizada a avaliação do significado e valor. De acordo com Correia é “fundamental definir os valores que podem ser identificados no objeto arquitetónico (...) e classificá-los por prioridade para respeitar e preservar ao máximo a sua identidade” (2007, pág. 216).

A carta de Cracóvia [2000] também evidencia que este processo de conhecimento do existente para além do estudo estrutural, análises gráficas e de volumetria inclui a identificação do seu significado histórico (Lopes & Correia, 2014). O que acontece muitas vezes é que, quando são tidos em conta, “não há uma clara perceção de que os aspetos mencionados se referem a valores” (Correia, 2009, p. 60).

### EXECUÇÃO DO RELATÓRIO

Esta fase de conhecimento do existente, termina com a compilação de todas as informações recolhidas num relatório de diagnóstico capaz de fornecer informações sobre seu significado, o estado de conservação e as suas causas, de forma a esclarecer qual a estratégia de intervenção mais adequada a seguir. É importante ter em conta que a extensão desta etapa deve ser ajustada caso a caso dependendo do valor, do estado de degradação e da profundidade de intervenção (Freitas, 2012).

Esta fase de conhecimento da pré-existência permite nítidos ganhos sob o ponto de vista económico e de qualidade na intervenção, bem como salvaguardar valores pré-existent e evitar obras desnecessárias ou irrefletidas, para além de contribuir para a redução do tempo do projeto e de execução das obras (Cabrita, Aguiar & Appleton, 1993).

### 3.3.3. ESTRATÉGIA

A interpretação e análise da documentação recolhida é responsabilidade da equipa de planeamento. Correia (2009) refere que esta é uma fase decisiva que vai definir a tomada de decisões, sendo por isso que existe muitas vezes a necessidade de obter informações adicionais sobre o objeto. É preciso considerar que só após analisar todos os fatores anteriores a esta etapa é que a equipa de planeamento poderá decidir/identificar o GRAU DE INTERVENÇÃO mais adequado para o edifício.

De acordo com Correia “esta tarefa vai depender do nível de impacto que o arquiteto quer ter no edifício onde pretende intervir” (2009) e pode ir de uma simples obra de conservação até a execução de uma obra de restauro.

Para Cabrita, Aguiar & Appleton (1993), este tipo de intervenção de salvaguarda terá, portanto, de ser profundamente ponderada, em função do uso potencial do edifício, do seu valor intrínseco enquanto património e objeto de arquitetura, possuidor ou não de valores de acompanhamento e participação no conjunto edificado próximo.

Em suma, nesta fase fixam-se as principais decisões sobre o que se pretende para o edifício, compatibilizando a pré-existência com as intenções dos promotores da intervenção. Quando há alteração do programa, há que ter em atenção que é este que deverá ser adaptado de acordo com o edifício existente e não o contrário, de forma a preservar o máximo possível o carácter e autenticidade do existente.

Cabe também realçar que para se poder dar forma ao projeto, é necessário definir e conhecer os seguintes aspetos condicionantes enumerados por Cabrita, Aguiar & Appleton.:

- Prever uma grande articulação e integração com os projetos de especialidades (estruturas, água, esgotos e eletricidade);
- Os aspetos de ordem jurídica e administrativa também têm de ser tidos em conta. “Estudando-se as disposições legais aplicáveis, de índole urbanística ou regulamentar, de proteção ou classificação patrimonial, ou mesmo os referentes a questões de direito de propriedade e de competências” (Cabrita, Aguiar & Appleton, 1993, p. 130).
- Os aspetos económicos do empreendimento e a estimativa de custo são também aspetos a considerar.

### 3.3.4. PROJETO

Depois do reconhecimento prévio e de definida a estratégia de intervenção, deve proceder-se à sua materialização na elaboração do Projeto. Este deve ser formado por um conjunto de peças escritas e desenhadas que descrevam de forma detalhada e rigorosa os trabalhos necessários para a intervenção no edifício (Freitas, 2012).

Segundo Cabrita, Aguiar & Appleton (1993), o projeto deve, sempre que possível, explorar e tirar o maior partido das principais características físicas intrínsecas ao tipo de edifício sobre o qual incide, sobretudo em termos de espaços e linguagens arquitetónicas caracterizadoras, mas também em termos de maximizar a possibilidade de recuperação e aproveitamento do sistema estrutural e construtivo original.

Relativamente à parte escrita, esta deve incluir uma memória descritiva integrada, referente aos diferentes projetos parciais, que justifique as opções tomadas. Deve também ser apresentado um caderno de encargos, que inclua as condições técnicas especiais e o mapa de trabalhos e quantidades (Freitas, 2012). A descrição de todos os momentos da obra, incluindo a descrição clara e específica dos materiais a utilizar e as quantidades pretendidas deve ser exaustiva de forma a evitar percalços durante a execução da obra.

Quanto à parte desenhada, esta deve ser igualmente rigorosa e detalhada havendo uma clara distinção do que é pré-existência e do que é proposto. De acordo com Freitas et al. (2012), o sucesso da intervenção depende muito da qualidade e especificidades dos desenhos de pormenor, que são de difícil elaboração, desta forma, a presença de uma equipa interdisciplinar é de grande utilidade. A colaboração da equipa projetista com as diferentes especialidades contribui assim para a realização de um projeto integrado e soluções menos invasivas.

Segundo as recomendações da Carta de Veneza [1964], da mesma forma que se compilou toda a informação relativa ao conhecimento do existente, também nesta fase se deve compilar toda a informação relativa à intervenção, de modo a informar as intervenções futuras (Lopes & Correia, 2014).

Para Cabrita, Aguiar & Appleton (1993) é muito importante a eficiente documentação e o registo de todas as intervenções previstas, deixando claramente legível, através de representação gráfica e escrita, as características físicas da construção pré-existente e das alterações realizadas.

### 3.3.5. EXECUÇÃO DA OBRA

Após a elaboração do projeto, a fase de execução de obra constitui finalmente o ‘ponto culminante’ de todo o processo de intervenção no edifício existente. A fiscalização e o acompanhamento da obra por parte dos projetistas, assume uma especial importância nas obras de reabilitação (Cabrita, Aguiar & Appleton, 1993).

Estas intervenções exigem a atuação de empresas vocacionadas para este tipo de trabalhos e de técnicos qualificados e familiarizados com as diferentes técnicas e materiais utilizados. O facto de estarem habituadas a usar tecnologias apropriadas permite que possam interagir com a equipa projetista para a eventualidade de ter que realizar alguns acertos e alterações já durante a execução da obra.

Isto é importante porque, tal como explica Freitas, “por muito cuidadosa e exaustiva que tenha sido a realização do estudo diagnóstico e do projeto de execução, haverá sempre lugar a pequenas imprecisões, ajustes e adaptações a introduzir na obra” (2012, p.28).

Para além disso, Cabrita, Aguiar & Appleton, apontam para o facto de que quando se começa a mexer num edifício antigo, podem ser encontrados diferentes aspetos que terão de ser tomados em consideração. Como é o caso de “surpresas desagradáveis que obrigam a reformulações imprevistas ou outras vezes o surgimento de determinadas pré-existências que podem contribuir para o incremento da qualidade final da intervenção” (1993, p.131). Desta forma, esta fase requer um acompanhamento ativo por parte do projetista, para que se evitem erros de execução e para uma resolução dos problemas de uma forma célere e eficiente.

Esta fiscalização, permite assim, verificar se os trabalhos estão a ser realizados tal como planeado e especificado na fase anterior, bem como, verificar as quantidades e qualidade dos materiais que entram na obra. É igualmente importante que seja realizado um planeamento rigoroso dos trabalhos, combinados com as diversas especialidades, definindo uma calendarização e uma sequência de trabalhos a realizar (Paiva, Aguiar & Pinho, 2006).

Por fim, a realização de um dossiê de obra, é fundamental para que desta forma todos os trabalhos realizados sejam devidamente registados “sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias” (Lopes & Correia, 2014, p.125) para que desta forma, se informe e facilite intervenções futuras.

### 3.3.6. MONITORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

A última fase deste processo é a monitorização da obra, isto é, um acompanhamento constante que tem como objetivo controlar o estado da edificação após a intervenção.

Segundo Cabrita, Aguiar & Appleton (1993) “não se pode conceber, como tantas vezes se assiste, que poucos anos decorridos sobre o lançamento de uma operação de reabilitação (...) se perca o resultado desse esforço pela ausência de cuidados básicos de manutenção que asseguram a continuidade da conservação dos edifícios” (p.184). Os mesmos autores apontam assim a necessidade de instituição de procedimentos que assegurem a minimização dos ritmos de deterioração e envelhecimento natural dos edifícios com a implementação de operações periódicas de manutenção.

É por isso importante que o aparecimento de pequenas patologias sejam detetadas e devidamente tratadas numa fase inicial, já que num curto espaço de tempo podem evoluir e provocar outras manifestações patológicas, que para se resolverem obriguem a intervenções mais profundas, que para além de terem um custo final muito mais elevado, podem implicar a perda de valores do património arquitetónico.

Desta forma, é aconselhável que após a conclusão da obra, se realize um plano de manutenção baseado em operações cíclicas de inspeção/intervenção que garanta o seu bom estado da edificação (Pedroso, 2008). Para além de que, uma intervenção de manutenção é sempre melhor aceite e aconselhável do que uma intervenção de maior grau.

É por isso necessário que o acompanhamento não termine com o fim da execução da obra, como acontece na maioria das vezes. Esta monitorização pós execução, vai permitir compreender se as ações realizadas foram benéficas para o edifício e se as patologias foram devidamente resolvidas. A maioria das degradações mais comuns podem ser impedidas desta forma, sendo uma fase fundamental para a boa utilização e continuidade do edifício.

## 4. CASOS DE ESTUDO

#### 4.1. SELEÇÃO DA AMOSTRAGEM

**INTRODUÇÃO** A seleção dos casos de estudo recai sobre o objeto físico desta dissertação: a Intervenção no edificado antigo de arquitetura corrente. Ao longo da pesquisa foi analisado um conjunto abrangente de intervenções que, de alguma forma, se revelassem importantes para esta investigação. No entanto, dado o elevado número de intervenções, ocorridas nos últimos anos, neste tipo de edificado em Portugal, foi necessário desde logo estabelecer critérios de seleção que permitissem obter uma amostragem significativa de casos de estudo.

**CRITÉRIOS DE SELEÇÃO** Numa primeira abordagem de carácter mais amplo, foram seleccionados um conjunto de pelo menos cinquenta edifícios, tendo para tal sido utilizado o critério territorial, em que se limitou a pesquisa aos casos inseridos em Centros Históricos de Portugal. A escolha desse mesmo conjunto de edifícios obedeceu ainda a dois outros critérios de seleção, a tipologia arquitetónica e o momento em que as intervenções foram efetuadas (critério temporal). Como tipologia arquitetónica entendeu-se que deviam ser incluídos apenas casos de edifícios antigos de arquitetura corrente construídos entre o século XVIII e meados do século XX. O terceiro critério foi a linha temporal da amostragem. Um dos objetivos desta dissertação é a demonstração de soluções que tenham a capacidade de inverter a descaracterização desta tipologia, na atualidade, por isso, foram seleccionadas intervenções realizadas nos últimos 10 anos.

Sendo a amostragem bastante diversa, quanto ao tipo de intervenções, na sua maioria de carácter fachadista, na qual não era possível a verificação dos objetivos a que esta dissertação se propõe, foi utilizado um outro critério que limitasse os casos de estudo apenas às intervenções que tivessem sido alvo de algum tipo de distinção. Este critério garantia à partida que a atribuição de um prémio poderia ser sinónimo de “boas práticas de intervenção”, mostrando os melhores exemplos de intervenção no património edificado.

**PRÉMIOS E DISTINÇÕES** Desta forma, foi necessário analisar um leque de prémios e demais distinções existentes a nível nacional, direcionados para a área do Património, sendo eleitos: A Seleção ‘Respect for Architecture’, promovida pela ordem dos arquitetos, secção regional do norte; O Prémio IHRU promovido pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; O Prémio Vasco Vilalva para a recuperação e valorização do património e por fim o Prémio João Almada para a recuperação do património arquitetónico da cidade do Porto. Estes prémios foram seleccionados sobretudo pelo rigor da avaliação dos projetos.

Seleccionaram-se então um conjunto de 15 casos distinguidos, que foram analisados, e para os quais foram realizadas fichas informativas individuais, que se apresentam de seguida.

## 4.2. ESTUDO PRÉVIO DE 15 EDIFÍCIOS

# 01. ALMADA GUEST HOUSE



Fig.03- Almada Huest House exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua do Almada - Porto

**Distinção:** Seleção Respect for Architecture 2012

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** António C. Campello

**Data da construção:** Séc. XVIII

**Data da intervenção:** 2012

**Uso original:** Habitacional

**Uso atual:** Pousada

**Características:** Casa Burguesa do Porto

**Grau de intervenção segundo o autor:** Recuperação

**Programa:** Adapta o novo programa a compartimentação original do edifício.

**Breve apresentação da intervenção:** A intervenção procurou “manter e restaurar tudo o que fosse passível de ser recuperado da casa, procurando tirar o máximo partido estético das pré-existências (...) Os trabalhos maiores, para além do restauro e otimização do seu comportamento térmico, foram a atualização das infraestruturas e a reconversão dos seus espaços interiores para as casas de banho privativas dos quartos, as quais, graças a corredores pré-existentes por detrás das escadas, foi possível concentrar em torno de uma só coluna de infraestruturas” (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO:

© António Cabral Campello



Fig.04- Sala e caixa de escadas



Fig.05- Caixa de escadas



Fig.06- Quarto

### FONTES DE INFORMAÇÃO

- <https://www.facebook.com/pages/Almada-Guesthouse/263177330394853?fref=ts>
- <http://www.norte41.org/pt-pt/content/almada-guesthouse>
- <http://www.almadaguesthouse.com/>

## 02. ATELIER DES CREATEURS



Fig.07- Atelier des Createurs exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua José Falcão- Porto

**Arquiteto:** José de Vasconcellos de Lima Júnior

**Data da construção:** 1903-1904

**Uso original:** Sede Associação Crista de Mocidade

**Características:** Edifício corrente da cidade do Porto com influências 'beaux-arts',

**Estado do edifício antes da intervenção:** Devoluto

**Distinção:** PNRU 2013 (melhor intervenção com menos de 1.000 m<sup>2</sup>)

**Arquiteto da intervenção:** Nuno Valentim

**Data da intervenção:** 2008-2009

**Uso atual:** Unidade de confeção artesanal

**Grau de intervenção segundo o autor:** Reabilitação e Revitalização da zona envolvente

**Programa:** Não foi mantido (uma vez que houve uma mudança funcional evidente).

**Breve apresentação da intervenção:** "Procurou-se manter todos os componentes estruturais do sistema construtivo: elementos estruturais em alvenaria de granito e madeira (pilares metálicos), revestimentos/elementos decorativos em estuque e madeira, fachada à Rua José Falcão (lancis em granito, caixilharias de madeira, revestimentos em reboco e azulejo), escadaria nobre e escada de serviço, claraboias. De acordo com Valentim "devido à reconversão do uso foi construída uma nova laje no piso térreo e uma plataforma no primeiro piso, foram encerrados vãos na fachada tardoz e abertos outros (Correia G., 2009).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO:

© João Ferrand  
Mariana Themudo



Fig.08- Caixa de escadas



Fig. 09- Salão de Trabalho



Fig.10- Salão de Trabalho e áreas técnicas ao fundo

### FONTES

- Correia G. (2009) Estudo de Casos – Gestão de Operações de Reabilitação de Edifícios Antigos. Porto: FEUP
- <http://www.archdaily.com.br/br/01-48619/atelier-des-createurs-nuno-valentim>
- <http://www.premio.vidaimobiliaria.com/candidato/atelier-des-cr%C3%A9ateurs>

## 03. BAIXA HOUSE



Fig.11- Baixa House exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua dos Fanqueiros - Lisboa

**Distinção:** Prémio Vasco Vilalva 2011

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** José Adrião

**Data da construção:** Finais do séc. XVIII

**Data da intervenção:** 2010-2011

**Uso original:** Habitacional (arrendamento)

**Uso atual:** Habitacional (aluguer de curta duração)

**Características:** Casa estilo Pombalino

**Grau de intervenção segundo o autor:**

**Programa:** Não foi mantido uma vez que houve alteração de dois para três apartamentos por piso.

**Breve apresentação da intervenção:** "Introdução de um elevador, substituição de todas as infraestruturas e a conservação de uma parte substancial dos elementos construtivos tais como os soalhos, os tetos em saia e camisa, as caixilharias de madeira, os azulejos do exterior e interior e as portas interiores. Os remates necessários e os 'remendos' foram assumidos como tal" (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© FG + SG

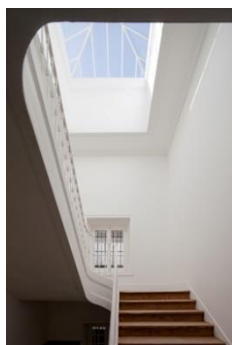


Fig.12- Caixa de escadas



Fig.13- 2ªB Sala



Fig. 14- 5ªB Sala

### FONTES

- <http://www.arquitectos.pt/?no=4040523322,200>  
 - <http://www.joseadriao.com/>

## 04. PENSÃO FAVORITA



Fig.15- Pensão Favorita exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua Miguel Bombarda

**Distinção:** Seleção Respect for Architecture 2012

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Nuno Sottomayor

**Data da construção:**

**Data da intervenção:** --

**Uso original:** Habitacional

**Uso atual:** Hotel e Restaurante

**Características:** Casa Burguesa do Porto

**Grau de intervenção segundo o autor:** Recuperação e Ampliação

**Programa:** Adapta o novo programa a compartimentação original do edifício.

**Breve apresentação da intervenção:** Como estratégia de projeto e de modo a minimizar custos, decidiu-se aceitar a condição heterogénea do edifício existente. Definiu-se a intervenção como uma nova adição em continuidade com a sua história e incorporando as alterações de diferentes tempos, pondo de parte uma possível operação de restauro. As principais ações determinadas pelo projeto foram: a alteração da tipologia de dois para três apartamentos por piso, a introdução de um elevador, a substituição de todas as infraestruturas e a conservação de uma parte substancial dos seus elementos construtivos tais como os soalhos, os tecos em saia e camisa, as caixilharias de madeira, os azulejos do exterior e interior e as portas interiores. Os remates necessários e os 'remendos' foram assumidos como tal (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO:

estudio384



Fig.16- Caixa de escadas e claraboia



Fig.17- 2ªB Sala



Fig.18- 5ªB Sala

### FONTES

- <http://www.norte41.org/pt-pt/content/pens%C3%A3o-favorita>  
 - [http://www.pensaofavorita.pt/a\\_favorita.php#gallery/](http://www.pensaofavorita.pt/a_favorita.php#gallery/)

## 05. ARQUIVO



Fig.19- Arquivo exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Praça da Republica – Porto

**Distinção:** Seleção Respect for Architecture 2012

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Inês Fraga e Tiago Júdice

**Data da construção:** Finais do séc. XIX (1883)

**Data da intervenção:** 2011

**Uso original:** Habitacional / Arquivo do Porto 1932-95

**Uso atual:** Espaço cultural e gastronómico

**Características:** Palacete do século XIX

**Grau de intervenção segundo o autor:** Restauro

**Programa:** Adapta o novo programa a compartimentação original do edifício.

**Breve apresentação da intervenção:** “O Arquivo é um espaço cultural e gastronómico inaugurado em 2011. Localizado em plena baixa da cidade do Porto, dispõe de um restaurante clássico e de infraestruturas para eventos sociais e corporativos. Oferece também uma programação que entrecruza áreas como a gastronomia, o design e a arte contemporânea. Instalado num palacete do século XIX, que entre 1932 e 1995 albergou o Arquivo Distrital do Porto, o edifício do Arquivo foi recentemente alvo de requalificação por parte dos arquitetos Inês Fraga e Tiago Júdice. Trata-se do primeiro projeto da responsabilidade da 3Cultura, entidade que concebe e gere projetos no âmbito das indústrias criativas e culturais” (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO:

© 3 Cultura  
© Jorge Sarmento



Fig.20- Sala de jantar



Fig.21- Sala de jantar

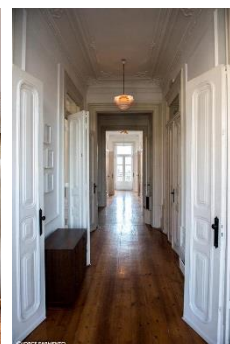


Fig. 22- Corredor

### FONTES

- <http://www.norte41.org/pt-pt/content/arquivo>
- <https://www.facebook.com/Arquivo.3Cultura>
- Revista Única - Expresso (Maio 2011)

## 06. CHALET DAS TRÊS ESQUINAS



Fig.23- Chalet das Três Esquinas exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua D. Frei Caetano Brandão - Braga

**Distinção:** Menção honrosa – Reabilitação de Edifício Prémio IHRU 2014

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Tiago do Vale

**Data da construção:** Séc. XIX

**Data da intervenção:** 2012-2013

**Uso original:** Edifício de anexos a um palacete; 1930 dividido em edifícios de habitação/ comércio.

**Uso atual:** Atelier de arquitetura e habitação.

**Características:** Habitação corrente de influência alpina vinda do Brasil.

**Grau de intervenção segundo o autor:** Recuperação

**Programa:** O gabinete no rés-do-chão substituiu o espaço de comércio e a habitação mantém-se.

**Breve apresentação da intervenção:** A “fachada foi recuperada: a caixilharia original, em madeira, foi recolocada e o minucioso beirado decorado restaurado (...) Preservaram-se as escadas, o soalho, assim como a estrutura da cobertura, foi refeito sobre a estrutura existente em madeira e introduziu-se mármore de Estremoz no rés-do-chão e em todas as superfícies a impermeabilizar. A maior alteração foi a eliminação d parede da caixa de escadas para a entrada de luz” (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO:

© João Morgado

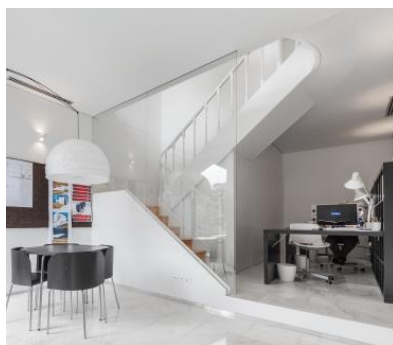


Fig.24- Atelier de Arquitetura



Fig.25- Caixa de escadas



Fig.26- Quarto

### FONTES

- <http://tiagodovale.com/portfolio/threecuspschalet/>
- [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2014\\_F03.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2014_F03.html)

# 07. ROSA ET AL



Fig.27- Rosa Et Al exterior

## FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua do Rosário - Porto

**Distinção:** Seleção Respect for Architecture 2012

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Emanuel de Sousa

**Data da construção:** séc. XIX

**Data da intervenção:** 2012

**Uso original:** Habitacional

**Uso atual:** Hotel e Restaurante

**Características:** Casa Burguesa do Porto

**Grau de intervenção segundo o autor:** Manutenção e Recuperação

**Programa:** Adapta o novo programa a compartimentação original do edifício.

**Breve apresentação da intervenção:** “A reabilitação do edifício original manteve a traça original do edifício do século XIX, tanto no exterior como no interior, dotando os espaços de valências e conforto contemporâneos (...) O projeto de reabilitação desenvolveu-se no balanço entre a manutenção e recuperação do existente e a clarificação espacial da estrutura, possibilitando assim a adaptação do edifício às suas novas funções e às necessidades contemporâneas” (extrato da memória descritiva).

## FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© Emanuel de Sousa  
© Hugo Martins



Fig.28- Caixa de escadas



Fig.29- Quarto com banheira



Fig.30- Quarto com instalação sanitária

## FONTES

<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.254238198021108.48200.254228084688786&type=3>  
- <http://www.norte41.org/pt-pt/content/pens%C3%A3o-favorita>

## 08. CASA ATELIER



Fig.31- Casa atelier exterior



Fig.32- Fachada tardez

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua do Almada nº 528 – Porto

**Distinção:** Menção honrosa no Prémio João de Almada 2014

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Cristina Campilho

**Data da construção:** Séc. XVIII

**Data da intervenção:**

**Uso original:** Residencial

**Uso atual:** Atelier de arquitetura e habitação

**Características:** Casa Burguesa do Porto

**Grau de intervenção segundo o autor:**

**Programa:** Mantem o programa original

**Breve apresentação da intervenção:** “Pretendeu-se que o projeto poderia respeitar a história e alma do edifício, adotando uma abordagem minimamente invasiva, orientada para a prática de reabilitação baseada na preservação dos sistemas construtivos originais. Assim, as principais alterações introduzidas dizem respeito à fachada posterior, que mostrou um estado acentuado de degradação, bem como a adequação dos espaços interiores e infra-estruturas para acomodar as instalações sanitárias e cozinha, considerando as exigências hoje em dia em termos de conforto e sustentabilidade. Numa altura em que as prioridades políticas estão focados em acelerar o processo de regeneração urbana em cidades portuguesas, considerou-se importante a adoção de um conjunto de soluções que visam preservar as características que diferenciam os antigos edifícios, contribuindo para a formação da identidade da Cidade” (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© Inês Guedes



Fig.33- Sala de estar



Fig.34- Quarto



Fig.35- Quarto ultimo piso

### FONTES

- <http://divisare.com/projects/271453-Cristina-Campilho-Casa-Atelier-Rua-do-Almada>  
 - <http://www.ncrep.pt/view.php?id=14327>

## 09. BONJARDIM 953



Fig.36- Bom jardim 953 exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua do Bom Jardim – Porto

**Distinção:** Menção Honrosa Prémio IHRU 2013

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Patrícia João Reis Mendes

**Data da construção:** 1910

**Data da intervenção:** 2012

**Uso original:** Habitacional

**Uso atual:** Habitacional

**Características:** Casa Burguesa do Porto

**Grau de intervenção segundo o autor:** Recuperação

**Programa:** Mantem o programa original

**Breve apresentação da intervenção:** “Recuperação do património (...) quanto à imagem do imóvel, tipologia e organização dos espaços interiores, respeito pelos métodos construtivos, recuperação de pormenores da época, reutilização de materiais e a não permeabilização do logradouro” (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO



Fig.37- Sala



Fig.38- Sala



Fig. 39- Quarto

### FONTES

- <http://www.premio.vidaimobiliaria.com/candidato/bonjardim-953>
- [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2013\\_F02.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2013_F02.html)
- <http://www.bonjardim953.blogspot.pt/>
- <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.249133055187810.41434.238335372934245&type=1>

# 10. CASINHA 79-81



Fig.40- Casinha 79-81 exterior

## FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua dos Caldeireiros - Porto

**Distinção:** Vencedor do Prémio IHRU 2014

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Paulo Moreira

**Data da construção:** Desconhecido

**Data da intervenção:** 2011

**Uso original:** Habitacional

**Uso atual:** Atelier de arquitetura e habitação

**Características:** Habitação corrente sem logradouro.

**Grau de intervenção segundo o autor:** consolidação, conservação e (recuperação “por subtracção”)

**Programa:** Mantem o programa original

**Breve apresentação da intervenção:** “Em termos estruturais, a obra resumiu-se à substituição e consolidação de alguns elementos. Na fachada, colocaram-se novas caixilharias de madeira e reabilitou-se o reboco, mantendo-se a aparência ‘imperfeita’ da pedra pintada, testemunho da passagem do tempo. No interior, foram ‘subtraídas’ algumas intervenções que foram descaracterizando o edifício ao longo do tempo (...) Pontualmente, foram introduzidas algumas peças contemporâneas, tais como loiças e ferragens, conseguindo-se um equilíbrio entre elementos novos e antigos” (extrato da memória descritiva).

## FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© PROMPT  
© Inês Guedes



Fig.41- Atelier de Arquitetura



Fig.42- Quarto



Fig.43- Sala

## FONTES

- <http://www.paulomoreira.net/index.php?/built/casinha-79-81/>
- [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihrum/premios/premioihrum/Fichas/2014\\_F01.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihrum/premios/premioihrum/Fichas/2014_F01.html)

## 11. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DO SÉC. XX



Fig.44- Habitação unifamiliar do séc. XX exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua da Alegria – Porto

**Distinção:** Menção Honrosa Prémio IHRU 2014

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Inês da Silva Pimentel

**Data da construção:** início do séc. XX

**Data da intervenção:** 2012-2013

**Uso original:** Habitacional

**Uso atual:** Habitacional

**Características:** Casa Burguesa do Porto

**Grau de intervenção segundo o autor:** Recuperação

**Estado do edifício antes da intervenção:** Devoluto

**Programa:** Mantem o programa original

**Breve apresentação da intervenção:** O objetivo era a recriação do ambiente próprio da época de construção do edifício. "Dotou-se o edifício de maior eficiência energética e conforto acústico, sem desvirtuar o seu caráter: (as paredes de tardo e das águas-furtadas foram isoladas pelo exterior, a cobertura também e os caixilhos reinterpretados segundo os originais). As novas instalações sanitárias ocuparam dois dos compartimentos secundários da casa. (...) As carpintarias interiores foram recuperadas e os elementos em falta foram reproduzidos" (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© Arménio Teixeira



Fig.45- Corredor, caixa de escadas e claraboia



Fig.46- Cozinha



Fig. 47- Instalação sanitária

### FONTES

- [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2014\\_F05.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2014_F05.html)  
 - <http://inespimentel.com/pt/projects/reabilitacao-de-habitacao-unifamiliar-do-inicio-do-sec-xx>

## 12. EDIFÍCIO DA RUA CAPITÃO RENATO BAPTISTA



Fig.48- Edifício Rua Capitão Renato Baptista exterior

### FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua Capitão Renato Baptista - Lisboa

**Distinção:** Vencedor do Prémio IHRU 2012

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Appleton e Domingos

**Data da construção:** séc. XIX e XX

**Data da intervenção:** 2008

**Uso original:** Inicialmente era um armazém, mais tarde foi ampliado em quatro pisos de habitação.

**Uso atual:** Habitação

**Características:** Edifício Pombalino

**Grau de intervenção segundo o autor:** Reabilitação

**Programa:** Não foi mantido

**Breve apresentação da intervenção:** “Recuperação e restauro de técnicas e materiais tradicionais e adaptações espaciais com materiais contemporâneos de modo a dar resposta. Nos pisos intermédios foi possível recuperar mais elementos do edifício existente. Houve um grande cuidado para que todas as novas soluções - varandas, vãos, revestimentos - fossem compatíveis, tanto no desenho como no material, com o edifício antigo” (extrato da memória descritiva).

### FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© FG+SG



Fig.49- Corredor

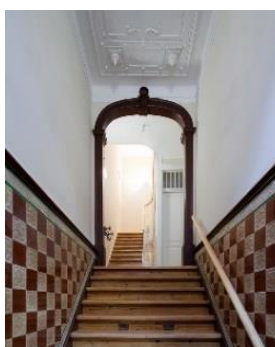


Fig.50- Hall e caixa de escadas



Fig.51- Duplex rés-do-chão

### FONTES

- <http://www.appletondomingos.pt/reabilitacao/crbaptista.html>

- [http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2012\\_F02.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/premios/premioihru/Fichas/2012_F02.html)

# 13. EDIFÍCIO MARQUES DA SILVA



Fig.52- Edifício Marques da Silva exterior

**FICHA INFORMATIVA** **Localização:** Rua Alexandre Braga - Porto

**Distinção:** Vencedor do Prémio João de Almada 2014

**Arquiteto:** Marques da Silva

**Arquiteto da intervenção:** Francisco Barata, Nuno Valentim e José Luís Gomes.

**Data da construção:** Séc. XX (1925/1928)

**Data da intervenção:** 2012

**Uso original:** Edifício de rendimento (comercio, escritórios e habitação).

**Uso atual:** Edifício de rendimento (comercio, escritórios e habitação).

**Características:** estilo internacional e influencias Beaux-Arts

**Grau de intervenção segundo o autor:** Recuperação

**Estado do edifício antes da intervenção:** Bom **Programa:** Mantem o programa original

**Breve apresentação da intervenção:** “O sistema construtivo tradicional da casa burguesa portuense sofre, neste caso, um pioneiro processo de ajustamento à incorporação de vigas em betão em forma de “T” invertido que reforçam a estrutura principal (...) Por outro lado, mantêm-se a madeira como elemento de estrutura secundária (pavimentos e cobertura) e a pedra nos muros de meação e nos elementos trabalhados da fachada.” Os arquitetos seguiram o lema "menos é mais" em que menos alteração é mais autenticidade, contudo “pequenos ajustes funcionais foram realizados nos escritórios e em duas habitações. Cumpre no entanto referir que uma das habitações permaneceu com a compartimentação existente testemunhando o desenho original do Arq. Marques da Silva” (extrato da memória descritiva).

## FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© João Ferrand



Fig.53- Caixa de escadas



Fig.54- Sala

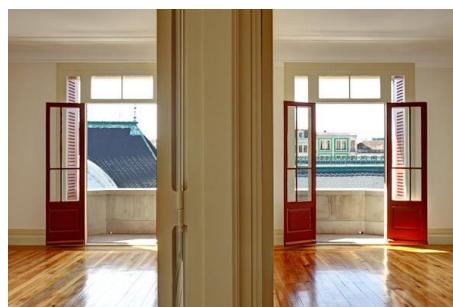


Fig. 55- Sala

**FONTES** - <https://www.facebook.com/nvarq>  
- <http://www.premio.vidaimobiliaria.com/candidatura/reabilita%C3%A7%C3%A3o-de-edif%C3%ADcio-de-1925-da-autoria-do-arq-marques-da-silva>

# 14. PORTO LOUNGE HOSTEL & GUEST HOUSE



Fig.56- Lounge Hostel e Guest House exterior

## FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua do Almada - Porto

**Distinção:** Nomeado na categoria de turismo - Premio Nacional de Reabilitação Urbana 2013

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** Alfredo Ascensão e Paulo Henriques

**Data da construção:** Finais do Séc. XVIII

**Data da intervenção:** 2012

**Uso original:** Habitacional e Comércio

**Uso atual:** Hostel

**Características:** Casa Burguesa do Porto

**Grau de intervenção segundo o autor:** Recuperação e revitalização da rua do Alma.

**Programa:** Adapta o novo programa a compartimentação original do edifício.

**Breve apresentação da intervenção:** “O projeto de intervenção (...), teve como objetivo a recuperação do imóvel com base no respeito da sua estrutura, utilizando sempre que possível, as técnicas e os materiais de construção tradicionais, com adição de novos elementos necessários ao conforto e ao funcionamento de um Hostel. Uma parte significativa dos materiais originais foram reabilitados, tais como as estruturas de madeira dos pavimentos e das coberturas, as paredes em taipa de fasquio, as caixilharias exteriores e parte das interiores, os estuques do último piso e a claraboia, não se descaracterizando, assim, o edifício, apesar da sua nova função. Esta recuperação, apesar da sua pequena escala, contribuiu para a revitalização da Rua do Almada (...) despoletando a curiosidade e o interesse nos imóveis vizinhos, de tipologia semelhante” (extrato da Memória Descritiva).

## FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© INÉS D'OREY



Fig.57- Caixa de escadas e claraboia



Fig.58- Recepção

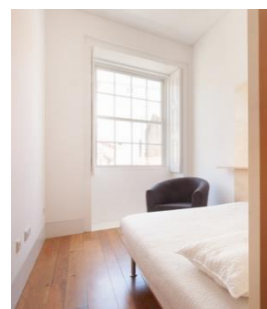


Fig.59- Quarto

## FONTES

- <http://www.premio.vidaimobiliaria.com/candidatura/porto-lounge-hostel-guest-house>  
 - <http://aapharquitectos.com/index/index.php?/equi/porto-lounge-hostel-guest-house/>

# 15. CASA DO CONTO



Fig.60- Casa do Conto exterior

## FICHA INFORMATIVA

**Localização:** Rua da Boa Vista - Porto

**Distinção:** Menção Honrosa – Prémio João Almada 2012 e Seleção Respect for Architecture 2012

**Arquiteto:** Desconhecido

**Arquiteto da intervenção:** A. Grande e J. Couceiro

**Data da construção:** finais do séc. XIX (1895)

**Data da intervenção:** 2012

**Uso original:** Habitacional

**Uso atual:** Hotel

**Características:** Casa Burguesa com logradouro.

**Grau de intervenção segundo o autor:** Reconstrução

**Estado do edifício antes da intervenção:** Ruína

**Programa:** Não se aplica

**Breve apresentação da intervenção:** Na primeira intervenção procurou-se requalificar (...), optando, sempre que possível, pelo restauro dos elementos preexistentes. (...) alguns dias antes da inauguração pública do espaço reabilitado, (março de 2009) o edifício sofreu um terrível incêndio que destruiu, por completo, o seu interior. (...) O novo projeto evoca, através de uma aproximação abstrata, a estrutura e a decoração da casa preexistente, usando materiais e técnicas tradicionais – os ripados de madeira dos tabiques, as chapas onduladas dos revestimentos e as superfícies curvas de contraplacado – como molde das novas superfícies em betão aparente: na caixa de escadas central, (...) na claraboia oval que ilumina o centro do edifício, mantendo, ainda neste caso, a tradição portuense (...) as novas superfícies reforçam a memória das já desaparecidas” (extrato da memoria descritiva).

## FOTOGRAFIAS DA INTERVENÇÃO

© FG+SG



Fig.61- Caixa de escadas e claraboia



Fig.62- Escadas



Fig.63- Quarto



Fig.64- Quarto

- FONTES**
- <http://www.archdaily.com/178953/casa-do-conto-pedra-liquida/>
  - <http://pedraliquida.com/130-Casa-do-Conto>
  - <http://www.norte41.org/pt-pt/content/casa-do-conto>

### 4.3. CASOS DE ESTUDO SELECIONADOS

Com vista a aprofundar o conhecimento destes casos de estudo e sendo a entrevista e a visita ao edifício elementos fundamentais para recolher informações que permitissem dar continuidade à pesquisa, foram contactados os autores das obras da amostragem de 15 casos. Apenas uma percentagem dos arquitetos se mostrou disponível para colaborar. A autoria foi assim o último critério que ditou a seleção final de 5 casos de estudo, de autores distintos e para os quais foi possível realizar visitas aos edifícios intervencionados, juntamente com os autores de cada uma das obras.

Após terem sido contactados os arquitetos, e ter sido aceite a realização das visitas, bem como das entrevistas, foram selecionados os seguintes casos de estudo: O Chalet das Três Esquinas, da autoria de Tiago do Vale localizado na cidade de Braga; A Habitação Unifamiliar do séc.XX na Rua da Alegria, da autoria de Inês Pimentel, no Porto; A Casinha 79-81 de Paulo Moreira localizada na Rua dos Caldeireiros, na cidade do Porto; A Casa/Atelier da Rua do Almada, da autoria de Cristina Campilho no Porto; e por fim, o Edifício da Rua Capitão Renato Baptista, da autoria de João Appleton e Isabel Domingues, em Lisboa.

Como meio de preparação para a visita a cada uma das obras, houve a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as intervenções. Foi assim realizada uma ficha de coleta de dados para cada um dos casos de estudo, com vista a analisar o estado da pré-existência, a intervenção propriamente dita e o programa, ilustrada com fotografias das diferentes fases da obra, bem como desenhos da proposta.

No momento das visitas realizaram-se as entrevistas com base num guião pré-estabelecido. Sendo que o contacto com os autores das obras era imprescindível para a verificação dos pressupostos do primeiro objetivo deste trabalho. As questões foram cuidadosamente elaboradas para daí poder retirar as conclusões necessárias quanto ao reconhecimento dos graus, significados e valores, princípios e métodos de intervenção em práticas atuais de intervenção no edificado antigo de arquitetura corrente. As entrevistas realizadas encontram-se disponíveis na íntegra no Anexo II desta dissertação, bem como as tabelas de análise de conteúdo de cada uma no Anexo III.

De seguida são apresentadas as fichas de coleta de dados que permitem expor cada um dos casos selecionados, caracterizando-os sumariamente. A presença destas fichas neste momento do trabalho permite compreender as análises interpretativas e as conclusões retiradas nos capítulos seguintes.

### 4.3.1. FICHA DE COLETA DE DADOS - CHALET DAS TRÊS ESQUINAS

#### IMPLANTAÇÃO



Esc.: 25 m

Fig. 65 – Localização do caso de estudo: Imagem satélite

#### CARACTERIZAÇÃO

**Localização:** Rua Dom Frei Caetano Brandão nº F. Sé - Braga

**Arquitetura:** Tiago do Vale

**Promotor:** Tiago do Vale Arquitetos

**Coordenação:** Arquiteto Tiago do Vale

**Estabilidade:** --

**Execução:** Constantino & Costa, Lda.

**Estado:** Construído

**Data de intervenção:** 2012 – 2013

**Área de construção:** 165 m<sup>2</sup>



Fig. 66 – Fachada principal

#### DISTINÇÃO

Prémio IHRU 2014 – Menção Honrosa: Variante/ Reabilitação de Edifícios

#### APRECIÇÃO DO JÚRI

“Considerou-se uma candidatura merecedora de distinção pelo “cuidado notável nos detalhes arquitetónicos e construtivos, bem como a iluminação natural proporcionada” constatado durante a presença do júri no local” (IHRU, 2014, p.32).

**PRÉ-EXISTÊNCIA** O caso de estudo situa-se na Rua Dom Frei Caetano Brandão, dentro dos limites do centro histórico de Braga, bem no coração das muralhas romanas e medievais da cidade, junto à Sé.

Trata-se de um edifício singular, que constitui um exemplo claro da influência brasileira na arquitetura Portuguesa do século XIX, “construído segundo o modelo idealizado de um chalé alpino, popular no Brasil oitocentista, de proporções altas, janelas verticalizadas, telhado inclinado e beirados decorados” (Vale, 2014, p.35).

A casa, construída quase em paralelo com a abertura da rua no final do século XIX, funcionava inicialmente como um anexo de serviços nas traseiras da casa apalaçada a que encosta. Mais tarde, nos anos 30, acabou por ser dividida em três edifícios independentes (Vale, 2014).

Antes da intervenção, o edifício encontrava-se bastante adulterado. De acordo com o arquiteto a sua identidade foi se perdendo ao longo de 120 anos de pequenas intervenções não qualificadas, “resultando numa sobre compartimentação, que o encerrou para a rua e para a luz” (Vale, 2014, p.34). Da mesma forma, também a fachada foi adulterada, “a caixilharia moderna em alumínio e caixas de estore exteriores modificaram a estereotomia dos vãos, a escala do edifício e dos seus detalhes, e rompeu com a leitura original da rua” (Vale, 2014, p.35).

**INTERVENÇÃO PRÁTICA** De acordo com o autor “o objetivo do projeto foi, assim, clarificar os espaços e funções do edifício recuperando a imagem, as técnicas construtivas e o programa (essencialmente habitacional) originais e, simultaneamente, adequando-o às formas de viver contemporâneas, devolvendo-o à cidade e, potencialmente, alicerçando um modelo para intervenções de reabilitação futuras no bairro da Sé” (Vale, 2014, p.35).

Ao nível da imagem exterior e conforme a legislação, a fachada principal orientada para a rua foi recuperada e pintada. A caixilharia de madeira original, foi recolocada, e o minucioso beirado foi restaurado (Vale, 2014).

No interior, foi recuperada a distribuição espacial e funcional originais, as escadas tal como o soalho foram preservadas, assim como a estrutura da cobertura foi refeita sobre a estrutura existente em madeira. Em todas as superfícies a impermeabilizar, tais como, piso térreo destinado ao atelier, instalações sanitárias e cozinha introduziu-se mármore branco de Estremoz, revestimento Português usado na época de construção da casa, “recuperamos não apenas os materiais, mas também os usos de cada espaço. E mesmo quando introduzimos materiais novos [como fizemos com o mármore de Estremoz] fizemo-lo com o critério de se ajustar à sua natureza e ao seu contexto histórico” (Vale, 2013).

De acordo com o arquiteto da intervenção, a única grande alteração que a casa sofreu em relação ao seu desenho original, foi a eliminação de uma das paredes da caixa de escadas, que permite que a luz atravesse de cima a baixo a casa. Permitindo assim iluminar o espaço de trabalho.

**PROGRAMA** Relativamente ao programa, este requeria a convivência entre um espaço de trabalho e um programa de habitação, tal como acontecia anteriormente. Nesse sentido, a intervenção tirou partido da diferença de cotas de 1,5 m entre a rua e o interior do quarteirão para que o espaço de trabalho, no piso térreo, beneficiasse da relação com a rua, enquanto, o programa doméstico se relaciona com a praça do interior do quarteirão (Vale, 2013).

Dada a reduzida área de implantação do edifício, seguiu-se a estratégia original de hierarquizar as áreas por pisos. Desta forma a geometria da caixa de escadas filtra eficazmente a relação visual entre os dois programas (Vale, 2014).

O primeiro piso reservou-se para as zonas sociais da habitação e no último piso encontra-se a zona mais privada da casa, o quarto “espaço onde o protagonismo é entregue à cobertura, cujo sistema construtivo é mantido aparente, embora pintado de branco. Do outro lado da caixa de escadas situa-se um quarto de vestir, apoiado por uma instalação sanitária” (Vale, 2014, p.39).

## ESQUISSOS DO ARQUITETO

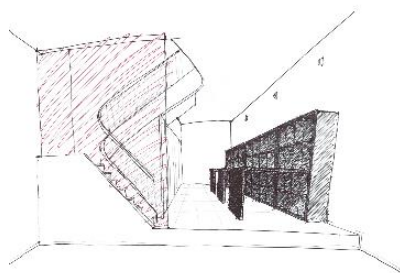


Fig. 67- Esquisso atelier (piso 0)

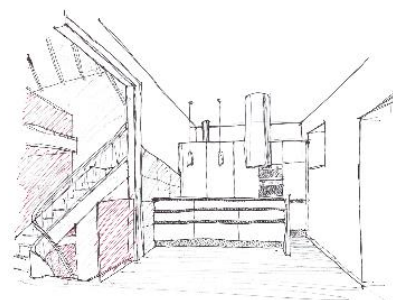


Fig. 68- Esquisso cozinha (piso 1)

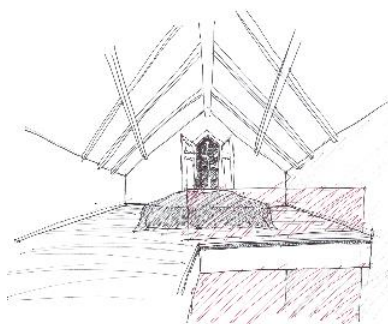


Fig. 69- Esquisso quarto (piso 2)

PRÉ-EXISTÊNCIA



Fig. 70- Fachada principal



Fig. 71- Fachada tardoz



Fig. 72- Caixa de escadas



Fig. 73- Caixa de escadas



Fig. 74- Caixa de escadas

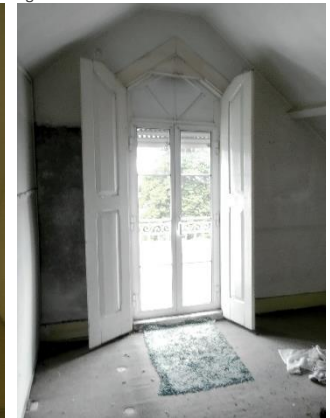


Fig. 75- Manchas no interior da fachada

PROPOSTA

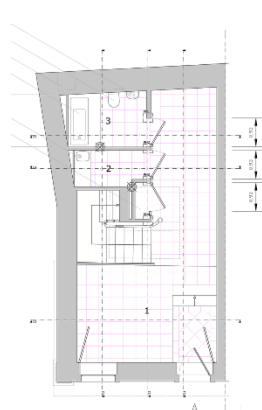


Fig. 76- Planta piso 0

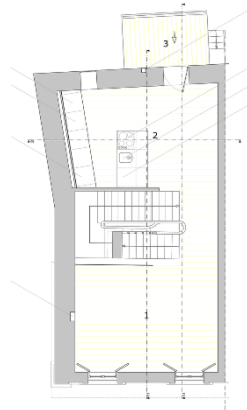


Fig. 77- Planta piso 1

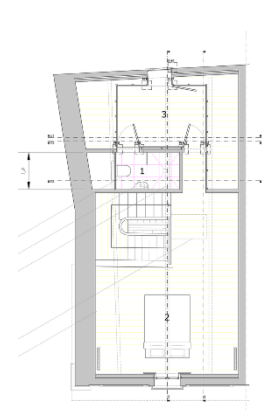


Fig. 78- Planta piso 2



Fig. 79- Alçado principal

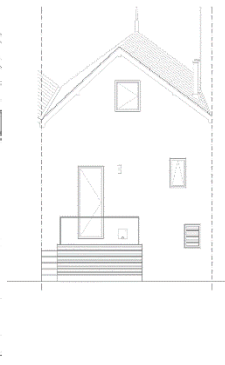


Fig. 80- Alçado tardoz

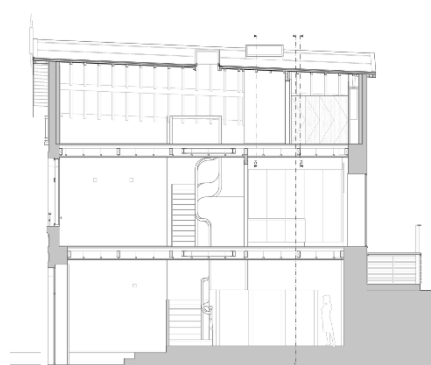


Fig. 81- Corte longitudinal

Esc.: 5 m

FASE DE EXECUÇÃO



Fig. 82- Demolições e soalho (piso 1)



Fig.83- Recuperação cobertura (piso 2)



Fig.84- Gesso cartonado e cob. (piso 2)

PÓS-INTERVENÇÃO



Fig.85- Fachada principal



Fig.86- Fachada tardoz

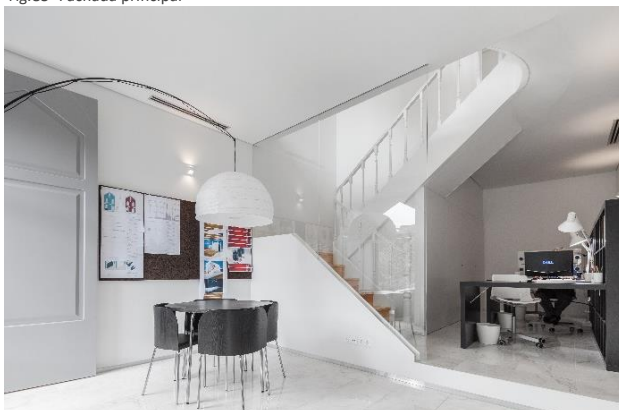


Fig. 87- Zona de trabalho/atelier (piso 0)



Fig.88- Escadas e espaço social (piso 1)



Fig.89- Cozinha (piso 1)



Fig.90- Instalação sanitária (piso 2)



Fig.91- Quarto (piso 2)

#### 4.3.2. FICHA DE COLETA DE DADOS - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DO SÉC. XX

##### IMPLANTAÇÃO

Esc.: 25 m



Fig. 92 – Localização do caso de estudo: Imagem satélite

##### CARACTERIZAÇÃO

**Localização:** Rua da Alegria, nº 892 | F. Bonfim - Porto

**Promotor:** OSMINERGIA – Projetos, Equipamentos e Sistemas, Lda.

**Coordenação:** Arquiteta Inês da Silva Pimentel

**Arquitetura:** Inês da Silva Pimentel

**Estabilidade:** SE2P

**Execução:** Albano Correia da Silva - Construção Civil

**Estado:** Construído

**Data de intervenção:** 2012 – 2013

**Área de construção:** 301,44 m<sup>2</sup>



Fig. 93 – Fachada principal

##### DISTINÇÃO

Prémio IHRU 2014 - Menção Honrosa: Variante /Reabilitação

##### APRECIÇÃO DO JÚRI

“O júri elogiou esta candidatura pelo “cuidado notável nos detalhes arquitetónicos e construtivos” para além do “sistema de ventilação bastante funcional, um fator extremamente importante que contribui para a manutenção dum edifício reabilitado”, constatado pela presença do júri no local” (IHRU, 2014, p.52).

**PRÉ-EXISTÊNCIA** O caso de estudo localiza-se na Rua da Alegria, freguesia do Bonfim. Embora se localize fora do perímetro do centro histórico do Porto, faz parte da malha urbana da cidade. De acordo com Pimentel (2014), a sua construção data de 1913 e o processo de registo de licença de construção pode ser encontrando no arquivo histórico do Porto.

Trata-se de um exemplar típico da Casa Burguesa, inicialmente unifamiliar e mono-funcional, alterado nos anos 70 para albergar varias famílias. Constituído por uma cave iluminada, à cota do logradouro e mais três pisos, sendo o primeiro sobre-elevado e o superior recuado. A caixa de escadas central de dois lanços é iluminada por uma claraboia, e organiza os compartimentos da casa, voltados ou para a rua ou para o logradouro. As instalações sanitárias encontravam-se junto à fachada tardoz e a cozinha num volume destacado também nas traseiras (Pimentel, 2014).

A pré-existência encontrava-se devoluta e à primeira vista muito degradada devido ao uso descuidado ou negligente e falta de manutenção dos utilizadores. “O estado da cobertura era precário, faltavam alguns caixilhos e os existentes estavam em muito mau estado de conservação; o revestimento das fachadas estava muito danificado. No entanto, após a limpeza e remoção dos tetos e rebocos, verificou-se que os elementos estruturais em madeira (dos pisos e da cobertura) e as divisórias interiores em tabique estavam em bom estado e sem patologias, assim como uma grande parte das carpintarias interiores - soalho, portas, guarnições e rodapés” (Pimentel, 2014, p.54).

**INTERVENÇÃO PRÁTICA** De acordo com a autora “tendo em conta a possibilidade de recuperar os elementos estruturais, as divisórias e uma grande parte das carpintarias interiores” (2014, p.54) foi definido como objetivo da intervenção a Recuperação do edifício e a Recriação do ambiente próprio da época da sua construção, reinterpretando-o.

A intervenção dotou o edifício de maior eficiência energética e conforto acústico, sem desvirtuar o seu caráter: As paredes do tardoz e das águas-furtadas, assim como as empenas, receberam isolamento térmico pelo exterior; os tetos foram isolados; os novos caixilhos, de batente ou guilhotina, são de madeira e têm duplo batente, borrachas de vedação e vidro duplo (Pimentel, 2014).

Promoveu-se a ventilação natural e permanente e o equilíbrio higratérmico, fatores indispensáveis à salubridade do ambiente interior e à conservação dos elementos construtivos. Para a respiração na cobertura foram utilizadas telhas de ventilação, estrategicamente colocadas para ventilar o seu desvão; na cave, para evitar a humidade ascendente, a laje térrea foi refeita incorporando uma camada de impermeabilização e nas

paredes, em contacto direto com o solo, foi aplicada uma ‘forra’ interior em gesso acartonado com caixa-de-ar ventilada através de grelhas colocadas em ambas as fachadas (Pimentel, 2014).

Os caixilhos da fachada principal tem como referência direta os caixilhos originais, “sendo uma sua reinterpretação”, foram desenhados e executados de acordo com a forma, medidas e proporções originais. O soalho foi restaurado e as falhas foram colmatadas com as tábuas retiradas dos espaços ocupados pelas novas instalações sanitárias. As carpintarias interiores foram recuperadas (portas, bandeiras, guarnições, rodapés, e todos os elementos que constituem a escada interior), os elementos que não era possível recuperar devido ao avançado estado de degradação e os que estavam em falta foram reproduzidos com o objetivo de conferir continuidade e coerência aos espaços (Pimentel, 2014).

Ao nível decorativo e de revestimentos escolhidos, são idênticos aos utilizados na época de construção do edifício, inclusive a escolha das cores, “o novo azulejo que reveste a fachada principal tem molde semelhante ao anterior e cor afinada a partir de uma peça original; as águas-furtadas foram revestidas com soletos de ardósia; o piso das instalações sanitárias e cozinha foi revestido a mosaico hidráulico; o piso da cave foi executado em betonilha tradicional pigmentada. Nas traseiras, na parede que encerra as galerias, os panos opacos foram revestidos com painéis compósitos de madeira e cimento pintados à cor dos caixilhos, mantendo o seu caráter de fachada ligeira” (Pimentel, 2014, p58).

Em relação à caracterização dos espaços “a escolha das cores, dos remates de teto e das armaduras de iluminação pretende reforçar e recuperar a hierarquia espacial característica das Casas do Porto” (Pimentel, 2014, p.58).

**PROGRAMA** A nível programático o projeto procurou manter a organização espacial original. De acordo com a autora, “pretendia-se recuperar o uso como habitação unifamiliar e dar resposta a novos requisitos, acrescentando instalações sanitárias e dotando a casa de condições de conforto e eficiência energética” (Pimentel, 2014, p.54).

As alterações mais significativas no programa cingiram-se à introdução das instalações sanitárias que ocuparam dois dos compartimentos secundários da casa, uma alcova interior iluminada pela claraboia central, no segundo piso, e um dos espaços que ocupam as águas furtadas. De forma a não danificar as paredes em tabique, em ambos os compartimentos, foi executada uma parede autoportante em gesso cartonado que esconde as infra estruturas das redes de águas e que recebe as peças sanitárias suspensas (Pimentel, 2014).

PRÉ-EXISTÊNCIA



Fig.94- Fachada principal



Fig. 95- Fachada tardoz



Fig.96- Degradação das traseiras



Fig.97- Degradação da cobertura e rebocos



Fig.98- Degradação da cobertura e excesso de compartimentação

PROPOSTA

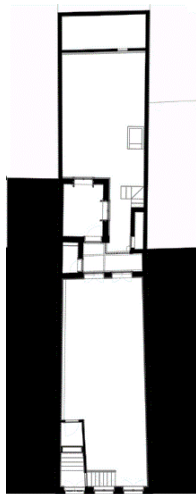


Fig.99- Planta piso 0

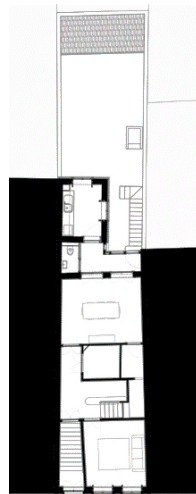


Fig.100- Planta piso 1

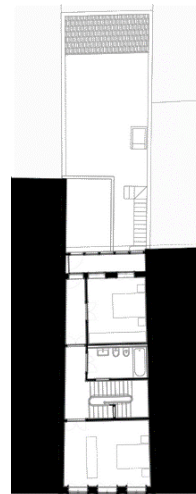


Fig.101- Planta piso 2

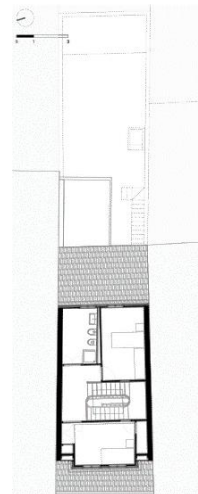


Fig.102- Planta piso 3



Fig.103- Alçado principal

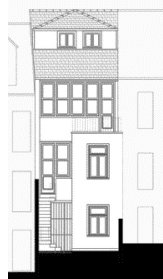


Fig.104- Alçado tardoz



Fig.105- Corte longitudinal

Esc.: 5 m

FASE DE EXECUÇÃO



Fig.106- Remoção dos rebocos (piso 2)



Fig.107- Execução parede gesso cartonado



Fig.108- Aplicação de reboco nas paredes



Fig. 109- Estrutura de madeira dos pisos



Fig.110- Recuperação das carpintarias



Fig.111- Execução da fachada tardoz

PÓS-INTERVENÇÃO



Fig.112- Fachada principal



Fig.113- Fachada tardoz



Fig.114- Cozinha (piso 1)



Fig.115- Área de circulação



Fig.116- Corredor das traseiras (piso 2)



Fig.117- Espaço de circulação (piso 3)

### 4.3.3. FICHA DE COLETA DE DADOS – CASINHA 79-81

#### IMPLANTAÇÃO

Esc.: 25 m



Fig. 118 – Localização do caso de estudo: Imagem satélite

#### CARACTERIZAÇÃO

**Localização:** Rua dos Caldeireiros, nº 79-81 | F. Vitória - Porto

**Promotor:** Arquiteto Paulo Moreira

**Coordenação:** Arquiteta Paulo Moreira

**Arquitetura:** Paulo Moreira

**Estabilidade:** Manuel Sousa Costa

**Execução:** Manuel Sousa Costa

**Estado:** Construído

**Data de intervenção:** 2013

**Área de construção:** 57 m<sup>2</sup>



Fig. 119 – Fachada principal

#### DISTINÇÃO

Vencedor do Prémio IHRU 2014 – Variante / Reabilitação de Edifício

#### APRECIÇÃO DO JÚRI

“O júri considerou esta candidatura *‘Um exemplo a seguir na reabilitação e revitalização dos centros e bairros históricos, embora corresponda a uma situação extrema. Constitui, também, um exemplo de aplicação do conceito de sustentabilidade na reabilitação, entendida como uma necessidade na prática da reabilitação urbana dos próximos anos, perante a falta de capacidade financeira dos municípios, tanto mais que a intervenção envolveu um custo/m2 reduzido, face ao resultado final.* O júri elogiou a dedicação e criatividade do arquiteto, e a

sua *atitude de simplicidade*” (IHRU, 2014, p.8).

*“Demonstrou o respeito pelo património edificado, independentemente da sua escala, contrariando a tendência para a sumptuosidade das intervenções de reabilitação de edifícios, como forma de reconhecimento e notoriedade”* (IHRU, 2014, p.8).

**PRÉ-EXISTÊNCIA** O caso de estudo localiza-se na Rua dos Caldeireiros, zona delimitada como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) da Cidade do Porto e pertence à zona de intervenção Prioritária (ZIP) definida pela Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Porto Vivo.

De acordo com o autor da intervenção, não existe informação sobre o ano de construção do edifício, contudo sabe-se que é anterior a 1951 e provavelmente pela localização e características construtivas trata-se de um edifício centenário (Moreira, 2014).

O edifício ocupa um pequeno lote triangular, com cerca de 19m<sup>2</sup>, espaço sobrance entre dois edifícios de direções distintas. Possui apenas uma frente, com cerca de 4 metros enquanto o vértice oposto tem apenas 0,75 metros.

**INTERVENÇÃO PRÁTICA** De acordo com Moreira “a intervenção procurou devolver ao edifício o seu carácter original, com alterações mínimas” (2014, p.5). No que respeita à estrutura, a obra consistiu na substituição e consolidação de alguns elementos. A cobertura foi a primeira a ser intervencionada “pois era fundamental para garantir condições de estabilidade do imóvel”. Devido ao estado de degradação houve necessidade de reconstruir grande parte aproveitando-se apenas as duas asnas de madeira principais, a restante estrutura de madeira foi substituída por elementos em madeira idênticos aos originais.

Na fachada a intervenção pautou-se pela “manutenção das características construtivas tradicionais” (Moreira, 2014, p.7). No piso térreo as caixilharias existentes em alumínio [fig.61] foram substituídas por novas em madeira tal como seria originalmente, contudo a aparência imperfeita da pedra pintada foi mantida como testemunho da passagem do tempo [fig.58].

Nos pisos superiores da fachada, sendo uma parede de frontal, foi reabilitada conforme a técnica tradicional original, “retirou-se o reboco degradado e substituiu-se por um novo à base de cal” (Moreira, 2014, p.7), em relação aos caixilhos tal como os inferiores foram substituídos por novos em madeira.

No interior do edifício a ação mais notória foi a de subtração, a intenção de tornar aparente o ‘esqueleto’ do edifício foi desde logo assumida. “Foram subtraídas algumas intervenções

que foram descaracterizando o edifício ao longo do tempo” (Moreira, 2014, p.7), tais como, rebocos excedentes, tetos e paredes falsas. O autor explica que numa obra com esta dimensão essas operações de subtração permitiram ganhar mais área e pé-direito. Com este processo de ‘despir’ algumas paredes e os tetos, deixando-se a pedra os tabiques e dos barrotes, à vista, encontraram-se antigas comunicações com as casas vizinhas, que foram deixados em evidência e serviram de inspiração para a criação de alguns ‘nichos’ criados nos vários pisos.

Relativamente aos pavimentos, os soalhos dos pisos superiores, a madeira das escadas e os rodapés altos foram reabilitados, enquanto no piso térreo “optou-se por manter o pavimento ‘duro’, tendo sido refeito, o pavimento de cimento queimado” (Moreira 2014, p.9), o mesmo acontece nas instalações sanitárias.

Relativamente ao conforto, e para que edifício cumprisse os requisitos mínimos de comportamento térmico, acústico e impermeabilização foi acrescentado, pelo interior da cobertura, subtelha e isolamento, existindo sempre a preocupação em não interferir com a volumetria e forma original do telhado. O mesmo cuidado foi tido no lado interior da parede da fachada principal onde foi colocado isolamento térmico revestido com placas de fibra de madeira de média densidade (Moreira, 2014)

Em termos de escolha cromática a parede da fachada foi pintada de cor cinza, com os aros de madeira, caixilhos, caleira e tubo de queda pintados de cor vermelho ‘sangue de boi’, enquanto no interior predomina a cor branca de forma a unificar as texturas das diferentes superfícies deixadas a descoberto (Moreira, 2014).

**PROGRAMA** Relativamente ao programa, o arquiteto procurou novamente a “INTERVENÇÃO MÍNIMA, que permitiu manter na generalidade a disposição espacial existente” (Moreira, 2014, p.8). Desta forma também a tipologia original foi respeitada e os custos foram controlados, sendo um dos objetivos da obra.

A caixa de escadas foi mantida na sua forma e dimensões, apenas houve necessidade de se alterar alguns degraus devido ao estado de degradação, as instalações sanitárias mantiveram-se no mesmo local [nos meios-pisos] e a cozinha ocupou a localização original, existindo apenas a necessidade de se alterar os equipamentos para se adaptar a um modo de vida contemporâneo, neste mesmo espaço “foi retirada uma parede-falsa que dividia a sala da cozinha, tornando-se o espaço perceptível na sua totalidade, como originalmente” (Moreira, 2014, p.8).

PRÉ-EXISTÊNCIA



Fig.120- Fachada principal



Fig. 121- Degradação das paredes de frontal



Fig.122- Caixilhariias de alumínio da fachada



Fig.123- Degradação do interior da fachada



Fig.124- Descaracterização da cobertura

PROPOSTA

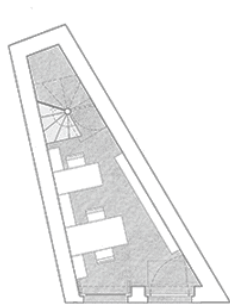


Fig.125- Planta piso 0

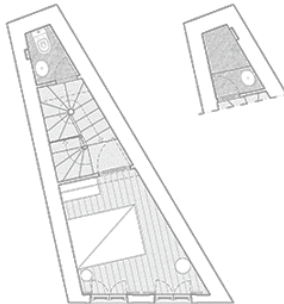


Fig.126 e 127- Planta piso 1 e meio-piso

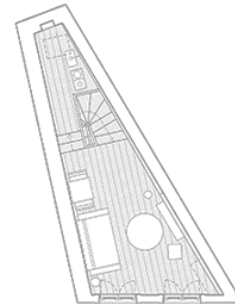


Fig.128- Planta piso 2

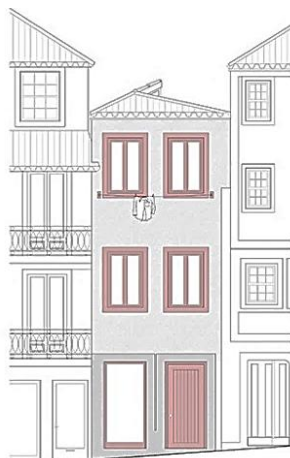


Fig.129- Alçado principal

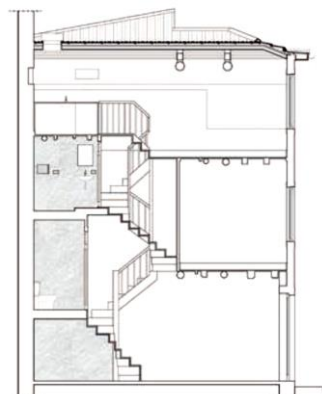


Fig.130- Corte longitudinal

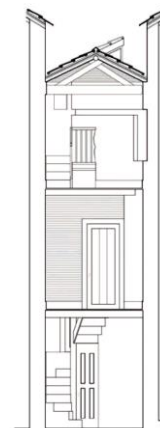


Fig.131- Corte transversal

Esc.: 5 m

FASE DE EXECUÇÃO



Fig.132- Recuperação da fachada da rua



Fig.133- Substituição de vigas da cobertura



Fig.134- Recuperação da fachada



Fig. 135- Aplicação de isolamento do teto



Fig.136- Execução do ripado (piso 2)

PÓS-INTERVENÇÃO



Fig.137- Fachada principal



Fig.138- Atelier (piso 0)



Fig.139- Instalação sanitária



Fig.140- Quarto (piso 1)



Fig.141- Espaço social (piso 2)



Fig.142- Espaço social e cozinha (piso 2)

#### 4.3.4. FICHA DE COLETA DE DADOS – CASA/ATELIER RUA DO ALMADA

##### IMPLANTAÇÃO



Esc.: 25 m

Fig. 143 – Localização do caso de estudo: Imagem satélite

##### CARACTERIZAÇÃO

**Localização:** Rua do Almada nº 528 - Porto

**Promotor:** Arquiteta Cristina Campilho e João Pinheiro

**Coordenação:** Arquiteta Cristina Campilho

**Arquitetura:** Cristina Campilho

**Estabilidade:** NECREP

**Execução:** PORFI- Construção, Restauro e Reabilitação de Edifícios

**Estado:** Construído

**Data de intervenção:** 2013

**Área de construção:** -- m<sup>2</sup>



Fig. 144 – Fachada principal

**DISTINÇÃO** Prémio João de Almada 2014 – Menção Honrosa

##### APRECIÇÃO DO JÚRI

O Júri destacou a obra *“de recuperação e reutilização de edifícios correntes da arquitetura burguesa do Porto, realizadas através da compreensão das características dos imóveis, adequando-as aos programas atuais com respeito pelas pré-existências”*.

**PRÉ-EXISTÊNCIA** O caso de estudo localiza-se na rua do Almada, uma grande rua aberta em linha reta fora das muralhas Fernandinas que reflete o primeiro momento de planeamento urbano da cidade do Porto.

A casa encontra-se num lote estreito e comprido, usufrui de um longo logradouro e é constituída por três pisos, mais um recuado. A nível construtivo as paredes exteriores resistentes eram em alvenaria de granito, as interiores em tabique, e os pavimentos e a estrutura de cobertura em madeira (NECREP, n.d.).

A caixa de escadas central é iluminada por uma claraboia de forma troncocónica que permite a entrada de luz zenital e divide o edifício em salões virados para a rua ou para as traseiras precedidas por antecâmaras (Campilho, 2013).

A estandardização dos elementos construtivos que marcou o Porto Iluminista manifesta-se nesta casa em elementos como cantarias, caixilharias e outros elementos em madeira e nos gradeamentos em ferro (Campilho, 2013).

No que se refere à fachada principal, esta era revestida em azulejos, produzidos através da técnica de estampilhagem, com padrão geométrico de elevada raridade, “não se conhecendo no Banco de Materiais Municipal qualquer outro caso onde se encontre aplicado” (Campilho, 2015, p.13). Relativamente aos vãos exteriores, no primeiro andar, o edifício dispões de duas janelas de guilhotina, num modelo muito seguramente importado pelos ingleses e tem outra particularidade, uma chaminé central, correspondente a um fugão de sala no segundo piso. De acordo com Campilho, esta chaminé apresenta traços que remetem para o estilo neopalladiano inglês, que confere uma certa individualidade ao edifício (2015).

No interior, a nível de tetos, existem duas técnicas diferentes, a maioria são de fasquio, estucados com elementos decorativos de linhas simples e em alguns compartimentos o sistema construtivo era em tabuado de madeira, designadamente em ‘camisa e saia’ (Campilho, 2015).

A nível programático, Trata-se de um edifício originalmente residencial, com duas cozinhas, a original no rés-do-chão e uma outra no piso superior, nos pisos intermédios estavam localizados os quartos e salas, enquanto as instalações sanitárias ficavam num bloco contíguo, na fachada tardoz.

Em relação ao estado de conservação, após o diagnóstico realizado pelo NECREP, verificou-se que o edifício encontrava-se em bom estado de conservação. A estrutura da caixa de escadas encontrava-se razoável, apenas com alguns balaustres partidos, que foi possível substituir por

outros semelhantes, provenientes de corrimões desativados noutros locais.

A nível estrutural verificou-se a possibilidade de manter grande parte da estrutura do edifício, sendo necessária a realização de pequenos trabalhos de reforço ou substituição pontual (Campilho, 2015).

Os elementos que requeriam maior cuidado eram, a tradicional claraboia, que se encontrava em adiantado estado de degradação e a fachada tardoz já bastante adulterada, depois de uma ampliação das instalações sanitárias, construída em betão e alvenaria de tijolo no decorrer do séc. XX.

## INTERVENÇÃO PRÁTICA

De acordo com a autora, a intervenção realizada procurou manter a integridade do edifício e dos seus elementos originais, tendo sido desde logo excluídas todas as hipóteses que implicavam intervenções mais destrutivas para o edifício (Campilho, 2015).

É de salientar que o razoável estado do edifício permitiu manter praticamente todas as paredes pré-existentes, as madeiras dos pisos, os vãos interiores e toda a estrutura de madeira do sobrado, tendo sido aplicados pontualmente alguns entalhes e reforços, quando necessários (Campilho, 2015).

Em relação à construção de betão adicionada no século XX, nas traseiras da casa, devido ao avançado estado de degradação verificado pela equipa de diagnóstico optou-se por remover voltando o edifício ao seu alinhamento original com as características ‘cabines’ sanitárias que foram mantidas e alteradas algumas para novos usos (Campilho, 2015).

As intervenções mais significativas foram: A inclusão de instalações sanitárias no interior do edifício, que ocuparam as alcovas pré-existentes, usufruindo assim de luz natural proveniente da claraboia. Devido à implementação do novo espaço de trabalho no rés-do-chão e questões de circulação/proximidade, optou-se por alterar a cozinha para o primeiro andar.

Cabe também referir que a localização desta nova cozinha, ficou a dever-se à proximidade e ligação direta à varanda e ao logradouro, através de umas novas escadas metálicas introduzidas na fachada tardoz, mas também à minimização de intervenção a nível técnico, assim foi possível criar uma parede técnica que atravessa o edifício do rés-do-chão ao último andar permitindo juntar todas as infraestruturas de águas, eletricidade e condutas de exaustão provenientes desta e das instalações sanitárias e de forma a compensar o aumento das cargas relacionado com máquinas e louças sanitárias, optou-se por introduzir novas vigas de madeira paralelas às existentes (NECREP, n.d.).

A nível de fachada tardoz como referido anteriormente, optou-se por ocupar o espaço

resultante da remoção da antiga estrutura de betão das instalações sanitárias com uma nova estrutura de varandas abertas, executadas numa estrutura metálica.

Também a preocupação pelas exigências atuais de conforto térmico e racionalidade energética foram tidas em conta, nesse ponto, no que diz respeito às caixilharias, para que estas fossem mantidas foi colocado um novo pano interior com os devidos requisitos térmicos e acústicos, a cobertura foi igualmente isolada e a intervenção na fachada tardoz permitiu o revestimento de toda a parede com o sistema de ETICS, procurando assim um melhor comportamento térmico do edifício.

Os restantes elementos, como as paredes interiores em tabique, os pavimentos em madeira, os elementos decorativos [trabalhos em ferro forjado, rodapés, vãos interiores, etc.] foram mantidos sofrendo apenas trabalhos de manutenção e preservação (Campilho, 2015).

**PROGRAMA** O programa pretendia a recuperação do edifício para habitação permanente e zona de trabalho, mais precisamente um atelier de arquitetura. De acordo com Campilho “a definição do esquema organizativo (...) teve por pressuposto a opção de se procurar manter o esquema organizativo original, alterando sobretudo a função de cada dependência” (2015, p.2), desta forma foi opção da arquiteta organizar os espaços, para que o nível de privacidade fosse aumentando à medida que se sobe no edifício.

Deste modo, o espaço destinado ao atelier de trabalho [zona pública] ocupou o rés-do-chão virado diretamente para a rua “possibilitando a receção de pessoas externas sem intromissão na privacidade da restante habitação” (Campilho, 2015, p.2), de forma a completar o espaço de trabalho foi criado na parte traseira uma pequena oficina/depósito com ligação direta ao logradouro.

No primeiro andar ficaram as áreas sociais da casa, sala de estar com relação para a frente do edifício e cozinha e sala de jantar num espaço contíguo virado a tardoz, com vista e acesso direto para o logradouro através das escadas metálicas.

Os segundos e terceiro andares são as zonas mais privadas da casa, onde se localizam os quartos. De referir, que do lado nascente do segundo andar está o quarto principal da casa, que tem umas instalações sanitárias imediatamente anexas [ocupando as alcovas existentes com luz natural, proveniente da claraboia].

De acordo com a autora, o programa proposto adequa-se à pré-existência não pondo em causa a sua escala e o seu carácter (Campilho, 2015).

PRÉ-EXISTÊNCIA



Fig.145- Fachada principal



Fig.146- Fachada tardoz

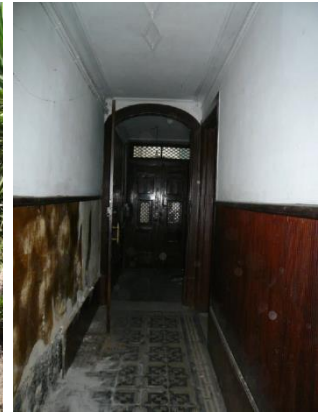


Fig.147- Degradação do hall (piso 0)



Fig.148- Sala (piso 1)



Fig.149- Quarto (piso 2)

PROPOSTA

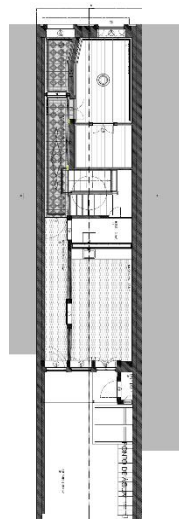


Fig.150- Planta piso 0

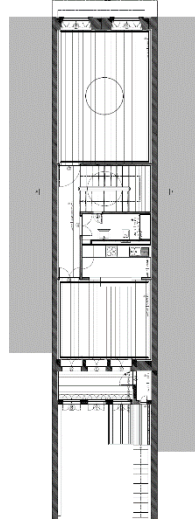


Fig.151- Planta piso 1

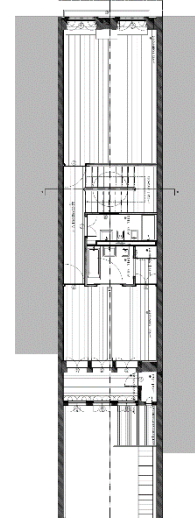


Fig.152- Planta piso 2

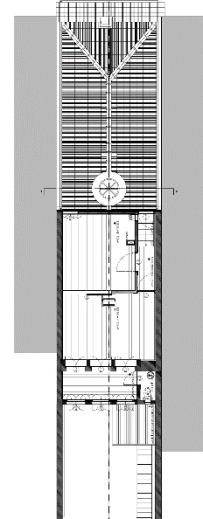


Fig.153-Planta piso 3

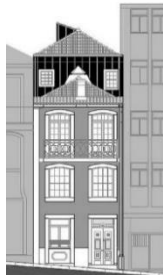


Fig.154- Alçado princ.

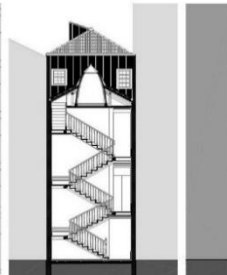


Fig.155- Corte trans.



Fig.156 - Alçado tardoz

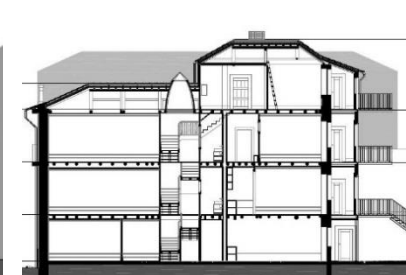


Fig.157- Corte longitudinal

Esc.: 5 m

FASE DE EXECUÇÃO



Fig.158- Limpeza agentes bióticos



Fig.159- Remoção dos rebocos danificados



Fig.160- Trabalhos decorativos em estuque

DEPOIS DA INTERVENÇÃO



Fig.161- Fachada principal



Fig.162- Fachada tardoz



Fig. 163- Hall de entrada



Fig.164- Cozinha (piso 1)



Fig. 165- Quarto (piso 2)



Fig.166- Sala de estar (piso 2)



Fig.167- Quarto/sala do recuado (piso 3)

#### 4.3.5. FICHA DE COLETA DE DADOS - EDIFÍCIO DA RUA CAPITÃO RENATO BAPTISTA

##### IMPLANTAÇÃO

Esc.: 25 m



Fig. 168 – Localização do caso de estudo: Imagem satélite

##### CARACTERIZAÇÃO

**Localização:** R. Capitão Renato Baptista nº 78-86 - Lisboa

**Promotor:** Urbanspace - Investimentos Imobiliários, Lda

**Coordenação:** Appleton e Domingos, Arquitetos, Lda

**Arquitetura:** João Appleton e Isabel Domingos com a colaboração de Christophe Tilliet, Inês Blanc de Sousa e Rita Barbosa

**Estabilidade:** A2P Consult

**Execução:** Tetrapod Construção Civil, Lda

**Estado:** Construído

**Data de intervenção:** 2008-2011

**Área de construção:** -- m<sup>2</sup>



Fig. 169 – Fachada principal

##### DISTINÇÃO

Prémio IHRU 2012 – Prémio: Variante /Reabilitação de Edifício de Habitação

##### APRECIÇÃO DO JÚRI

*“Reabilitação criteriosa em que se recuperam e restauram técnicas e materiais tradicionais e se fazem adaptações espaciais, com materiais contemporâneos, de modo a dar resposta às novas exigências de habitabilidade. É uma reabilitação que pode ser referida como uma boa prática, replicável em outros edifícios da cidade de Lisboa” (IHRU, 2012, p4).*

**PRÉ-EXISTÊNCIA** O caso de estudo localiza-se na Rua Capitão Renato Baptista, freguesia da Pena - Lisboa. De acordo com Pereira (2013) a sua construção data de 1889, conforme documentado no arquivo da CML. Inicialmente era constituído por dois andares, cave e rés-do-chão, ambos com estrutura metálica e três grandes arcos voltados para o logradouro. De acordo com Appleton e Domingos foi construído inicialmente para dar lugar a uma pequena indústria e/ou armazém e mais tarde, por volta de 1912/13 foi ampliado em mais quatro andares de habitação e sótão fazendo um total de sete pisos.

Trata-se de uma tipologia dominante na cidade de Lisboa denominada de 'gaioleiro', tipologia corrente que constitui grande percentagem do tecido construído da cidade de Lisboa. Eram construções destinadas a rendimento frequentemente especulativo, executadas com estruturas económicas.

Este exemplar é um edifício relativamente pequeno em relação a outros do mesmo tipo e está implantado num lote pouco profundo (Appleton e Domingos, 2012), uma vez que não foi desde logo construído para habitação como era comum nos edifícios de rendimento, trata-se de um edifício particular e verifica-se "a existência de dois tempos construtivos" diferentes (Pereira, 2013, p71).

A estrutura do piso térreo e o primeiro andar que correspondem à construção inicial eram constituídos por paredes de alvenaria de tijolo, colunas em ferro fundido e vigas em aço, o pavimento do piso térreo era constituído por massame armado e no primeiro piso era composto por madeira, quanto às paredes das fachadas, principal e tardoz, eram constituídas por alvenaria de pedra e as paredes meeiras em tijolo de burro (Pereira, 2013).

Os pisos superiores que davam lugar às habitações eram constituídos por vigamentos de madeira apoiados nas paredes da fachada em alvenaria de pedra e as paredes divisórias interiores eram em tabique, os pavimentos eram em soalho de madeira à exceção das cozinhas, instalações sanitárias e varandas que era constituídas por perfis metálicos que suportavam abobadilhas em que o revestimento era feito com mosaicos hidráulicos nos pavimentos e azulejos nas paredes (Pereira, 2013).

De acordo com a descrição de Pereira (2013) no que respeita a elementos secundários, o edifício apresentava janelas de peito e sacada com caixilharias em madeira maciça com acabamento em esmalte à semelhança dos vãos e madeiramentos interiores. Os tetos das zonas principais da casa tinham elementos decorativos em estuque. A claraboia existente na cobertura, cujo objetivo era a iluminação da caixa de escada, era constituída por ferro e vidro simples incolor. As escadas eram em madeira e as paredes da entrada do edifício eram revestidas com mosaicos hidráulicos conforme se pode ver na fig.112. A porta de entrada do

edifício era também em madeira com acabamento em esmalte com envidraçados coloridos no seu topo. A fachada principal é toda revestida com azulejos com o pormenor da utilização de frisos de azulejos florais pintados à mão. A fachada de tardoz era simplesmente rebocada e pintada (Pereira, 2013).

Em relação à caracterização espacial cada fogo de habitação era constituído por três quartos, uma cozinha, uma sala de jantar, um escritório, uma despensa, uma divisão de arrumos, uma divisão destinada a costura e uma casa de banho localizada nas varandas tardoz (Pereira, 2013).

No respeitante ao estado de conservação, foi realizado antes desta última intervenção uma vistoria a fim de determinar o estado de degradação que foi considerado no geral, razoável, uma vez que não foram verificados assentamentos das fundações nem deformações de elementos portantes (Pereira, 2013).

De acordo com os arquitetos Appleton e Domingos (2012) o edifício encontrava-se obsoleto, na fachada tardoz a estrutura metálica estava muito degradada verificando-se que era irrecuperável e a escada helicoidal que constava no projeto já tinha sido desmontada devido ao perigo de ruir, os últimos pisos encontravam-se bastante degradados devido há entrada de água da chuva pela cobertura e no rés-do-chão havia diversas alterações, com a “introdução de estruturas intermedias e seccionamento do espaço em duas frações independentes” (Appleton & Domingos, 2012, p3).

Quanto à fachada principal, também se notava uma forte descaracterização, principalmente nos vãos do rés-do-chão, que foram a certa altura ampliados para permitir um melhor acesso ao interior do edifício. Para além destas questões Appleton e Domingos (2012) referem ainda um conjunto de problemas menores que desqualificavam o edifício tais como: alteração de alguns vãos interiores e exteriores, introdução de estores e marquises nos alçados e o destacamento de azulejos na fachada.

## INTERVENÇÃO PRÁTICA

Segundo aos autores a estratégia da intervenção passou pelos seguintes objetivos: “a. A melhoria do desempenho do edifício; b. Manutenção do carácter do edifício; c. Criação de uma nova unidade no edifício” (Appleton & Domingos, 2012, p.4).

A intervenção no alçado principal é basicamente de restauro (Appleton & Domingos, 2012). Os azulejos existentes, foram limpos reparados e quando necessário substituídos por outros idênticos, as caixilharias foram recuperadas sempre que possível e adaptadas para integrar vidro laminado que serve para melhorar o desempenho acústico dos vãos, tal como a porta principal que se mantém, a maior intervenção foi o redesenho dos vãos térreos que se

encontravam modificados. As guardas metálicas foram restauradas e pintadas e no rés-do-chão foram criadas novas grades para proteger as janelas. O alçado tardoz foi o que sofreu a intervenção mais profunda, as paredes foram revestidas com reboco de cimento, cal e areia e pintadas com tintas aquosas de elevada permeabilidade, os elementos secundários, tais como: portas, janelas e cantarias sofreram operações de restauro e existe também uma grande intervenção ao nível da estrutura metálica das varandas que não davam para ser recuperadas, portanto houve a necessidade de se redesenhar toda uma nova estrutura que serviu para aumentar o desempenho do edifício em caso de sismo (Appleton & Domingos, 2012).

Nas varandas utilizou-se um sistema de cofragem metálica moderna, que é a reinterpretação contemporânea da arquitetura de ferro pré-existente e a sua estrutura cresceu ligeiramente para permitir criar uma nova zona de estar exterior. Em relação às marquises encerradas, foram demolidas.

Em relação à cobertura, esta foi redesenhada e reconstruída para garantir um correto desempenho térmico, acústico e de estanquidade. Este espaço de sótão que antes dava lugar a arrumos, foi aproveitado para um dos duplex, com isto houve a necessidade de integrar trapeiras, três no alçado principal e uma no alçado tardoz que permite o acesso à varanda.

A entrada no edifício foi toda mantida, no entanto foi criado um corredor lateral, em rampa, que permite aceder ao elevador e áreas técnicas. Nesta zona técnica confinante com a caixa de escadas foi possível fazer a subida dos tubos e cabos, permitindo assim “mantê-la praticamente intocada” (Appleton & Domingos, 2012, p.8).

Em relação aos fogos, o piso -1 e 0, que corresponde ao antigo armazém e o piso 4 e 5, no último piso e sótão, foram os que sofreram maiores alterações. Estes pisos deram lugar a dois duplexes que pelas suas características, e já que não tinham um uso habitacional, deram oportunidade à criação de duplos pés direitos e “intervir de uma forma mais contemporânea, criando uma tipologia menos convencional mas que tira partido pleno da volumetria (...) através das soluções construtivas mas utilizando os mesmos materiais e soluções construtivas do resto de edifício, que, apesar da diferença de linguagem, ajuda a criar uma grande unidade” (Appleton & Domingos, 2012, p.9).

Nos fogos do piso 1, 2 e 3, as paredes de tabique foram mantidas na sua maioria, no entanto procedeu-se a algumas demolições, para facilitar a inserção das instalações sanitárias e para criar uma sala/átrio de entrada de forma a aproveitar a iluminação e ventilação dos compartimentos confinantes. As I.S. foram colocadas num compartimento interior existente e foram desenhadas de forma a garantir a máxima flexibilidade de utilização. As salas são localizadas a tardoz. Neste espaço foi demolida uma parede de tabique para criar um único

espaço (sala/cozinha) com relação direta com as varandas, onde se localiza a lavanderia e espaço de arrumos. Em relação aos quartos mantêm a compartimentação original existente.

No que diz respeito às paredes interiores, foram mantidas na sua maioria, e as novas, constituídas por um sistema leve de gesso cartonado, os pavimentos de madeira foram mantidos e tratados com vernizes aquosos que permitem a sua manutenção. Nas zonas húmidas (instalações sanitárias) os pavimentos foram executados em mosaico hidráulico (mosaico pó de pedra) idêntico ao que existia nas antigas IS e cozinha. As paredes mantêm-se estucadas e pintadas, no entanto, no átrio/sala, foram usados os mesmos barramentos manchados com aparência pétreo que de alguma forma procuram recuperar o carácter dos fingimentos de pedra muito usual nestes edifícios.

Houve um grande cuidado para que todas as novas soluções - varandas, vãos, revestimentos - fossem compatíveis, tanto no desenho como no material, com o edifício antigo” (Appleton & Domingos, 2012).

Segundo os arquitetos “sem pretender constituir um paradigma esta intervenção é, no entanto, a demonstração da viabilidade da reabilitação destes edifícios, aumentando o seu desempenho, ao nível das instalações, da segurança e do uso, preservando o seu carácter, no que respeita a revestimentos, acabamentos, soluções estruturais, construtivas e espacialidade, obtendo uma nova unidade (...)” os autores referem ainda que a reabilitação deste edifício não é significativa pela sua dimensão, no entanto, se o encararmos como um exemplo de intervenção num conjunto que abrange grande parte de Lisboa “então a escala torna-se enorme” (Appleton & Domingos, 2012, p.2).

**PROGRAMA** A nível programático o projeto procurou recuperar o uso como habitação multifamiliar e dar resposta a novos requisitos, tais como a introdução do elevador junto a caixa de escadas. O edifício composto por sete pisos foi dividido em cinco fogos, de acordo com os autores a estratégia de projeto passou por criar dois apartamentos em duplex, maiores e mais especiais, um no piso inferior (antigo armazém com grandes vãos para o logradouro) e outro no piso superior (último piso com sótão, varanda e vista). Nos pisos intermédios foi possível recuperar mais elementos do edifício existente. A localização dos quartos mantêve-se, foram introduzidas instalações sanitárias no interior, a zona de cozinha e sala foi unida num único espaço, contudo mantêve-se a sua localização (Appleton & Domingos, 2012).

PRÉ-EXISTÊNCIA



Fig.170- Fachada principal



Fig.171- Varanda tardoz em risco de colapso

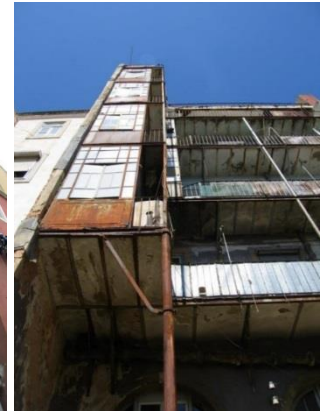


Fig.172- Localização das instalações sanit.



Fig.173- Entrada e caixa de escadas



Fig.174- Manchas no interior da fachada



Fig.175- Cozinha revestimento em mosaico

PROPOSTA

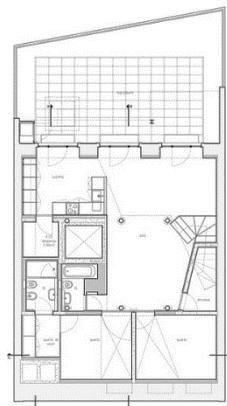


Fig.176- Planta piso -1

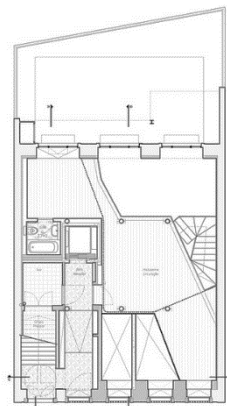


Fig.177- Planta piso 0

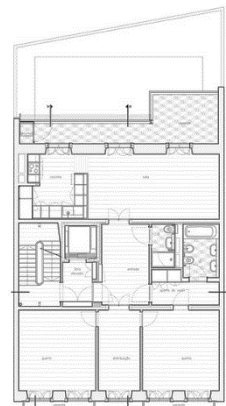


Fig.178- Planta piso 1, 2 e 3

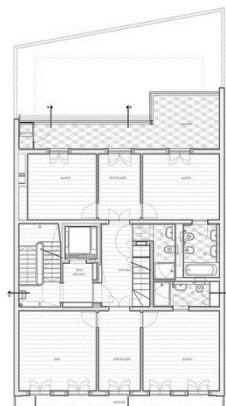


Fig.179- Planta piso 4

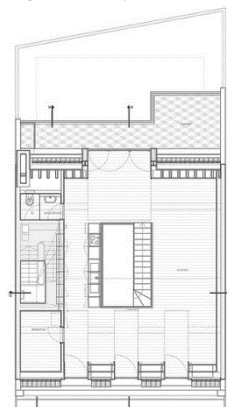


Fig.180- Planta piso 5

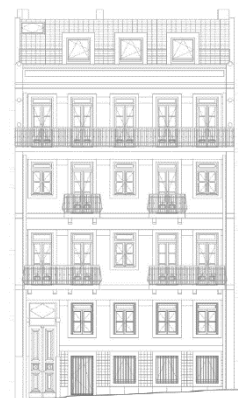


Fig.181- Alçado principal

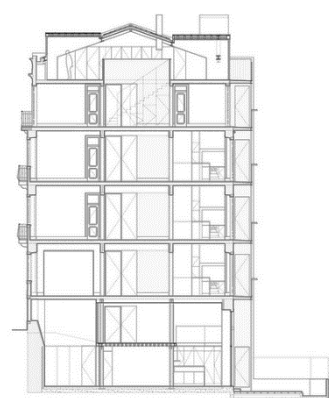


Fig.182- Corte transversal

Esc.: 5 m

FASE DE EXECUÇÃO



Fig.183- Desmontagem p/ reforço dos pisos



Fig.184- Execução de elevador



Fig.185- Reforço e restauro dos vãos

PÓS-INTERVENÇÃO



Fig.186- Fachada principal



Fig.187- Fachada tardoz



Fig.188- Arcos da fachada tardoz



Fig.189- Entrada e caixa de escadas (piso 0)



Fig.190- Caixa de escadas



Fig.191- Apartamento duplex (pisos -1 e 0)



Fig.192- Espaço social/ cozinha



Fig.193- Quarto voltado para rua



Fig.194- Apartamento duplex (piso 5)

## 5. ANÁLISE INTERPRETATIVA

**INTRODUÇÃO** No presente capítulo será realizada uma análise interpretativa dos cinco casos de estudo, onde serão relacionados os conteúdos das entrevistas, o material recolhido nas visitas aos edifícios e a informação reunida nas fichas de cada um deles.

Esta análise comparativa irá dar resposta ao primeiro objetivo desta dissertação: “Reconhecer graus, valores, princípios e métodos em práticas atuais de intervenção no edificado antigo de arquitetura corrente”.

Através desta análise será possível realizar um ponto de situação, acerca da aplicação dos principais conceitos fundamentados pela comunidade científica, e sua verificação na prática projetual.

### **5.1. GRAUS DE INTERVENÇÃO**

O conceito ‘Grau de Intervenção’, tal como é preconizado pela comunidade científica, não é o mesmo que é compreendido pelos arquitetos em questão. Perante o conceito, alguns dos entrevistados revelaram um entendimento distinto, ainda que baseado numa escala operativa de ações mais ou menos profundas. Desta forma, houve a necessidade de reorientar a entrevista clarificando o que se pretendia com a abordagem deste conceito.

Para Tiago do Vale (comunicação pessoal, 12 de maio, 2015), o grau de intervenção aplicado no Chalet das Três Esquinas em Braga foi o restauro, procurando a reintegração de elementos e o respeito pelo material original. Devido ao estado de degradação do edifício, a profunda intervenção pretendeu sobretudo recuperar materiais e técnicas construtivas originais, ainda que no seu interior tenham sido claramente aceites opções de aplicação de novos materiais inexistentes na construção original, como a mármore de Estremoz nos espaços húmidos da casa, ou a utilização de gesso cartonado, preconizando o conceito de parede leve, seguindo o princípio das paredes de tabique.

Contudo, dada a necessidade de melhorar o desempenho do edifício a nível funcional, o seu interior foi amplamente alterado, ao nível da configuração dos compartimentos, para inclusivamente poder utilizar a luz proveniente da claraboia da cobertura para iluminar a totalidade dos pisos.

Já Cristina Campilho e Inês Pimentel apontam para a existência de vários graus associados à mesma intervenção. Isto é, nos respetivos casos de estudo, existiam zonas que requeriam intervenções diferentes consoante o estado de degradação da pré-existência.

Inês Pimentel (comunicação pessoal, 15 de maio, 2015) esclarece que o grau de intervenção aplicado no caso de estudo da Rua da Alegria é identificado como restauro na maior parte do

edifício: “restauro é tratarmos as peças que lá temos (...) todas as madeiras estavam em excelente estado, por isso foram restauradas, inclusive pisos, estrutura e escada”. A sua intenção foi recriar o ambiente da época de construção do edifício, valorizando técnicas e sistemas construtivos originais.

No entanto a arquiteta refere a existência de outros graus associados à mesma intervenção, como é o caso da fachada tardoz, que foi alvo de uma reconstrução integral, uma vez que se encontrava de tal forma degradada que era impossível a sua recuperação. Aqui, a utilização de materiais novos, com um sistema construtivo e funcional idêntico ao original, assemelha-se à tomada de posição do arquiteto Tiago do Vale na reconstrução dos interiores, utilizando materiais e técnicas contemporâneos associados a conceitos presentes na construção original.

Por sua vez, a arquiteta Cristina Campilho (comunicação pessoal, 20 de maio, 2015) refere também a existência de diversos graus de intervenção no edifício da Rua do Almada. Na sua globalidade, define a intervenção como uma reabilitação, explicando que o termo engloba os diversos graus operativos. Nas caixilharias, soalhos e caixa de escadas a arquiteta define a ação levada a cabo como um restauro, dado que o estado em que estes se encontravam permitiram a sua recuperação quase integral, enquanto na fachada tardoz e na conduta técnica adicionada no interior do edifício assume uma postura distinta ao realizar uma construção nova. Esta atitude de adaptação do edifício às exigências atuais refletiu-se também na alteração da disposição das zonas húmidas, originalmente na periferia da construção, e atualmente integradas na compartimentação interior do imóvel, o que necessariamente originou a implementação de medidas de reforço estrutural. Estas alterações procuram utilizar sistemas e materiais compatíveis com a preservação da edificação original.

No caso da casa na Rua dos Caldeireiros, no Porto, Paulo Moreira (comunicação pessoal, 20 de maio, 2015) elucida que não é um especialista em intervenção no património, sendo o seu conhecimento teórico limitado quanto aos vários graus de intervenção. Contudo, identificou o grau de intervenção neste edifício como sendo uma reabilitação. Explica que também ‘gosta’ do termo recuperação para caracterizar a intervenção. O arquiteto explica que prefere a terminologia reabilitação e recuperação para caracterizar a sua intervenção ao invés de renovação, uma vez que renovação é fazer de novo, o que não é o caso.

Nesta intervenção foi aproveitado ao máximo, os elementos originais existentes no edifício, sendo que a intervenção mais profunda foi na cobertura que se encontrava muito degradada devido à entrada de água da chuva, bem como na fachada que se encontrava também num estado de degradação considerável, tendo sido ambas recuperadas, mantendo as técnicas de

construção originais. Por exemplo, na escada, foram alterados apenas os degraus que se encontravam degradados e os que estavam bons foram mantidos. A estrutura de madeira dos pisos foi alterada, apenas nos pontos onde não era possível recuperar.

Dada a natureza da intervenção, esta pode ser considerada como uma ação de consolidação, porque foi realizado apenas o mínimo indispensável para o edifício voltar a ter as condições básicas para voltar a ser utilizado. As ações levadas a cabo nesta obra revelaram a preocupação do arquiteto em dotar o edifício das condições que julgou serem as necessárias para o dotar de conforto, sem que para tal fosse obrigatória a manutenção das suas condições iniciais. Exemplo disso são as paredes das quais foi retirado o reboco degradado, não tendo sido o mesmo substituído por qualquer outro revestimento, ficando assim a pedra aparente; os tetos de fasquio danificado foram eliminados e a estrutura dos pisos deixada visível, ficando assim aparentes os sistemas construtivos originais.

Para João Appleton (comunicação pessoal, 29 de maio, 2015), o grau de intervenção vai depender sempre do estado em que se encontra a pré-existência, “se encontramos um objeto impecável, o grau de intervenção deve ser mais leve”. Define a intervenção realizada no edifício da Rua Capitão Renato Baptista como uma reabilitação, explicando que esta não está nem no limite da conservação nem no limite da reconstrução. Considera tratar-se de uma intervenção profunda uma vez que o edifício estava bastante degradado o que implicou a alteração de alguns elementos estruturais. O promotor do edifício pretendia uma transformação programática relativamente grande no piso superior e inferior, como a adição de um elevador.

Em relação ao reconhecimento do conceito ‘grau de intervenção’ apenas o arquiteto João Appleton foi capaz de identificar o seu emprego, indo de encontro com a definição apontada pelo LNEC, referindo que a intervenção no edifício da Rua Capitão Renato Baptista foi uma intervenção profunda. Os demais entrevistados utilizaram conceitos inerentes a grau de intervenção (restauro, reabilitação, recuperação, reconstrução) sem que necessariamente por trás desse conhecimento estivesse uma fundamentação teórica, mas sim uma justificação racional das ações tomadas.

Apesar de se verificar que os graus de intervenção mencionados pelos projetistas sejam semelhantes ainda que empregues em situações muito distintas, o mesmo se deve ao facto de estarmos perante edifícios cujo tipo, forma, época e estado conservação se assemelhem, advindo daí a necessidade de ações de um mesmo cariz.

Embora sejam inúmeros os graus de intervenção a aplicar em património, verifica-se nesta tipologia a aplicação de um reduzido número de graus, uma vez que nem todos são aplicáveis

às condições e tipos de edifícios de cariz corrente.

## 5.2. VALORES E SIGNIFICADOS

Segundo especialistas em património (Orbasli, 2008; Stubbs, 2009; Correia, 2009), os valores e significados que podem ser associados aos edifícios são importantes para determinar o grau de intervenção mais adequado, podendo haver intervenções mais ou menos intrusivas dependendo do que se pretende valorizar.

Apenas Cristina Campilho identificou diretamente no discurso da entrevista, valores tais como os autores de referência os definem. Os restantes entrevistados, referem aspetos e características das construções aos quais atribuíram valor.

Embora Tiago do Vale (comunicação pessoal, 12 de maio, 2015), não se tenha referido formalmente a valores no decurso da entrevista, verifica-se na sua base operativa que foi seguido o valor histórico e o valor arquitetónico, uma vez que optou por recuperar as técnicas construtivas tradicionais originárias do edifício e os materiais utilizados à época da construção. Em contrapartida, o valor de contemporaneidade pode ser igualmente observado, uma vez que existe clara distinção entre os elementos pré-existentes e elementos novos, que assumem uma imagem claramente contemporânea.

Já no caso do edifício da rua da Alegria, Inês Pimentel (comunicação pessoal, 15 de maio, 2015), refere que valorizou “as técnicas construtivas da altura, os materiais, [e] todo o sistema construtivo”.

Apesar de não terem sido pronunciados valores, diretamente, no discurso da entrevista, pode-se identificar nesta intervenção o valor histórico e o valor cultural. As opções tomadas pela arquiteta permitiram que o edifício cumpra as exigências de conforto atuais, atualizando e melhorando o seu desempenho, no entanto, o edifício mantém a decoração da época de construção, inclusive a utilização da mesma paleta de cores original para que continue a desempenhar um papel de testemunho de uma cultura construtiva e decorativa do passado.

Ou seja, houve por um lado uma atualização do edifício e por outro todo um cuidado por manter e valorizar o ambiente original sem desvirtuar o seu carácter. A arquiteta procurou manter a organização espacial original. As paredes de tabique, que já não se executam hoje em dia, foram recuperadas e mantidas, todo um conjunto de elementos que servem de testemunho histórico de uma época passada. De todas as intervenções analisadas, esta foi a que mais respeita e melhor ‘qualifica’ a época da sua construção.

No caso do edifício da rua do Almada, Cristina Campilho (comunicação pessoal, 20 de maio,

2015) refere que quis ‘sublinhar’ o valor de uso original do edifício, mantendo-o. Outro valor mencionado no discurso foi o valor histórico: “o valor histórico é inegável, uma vez que estamos aqui num primeiro plano de intervenção Almadino”, explicando que este edifício faz parte de um primeiro plano de urbanização da cidade onde, pela primeira vez, se começa a utilizar a pré-fabricação, verificando-se isso, por exemplo nas cantarias, nas madeiras, e trabalhos em ferro que foram recuperados e mantidos, sendo uma evidência desse acontecimento passado. A entrevistada explica ainda que este momento é visível em muitos dos edifícios desta rua, existindo uma grande semelhança entre eles. O valor arquitetónico embora não tenha sido verbalizado na entrevista pode ser identificado na memória descritiva do projeto de intervenção. Foram identificados diferentes traços arquitetónicos como é o caso da chaminé central de estilo Neopaladiano Inglês que apesar de inutilizada foi recuperada e mantida, ou a recuperação dos azulejos da fachada principal, que interessou manter, devido à sua singularidade.

O valor simbólico pode ter sido também um dos valores que influenciaram na hora de intervir. O facto de se tratar de um edifício de família, pode eventualmente ter criado uma ligação emocional que consequentemente levou a arquiteta a manter grande parte da estrutura e da distribuição original. Este valor foi sentido sobretudo durante a visita ao edifício, uma vez que a arquiteta ia explicando acontecimentos passados nos compartimentos do edifício, a presença de fotografias antigas e referências de pessoas que lá viveram pode igualmente levar a esta conclusão.

Para Paulo Moreira o objetivo da intervenção foi “(...) valorizar a construção original da casa. Isto é feito através da subtração dos elementos que estavam a mais, que não eram originais (...) Deixa-se transparecer a estrutura e retira-se o reboco excedente nas paredes (...). É interessante perceber como é que a casa é construída (...)”. Para além do inegável valor histórico e cultural é perceptível nesta intervenção o valor documental, uma vez que as técnicas construtivas e materiais são deixados aparentes, funcionando como um testemunho físico de como estas habitações eram construídas originalmente. De salientar igualmente, que o arquiteto abriu o edifício ao público para que possa ser visitado e se aprenda com ele, existindo para além de documento histórico, valor educacional.

Em relação ao caso do edifício da Rua Capitão Renato Baptista, em Lisboa, apesar de não terem sido identificados valores no discurso da entrevista, João Appleton (comunicação pessoal, 29 de maio, 2015) reconheceu elementos que devem ser valorizados nestes edifícios, entre os quais: a organização dos espaços, os pés direitos, a espacialidade dos edifícios, os sistemas construtivos e estruturais, que já não se constroem neste momento como as alvenarias em pedra ou as paredes de tabique, os revestimentos e acabamentos, como é o

caso dos azulejos da fachada ou os trabalhos em estuque.

O arquiteto aponta para todo um conjunto de características desta tipologia, que devem ser valorizados na hora de intervir. Posto isto, é possível identificar nesta intervenção o valor arquitetónico, uma vez que se mantiveram as técnicas construtivas de uma determinada época, que se encontram em desuso e por isso devem ser respeitadas e preservadas na sua autenticidade para as gerações futuras. O valor histórico e documental é igualmente visível, uma vez que, foram mantidas características específicas de um modo de vida passado.

O facto de todos os casos de estudo serem atualizados para continuarem a manter uma função, é uma evidência da aplicação do valor funcional. De acordo com a comunidade científica, estas construções só podem ser mantidas se tiverem uma função, facilitando desta forma a sua manutenção.

O mesmo valor pode ser identificado nos casos em que a função foi mantida, no sentido de valorizar a função original do edifício. Este valor é visível no Chalet das Três Esquinas em Braga, no edifício da Rua do Almada no Porto e no caso do edifício da Rua dos Caldeireiros também no Porto, uma vez que, todos mantêm a função habitacional e de trabalho original, embora a distribuição funcional possa ter sofrido ligeiras alterações para melhorar o seu desempenho. O facto de estes três casos de estudo terem sido promovidos pelos próprios arquitetos, pode ter sido um fator que levou a esta valorização funcional.

O mesmo não acontece nos restantes casos, na intervenção de Inês Pimentel no edifício da Rua da Alegria no Porto o promotor pretendia um espaço multifuncional, ou seja, não existia um uso definido à partida podendo manter o uso habitacional ou criar um outro. No caso do edifício da Rua Capitão Renato Baptista em Lisboa foi o que sofreu a maior alteração em relação à sua função original uma vez que se tratava inicialmente de um edifício industrial, mais tarde ampliado para um edifício de rendimento muito comum na cidade de Lisboa, tendo sido finalmente alterado para 5 apartamentos.

### **5.3. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO**

Em relação aos princípios de intervenção, o princípio da autenticidade foi um dos mais enunciados pelos entrevistados. Inês Pimentel refere que lhe interessou preservar a autenticidade do edifício, uma vez que a pré-existência tinha qualidade e matéria que lhe permitia recriar o ambiente do edifício original.

Tiago do Vale refere, ainda que indiretamente, a importância de serem mantidos “os valores com mérito do edifício original” evidenciando a importância de se manter a autenticidade do

mesmo.

Paulo Moreira esclarece que, “o princípio [seguido na intervenção] foi respeitar as características originais da casa: o caráter, a autenticidade (...) através da subtração dos elementos que estavam a mais, que não eram originais”.

Já Cristina Campilho (comunicação pessoal, 20 de maio, 2015) refere a expressão “valor da autenticidade”. Neste ponto, denota-se uma incompreensão entre conceitos, entre o que são princípios e valores, sendo apesar disso visível na intervenção a aplicação do princípio da autenticidade, devido à intervenção cuidada e ao respeito pelas características autênticas do edifício, tanto a nível de materiais e técnicas construtivas como de organização espacial da pré-existência.

Para João Appleton “a autenticidade das estruturas deve ser preservada ao máximo, até por questões de racionalidade e de compatibilidade entre o que se propõem e o que se está a fazer”.

O princípio da autenticidade é um princípio complexo quando se trata de edifícios de arquitetura corrente, que constituem os centros históricos das cidades. O facto de terem sofrido alterações ao longo dos anos torna a tarefa de identificar o que é autêntico e original muito exigente, requerendo um conhecimento técnico e teórico sobre os materiais e técnicas construtivas da época; porque muito do que se encontra nestes edifícios já não é original, é o resultado de várias alterações sofridas ao longo dos anos.

O princípio da reversibilidade é também um dos princípios mais apontados pelos entrevistados. Tiago do Vale refere que a intervenção no Chalet das Três Esquinas é reversível no sentido de não comprometer intervenções futuras. Neste caso os sistemas construtivos da época de construção foram mantidos e recuperados, a utilização de materiais e técnicas com característica similares e compatíveis com as pré-existentes e o facto da distribuição programática ter sido igualmente mantida. No entanto, verifica-se uma série de atitudes irreversíveis nesta intervenção, como é o caso da demolição de várias paredes interiores ou a aplicação de revestimentos, como é o caso do mármore de Estremoz, que poderão danificar a estrutura pré-existente, aquando da sua retirada numa intervenção futura. A distribuição dos espaços manteve-se apesar de serem retiradas as paredes divisórias interiores.

Já Cristina Campilho (comunicação pessoal, 20 de maio, 2015) menciona que, “a reversibilidade esteve presente” na intervenção do edifício na Rua do Almada, dando como exemplo as alcovas onde passa a nova conduta técnica, que a qualquer momento poderá voltar ao seu estado original bastando retirar as paredes de gesso cartonado e as infraestruturas técnicas. Relativamente à parede tardoz refere também a inevitabilidade da

sua substituição, uma vez que a pré-existente se encontrava em avançado estado de degradação. Nesta ação houve um cuidado em utilizar materiais e técnicas compatíveis, de forma a não deteriorar o edifício original, permitindo desta forma facilitar futuras intervenções. A arquiteta acrescenta que “podemos a qualquer momento, voltar à estrutura original da casa, porque não a estragamos, não a deterioramos, não houve alterações significativas”.

No caso do edifício na Rua da Alegria, a arquiteta Inês Pimentel não referiu este princípio, no entanto, apontou aspetos que remetem para a sua aplicação, entre os quais: verifica-se na intervenção um cuidado em diferenciar a zona de construção nova, permitindo um dia mais tarde identificar o que foi adicionado de novo nesta intervenção, o cuidado em utilizar materiais compatíveis também com vista a facilitar intervenções futuras, tal como o caso de estudo a que se refere o parágrafo anterior.

O arquiteto João Appleton, toma uma posição mais radical ao afirmar que, o princípio da reversibilidade não é aplicável nestes edifícios, uma vez que tornaria as intervenções demasiado complexas e caras, inviabilizando a sua execução.

Observa-se então que, o conceito de reversibilidade é considerado de formas distintas. Há quem considere que a reversibilidade é algo ‘quase intangível’, uma vez que ao intervir, mesmo em operações cuidadas e pouco invasivas o objeto acaba por ser sempre alterado, ainda que de forma mínima, tornando a intervenção irreversível (por exemplo quando se coloca um elemento estrutural em ferro numa parede de alvenaria de granito, essa estrutura pode ser removida mais tarde, no entanto o furo para a sua aplicação é irreversível). Na maioria dos casos estudados, a prática da reversibilidade é aplicada de forma mais ‘descomplexada’, admitindo-se que as alterações levadas a cabo não colocam em causa futuras intervenções que permitam restituir estados anteriores do edifício.

O princípio da mínima intervenção, também pode ser observado na intervenção do edifício da Rua dos Caldeireiros ao ser realizado o ‘mínimo indispensável’ para que o edifício pudesse voltar a ser utilizado. Fundamentalmente, foram substituídos os elementos que eram irrecuperáveis, como os soalhos que estavam degradados, e mantidas as técnicas construtivas originais à vista. Neste caso interessa sublinhar que o princípio da mínima intervenção é considerado como fazer o mínimo indispensável para o edifício possa voltar a cumprir uma função, neste caso habitacional. É evidente que se se trata-se de um objeto que ia para um museu o princípio seria aplicado de forma diferente.

Este princípio é tido em conta pelos diferentes entrevistados, ainda que de forma pouco explícita. Cada uma das obras analisada demonstra a preocupação de agir cuidadosamente, quase de forma cirúrgica em determinados aspetos da intervenção, isto é, os arquitetos, em

algum momento da intervenção, são confrontados com a necessidade de pouco ou nada intervir num determinado aspeto da obra, para que esta possa manter o seu carácter de autenticidade. A não intervenção também é a forma encontrada para expressar o princípio de mínima intervenção.

O princípio da integridade, embora não tenha sido referido em nenhuma entrevista, é identificável no caso das intervenções de Tiago do vale, Paulo Moreira e Inês Pimentel. Sendo as intervenções muito distintas todas assumem a mesma linguagem em todo o edifício, intervindo nele como um todo, inteiro e indivisível (Correia, 2009).

De salientar que Inês Pimentel foi a que mais se aproximou deste princípio, embora não tenha exposto diretamente no seu discurso, a arquiteta refere a importância de existir coerência nas intervenções, apontando para o facto de, muitas vezes na prática atual, se misturarem atitudes diferentes na mesma obra, podendo desvirtuar essas intervenções. Daí a importância de seguir sempre a mesma linguagem, tal como verificado no caso de estudo da Rua da Alegria.

O mesmo não acontece no edifício da Rua Capitão Renato Baptista em Lisboa e no edifício da Rua do Almada no Porto, existindo nestes dois casos contrastes relativamente grandes nomeadamente no que respeita às compartimentações interiores. No caso da intervenção de João Appleton em Lisboa, existe uma diferença substancial de linguagem entre as várias partes do edifício. Os apartamentos do rés-do-chão e do último piso, dada a natureza dos espaços e seu estado de degradação, foram alterados assumindo uma linguagem contemporânea. Nos apartamentos dos pisos intermédios, por sua vez, foram mantidas grande parte das suas características originais. Os diferentes estados de degradação e de uso levaram a tomadas de posições distintas, que implicaram o uso de novos materiais e novas soluções construtivas.

Na intervenção realizada pela arquiteta Cristina Campilho, observa-se esta diferença de linguagem sobretudo no compartimento da cozinha, onde a arquiteta assume um novo elemento, com uma linguagem contemporânea, linhas retas, novos materiais.

O princípio da neutralidade pode ser observado na intervenção da Rua da Alegria, não existindo contraste entre a pré-existência e a intervenção. Neste caso em particular, houve um cuidado em manter as características do edifício; foram estudadas as cores, os materiais originais para a restituição da imagem da edificação, “usava-se muita cor naquela altura, nas paredes, nos mosaicos, não só desta casa como de outras referências da mesma época”. Esta atenção aos detalhes de forma a garantir uma restituição o mais fiel e próxima possível da obra inicial, foi uma opção de projeto que não se verificou nos demais casos de estudo.

#### 5.4. METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

Embora existam diversas metodologias defendidas por autores de referência, verificou-se que cada arquiteto tem a sua própria metodologia, não tendo sido feitas quaisquer referências a metodologias existentes. No entanto, no caso de Tiago do Vale, Cristina Campilho e João Appleton verificou-se uma relativa aproximação entre as metodologias praticadas nos casos de estudo e as metodologias defendidas pela comunidade científica. Já nos casos de Inês Pimentel e Paulo Moreira constatou-se que não foi seguida uma metodologia, dadas as condições em que se desenrolaram ambas as obras.

O arquiteto Tiago do Vale aponta para a importância de realizar uma pesquisa histórica e física do edifício. Para tal, realizou uma pesquisa de arquivo e o contactou com as pessoas do bairro e com as pessoas que viveram no edifício, contributos essenciais para conhecer a sua história. Já na fase de projeto o arquiteto esclarece sobre a importância de se desenhar e estudar todos os pormenores e técnicas construtivas da época da construção do edifício. Na fase de execução, a principal dificuldade apontada foi encontrar técnicos capazes de executar a obra: “é uma tarefa complicada, sobretudo porque são técnicas que já estão em desuso”. Outro aspeto mencionado foi a fase de fiscalização e acompanhamentos durante a execução da obra. Dado que o principal utilizador do edifício é o próprio arquiteto, não foi referida qualquer etapa posterior à finalização da obra.

Já Inês Pimentel esclarece que o projeto foi realizado a par da execução da obra, no entanto, confessa que não é uma situação recomendável, uma vez que requer muito mais trabalho e atenção, obrigando a tomar decisões na mesma hora, confessando que “não é uma situação nem vulgar, nem habitual, nem desejável”.

Relativamente às fases seguidas, a arquiteta referiu que nesta intervenção, o método passou por uma primeira fase de diagnóstico e análise detalhada de todo o edifício, inclusive de pormenores que não foram aproveitados devido ao seu estado de degradação, mas que serviram mais tarde de referência direta no novo desenho, como é o caso das caixilharias da fachada principal. Foi estudado o programa decorativo da época, houve toda uma pesquisa de campo, em que foram realizadas visitas a outros edifícios similares para compreender como se fazia no momento da construção da casa. Após o levantamento exaustivo de todos os elementos, passou à fase de projeto em paralelo com a fase de execução em que o acompanhamento foi constante. De referir que toda a gestão da obra ficou a cargo da arquiteta cabendo-lhe formar toda a equipa de trabalho, fator que considera fundamental para o bom funcionamento da obra.

Um dos aspetos referidos por Inês Pimentel foi o facto de existir pouca informação

documental sobre esta temática e sobre estas técnicas que se encontram em desuso. Assim, a arquiteta viu-se “obrigada” a aprofundar o conhecimento das técnicas tradicionais, com vista a dominar a aplicação de várias soluções construtivas da época. A arquiteta confessa que antes desta intervenção pensava que quando se trata de reabilitação é bom ir tomando decisões de projeto ao longo da execução obra, contudo após esta experiência discorda totalmente. A inexistência de uma metodologia de intervenção revelou-se num conjunto de dificuldades e imprevistos que foram geridos durante a execução da obra, e que poderiam ter sido evitados.

À semelhança do caso anterior, também o arquiteto Paulo Moreira refere que não existiu uma metodologia na intervenção na casinha da Rua dos Caldeireiros. Todo o processo de intervenção foi “acontecendo”, sem que para tal, fossem pré-definidas as diferentes etapas.

No fundo, a obra foi efetuada por fases, e conforme foram aparecendo os problemas, foram decididas as soluções. Foi realizado um levantamento histórico do edifício, contudo, não foi realizado um levantamento geométrico prévio da pré-existência, explicando que o levantamento e projeto foram realizados ao mesmo tempo da execução da obra.

Durante a execução o acompanhamento foi realizado à distância. Só na fase final o acompanhamento foi mais constante e realizado em obra. Reconhecendo que não se tratou de um processo normal, o arquiteto esclarece que a seleção do construtor e a boa relação entre a toda a equipa foram fatores que contribuíram para o sucesso da intervenção.

Em relação ao plano de manutenção, não foi realizado, uma vez que se trata de uma casa de família e para habitação do próprio, deste modo, conforme ocorram patologias, ele estará presente para as solucionar.

Relativamente à metodologia adotada por Cristina Campilho, o primeiro passo foi a realização de um levantamento completo da pré-existência. Para isso, contou com o apoio do NCREP para a fase de inspeção e diagnóstico estrutural, uma vez que o projeto pretendia um aumento de cargas na zona destinada à nova cozinha e às novas instalações sanitárias.

A arquiteta refere também a realização do levantamento histórico do edifício, para compreender as diversas fases de construção ao longo dos anos de existência e também realização do levantamento do programa decorativo, dando o exemplo do desenho dos mosaicos hidráulicos.

Após a realização do levantamento da pré-existência passou-se à fase do projeto, na qual a arquiteta explica que foi tudo planeado e desenhado antecipadamente. Já na fase de execução explica que contratou uma empresa que se dizia especializada em reabilitação e

veio a constatar o contrário, verificando já durante a execução que a empresa era vocacionada apenas para obra nova, não tendo conhecimentos para intervenção em edifícios antigos, referindo ainda que esta falta de especialização provocou vários atrasos na obra.

Apesar desta dificuldade, o objetivo pretendido foi cumprido, uma vez que existia um projeto e um caderno de encargos detalhado e um acompanhamento e fiscalização permanente durante toda a execução da obra.

João Appleton refere que usa sempre a mesma metodologia. Como primeira ação identificou a fase de conhecimento da pré-existência, esclarecendo que esta é uma fase essencial que consiste: no levantamento geométrico do existente; na realização de um conjunto de sondagens a nível estrutural (perceber qual é o estado de degradação da construção) e decorativo; refere a importância de uma análise histórica do edifício, compreender as diferentes fases de construção, alterações realizadas, pessoas que o habitaram, (neste caso pode-se ler num mural na fachada principal do edifício que nesta casa viveu a pintora Eduarda Lapa), ou seja, coletar todo um conjunto de informações que segundo o entrevistado vão influenciar na realização do projeto.

Após a análise do edifício prossegue a fase de projeto. Appleton não considera necessário desenhar tudo, uma vez que muitos dos elementos já existem no edifício, no entanto refere que um elemento muito importante é a especificação de tudo o que se pretende realizar na obra, ou seja, dá primordial importância à figura do caderno de encargos.

Relativamente à execução, o entrevistado menciona a escassa mão-de-obra qualificada existente, ou seja, a dificuldade sentida muitas vezes em encontrar empresas especializadas em obras com este carácter, contudo, salienta a eficiência da empresa contratada e refere que um dos aspetos mais importantes nestas obras é manter sempre uma boa relação entre todos os intervenientes. Relativamente ao plano de manutenção, explica que não foi realizado uma vez que não foi solicitado pelo promotor da obra.

Embora em alguns casos não tenha sido aplicada uma metodologia, todos reconhecem a sua importância para uma correta intervenção no património. A fase de conhecimento da preexistência é mencionada por todos os autores dos casos de estudo como a primeira fase a ser realizada. Esta fase de inspeção, diagnóstico e análise do existente é apontada como uma fase de primordial importância quando se intervém num edifício antigo.

A realização de um levantamento histórico que permita datar a edificação, analisar a sua trajetória, as alterações sofridas ao longo do tempo, as pesquisas de arquivo, conversas com os proprietários e pessoas ligadas aos edifícios, visitas a outros edifícios com as mesmas características, foram ações realizadas pelos arquitetos como meio de compreender melhor

o estado em que o edifício se encontrava no momento de intervir, permitindo descobrir uma série de aspetos que influenciaram as opções de projeto.

Outra questão apontada como muito importante, é a especificação pormenorizada e prévia, de tudo o que se pretende realizar. Tiago, Inês e Cristina apontam para a importância de tudo ser desenhado detalhadamente. Já Appleton é de opinião de que muitos dos elementos já estão no edifício e, portanto, não têm que ser redesenhados. A execução de um caderno de encargos e medições é também apontada como elemento fundamental para reduzir erros durante a execução.

Já na fase de execução, uma das principais dificuldades sentidas e referida pela generalidade dos autores dos casos de estudo, foi encontrar técnicos com as competências necessárias para a boa execução deste tipo de obras. Verificaram que a maioria das empresas de construção não estão vocacionadas para este tipo de intervenção, criando dificuldades durante a execução dos trabalhos, que levam geralmente a atrasos na obra.

O acompanhamento permanente e a fiscalização de todos os produtos e de todas as ações, bem como a boa relação entre toda a equipa de trabalho são apontados como fatores que contribuíram para o bom funcionamento das obras.

Uma das fases da metodologia que se revelou inexistente em todos os casos foi a monitorização após a obra terminada, não tendo sido realizado em nenhum dos casos um plano de manutenção ou porque o mesmo não foi pedido pelo promotor da obra ou porque as obras são propriedade dos próprios arquitetos não sentido os mesmo a necessidade de incluir esta etapa em todo o processo.

Foi também possível perceber que o cumprimento de uma metodologia, por vezes não é possível porque a obra anda demasiado rápido para previamente se estabelecer um método, no entanto, todos são conscientes de que se trata de um fator necessário e indispensável, para o sucesso da intervenção.

### **5.5. DIRETRIZES ORIENTADORAS**

Relativamente às diretrizes orientadoras para intervenção neste património, Tiago do Vale mencionou que nestas intervenções há muitas variáveis, a resposta altera-se de acordo com o estado da pré-existência e do programa que se pretende para o edifício.

A modéstia em relação à pré-existência é uma diretiva apontada por Tiago do Vale e Paulo Moreira. Os arquitetos afirmam que a intervenção não se deve sobrepor à pré-existência “não crer esmagá-la com um gesto, que o afirme a ele, e deixar a obra afirmar-se a si mesma” (Tiago

do Vale, comunicação pessoal, 2015). Paulo Moreira aponta para a importância de RESPEITAR a pré-existência, o que nem sempre acontece, “estas casas (...) são vistas quase como uma ‘tábula rasa’. Há quem veja as casas aqui como lotes livres no centro da cidade consolidada” (comunicação pessoal, 2015), Appleton, alude para o facto de muitos edifícios não serem vistos como um ponto de partida mas sim como uma oportunidade de fazer projeto novo ignorando a pré-existência.

Outra diretiva indicada por Tiago do Vale e por João Appleton é a importância de encontrar o ponto de EQUILÍBRIO entre aquilo que se deve manter do edifício original e a sua atualização de desempenho para que possa ser utilizado novamente.

Tiago do Vale aponta para o facto de haver dois extremos, “intervenções que fazem uma limpeza total do edifício e mantém a fachada”, ou seja, intervenções fachadistas, apenas de imagem, onde se perde grande parte dos valores e do documento da arquitetura e aponta para o outro extremo “que é a abordagem museológica, fazer um restauro estrito e cego das condições originais e depois no fim temos um edifício, que embora seja um belíssimo documento não serve de nenhum propósito, não pode ser ocupado, porque não foi adequado às necessidades contemporâneas” (comunicação pessoal, 2015).

Tal como Tiago, também Appleton refere que a grande dificuldade destas intervenções é encontrar o equilíbrio entre estas duas ações. O arquiteto esclarece que “muitas vezes, pensa-se na reabilitação como qualquer coisa que é transformar um edifício antigo num edifício novo, ignorando completamente o objeto inicial” (comunicação pessoal, 2015), por isso, o arquiteto esclarece que nestas intervenções é fundamental perceber que o edifício que se encontra tem de ser o ponto de partida:

Há um objeto inicial que tem que ser o ponto de partida do projeto e, depois, o projeto tem que alcançar o equilíbrio entre estas duas coisas, que é, por um lado, melhorar o desempenho, ou seja, adaptar estes edifícios, para que possam ser vividos com qualidade e para terem um tempo de vida relativamente longo, senão, as pessoas não vão viver neles, mas preservando ao máximo os valores que existem. (Appleton, comunicação pessoal, 2015)

Assim, é fundamental por um lado ter em conta a necessidade de atualização do desempenho do edifício, de acordo com as exigências de vida contemporânea para que possa ser vivido e mantido e por outro, a preservação do seu significado e valor como testemunho histórico.

Outro aspeto apontado por Tiago do Vale é perceber que a intervenção não será a última e aí, entra o princípio da reversibilidade, de não criar ruturas com o passado nem com o futuro.

Já Inês Pimentel refere a importância de uma manutenção regular e cuidado constante de forma a prevenir e interromper patologias que possam aparecer.

Outra diretiva apontada por Inês Pimentel é a coerência nas intervenções, isto é, não aplicar no mesmo edifício atitudes diferentes. “Uma coisa é uma obra que respeita o ambiente da época, os sistemas construtivos, ou seja uma obra de acabamento fino (parede estanhada, com papel de parede, com as madeiras trabalhadas), outra coisa é virar tudo ao contrário e por os materiais a toco”, a arquiteta explica que é importante seguir sempre a mesma postura para não se desvirtuar a pré-existência.

Por sua vez Cristina Campilho, aponta para a importância de se seguir as cartas e recomendações internacionais e refere que estas foram as suas ‘linhas orientadoras’ para a intervenção realizada no edifício da Rua do Almada, no Porto. A importância da Carta de Veneza (1963) e dos princípios enumerados na carta de Cracóvia (2000), bem como, o contributo de Alois Riegl e a importância de se preservarem os valores existentes nestas construções.

## **6.** CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 6.1. CORRELAÇÃO ANALÍTICA

O presente subcapítulo pretende estabelecer pontos de contacto entre a revisão de literatura realizada nos capítulos 2 e 3 e os casos práticos. Se o capítulo anterior visa analisar e interpretar as razões que levaram a determinadas ações práticas nas intervenções selecionadas, pretende-se neste momento do trabalho relacionar as referidas ações com a fundamentação teórica preconizada pelos autores de referência.

**GRAUS DE INTREVENÇÃO** Relativamente aos graus de intervenção, é de notar que não existe um consenso global do próprio conceito uma vez que diferentes identidades relacionadas com a intervenção no património definem graus de diversas formas. Esta falta de unanimidade é um fator que contribui para a grande confusão de terminologia e conceitos. Por exemplo, para Cabrita, Aguiar e Appleton (1993) os graus de intervenção são definidos por intervenções ligeiras, médias ou profundas baseando-se apenas numa escala operacional. Já Feilden e Jokileto (1998); Gonzalez-Varas; (2005); Stubbs (2009), entre outros, são muito mais exaustivos na definição de graus de intervenção, podendo a atuação ir de um grau mínimo, em que o princípio de intervir é não intervir, até ao grau máximo de uma intervenção de réplica ou recriação do objeto.

Nos casos de estudo em particular, o único caso de definição de grau de intervenção de acordo com apenas uma escala operativa foi realizado pelo arquiteto João Appleton, que define a sua intervenção como profunda, aplicando corretamente o preconizado por Cabrita, Aguiar e Appleton (1993, p.128). Os autores referem que este tipo de intervenção “compreende a necessidade de desenvolver profundas alterações na distribuição e organização interior dos espaços (...) muitas vezes a introdução ou adaptação de espaços (...) [para] introdução de instalações sanitárias, reorganização funcional da cozinha, etc. (...) Implicam demolições e reconstruções significativas (...) [bem como, a] aplicação comedida de novos materiais e soluções construtivas (...) [obrigando] à desocupação dos edifícios para efetuar ao trabalhos necessários”.

Para além desta dificuldade, de não haver unanimidade na utilização do conceito “grau de intervenção”, a revisão de literatura realizada ao longo desta investigação permitiu verificar também, que os diferentes graus são considerados de formas diferentes em função dos momentos históricos e das conjeturas de cada país (Teixeira, 2014). Isto leva a que cada autor defenda a sua própria corrente, que não é certa ou errada, apenas discutível.

Após a comparação entre os casos de estudo, foi possível verificar uma tendência para a utilização dos mesmos termos para caracterizar cada atuação. O termo Restauro foi utilizado por Inês Pimentel e Tiago do Vale para definir as suas intervenções, no entanto, como se pôde

observar, tratam-se de intervenções muito distintas.

A aplicação deste grau de intervenção no caso de Inês Pimentel, na casa da rua da Alegria, vai de encontro com o defendido por Correia (2009, p.97), isto é, “restauro implica reviver o conceito original de leitura do objeto, o que significa a reintegração de elementos procurando o respeito pelo material original. Este é possível, por meio de evidências (...) documentais ou desenho original, como igualmente, pela reintegração de detalhes ou partes”. Neste caso, a arquiteta optou por realizar uma intervenção seguindo a imagem original do edifício. A recriação do ambiente próprio da sua época de construção foi possível uma vez que a pré-existência possuía muitos dos elementos originais que podiam ser recuperados, dando assim especial importância ao material e imagem original.

É importante mencionar que este grau foi aplicado de formas distintas nas duas intervenções. Na interpretação Latina, o termo Restauro é aplicado de forma semelhante ao modo como a conservação é interpretada no âmbito anglo-saxónico (Correia, 2009), indo de encontro com o caso da Habitação unifamiliar do séc.XX, na Rua da Alegria.

Já no caso do Chalet das Três Esquinas, o termo foi aplicado de acordo com a interpretação Anglo-saxónica que refere que “restauro é muitas vezes utilizado como sinónimo de reconstrução” (Orbasli, 2008, p.50). Assim, a utilização do termo restauro por Tiago do Vale aproxima-se desta visão, uma vez que o termo é associado a intervenções de reconstrução para unificar a imagem do edifício, englobando ações que alteram significativamente a sua imagem original.

Por outro lado, os arquitetos Paulo Moreira, Cristina Campilho e João Appleton, qualificam as suas intervenções como sendo obras de Reabilitação. Esta caracterização em tudo se aproxima ao defendido pela Carta de Lisboa (1995), em que a reabilitação não é mais do que a resolução das anomalias construtivas, funcionais e higiénicas, com vista à modernização e melhoria de desempenho do edifício.

Contudo, cabe igualmente referir a aproximação deste grau com a função do objeto, verificando-se igualmente opiniões distintas na visão anglo-saxónica e visão latina. No caso de Paulo Moreira e Cristina Campilho, estes foram ao encontro da definição apontada por Feilden e Jokilehto [anglo-saxónica] em que Reabilitação deve “utilizar o mais próximo possível, a função original, de modo a se assegurar um mínimo de intervenção e uma perda mínima de valores culturais” (1998, p.90). Já João Appleton aproxima-se da visão Latina de Monjo Carrió onde essa preocupação deixa de ser fundamental, convertendo-se assim “no processo pelo qual se recupera a habitabilidade de um edifício quando estava deteriorada pelo seu estado patológico ou quando é alterada para lhe dar um NOVO USO”, sendo que o rés-do-chão e o piso superior foram significativamente alterados, uma vez que o seu uso pré-

existente era obsoleto.

Contudo, de uma forma geral, pode-se concluir que mesmo assim os cinco casos analisados procuram manter ou aproximar-se à função original de habitação e trabalho, “que é a ação mais adequada para a conservação de uma estrutura, pois implica menos alterações de projeto” (Correia, 2009 p.99), sendo atualmente esta a visão defendida pelas cartas e convenções internacionais sobre o património.

No entanto, Correia lembra que hoje em dia, para evitar a degradação devido à falta de uso, é fundamental abrir a reabilitação a outros usos integrativos, respeitando os espaços originais e a estrutura” (2009, p. 96), especialmente quando se tratam de edifícios antigos de arquitetura corrente, que só conseguem ser mantidos se desempenharem uma função para a sociedade.

Outro ponto de ligação, verificado entre a prática dos casos de estudo e a teoria da conservação, foi quando o arquiteto Paulo Moreira refere a preferência pela utilização do termo Recuperação para definir o grau da sua intervenção na Casinha 79-81, da Rua dos Caldeireiros. Neste ponto o arquiteto aproxima-se da visão de John Ruskin, uma vez que faz a comparação do edifício a um ser biológico ao admitir que o edifício estava ‘doente’ e recuperou o seu estado de saúde original.

## SIGNIFICADOS E VALORES

Quanto aos valores, Giacomini e Póvoas referem que atualmente “a arquitetura corrente não é valorizada em si, mas sim indiretamente, pelo [seu] conjunto” (2011, p.183). É importante realçar neste momento, que embora a valor de conjunto urbano seja inegável nestas construções, estes edifícios possuem valores individuais igualmente importantes e que merecem ser preservados para as gerações futuras. Póvoas e Teixeira esclarecem que esta realidade centrada apenas nas volumetrias, nos alçados e noutros aspetos de morfologia urbana, pelo seu grau de generalização, podem negligenciar facilmente “o elevado valor de muitos dos edifícios correntes e anónimos que compõem estes conjuntos” (2012, p.1), e é isto mesmo que se tem observado na grande maioria das intervenções realizadas nos últimos anos.

Após a análise realizada no capítulo anterior, pode-se afirmar que existe uma grande variedade de valores nestas construções. Assim, para além do valor histórico, cultural ou arquitetónico relacionado com os sistemas construtivos e técnicas tradicionais em desuso, a própria decoração e funcionamento dos espaços. É possível identificar outros tipos de valores, menos visíveis, mas que tem igualmente um peso determinante nas opções tomadas por cada arquiteto.

Correia refere que “por vezes, determinados edifícios poderão numa primeira análise

parecerem terem pouco valor, pelo facto, por exemplo, de existirem diversas estruturas semelhantes na região. Se tiverem pouca proteção nacional, regional ou local, poderão mesmo ser abandonados. No entanto, o seu carácter único poderá surgir por outro tipo de valorização” (2009), como é o caso do valor simbólico que a Casa/Atelier da Rua do Almada tem para a arquiteta Cristina Campilho, o Valor associativo identificado no edifício da Rua Capitão Renato Baptista, uma vez que, o edifício é associado a uma personalidade da história das artes em Portugal [Pintora Eduarda Lapa], ou ainda o valor educacional atribuído ao edifício da Rua dos Caldeireiros uma vez que “tem valor no que pode ser aprendido com ele” (Orbasli, 2008).

Com isto entende-se que estas construções têm valores que podem não ser identificados à primeira vista, mas que influenciam sem dúvida as intervenções. Assim, “o conhecimento do significado do objeto é fundamental para a identificação da intervenção mais adequada para a sua conservação” (Correia, 2007, p.210), desta forma, a avaliação dos significados e valores dos edifícios devem fazer parte da fase inicial de conhecimento da pré-existência, para o sucesso da intervenção.

Giacomini e Póvoas referem ainda que “os edifícios de arquitetura corrente foram qualificados como tal não por sua própria geração, mas pela geração atual, que percebe, nesse tipo de edifício, valores de antiguidade e memórias de modos de vida e tradições construtivas antepassadas” (2011, p. 195), tendo sido este fator muito importante para a justificação das ações tomadas nos casos de estudo. Com isto quer-se dizer, que embora se trate de um tipo de arquitetura modesta, o modo como os arquitetos entreviram, está intimamente ligado ao facto de reconhecerem valores que merecem ser mantidos como testemunho para as gerações futuras.

A sua inserção em centros urbanos consolidados, ou a sua relação com determinados períodos ou eventos da história, são fatores que, juntamente com o testemunho das técnicas construtivas e materiais aplicados, são levados em conta na valorização dos edifícios (Orbasli, 2009). O intuito de intervir neste tipo de edificado é precisamente a preservação e valorização das suas características, nas suas várias vertentes, sejam elas decorativas, espaciais, construtivas ou funcionais. O facto de os autores dos casos de estudo terem optado por manter muitos destes aspetos é uma evidência do valor que lhes foi atribuído.

**PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO** Já no que se refere aos princípios de intervenção aplicados neste tipo de edifício de arquitetura corrente, foram considerados pelos autores dos casos de estudo, dois princípios fundamentais: o princípio de autenticidade e o princípio da reversibilidade.

A autenticidade tem sido um conceito amplamente discutido e tem sofrido uma evolução ao longo dos tempos. Apesar da sua mais recente interpretação estar presente na Carta de

Cracóvia (2000), em que é considerado como “o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo” (Lopes & Correia, 2014, p.361) verifica-se que o entendimento que os autores das obras analisadas têm do conceito é mais próximo de uma ideia hoje considerada desatualizada, que dá importância apenas ao estado, à forma ou ao uso da estrutura original do bem arquitetónico. Contudo, e conforme esclarecem Giacomi e Póvoas é importante não esquecer que embora este princípio possa ser válido para edifícios monumentais “no campo da arquitetura corrente, na qual os edifícios são modificados com a repetição de soluções que funcionaram em edifícios semelhantes, sobrepostas a soluções de épocas anteriores, é difícil remeter o edifício apenas a uma época ou a uma tipologia em relação à qual seja autêntico” (2011, p.188) daí a dificuldade na aplicação e compreensão deste princípio à arquitetura corrente.

O princípio da reversibilidade é igualmente referido por todos os arquitetos. Na maioria das intervenções analisadas os autores dão preferência à utilização de materiais e técnicas com características próximas às pré-existentes, ou em alternativa, a utilização de soluções pouco intrusivas e compatíveis com o existente, de forma a facilitar intervenções futuras (Cracóvia 2000). Também a definição dos usos e programas foi feita cuidadosamente, e teve em conta soluções que não implicaram grandes transformações espaciais.

No entanto e da mesma forma que o princípio da autenticidade, também o princípio da reversibilidade pode ser considerado de formas distintas. Assim, pode ser aplicado de uma forma mais ‘descomplexada’ como expõem Tiago do Vale, ou quando é entendido de uma forma rigorosa, pode ser considerado como algo inatingível e impraticável neste tipo de intervenções, tal como expõe João Appleton.

**METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO** Após a investigação realizada foi possível estabelecer que na sua maioria, os autores dos casos de estudo consideram que “a vinculação de qualquer intervenção (...) a uma metodologia, é da maior importância para a sua agilização e concretização com um elevado grau de sucesso” (Povoas & Teixeira, 2014, p.4).

De todas as metodologias de intervenção analisadas verificou-se uma grande semelhança entre as atuações de Cristina Campilho e João Appleton com as metodologias defendidas por autores de referência: como Freitas (2012) ou Teixeira (2014). Embora os arquitetos não tenham referido explicitamente o seguimento de uma determinada metodologia existente, é claro, na análise efetuada, que foi seguido um conjunto de procedimentos que se relacionam e têm como objetivo garantir a qualidade da ação.

Em relação à fase inicial deste processo, todos os autores dos casos de estudo reconhecem a importância de se iniciar este método por uma análise e conhecimento detalhado da pré-

existência. Assim, tal como Correia (2009), consideram fundamental coletar o máximo de informação sobre a edificação de forma a caracterizar e compreender melhor o local onde se vai intervir.

Assim Costa (2006), também Tiago do Vale refere a importância de se contactar com os proprietários ou com as pessoas ligadas à edificação como um apoio para conhecer melhor a história do edifício, uma vez que, ao tratar-se de construções comuns, muitas vezes torna-se complexa esta tarefa de reunir toda a informação existente.

Freitas (2012), aponta para a importância da fase de diagnóstico ser apoiada por uma equipa multidisciplinar, formada por técnicos experientes, familiarizados com as diferentes técnicas tradicionais de construção, materiais e seu comportamento ao longo do tempo. No caso de Cristina Campilho e João Appleton os arquitetos explicam que contaram com esse apoio de uma equipa externa para a realização de um diagnóstico estrutural completo e detalhado. De acordo com Cabrita, Aguiar & Appleton (1993), esta é uma fase que permite nítidos ganhos sob o ponto de vista económico, de qualidade da intervenção e salvaguarda de muitos dos valores existentes nos edifícios, bem como, para se evitar obras muitas das vezes necessárias ou irrefletidas, para além de contribuir para a redução do tempo do projeto e de execução das obras.

Freitas (2012) defende que, conhecer as técnicas construtivas do tempo é um facto determinante para se garantir o máximo rigor e detalhe na realização do diagnóstico. A necessidade de aprender sobre estas técnicas construtivas e a falta de documentação foi uma das dificuldades sentidas pelos autores dos casos de estudo. Tiago do Vale (comunicação pessoal, 2015) aponta para a dificuldade desta tarefa “sobretudo porque são técnicas que já estão em desuso (...) e isso às vezes deixa muitas coisas no ar, tanto para quem desenha como para quem executa”. No caso de Inês Pimentel a arquiteta sentiu necessidade de realizar uma pesquisa de campo, concretizada através de várias visitas a outros edifícios com as mesmas características para compreender o funcionamento de muitas destas técnicas e assim chegar a um bom resultado.

No que se refere à fase de Projeto, Freitas (2012) esclarece que este deve ser formado por um conjunto de peças escritas e desenhadas que descrevam de forma detalhada e rigorosa os trabalhos necessários para a intervenção no edifício. Contudo no que se refere às peças desenhadas observaram-se opiniões diferentes pelos arquitetos dos casos de estudo. Se para Tiago do Vale, Inês Pimentel e Cristina Campilho nesta fase de desenho é necessário desenhar todos os pormenores para se evitarem surpresas durante a execução da obra. Para João Appleton não é necessário desenhar tudo uma vez que muitas das coisas já estão no edifício e por isso não necessitam de ser redesenhadas.

Cabe igualmente destacar o facto de tal como recomenda a carta de Veneza [1964] da mesma forma que se compilou toda a informação relativa ao conhecimento do existente, também nesta fase se deve compilar toda a informação relativa à intervenção, de modo a informar as intervenções futuras (Lopes & Correia, 2014, p.), Inês Pimentel e Cristina Campilho realizaram um levantamento detalhado de toda a pré-existência, tendo cada uma realizado um registo de todos os pormenores de cada edifício, mesmo das peças que pelo seu estado de degradação não foram reaproveitadas, bem como, um registo das peças que foram adicionadas de novo.

Na fase de execução, Cabrita, Aguiar & Appleton (1993) esclarecem que a fiscalização e o acompanhamento da obra por parte dos projetistas, assume uma especial importância nas obras de reabilitação, tendo-se verificado que em todos os casos, os autores concordaram que esta é uma fase de primordial importância para o sucesso da intervenção. No caso de Inês Pimentel, Cristina Campilho e Tiago do Vale os arquitetos explicam que este acompanhamento e fiscalização foi permanente e por vezes até diário. Segundo Freitas et al., a importância deste acompanhamento constante advém do facto de, quando se trata de intervenções deste cariz “por muito cuidadosa e exaustiva que tenha sido a realização do estudo diagnóstico e do projeto de execução, haverá sempre lugar a pequenas imprecisões, ajustes e adaptações a introduzir na obra” (2012, p.28), assim o acompanhamento ativo por parte do projetista vai permitir uma resolução dos problemas de uma forma mais célere e eficiente evitando-se erros de execução e atrasos em obra.

Finalmente, no que diz respeito à última fase da metodologia analisada no Capítulo três desta dissertação, e embora vários autores de referência como Cabrita (1996); Teixeira e Póvoas (2012); Teixeira (2013); Correia (2009), expliquem a sua importância e contributo para a durabilidade da intervenção realizada, foi possível concluir que em nenhum dos casos de estudo analisados foi realizado um plano de manutenção pós-intervenção.

No entanto, Teixeira e Póvoas (2012) referem que, esta fase deve ter um papel de destaque na metodologia de intervenção para assim se salvaguardar a autenticidade e os valores dos edifícios. Esta visão aproxima-se da corrente conservacionista iniciada por Ruskin e Morris, mais tarde seguida por Boito e Brandi, alcançando maior divulgação através dos documentos internacionais, “assim a manutenção é preferível à reparação, a reparação é preferível ao restauro, a substituição tem de ceder lugar à reabilitação (ICOMOS Portugal, 2013).

De acordo com Teixeira e Póvoas, nesta fase “o edifício deverá ser submetido a um processo de manutenção que consiste na execução de pequenas operações de limpeza, reparação e substituição, de acordo com uma calendarização apropriada, até que se imponha novamente a realização de uma intervenção mais profunda” (2012, p.4). Estas inspeções periódicas vão

contribuir para detetar atempadamente patologias que possam surgir naturalmente com o passar do tempo para assim se prolongar o tempo de vida útil do edifício.

Cabrita, Aguiar & Appleton (1993) explicam que, não se pode hoje aceitar, que pouco tempo decorrido sobre uma obra de reabilitação se perca todo esse esforço pela ausência de cuidados básicos de manutenção, que no fundo asseguram a continuidade da conservação do edifício e evitam intervenções de maior escala e perda de um maior número de valores. Embora não tenha referido esta fase na metodologia aplicada na intervenção realizada no Edifício da Rua da Alegria, Inês Pimentel é consciente que “se mantivermos as casas habitadas, fizermos manutenção regular e não deixarmos que as patologias apareçam e estenderem-se, isso é uma boa prática” (comunicação pessoal, 2015).

Contudo, embora existam hoje várias metodologias que tem como objetivo “o apoio ao complexo processo que constitui a intervenção em edifícios antigos do tipo corrente” (Teixeira & Povoas, 2012, p.3), e se tenha apresentado nesta dissertação casos exemplares de boas práticas de intervenção em que se demonstrou um cuidado e respeito pelos edifícios antigos de arquitetura corrente, a investigação realizada permitiu verificar também que na generalidade das atuações realizadas em Portugal, existe ainda uma grande tendência para a aplicação de soluções universais, o uso constante de materiais incompatíveis, realizadas por profissionais com experiência insuficiente e pouco conhecimento sobre os sistemas e técnicas construtivas tradicionais. “Estratégias diferentes conduzem a resultados diferentes” (Almeida, p.91, 2014), por isso a importância de se seguir uma metodologia de intervenção adequada.

## **6.2. CONCLUSÕES ESPECÍFICAS**

Após as verificações realizadas nos capítulos anteriores, pode-se agora dar continuidade ao trabalho dando resposta específica a cada um dos objetivos a que esta dissertação se propôs.

O primeiro objetivo era: Reconhecer graus, valores, princípios e métodos em práticas atuais de intervenção no edificado antigo de arquitetura corrente, tipologia dominante nos centros históricos Portugueses, sendo que, aquilo que se pretendia verificar, era até que ponto essas intervenções estão a ser fundamentadas num saber e conhecimento teórico.

Depois de ter sido estudada a fundamentação teórica, foi realizada uma investigação de âmbito geral, direcionada para a prática de intervenções em edifícios antigos de arquitetura corrente. Inicialmente foram analisadas um conjunto alargado de intervenções onde se constatou uma predominância de atitudes de carácter fachadista.

Tratando-se a maioria das intervenções de ‘obra nova’, optou-se por gradualmente se

determinar um leque menor de casos exemplares que permitissem a verificação do enunciado no primeiro objetivo. Desta forma, através de um conjunto de critérios pré-definidos formou-se a seleção final composta pelos cinco casos de estudo distinguidos no panorama nacional como boas práticas de intervenção, e cujo contacto com os arquitetos fosse possível de forma a melhor compreender cada caso.

Embora exista uma consciência de que a amostragem não é suficientemente ampla, após a sua análise e interpretação pode-se, neste momento, concluir que de uma forma geral existe ainda uma lacuna muito grande no que respeita ao conhecimento sobre história e teoria da conservação e do restauro bem como das recomendações dos documentos internacionais.

Apesar das intervenções estudadas, se tratarem de intervenções de mérito, exemplo de boas práticas no panorama nacional, foi possível apurar que as ações realizadas são, na sua maioria, fruto de um saber empírico, caracterizado pelo senso comum, e pouco ou nada fundamentado num saber teórico ou científico, tendo-se verificado que apenas dois dos casos demonstraram alguns conhecimentos e materialização de aspetos adquiridos de um saber fundamentado na teoria e recomendações descritas nos documentos internacionais.

Um das principais razões para esta realidade foi sobretudo a falta de formação específica na área do património, durante a sua formação académica. Ou seja, quando os autores se deparam na sua vida profissional com este tipo de edifícios, foram obrigados a aprender com a própria obra, uma vez que não possuem um conhecimento teórico antecedente. Isso faz com que estas práticas de intervenção sejam realizadas de uma forma empírica, ou seja, por detrás não existe uma sustentação teórica.

Embora não se possam equiparar a monumentos, foi demonstrado com a realização deste trabalho, um diversificado leque de valores associados a estas construções. Foi possível constatar que em todos os casos, os arquitetos compreendem, mesmo que indiretamente, distintos valores presentes nos edifícios. Foram identificados desde valores emocionais até à valorização de aspetos culturais e arquitetónicos. Estas construções formam parte de um testemunho histórico, de uma forma de vida passada e técnicas construtivas em desuso que, pela sua qualidade, devem ser preservadas, tendo-se ainda constatado que muitos destes edifícios não se encontram num estado de degradação tal, que implique a sua demolição, como acontece na maioria das vezes.

Relativamente ao reconhecimento da necessidade de utilização de uma metodologia de intervenção, verificou-se que começa a existir uma sistematização de etapas e modelos pré-estabelecidos. Ainda que os arquitetos não se tenham pronunciado a metodologias de intervenção existentes e embora não tenham materializado a 100% essas metodologias, reconhecem a importância de se cumprir as várias etapas, constatando-se uma grande

homogeneidade entre pelo menos duas das metodologias praticadas e as defendidas pelos autores de referência.

Outra dificuldade de se intervir neste edificado é reconhecer o que merece ser preservado ou não, daí ser importante reconhecer e ter o apoio da fundamentação teórica para perceber o que interessa preservar. Todos esses critérios de escolha não podem ser aleatórios, tendo que existir um conhecimento da história e da evolução da própria cidade, ou seja, quem intervém no âmbito da conservação e do restauro deve estar preparado e ter um conhecimento acerca destes edifícios e de como se deve intervir por ser totalmente distinto de intervir numa construção nova.

Cabe também referir que a sua sobrevivência só é possível se estes forem utilizados, desta forma, a intervenção deve ir de encontro com as necessidades de vida atuais, devendo ter em conta que a necessidade de os ocupar não pode ser justificação para a adoção de soluções que destruam a identidade do lugar, devendo por isso as intervenções ser pautadas pelo respeito pelo existente.

Os entrevistados concordaram que a sua formação universitária não foi direcionada para a intervenção no património, existindo um enfoque muito maior para a cultura do arquiteto criador, deixando esta disciplina para segundo plano. A forma de intervir vai depender sempre do arquiteto, porém, se estas premissas forem incutidas desde o início da sua formação poderá contribuir para o combate à descaracterização que tem pautado grande percentagem das intervenções em edifícios antigos de arquitetura corrente.

Outro obstáculo encontrado foi a falta de mão-de-obra qualificada para a intervenção nestes edifícios. Num momento em que a intervenção no património é uma prática crescente em Portugal, considera-se fundamental a formação de todos os intervenientes, tanto a nível teórico como prático. Desta forma torna-se oportuno indicar a importância de uma maior divulgação dos conteúdos das cartas e recomendações internacionais sobre o património; a realização de debates e divulgação de exemplos de 'boas práticas' que embora constituam um número muito reduzido em Portugal, existem e merecem ser reconhecidos pela sociedade em geral; a implementação de disciplinas teóricas e práticas relacionadas com o património nos conteúdos do ensino académico, bem como, uma melhor formação e especialização profissional direcionada para a mão-de-obra e o trabalho técnico.

Constatou-se também que, a maioria dos autores dos casos estudados, recuperaram os edifícios para a sua própria exploração. Três dos casos investigados foram recuperados para habitação e espaço de trabalho do próprio arquiteto que vê nestes edifícios uma oportunidade de viver num edifício histórico, cheio de valores e memórias.

Espera-se que com esta vontade de ocupar novamente os centros históricos abandonados e com este crescer de intervenções, se reconheça a importância de se saber agir neste tipo de situações. Após a conclusão das entrevistas foi possível perceber um interesse por parte dos autores dos casos de estudo, em conhecer melhor as teorias que proporcionaram esta investigação, bem como, os conteúdos presentes nas cartas e convenções internacionais e nacionais sobre a conservação do património.

Além de toda esta verificação, o segundo objetivo pretendia: Estabelecer diretrizes orientadoras para a intervenção neste património, adequadas às práticas atuais de intervenção, com o intuito de difundir uma atitude mais respeitadora.

A falta de regulamentação específica direcionada para estes edifícios e o estado de degradação em que muitos deles se encontram, permite que qualquer intervenção seja aceite como benéfica, ficando a ação ao critério do arquiteto, que muitas vezes não dá o devido valor a estas construções.

Posto isto, e de forma a garantir um processo mais seguro e mais claro, para uma correta intervenção no património, torna-se necessário para instruir decisões de projeto, expor neste ponto uma série de diretrizes que orientem as intervenções.

Cabe realçar que não se trata de uma regra a aplicar, mas sim de um conjunto de considerações que se deve ter em conta na hora de intervir, com o objetivo de se respeitar estas construções e permitir que os seus valores e a sua autenticidade se mantenha para as gerações futuras.

Nesse sentido, e tendo consciência que se trata de um estudo no âmbito de uma dissertação de mestrado, serão de seguida apontadas um conjunto de diretrizes tendo por base a investigação realizada e análise aos casos de estudo, exemplos de boas práticas.

- Antes de mais, deve-se referir que as intervenções devem ser sempre realizadas lote a lote, ou seja, à escala da parcela e não à escala de quarteirão. Estas intervenções a grande escala, para além de alterarem significativamente a morfologia original das cidades, acabam por não ser mais do que obra nova, oculta, por detrás de uma grande diversidade de fachadas históricas.

- A adequação dos edifícios a um novo uso ou programa é inevitável e está intimamente ligado à evolução dos tempos. Assim, a seleção desse novo uso, quando necessário, deve dar preferência a uma utilização o mais aproximado possível do original e a adequação de um novo programa às características morfotípicas da pré-existência deverá ser cautelosa para não se por em risco a autenticidade e os valores presentes na edificação.

- Estes edifícios sempre desempenharam uma função na história, e hoje, para a sua própria manutenção, têm de continuar a ter um uso associado. No entanto, os níveis de conforto exigidos atualmente não são os mesmos que os praticados na altura da sua construção. Desta forma, as intervenções devem ser um equilíbrio entre a atualização do desempenho do edifício e a preservação dos valores existentes.
- Estes edifícios são constituídos por vários extratos de tempo, desta forma, é importante antes de intervir, adquirir um conhecimento prévio que permita identificar quais os elementos que merecem ser preservados e os que devem ser retirados (Teixeira, 2014).
- É igualmente importante antes de qualquer intervenção, adquirir um conhecimento prévio acerca das características e do funcionamento dos sistemas construtivos tradicionais que se encontram em desuso.
- O apoio de uma equipa multidisciplinar e familiarizada com estas técnicas pode ser fundamental para se analisar e compreender o estado da pré-existência, evitando-se demolições e alterações desnecessárias.
- As opções tomadas para cada intervenção devem ser sustentadas num conhecimento científico. O fato de se realizarem intervenções não tendo por base uma fundamentação teórica, mas sim resultado de um saber adquirido do senso comum, poderá resultar numa série de ações inadequadas e comprometer a intervenção.
- A manutenção regular e a reparação de danos, devem ser duas das principais ações a considerar de forma a manter o máximo de autenticidade do edifício. Para uma adequada conservação deste património, deve-se dar preferência a intervenções mínimas e pouco intrusivas e não a intervenções máximas e profundamente reformuladoras.
- A intervenção deve ter como premissa a modéstia e respeito em relação à pré-existência. Deste modo, a pré-existência deve ser vista como ponto de partida e não como uma oportunidade de se fazer projeto, respeitando e valorizando as suas características específicas: a forma e o aspeto (interior e exterior) dos edifícios definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração.
- As intervenções devem ter coerência. Com isto quer-se dizer que não devem ser misturadas atitudes diferentes no mesmo edifício. O edifício deve ser compreendido como um todo, inteiro e indivisível, de forma a não comprometer o seu carácter.
- As intervenções devem fazer parte da própria evolução da cidade. Assim, mesmo que a aplicação de novos materiais e novas tecnologias possam justificar-se para uma boa conservação e utilização do edifício, estas não devem ser rígidas ao ponto de dificultar ou

comprometer intervenções futuras.

- Os distintos princípios de intervenção, abordados no capítulo 2 desta dissertação, servem de orientação nas recomendações para a conservação. Desta forma estes princípios devem ser um apoio para as tomadas de decisão de projeto.

- Utilização de uma metodologia de intervenção, composta por diferentes fases, que deverão ser mais ou menos desenvolvidas de acordo com o objeto a intervir. Essa metodologia deverá contemplar os passos desenvolvidos no capítulo 3 desta dissertação. Cabe igualmente relembrar que este processo não é estanque, podendo evoluir no futuro, de acordo com o conhecimento que se vai produzindo sobre esta problemática.

Cabe realçar que estes são apenas alguns dos aspetos a ter em conta na hora de intervir, com o seu cumprimento, muitos dos erros que estão a ocorrer atualmente na intervenção neste tipo de património, poderão ser evitados.

### **6.3. CONCLUSÕES GERAIS**

Inevitavelmente, a intervenção no património é um ‘mercado’ crescente. A postura negligente que se observa hoje não deve ser tolerada e por isso é fundamental contribuir para um aumento de consciencialização de que estes edifícios formam parte de um património insubstituível, com uma grande diversidade de valores, que devem ser mantidos como um testemunho do passado e de identidade cultural do país.

Num futuro próximo, serão poucos os exemplares originais existentes, ou porque o estado de degradação é tão elevado que já não é possível a sua recuperação, ou pelo facto de o crescimento das intervenções realizadas atualmente, destruírem por completo os seus interiores, mantendo apenas as fachadas, como se os centros urbanos se tratassem apenas de um cenário.

Muitas das decisões tomadas pelos órgãos responsáveis não salvaguardam os valores patrimoniais, principalmente quando se trata de edifícios de arquitetura corrente, cuja sua proteção ainda não foi definida.

De dia para dia, vai-se aprovando o desaparecimento do nosso património, da nossa história, da nossa identidade. É grave que se aprove a demolição destes edifícios quando a sua recuperação é possível e aconselhável, tanto a nível patrimonial como a nível ambiental. Muitas das demolições realizadas atualmente não são fundamentadas num saber técnico e numa análise rigorosa da pré-existência, mas sim por uma conspeção unicamente economicista, em que a cidade é vista unicamente como sinónimo de “habitação de luxo” ou

“turismo”.

Após a realização deste trabalho pode-se concluir que existe ainda um longo caminho a percorrer. Intervir no património requer um conhecimento técnico e teórico, muito dele perdido à mercê da construção nova e técnicas industrializadas.

Esta investigação permitiu verificar que grande parte dos intervenientes, desde os projetistas até aos construtores, estão pouco vocacionados para este tipo de intervenção e cada vez é mais difícil encontrar técnicos especializados e familiarizados com os materiais e sistemas construtivos tradicionais, sendo as intervenções realizadas por técnicos na maioria das vezes mal informados, acerca dos valores e significado deste património, resultando em intervenções de descaracterização.

A revisão da literatura foi essencial para conhecer, de forma aprofundada as diferentes teorias e sobretudo compreender que, cada teoria teve a sua importância na época em que surgiu, ou seja, cada autor defendia a sua própria teoria de acordo com o contexto local, cultural e que as próprias teorias são evolutivas de acordo com as necessidades. Com este trabalho, foi possível verificar que muitas das teorias continuam atuais sendo igualmente importante destacar que não há verdades universais.

Conhecer a componente teórica foi assim essencial para poder tirar conclusões sobre a prática atual. Igualmente importante foi perceber que, tal como a teoria, também a própria metodologia proposta não é algo fechado, mas sim, algo de evolutivo que se adapta a cada caso.

Ainda que se tenha verificado que na sua maioria as intervenções não são fundamentadas num saber teórico, foi possível constatar que todos os autores consideram este conhecimento uma mais-valia para uma correta intervenção no património, ainda que não a tivessem tido. Da mesma maneira que consideram importante a utilização de uma metodologia de intervenção para atingir o sucesso da operação.

Neste momento, a questão que se coloca é, qual a razão para a teoria da conservação se encontrar tão afastada da prática projetual? Perante o que se pode verificar ao longo da investigação realizada, nota-se que, embora tenha existido ao longo da história uma preocupação ligada a estes edifícios, nem que só pelo facto de serem circundantes a edifícios singulares, a teoria que tem sido formada ao longo dos anos sobre a intervenção do património, está intimamente ligada com a arquitetura monumental, deixando estes edifícios para segundo plano.

A revisão bibliográfica efetuada permitiu comprovar que até há bem pouco tempo, nunca

tinha sido considerado, que haviam de se estabelecer diretrizes para intervir neste edifícios em Portugal, uma vez que, em termos patrimoniais, não lhes era atribuído o mesmo valor que a um edifício classificado ou monumental.

No entanto, como se refere no início do trabalho, a grande importância destes edifícios deve-se precisamente ao facto de constituírem a grande maioria das construções das cidades, ou seja, a cidade é formada por este conjunto de edifícios comuns, que tem características próprias, mas que são muito idênticos na sua tipologia, como é o caso das Casas Burguesas do Porto, os Edifícios de Rendimento em Lisboa, entre outros, distribuídos por todas as cidades e vilas de Portugal. Embora sejam tipologias comuns e correntes, cada uma delas tem as suas especificidades e encontram-se em estados de conservação muito distintos, o que faz com que a própria intervenção e abordagem à forma como se intervém, também seja diferente.

Só ultimamente se tem verificado uma reflexão teórica específica acerca desta arquitetura. Verifica-se que são os próprios técnicos [António Cabrita; João Appleton; José Aguiar; Rui Póvoas; Vasco Freitas; Aníbal Costa; Joaquim Teixeira], como intervenientes na área da arquitetura e da engenharia, que começam a sistematizar essa informação e a estabelecer diretrizes e indicações de qual a melhor forma de intervir.

Importa salientar que a própria legislação, tal como está atualmente redigida, não obriga à preservação de interiores ou características específicas destes edifícios. No fundo, quem quer intervir pode, pura e simplesmente eliminar ou anular todas as questões relacionadas com os sistemas e técnicas construtivas, bem como, a sua distribuição programática e decoração, existentes para lá da fachada. A própria legislação apenas se preocupa na preservação da 'cara' do edifício como se mais nada tivesse valor, ficando ao critério do arquiteto, a opção de manter ou demolir os interiores dos edifícios.

Nem todas as premissas encontradas na fundamentação teórica, são aplicadas a este tipo de edifícios. Em cada intervenção são aplicados graus e princípios de intervenção diferentes, de acordo com as suas especificidades. Inclusivamente foi possível constatar uma certa conformidade na utilização dos mesmos graus de intervenção [Restauro ou Reabilitação], porque são aqueles que se aplicam neste tipo de edifícios. Não obstante, verifica-se urgente divulgar os conteúdos existentes em todo o conjunto de cartas e documentos internacionais, que apesar da sua importância, continuam pouco utilizados ou até mesmo pouco reconhecidos pelos profissionais da área.

É importante reforçar a ideia de que, embora se tenha verificado que um bom profissional pode tender para a aplicação de alguns princípios mesmo desconhecendo-os, estes formam um número muito reduzido em relação ao que se tem observando na maioria das

intervenções nas cidades históricas.

Não se quer que o património mais numeroso dos centros históricos de Portugal desapareça, por isso, não se pode permitir que os profissionais da área se mantenham à margem do conhecimento adquirido no seio da comunidade científica.

O contacto com a prática, as entrevistas, as visitas guiadas aos casos de estudo, acompanhadas pelos esclarecimentos das opções tomadas para cada problema, apoiada pelo conhecimento teórico previamente adquirido na fundamentação teórica, foi sem dúvida o 'ponto alto' desta investigação. Espera-se futuramente continuar o estudo sobre esta temática, uma vez que é consciente a importância, na atualidade e no futuro, bem como, o desejo de aplicar muitos dos conhecimentos adquiridos na investigação.

Considera-se neste momento que os objetivos pré-estabelecidos foram cumpridos, apesar do período de tempo limitado. À medida que este trabalho foi sendo desenvolvido foi-se verificando a magnitude desta problemática, ainda assim, considera-se que se trata de um trabalho original e um contributo para o conhecimento. Contudo é consciente a necessidade de se continuar a compreender a origem dos problemas e continuar a propor soluções que diminuam esta descaracterização, de modo a assegurar a continuidade deste património para o futuro.



# GLOSSÁRIO

**GLOSSÁRIO** O glossário que se segue visa contribuir para o enriquecimento da linguagem técnica sobre a intervenção no património, bem como, para uma maior utilização de termos técnicos relacionados com os sistemas construtivos tradicionais, cuja terminologia tem vindo a perder-se com o passar dos tempos. A definição da terminologia conta com o apoio do dicionário técnico em Português: Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitetura da autoria de Rodrigues, Sousa e Bonifácio (1996) bem como da consulta de glossários relativos a manuais e teses alusivos a intervenção no Património, de entre os quais: Freitas (2012) e Teixeira (2014).

**ABOBADILHAS** – Abóbada feita de elementos cerâmicos, tijoleira, postos de chapa.

**ALCOVA** – Pequeno quarto.

**ALVENARIA** - Obra de construção de paredes com elementos naturais (pedras), ou artificiais (adobe, tijolo maciço, tijolo vazado, bloco de cimento, etc.), cujo assentamento pode ser feito com ou sem argamassa de ligação, em fiadas horizontais ou em camadas parecidas, que se repetem sobrepondo-se umas sobre as outras.

**ARGAMASSA** - Mistura plástica obtida pela combinação de um aglomerante (gesso, cal, barro ou cimento), com um inerte (saibro, areia ou pó de pedra) e água, que serve para ligar entre si pedras naturais e artificiais das construções de alvenaria e para as revestir com camadas protetoras e/ou decorativas.

**BALAUSTRÉ** – Pequena coluna ou pilar de pedra, madeira, metal ou cerâmica, utilizado nas balaustradas. Compõe-se de pedestal, fuste e capitel. Pode apresentar formas diversas. Particularmente a partir do Renascimento utiliza-se de acordo com as diferentes ordens arquitetónicas.

**BANDEIRA** - Caixilho situado, na parte superior de portas e janelas. Pode ser fixo ou móvel, favorecendo a iluminação e a ventilação dos ambientes.

**BARROTE** - Viga ou trave de madeira, grossa, que sustenta as tábuas do soalho, ripado.

**BEIRAL** - Parte avançada do telhado sobre o corpo do edifício, com fim de dar queda às águas pluviais. Última fileira de telhas que forma a aba do telhado.

**CAL** - Óxido de cálcio obtido pela carbonatação acima dos 900 e até 1100 graus de pedra calcária, conchas ou de outras formas de carbonato de cálcio. Uma vez que as rochas calcárias não contêm apenas carbonato de cálcio, pois apresentam sempre outros constituintes como a argila, magnésia, ferro, enxofre, alcalis e matérias orgânicas, estas conferem à cal propriedades próprias, que variam com as proporções em que se apresentam.

**CAMISA-SAIA** – Tipo de teto em madeira, construído com tábuas alternadamente sobrepostas.

**CANTARIA** - Pedra talhada e facetada por medida, para desempenhar uma determinada função e lugar, no conjunto da obra em que se insere.

**CLARABOIA** - Abertura na cobertura do edifício, fechada por caixilho com vidro ou outro material translucido, para iluminar o interior.

**CORROSÃO** - Deterioração de um metal por reação química ou eletroquímica com o meio ambiente onde se insere.

**DEGRADAÇÃO** - Alterações ao longo do tempo na composição, microestrutura e propriedades de um componente ou material, que reduzem o seu desempenho, modificando assim o estado de uma construção, podendo conduzir à ocorrência de anomalias.

**DEMOLIÇÃO** - Destruição planeada, parcial ou integral de uma edificação.

**DESVÃO** – Espaço entre o telhado e o forro do último andar de um edifício.

**DIAGNÓSTICO** - Identificação da causa ou explicação do(s) mecanismo(s) associados ao fenómeno que afeta o comportamento ou estado de um edifício, dos seus elementos ou componentes, baseada no estudo dos sinais e indicações por elas exibidas *in situ*, em laboratório, investigação em arquivo, etc.

**ESTUQUE** - Massa à base de cal, gesso, areia, cimento e água, usada no revestimento de paredes e de forros. Toda a argamassa de revestimento, geralmente acrescida de gesso ou pó de mármore. Também usada para fazer forros ou ornatos.

**FASQUIO** - Tira estreita e comprida de madeira, de secção trapezoidal, pregada em tetos e tabiques, em repetição a pequenos intervalos umas das outras, para formar uma armação plana onde se segura a argamassa de enchimento.

**FERRO FORJADO** – Ferro trabalhado a quente, a martelo e/ou malho ou por compressão, na prensa. Muito utilizado em guarda-corpos de janelas ou de escadas.

**FINGIDO** – Técnica de pintura sobre um suporte que imita os veios da madeira e marmoreado da pedra para valorizar revestimentos interiores.

**FRONTAIS [FRONTÃO]** – Coroamento da fachada principal de um edifício de uma porta janela ou nicho. Na arquitetura clássica, situava-se sobre o entablamento e era constituído

essencialmente por um triângulo, forma que começou a variar a partir do Renascimento.

**CESSO** - Minério quimicamente definido como sulfato de cálcio, que se apresenta na natureza sob a forma de gipsita, alabastro, espato sedoso e selenita, depois de cozido a baixa temperatura faz presa com a água, constituindo a matéria-prima dos trabalhos de moldagem de estuques.

**JANELA DE GUILHOTINA** - Constituída por dois caixilhos, dos quais um ou os dois deslizam nas ranhuras do aro de modo a sobreporem-se quando se abre.

**JANELA DE SACADA** - Aberta ao nível do pavimento de uma varanda exterior.

**PAU RULADO** - Viga de madeira que mantém a forma natural do tronco, apenas sem a casca.

**PÉ-DIREITO** - Distância que vai do pavimento ao teto de um compartimento.

**PRÉ-FABRICADO** - Qualquer elemento produzido ou moldado industrialmente. O seu uso tem como objetivo reduzir o tempo de trabalho e racionalizar os métodos construtivos.

**REBOCO** - Revestimento de alvenarias ou similares, feito com várias qualidades de argamassas, em uma ou mais camadas, conforme o tipo de aplicação - emboço, regularização e acabamento.

**RECUADO** - Piso superior recuado.

**RIPA** - Pedraço de madeira estreito e comprido.

**RIPADO** - Tabuleiro formado por ripas onde assentam as telhas. Espécie de gradeamento feito de ripas.

**SALVAGUARDA** - Vocábulo genérico utilizado para designar todas as operações, materiais e imateriais, que não envolvam uma intervenção direta sobre o objeto, destinadas a prolongar a vida dos bens culturais no tempo.

**SOALHO** - Piso em madeira de tabuas corridas.

**SOBRADO** - Desvão.

**SOLETO** - Chapa de ardósia, em forma de escudete, usada como revestimento de empenas ou de acrescentos nas coberturas de edifícios, pregada sobre um ripado de madeira, com um espaçamento determinado pelas suas dimensões.

**TABIQUE** - Parede divisória com 10 cm de espessura, obtida através da pregagem de um

fasquiado de madeira, sobre tabuas costaneiras, rebocado em ambas as faces.

**TRAPEIRA** - Pequena janela aberta na superfície de um telhado ou numa água-furtada, para iluminação e ventilação. Claraboia.



## BIBLIOGRAFIA

- BIBLIOGRAFIA GERAL:** Aguiar, J., Córias, V., & Amendoeira, A. (2015, Abril 21). Conclusões da conferência “*Baixa Pombalina E Património Mundial: Ainda É Possível?*”. Recuperado de <http://www.gecorpa.pt/>
- Batata, F. (1996). *Transformação e permanência na habitação portuense - as formas da casa na forma da cidade*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal.
- Córias, V. (2009, novembro 06). *Intervenções em Centros Históricos. Aspectos técnico-profissionais*. Artigo apresentado no IHRU – Ciclo de conferências “Centros históricos e vida contemporânea”. Lisboa: GECORPA. Recuperado de <http://www.gecorpa.pt/documentos>
- Córias, V. (Outubro de 2007). *Reabilitação Sem Qualificação: A Receita Para O Desastre*. Lisboa: GECORPA. Recuperado de <http://www.gecorpa.pt>
- Fidler, J. (2008, novembro, 20). Sir Bernard Feilden: Distinguished and prolific conservation architect whose work had global significance. *The Guardian*. Recuperado de: <http://www.theguardian.com/artanddesign/2008/nov/21/obituary-architecture-conservation-bernard-feilden>.
- International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] Portugal, (n.d.). *E Pur si Muove!, Reação do ICOMOS Portugal ao prémio de "reabilitação" atribuído às Cardosas, no C. H. do Porto*. Recuperado de: <http://www.icomos.pt>
- International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (1931). *Carta de Atenas: Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Recuperado de <http://www.patrimoniocultural.pt>
- International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (1964). *Carta de Veneza. Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios*. Recuperado de <http://www.patrimoniocultural.pt>
- International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (1975). *Carta Europeia do Património Arquitetónico*. Recuperado de: <http://www.patrimoniocultural.pt>
- International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (1982). *Declaração de Tlascalala. 3º Coloquio sobre a Conservação do Património Monumental “Revitalização das pequenas Aglomerações”*. Recuperado de <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=254>
- International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (1987). *Carta de Washington: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. Recuperado de:

<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf>

International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (1994). *Documento de Nara: sobre a autenticidade*. Recuperado de: <http://www.culturanorte.pt>

Lopes, F. (2013). *Zonas de Proteção ao Património Arquitectónico: Para Que Servem?*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Martins, A. (2011). *A persistência do tipo: seguindo as pegadas dos planos e dos regulamentos urbanos nas formas das casas de Coimbra* (Tese de Doutoramento, departamento de Engenharia e Arquitetura da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal).

Neto, M. (1999). A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal, 1929-1999. In M. Alçada & M. Grilo (coord.), *Caminhos do Património* (pp.23-43). Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais & Livros Horizonte.

Neto, M. (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Publicações FAUP.

Oliveira, E., & Galhano, F. (2000). *Arquitetura Tradicional Portuguesa: Portugal de Perto* (4ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Póvoas, R., Teixeira, J. & Giacomini, F. (2011). *Reabilitação de Edifícios Correntes de Valor Patrimonial. Uma Proposta de Aproximação Metodológica*. Artigo apresentado no Seminário Cuidar das casas: A manutenção do património corrente. Porto: FEUP/ICOMOS. Recuperado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53489/2/4383.pdf>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Veiga, C. (2012). *Consolidação e Reforço de Estruturas de Alvenaria e de Madeira: Técnicas De Intervenção Integradas na Reabilitação Arquitectónica do Edificado Antigo Português* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal).

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** Aguiar, J. (2002). *Cor e Cidade Histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP publicações.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, J. (2014). *Rabitação do Património Edificado Corrente: Estratégias de Intervenção na Casa Burguesa do Porto* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal). Recuperado de <http://repositorio-aberto.up.pt>
- Appleton, J., & Domingos, I. (2012a). Candidatura ao Prémio IHRU 2012: variante reabilitação de edifício de habitação. Lisboa: Appleton e Domingos Arquitetos.
- Appleton, J., & Domingos, I. (2012b) Catálogo do Prémio IHRU 2012. Recuperado de: [http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs\\_premios/Catalogo\\_Premio\\_IHRU2012.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs_premios/Catalogo_Premio_IHRU2012.pdf)
- Appleton, J. (2003). *Reabilitação de edifícios antigos: patologias e tecnologias de intervenção*. Amadora: Edições Orion.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brandi, C. (2006). *Teoría do Restauro*. Amadora: Edições Orion.
- Cabrita, A., Aguiar, J., & Appleton, J. (1993). *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, LNEC.
- Carrió, J. (1999). *Presentación*. In L. Gilbert Trueba, & R. Bestard Martínez (Eds.), *Tratado de Rehabilitacion* Vol.2 (p.7). Madrid: Editorial Munilla-Lería.
- Choay, F. (2000). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- Correia, M. (2007). Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra. *Apuntes*, 20 (2) 202-219. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana.
- Correia, M. (2009). *Conservation intervention in earthen heritage: Assessment and significance of failure, criteria, conservation theory and strategies* (Tese de doutoramento, Oxford Brookes University, England).
- Costa, A., Arêde, A., Guedes, J., & Paupério, E. (2006). *2º Seminário: A Intervenção no*

*Património: Práticas de Conservação e Reabilitação*. Porto: DGEMN /FEUP.

Delgado, A., Loza, R., & Guimarães, M. (2010). Plano de gestão: Centro Histórico do Porto Património Mundial. Porto: Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo, SRU.

Feilden, B., & Jokilehto, J. (1998). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. Rome: ICCROM.

Feilden, B. (2004). *Conservation of Historic Buildings*. Recuperado de: <http://pt.scribd.com/>.

Freitas, V. (coord.), (2012). *Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação do Edifícios Antigos*. Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O Inquérito: Teoría y Práctica*. Oeiras: Editora Celta.

Giacomini, F., & Póvoas, R. (Junho, 2011). Os edifícios antigos de arquitetura corrente em centros históricos no contexto do património cultural: especificidades para projectos de intervenção arquitetónica. *Pós-Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da fausp*, 18 (29) 174 – 195. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43732/47354>.

Gil, A. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.

González-Varas, I. (2005). *Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Cátedra.

International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] Australia, (1999). *Carta de Burra para a Conservação dos Sítios com Significado Cultural*. Burra (Austrália). Recuperado de: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>

International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] Portugal, (2013a). Porto Património Mundial: entre as Cardosas e a Reabilitação Cidades históricas em tempos sombrios. Recuperado de: <http://www.icomos.pt>

International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] Portugal, (2013b). *Declaração do Porto: Um olhar de hoje sobre as dinâmicas da conservação e reabilitação de cidades históricas*. Recuperado de: <http://www.icomos.pt>

International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] Portugal, (2012). Porto Património Mundial. Documento de trabalho. Recuperado de: <https://ssru.files.wordpress.com/2014/06/icomosicomos.pdf>

International Council on Monuments and Sites [ICOMOS], (2000). *Carta de Cracóvia: Princípios para a Conservação e o Restauro do Património construído*. Recuperado de: <http://www.patrimoniocultural.pt>

Jokilehto, J. (1986). *A History of Architectural Conservation: The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property* (University of York, England). Recuperado de <http://mestradoreabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jukkajokilehto1986historyofconservation.pdf>

Lopes, F., & Correia, M. (2014). *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Luso, E., Lourenço, P., & Almeida, M. (2004). Breve história da teoria da conservação e do restauro. *Revista de Engenharia Civil* (20) 31-44 Braga: Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2554/1/Pag%2031-44.pdf>

Moreira, P. (2014). *Reabilitação De Edifício Na Rua Dos Caldeireiros 83-85 - Porto*. In IHRU (ed.), *Catálogo do Prémio IHRU 2014*, (pp.40-49). Recuperado de: [http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs\\_premios/catalogo\\_premio\\_ihru\\_2014.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs_premios/catalogo_premio_ihru_2014.pdf)

Muñoz Viñas, S. (2005). *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier.

NCERP, (n.d.). *Portefólio NCREP- Rua do Almada, Porto*. Recuperado de: <http://www.ncrep.pt/view.php?id=14327>

Neto, M. (2002). *Carta de Cracóvia 2000: Os princípios de restauro para uma nova Europa*. In *Património Estudos*, (3) 93-99. Lisboa: IPPAR.

Orbasli, A. (2008). *Architectural Conservation*. Oxford: Blackwell Science.

Paiva, J., Aguiar, J., & Pinho, A. (2006). *Guia técnico de reabilitação habitacional*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Pedroso, M. (2008, Abril 27). *Reabilitação de edifícios habitacionais com valor patrimonial*. Recuperado de <http://infohabitar.blogspot.pt/2008/04/reabilitao-de-edificios-habitacionais.html>

Pereira, C. (2013). *Reabilitação de Edifícios Gaioleiros* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Engenharia Civil de Lisboa, Portugal). Recuperado de

<http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3172/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Pimentel, I. (2014). *Reabilitação de Habitação Unifamiliar do Início do Séc. XX – Porto*. In IHRU (ed.), *Catálogo do Prémio IHRU 2014*, (pp.50-59). Recuperado de: [http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs\\_premios/catalogo\\_premio\\_ihru\\_2014.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs_premios/catalogo_premio_ihru_2014.pdf)

Póvoas, R., & Teixeira, J. (Dezembro, 2012). *A Intervenção em Edifícios Antigos e a Actualidade das Teorias do Património*. Artigo apresentado no *Congresso construção 2012*, Coimbra. Recuperado de: [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/CONSTRUCAO2012\\_ID261](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/CONSTRUCAO2012_ID261)

Riegl, A. (2008). *El culto moderno a los monumentos* (3ª ed.). Madrid: La bolsa de la medusa.

Rodrigues, M., Sousa, P., & Bonifácio H. (1996). *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura* (2ª ed.). Lisboa: Quimera.

Stubbs, J. (2009). *Time Honored: A Global View of Architectural Conservation*. New Jersey: Wiley.

Teixeira, J., & Póvoas, R. (2012). *Metodologia de Apoio ao Projecto de Reabilitação das Casas Burguesas do Porto: Conceitos e Critérios Definidores*. *Actas del 4.º congreso de Patología y Rehabilitación de Edifícios*, PATORREB 2012, REHABILITACIÓN. Recuperado de [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/PATORREB2012\\_R1-02-03%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/PATORREB2012_R1-02-03%20(1).pdf)

Teixeira, J. (2013). *Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica. Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto* (Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Portugal).

Teixeira, J., & Póvoas, R. (2014). *Contributo das Teorias do Restauro para a Concepção de uma Metodologia de Intervenção na Casa Burguesa do Porto*. Recuperado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77052/2/103945.pdf>.

Vale, T. (2014). *Reabilitação do Edifício Chalé das Três Esquinas – Braga*. In IHRU (ed.), *Catálogo do Prémio IHRU 2014*, (pp.30-39). Recuperado de: [http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs\\_premios/catalogo\\_premio\\_ihru\\_2014.pdf](http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/historico/premios/docs_premios/catalogo_premio_ihru_2014.pdf)

Vaz, R. (2009). *Património: Intervir ou Interferir?: Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro* (Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Portugal).

Vieira, E. (2013, Novembro, 13). *Opinião - O quarteirão das Cardosas e os Valores do*

Património. *Público*. Recuperado de <http://www.publico.pt/n1612312>.

Yin, R. (2003). *Case Study Research Design and Methods* (3ª ed.). California: Sage Publications.

Zancheti, S. (2014). *A Teoria Contemporânea da Conservação e a Arquitetura Moderna*.

Recuperado de file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/texto\_discussao\_58%20(1).pdf

# ÍNDICE DE IMAGENS

- ÍNDICE DE IMAGENS Fig. 01 – Fotografia da autoria de Pedro Amorim.
- Fig. 02 – Organograma do processo de intervenção. Autoria própria (adaptado de Correia, 2009; Freitas 2012 e Teixeira 2014).
- Fig. 03 a 06 – Fotografias pós-intervenção, Almada Guest House, autoria de António Cabral Campello.
- Fig. 07 a 10 – Fotografia pós-intervenção, Atelier des Createurs, autoria de João Ferrand e Mariana Themudo.
- Fig. 11 a 14 – Fotografias pós-intervenção, Baixa House, autoria de FG+SG.
- Fig. 15 a 18 – Fotografias pós-intervenção, Pensão Favorita, autoria de estudio384.org.
- Fig. 19 a 22 – Fotografias pós-intervenção, Edifício Arquivo, autoria de 3 Cultura e Jorge Sarmiento.
- Fig. 23 a 26 – Fotografias pós-intervenção, Chalet das Três Esquinas, autoria de João Morgado.
- Fig. 27 a 30 – Fotografias pós-intervenção, Rosa et Al , autoria de Emanuel de Sousa e Hugo Martins.
- Fig. 31 a 35 – Fotografias pós-intervenção, Casa/Atelier da Rua do Almada, autoria de Inês Guedes.
- Fig. 36 a 39 – Fotografias pós-intervenção, Bom Jardim nº953, fotografias disponíveis: <http://bonjardim953.blogspot.pt/>
- Fig. 40 a 43 – Fotografias pós-intervenção, Casinha 79-81, autoria de PROMPT e Inês Guedes.
- Fig. 44 a 47 – Fotografias pós-intervenção, Habitação unifamiliar do Séc. XX, autoria de Arménio Teixeira.
- Fig. 48 a 51 – Fotografias pós-intervenção, Edifício da Rua Capitão Renato Baptista, autoria de FG+SG.
- Fig. 52 a 55 – Fotografias pós-intervenção, Edifício Marques da Silva, autoria de João Ferrand.
- Fig. 56 a 59 – Fotografias pós-intervenção, Porto Lounge Hostel e Guest House, autoria de Inês D'Orey.

Fig. 60 a 64 – Fotografias pós-intervenção, Casa do Conto, autoria de FG+SG.

Fig. 65 – Localização do Chalet das três esquinas. Imagem satélite de: <https://maps.google.pt/>.

Fig. 66 – Fotografia da fachada principal, autoria de João Morgado, cedida por Tiago do Vale (Chalet das três esquinas).

Fig. 67 a 69– Esquícios do ambiente interior, autoria de Tiago do Vale.

Fig. 70 a 75– Fotografias da pré-existência, cedidas por Tiago do Vale.

Fig. 76 a 81 – Desenhos da proposta, autoria de Tiago do Vale.

Fig. 82 a 84 – Fotografias de execução de obra, cedidas por Tiago do Vale.

Fig. 85 a 91 – Fotografias pós-intervenção, autoria de João Morgado, cedida por Tiago do Vale.

Fig. 92 – Localização da Habitação Unifamiliar do séc. XX da Rua da Alegria nº892. Imagem satélite de: <https://maps.google.pt/>.

Fig. 93 – Fotografia da fachada principal, autoria de Arménio Teixeira.

Fig. 94 a 98 – Fotografias da pré-existência, cedidas por Inês Pimentel.

Fig. 99 a 105 – Desenhos da proposta, autoria de Inês Pimentel.

Fig. 106 a 111 – Fotografias de execução de obra, cedidas por Inês Pimentel.

Fig. 112 a 117 – Fotografias pós-intervenção, autoria de Arménio Teixeira.

Fig. 118 – Localização da Casinha 79-81 da Rua dos Caldeireiros. Imagem satélite de: <https://maps.google.pt/>.

Fig. 119 – Fotografia da fachada principal, autoria de PROMPT, cedidas por Paulo Moreira.

Fig. 120 a 124– Fotografias da pré-existência, cedidas por Paulo Moreira.

Fig. 125 a 131 – Desenhos da proposta, autoria de Paulo Moreira.

Fig. 132 a 136 – Fotografias de execução de obra, cedidas por Paulo Moreira.

Fig. 137– Fotografia pós-intervenção, autoria de PROMPT, cedida por Paulo Moreira.

Fig. 138 a 142 – Fotografia pós-intervenção, autoria de Inês Guedes, cedidas por Paulo Moreira.

Fig. 143 – Localização da Casa/Atelier da Rua do Almada. Imagem satélite de: <https://maps.google.pt/>.

Fig. 144 – Fotografia da fachada principal, autoria de Inês Guedes, cedida por Cristina Campilho.

Fig. 145 a 149 – Fotografias da pré-existência, cedidas por Cristina Campilho.

Fig. 150 a 157 – Desenhos da proposta, autoria de Cristina Campilho.

Fig. 158 a 160 – Fotografias de execução de obra, cedidas por Cristina Campilho.

Fig. 161 a 167 – Fotografia pós-intervenção, autoria de Inês Guedes, cedidas por Cristina Campilho.

Fig. 168 – Localização do Edifício da Rua capitão Renato Baptista nº 78-86. Imagem satélite de: <https://maps.google.pt/>.

Fig. 169 – Fotografia da fachada principal, autoria de FG + SG, cedida por João Appleton.

Fig. 170 a 175 – Fotografias da pré-existência, cedidas por João Appleton.

Fig. 176 a 182 – Desenhos da proposta, autoria de João Appleton e Isabel Domingues.

Fig. 183 a 185 – Fotografias de execução de obra, cedidas por João Appleton.

Fig. 186 a 194 – Fotografias pós-intervenção, autoria de FG + SG, cedidas por João Appleton.

# ANEXOS



## I. ENTREVISTAS

**“Intervenção em Edifícios Antigos de Cariz Corrente nos Centros Históricos de Portugal”****Entrevista nº 1**

(Arq. Tiago do Vale - Chalet das Três Esquinas: Braga)

**Enquadramento:**

A dissertação de Mestrado, que me encontro a realizar, tem como objetivo reconhecer os graus, os princípios e os métodos presentes nas práticas atuais de intervenção no Edifício Urbano Tradicional, em Portugal.

A obra realizada pelo arquiteto foi distinguida pelo prémio IHRU 2014, devido à intervenção realizada. É nesse sentido que se torna relevante o seu contributo para um maior conhecimento sobre os procedimentos, que recomenda como adequados.

**Questionário:****1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?**

**Arq. Tiago do Vale:** Não há um critério que seja absoluto, esse é o problema da reabilitação. É uma coisa mais do domínio da intuição do que da racionalidade, porque nem todos os edifícios têm o mesmo mérito nem o mesmo potencial para se adequar a uma nova função, que às vezes não é a função mais adequada ao edifício, mas é sim aquela que o cliente pede.

Portanto, a avaliação tem que ser caso a caso e às vezes, a vontade de preservar a originalidade do edifício entra em colisão com a necessidade de o alterar para adequar a novos usos. Às vezes até a própria desadequação do edifício, o facto de estarem devolutos, até mesmo ruinosos, etc., ou porque a sua própria originalidade já deixou de dar uma boa resposta às necessidades de quem o ocupa. Portanto, às vezes, temos que por em causa a originalidade para corrigir esses problemas, isto é, tanto os princípios como os valores e o grau de intervenção vão depender desse critério intuitivo e variável de edifício a edifício. Não há uma resposta absoluta.

**1.1. Qual considera ter sido o grau que define esta intervenção?**

Este edifício, por acaso, foi muito afortunado nesse aspeto, porque ele foi concebido para ser flexível. Ele era o anexo do palacete que está ao lado e tinha que conter aqui os aposentos dos empregados, os serviços (lavandaria, cozinha, arrumos) e, portanto, tinha uma planta que por si só, já tinha sido feita para poder ter muitos usos e uma grande flexibilidade. Por isso, foi muito fácil adaptar a este programa que é mais ou menos o programa original. Mas, é claro, que a intervenção foi profunda, não em termos de desenho, mas em termos da recuperação dos materiais e das técnicas construtivas, que já estava num estado de degradação substancial. Foi uma intervenção de RESTAURO, mas em termos de desenho não houve grandes alterações [a distribuição programática é semelhante], a única grande alteração foi a eliminação da parede da caixa de escadas para permitir que a luz atravessasse o edifício.

#### 1.2. Quais os valores identificados?

Nós, como arquitetos, temos uma formação que orienta um pouco no sentido de nos apresentarmos como criadores e isso, não é muito compatível com a arquitetura de reabilitação. Então, muitas vezes, quando tentamos fazer um gesto de autor que nos identifique na obra, 'esmagamos' as pré-existências, ou seja, aquilo que já lá está e que é muitas vezes o que mais importa. Na obra de reabilitação, o arquiteto deve pôr-se em segundo plano.

Esta discussão cruza-se sempre com a discussão da Reabilitação Urbana. Temos que fugir um pouco da ideia de criador, porque muitas das nossas cidades são bastante antigas. E os problemas que temos hoje, no Urbanismo, são problemas recentes realizados pelos arquitetos de 'autor', urbanistas de 'autor' e pelos técnicos de 'autor', todos cheios de orgulho no seu trabalho, mas foram eles que criaram os problemas no último século, portanto, não é um problema que vem dos centros históricos. Esta história da reabilitação não é uma novidade, realiza-se desde sempre. Tem-se feito com uma certa modéstia e com sentido de não rutura com o passado, que é o que acontece muito com a reabilitação contemporânea, onde existe uma rutura. Há uma história do edifício até à intervenção daquele arquiteto e essa linha é interrompida, não há continuidade, e portanto passa a ter uma nova história. No entanto, há também uma rutura com o futuro, isto porque há arquitetos que fazem a intervenção como se fosse a intervenção final, o que nunca poderá ser, visto que mais cedo ou mais tarde alguém vai voltar a intervir no edifício. E, portanto, é preciso cultivar um pouco essa cultura modesta de prestar um serviço a toda a sociedade e menos de colocar o autor num pedestal. Assim, permite fazer uma intervenção mais evolutiva na cidade em geral, no urbanismo em geral, mas nos edifícios em particular também.

Em relação aos princípios, isso no fundo, cruza-se com o que acabei de dizer: não criar ruturas

nem com o passado nem com o futuro; portanto a intervenção que fizemos tem que ser reversível (não criar ruturas com o futuro) e tem de manter os valores com mérito do edifício original.

**2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?**

**Arq. Tiago do Vale:** Todas as fases são importantes, a única garantia é que há sempre oportunidades de pôr o pé na poça em todas as fases e, portanto, a única maneira de garantir qualidade, é dar o máximo em todas. Na fase de desenho é desenhar obsessivamente todos os pormenores e estudá-los, estudar as técnicas construtivas do tempo, etc., depois, em obra, encontrar as pessoas que sejam capazes de as executar e depois, nós próprios sermos capazes de fiscalizar essa execução. É uma tarefa complicada, sobretudo porque são técnicas que já estão em desuso, já não são correntes e isso, as vezes, deixa muitas coisas no ar, tanto para quem desenha como para quem executa, há mais incógnitas, às vezes. Quando são técnicas conhecidas e correntes, é mais fácil garantir o resultado.

Realizou-se uma pesquisa histórica e física do edifício, mas, quanto a isso não há muito a dizer. É falar com as pessoas do bairro, ir aos arquivos e o próprio edifício também conta a sua história. Também viviam lá pessoas que foram igualmente importantes, para contar a história do edifício.

**3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?**

**Arq. Tiago do Vale:** Essa é a tal pergunta difícil, porque não há uma única resposta, é caso a caso. A primeira é a modéstia do arquiteto em relação à obra, não querer esmagá-la com um gesto, que o afirme a ele e deixar a obra afirmar-se a si mesma. Ter esse critério intuitivo de perceber/identificar aquilo que tem mérito e aquilo que pode ser adulterado ou manipulado para usar o edifício, para o adequar aos usos contemporâneos.

Depois, há a parte de perceber que a nossa intervenção não vai ser a única, nem deve ser a única, e ter a modéstia de perceber que a nossa intervenção pode nem sequer ser a melhor [risos], que é uma coisa que também falha muitas vezes. E depois, são aquelas coisas elementares, que às vezes escapam: que é ser genuíno, ser descomplexado. Às vezes vamos de extremo a extremo, fazemos intervenções que fazem uma limpeza total do edifício e manter a fachada, é uma operação, apenas, de imagem [há quem lhe chame de fachadismo], mas perde-se o documento da arquitetura. A arquitetura não é só fachada, são os usos, são as histórias do edifício, a distribuição programática, são as técnicas, é toda a cultura que está associada ao edifício. Portanto, quando se faz uma intervenção de fachadismo, está-se a fazer um Portugal dos Pequeninos (parque temático, não é genuíno). Depois, há o outro lado, o

reverso da medalha, que é a abordagem museológica, fazer o restauro estrito, cego das condições originais e depois no fim temos um edifício, que embora seja um belíssimo documento, não serve nenhum propósito, não pode ser ocupado, porque não foi adequado às necessidades contemporâneas. Portanto, é preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre estas duas posturas e esse ponto está sempre num sítio diferente, de edifício para edifício. Como eu tenho dito, a resposta nunca é a mesma (depende da pré-existência, do seu estado e do programa que se quer encaixar na pré-existência). As variáveis são imensas, não é fácil fazer uma teoria sobre a reabilitação por causa disso, é muito difícil racionalizar uma abordagem universal.

**4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?**

**Arq. Tiago do Vale:** Gostava de referir o Fernando Távora. Para mim teve sempre a postura certa na intervenção do património, porque era uma pessoa que se aproximava do património como um mestre-de-obras de antigamente: construía em diálogo com o que lá estava, não em rutura, em diálogo com os arquitetos que o precederam. Para além disso, e talvez o mais interessante, ele fazia-o com uma descontração total e não tinha sequer problemas em manipular o património, de acordo com as suas conveniências. E, às vezes, até tinha orgulho em mostrar “estão a ver como eu fiz este neogótico melhor que aquele”, tinha uma postura muito descomplexada, mas também de muito respeito e as intervenções dele seguem sempre a tradição daquilo que precede. Um exemplo é o Mosteiro de Refoios em Ponte de Lima, [adaptado para uma Escola Superior Agrária]. Ele construiu aquela ala, um pouco como um mestre-de-obras talvez tivesse construído essa ala, em continuidade e em diálogo com o ritmo e com o desenho da pré-existência. Não há rutura ali, é uma história que continua e quem quiser intervir depois do Távora pode.

Um exemplo de rutura com a preexistência é por exemplo o GNRation [antigo quartel da GNR de Braga] do Carvalho Araújo. Aí foi a interpretação dele, o mérito da obra. Ele entendeu-a como um objeto, sem grande passado, e tratou-o como uma peça só. Aí é uma obra de rutura. De facto, a história do edifício terminou. Se calhar já tinha terminado antes da intervenção e agora tem uma história nova. Esse é um exemplo de rutura.

**5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?**

**Arq. Tiago do Vale:** Há coisas boas e há coisas más. Há uma grande procura e isso é mau. Há uma certa abordagem muito comercial nos centros históricos, com muito capital, sobretudo,

estrangeiro. E essa procura obriga a intervenções às vezes rápidas, às vezes desqualificadas, o fachadismo, mas ao mesmo tempo também precisamos dessa celeridade e dessa facilidade. Houve um certo relaxamento legal, nas intervenções nos centros históricos, e isso, de facto, permite uma lavagem de cara do que está degradado. Mas, como sempre, onde há facilitismo e celeridade também há, às vezes, abuso desse sistema, com intervenções de menor qualidade. Mas, isso para ser franco, mesmo quando a legislação era mais apertada havia muito abuso de sistema. Portanto, também não podemos dizer que apertar a legislação ia resolver todos os problemas, porque há sempre forma de contornar as coisas. É sempre 'uma faca de dois gumes'.

**6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?**

**Arq. Tiago do Vale:** Não, não é. E isso é uma verdade quase universal. As universidades cultivam muito a cultura do arquiteto criador e a reabilitação é vista como uma disciplina secundária da arquitetura, porque não permite com tanta facilidade, exprimir todo o potencial do arquiteto criador. Para além disso, as escolas também cultivam muito mais, a cultura da ideia e a cultura do conceito, em vez da cultura da execução, que também é uma coisa muito importante na reabilitação. E em todas as escolas que eu conheço, pelos currículos, não há nenhuma que tem uma formação específica que permita a abordagem de edifícios que precisam ser reabilitados. A intervenção no património está fora da formação base e depois a cultura já está criada. Não é uma pós-graduação que depois vai modificar esta atitude.

E depois, há muitas dificuldades para um arquiteto, porque de repente está num vazio, digamos assim. Não tem um alicerce teórico, nem prática que lhe permita lidar com a mesma facilidade com a arquitetura de reabilitação, uma vez que está mais familiarizado com as técnicas contemporâneas e com o desenho de raiz. Depois, os desafios da reabilitação são extremamente específicos e torna-se um puzzle mais complicado de montar.

As cartas e as convenções são enquadradas na teoria da arquitetura e na história da arquitetura e não na prática da arquitetura. Esse é que é o problema, elas fazem sentido na prática e na teoria também. No entanto, a maior parte dessas cartas são questionáveis e muitas das vezes desadequadas também, já porque algumas delas são heranças do movimento moderno e a nossa realidade hoje é muito diferente da realidade que fundou e justificou o movimento moderno. São sempre fruto da mesma cultura e é uma cultura, que desde logo de raiz está orientada para outras coisas que não a reabilitação.

- Pretende que este questionário seja anonimo? SIM\_\_\_ NÃO X

**Muito obrigada pela sua colaboração,**

A discente Anita Alves Pimenta

Tlf. (+351) 96 78 678 95

Email: [anitaapimenta@gmail.com](mailto:anitaapimenta@gmail.com)

**Maio de 2015**

**“Intervenção em Edifícios Antigos de Cariz Corrente nos Centros Históricos de Portugal”****Entrevista nº 2**

(Arq. Inês Pimentel – Reabilitação de Habitação Unifamiliar do Início do séc. XX: Porto)

**Enquadramento:**

A dissertação de Mestrado, que me encontro a realizar, tem como objetivo reconhecer os graus, os princípios e os métodos presentes nas práticas atuais de intervenção no Edificado Urbano Tradicional, em Portugal.

A obra realizada pela arquiteta foi distinguida pelo prémio IHRU 2014, com uma Menção Honrosa na vertente de Reabilitação de Edifícios, devido à intervenção realizada. É nesse sentido que se torna relevante o seu contributo para um maior conhecimento sobre os procedimentos, que recomenda como adequados.

**Questionário:****1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?**

**Arq. Inês Pimentel:** A primeira coisa é perceber qual é o estado de degradação. É fazer um diagnóstico da pré-existência, perceber o que é que é possível manter e o que é que não é possível, e perceber também o que é que interessa manter. Muitas vezes as construções já estão intervencionadas, mesmo há muito tempo, e às vezes também há coisas do passado que estão em muito bom estado mas não são interessantes.

Eu não montei nenhuma teoria. Interessa-me preservar a autenticidade, ou interessou-me neste caso (não acho isso obrigatório). Interessou-me por uma razão, porque a pré-existência tinha qualidade para isso e tinha matéria, que me permitia ir buscar ou recriar o ambiente original e mesmo os princípios de construção originais, com muito restauro e pouca reprodução.

Valorizei as técnicas construtivas da altura, os materiais, todo o sistema construtivo. Muitos dos materiais eu não consegui reproduzir, mas fui procurar materiais que se fabricam hoje em dia e são exatamente do mesmo tipo. O mosaico hidráulico nos pavimentos, o azulejo de

pasta branca vidrada nas paredes, foram todos novos. A casa tinha mosaicos hidráulicos, mas estavam em mau estado. E não tinha em todos os sítios, porque as casas de banho que se fizeram no interior da casa ocuparam antigas alcovas com piso em soalho, não havia infraestruturas hidráulicas no miolo da construção, só havia nas traseiras. Portanto, nesses sítios utilizei mosaico, que é um material que se utilizava na casa, nas casas de banho e na cozinha originais. Escolhi um tipo de material que tipicamente se utilizava e que a casa já tinha.

#### 1.1. Qual considera ter sido o grau que define esta intervenção?

Esta intervenção tem muito restauro e o restauro é tratarmos as peças que lá temos, renovar as peças que lá estão. A intervenção tem reconstrução também. Depende das zonas. A casa estava muito degradada junto às fachadas e no seu miolo estava muito bem preservada, com exceção das argamassas, de rebocos e de tetos. Todas as madeiras estavam em excelente estado, por isso foram restauradas, inclusive pisos, estrutura e escada, é tudo restaurado. Já nas traseiras, a fachada ligeira, que fecha as varandas, foi completamente reconstruída, portanto nem sequer é uma reabilitação, é uma reconstrução integral. A fachada original era em tabique, no entanto, agora não foi feito um tabique idêntico, mas antes, uma parede ligeira contemporânea: a estrutura é em madeira, com prumos verticais cruzados com as vigas dos pisos; todos os vãos opacos são preenchidos com isolamento, e depois temos gesso cartonado por dentro, uma placa cimentícia por fora, com as juntas seladas, por isso impermeável, e depois o revestimento exterior. Por isso, nesta casa, há vários níveis de intervenção, conforme os elementos.

#### 2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?

**Arq. Inês Pimentel:** Nesta casa, nesta intervenção, foi feito tudo quase ao mesmo tempo. Isto foi uma intervenção feita muito rapidamente e projeto e obra foram feitos ao mesmo tempo, o que não é uma situação nem vulgar, nem habitual, nem desejável. Porque isso, dá-nos muito trabalho. Exigiu muito de mim, porque eu tinha que estar dia a dia a saber o que é que ia ser feito e a tomar decisões, de coisas que ainda não tinham sido desenhadas ou pensadas até a fase final. Costuma-se dizer que em reabilitação é bom ir fazendo as coisas, tomando decisões ao longo da obra, e eu tinha essa ideia, mas, sobretudo, depois desta experiência, discordo totalmente. Mesmo que haja surpresas, nós estamos sempre lá para adaptar a qualquer momento o projeto, mas é sempre melhor ter o projeto feito com todo o pormenor antes da obra começar. Portanto, aqui como foi tudo feito ao mesmo tempo, as coisas misturaram-se muito.

Agora o método passa sempre por: Diagnóstico; análise cuidada, atenta, desde os aspetos

mais gerais, aos pormenores construtivos, que foram todos levantados, todos desenhados, mesmo os caixilhos, que eu sabia que não ía poder aproveitar, porque estavam em péssimo estado e alguns já nem sequer existiam. Dos que existiam faltava uma grande parte das peças, mas mesmo esses eu medi-os e desenhei-os a todos, ou seja, documentei-os. Eu podia não o fazer e, às vezes, o tempo não dá para tudo e, se nós não vamos aproveitar, podemos não fazer esse levantamento, mas eu fiz e acho que foi muito importante. Fiz porque tenho interesse em conhecer os pormenores típicos da arquitetura daquela época e acho interessante ir formando uma base de dados. Mas também porque, quando começa a obra, os caixilhos que não são para aproveitar, são retirados na fase em que são feitas as demolições. Depois, quando estamos a desenhar os novos caixilhos, e neste caso, isso foi fundamental, o levantamento serve de referência direta, mesmo que o caixilho novo seja muito diferente. Neste caso houve uma transposição de medidas e proporções. Não do princípio de funcionamento, porque os caixilhos daquela época não tinham aro fixo: eram chumbados diretamente à orla em granito, e depois havia uma peça por fora que fazia de mata juntas. Os novos caixilhos são diferentes, têm aro fixo, mas essa peça tem um desenho diferente dos que eu já desenhei para qualquer outro sítio, porque simula o antigo mata-juntas, por fora tem um aspeto muito semelhante, apesar de agora ter um papel completamente diferente.

Depois, esta casa ainda tinha muito de original, e neste caso foi importante estudar as cores, o ambiente anterior (usava-se muita cor naquela altura, nas paredes, nos mosaicos) não só desta casa como de outras referências da mesma época. Para perceber o que é que era costume fazer-se, essa pesquisa foi muito importante. E foi feita em campo, a visitar obras. Não há muita documentação sobre isto portanto foi andar na rua a olhar para as fachadas antigas, olhar para os caixilhos, visitar outras casas. Essa pesquisa também é fundamental no comum método de trabalho, para se chegar a um bom resultado.

Depois, é desenhar tudo. Nestes casos podemos tipificar muitas coisas, porque as casas já eram muito tipificadas a nível de pormenorização, e o projeto também agora pode ser tipificado, mas tudo desenhado, que é a melhor forma de não sermos muito surpreendidos depois, em obra.

Na fase de execução, o acompanhamento foi permanente. Eu, neste caso, fiz a gestão da obra também, portanto, não fiz só o acompanhamento de obra como projetista, mas toda a gestão da obra. Subcontratei diretamente as pessoas que a executaram: o pedreiro, o trolha, o pintor, o carpinteiro, eu fiz de empreiteiro. E eram todas elas pessoas com quem já tinha trabalhado, por isso, não foi difícil, porque eu tinha uma equipa. Muitos construtores estão a

especializar-se em reabilitação e estão outra vez a aprender as técnicas. Por exemplo, o mosaico hidráulico é um material que não se aplica da mesma forma que um azulejo. É preciso ter algum cuidado porque ele mancha, é preciso protegê-lo, tapar a junta e limpar logo. Esta equipa que o aplicou nesta obra, já tinha aplicado mosaico hidráulico numa outra obra minha e, por acaso, nessa obra não correu assim tão bem, portanto, já tinham essa experiência. Aqui não existiu esse problema do desconhecimento das técnicas de construção e acho que cada vez menos vai existir.

Já tinha feito obra em outras pré-existências mas com esta dimensão, intervir na casa toda, no estado em que ela estava, ir tão a fundo, ir à estrutura e ir ao caixilho e à impermeabilização dos interiores, foi a primeira vez.

Eu já trago alguma bagagem, alguma reflexão sobre o assunto, eu sei que isso se faz, eu até sei que isso depois, até vende melhor. Não há muitos anos atrás, nas imobiliárias toda a gente dizia “olhe que se não tiver laje em betão as pessoas não compram, nem alugam”, portanto, isto é muito recente ainda. Se calhar, vai custar a mudar, mas nós como arquitetos também já temos um bocado essa sensibilidade, e sabemos que é uma pena que se perca. Não tenho nada contra isso, quando realmente o que lá está se encontra em muito mau estado, não se aproveita muito. Ali nós fomos surpreendidos, porque a casa parecia que estava em ruína. A Câmara chegou a dar um atestado de ruína e a mandar demolir. Também, ainda não percebi se isto é mito ou se é real, mas muita gente acredita que é mais barato fazer isso, demolir e construir de novo. Neste caso, o que foi reconstruído foi só o que não havia hipótese de recuperar.

Em reabilitação as coisas têm que ser vistas, caso a caso. Se nós temos uma laje ou um piso que é um sobrado, com vigas de madeira e o soalho cruzado, este soalho não é o revestimento é a estrutura, é o piso. Não podemos aplicar-lhe um tijolo em cima. Mas, se vamos fazer uma parede ao lado, que vem desde o piso térreo, da fundação, uma parede nova que é para rebocar, até pode ser em betão ou em tijolo, não vamos construir hoje em pedra, porque isso é impensável, é muito caro e se calhar, nem tem grande vantagem, porque há alvenarias resistentes e estruturais de blocos de betão ou de argila, com essa capacidade, que podem ser compatíveis, depende da situação.

### **3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?**

**Arq. Inês Pimentel:** Eu acho que é pena perdermos o conhecimento do nosso passado, da nossa cultura e da nossa tradição construtiva, por isso, eu acho que devemos preservar muita coisa. Mas antes de mais, devemos tentar fazer manutenção nas casas, habitá-las, tê-las habitadas e em bom estado sempre, não as deixar degradar. Isso agora, hoje, é muito fácil dizer, o património já está degradado, já é um bocado tarde, mas é uma recomendação. Daqui

para a frente, mesmo o que construímos hoje, é para ficar para o futuro. Portanto se mantivermos as casas habitadas e fizermos manutenção regular e não deixarmos as patologias aparecerem e estenderem-se, isso é uma boa prática.

Acho que devemos preservar muita coisa, mas também acho que é interessante pegarmos em alguns edifícios destes e virarmos tudo ao contrário. Acho que também pode haver intervenções interessantes, em que descascamos o edifício todo, pomos tudo em tosco, a pedra à vista, a madeira à vista, os caixilhos em ferro tão fino que desaparecem. Eu não sou contra esse tipo de intervenções. Acho é que as intervenções têm que ser coerentes, isso é uma coisa essencial. Do ponto de vista da arquitetura, acho que não podemos misturar duas atitudes diferentes. Temos que perceber o que estamos a fazer: uma coisa é uma obra que respeita o ambiente da época, os sistemas construtivos, ou seja, uma obra de acabamento fino (parede estanhada, ou com papel de parede, com as madeiras trabalhadas) ou se estamos a virar tudo ao contrário e pôr aqui os materiais em tosco. Às vezes, misturam-se as duas coisas e é delicado. Podemos ter as duas atitudes ou outras, mas sempre com a preocupação de que haja coerência na intervenção.

Eu não gosto de ser muito conservadora, por isso é que é muito difícil, porque também é interessante que possamos criar, pegar nas casas e inventar uma nova forma de as interpretar. Nós, para mantermos a memória e o conhecimento, não precisamos de ter tudo igual ao que era. Agora, o problema é como? Como é que se define aqui um critério? Isso eu não sei. Há dois níveis, uma coisa é o espaço privado e outra, é o espaço público. As fachadas fazem parte do espaço público e aí acho mais fácil legislar, mas, também aí eu não gosto de ser demasiado conservadora no discurso. Eu acho que devemos ter os caixilhos de madeira, tenho tido sempre o cuidado de desenhar o caixilho à medida e que seja inspirado ou baseado no caixilho original da época da construção, mas eu já vi caixilhos em ferro mais interessantes que de alguns caixilhos de madeira, por isso, eu acho que é mesmo muito difícil, definir. A qualidade do projeto de arquitetura é que é essencial. É importante, o caixilho ser bem desenhado, no entanto, isto é um bocado difícil de definir. Tem a ver com medidas, proporções, profundidade das várias peças, relação com a cantaria...

**4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?**

**Arq. Inês Pimentel:** Eu acho que o Siza é excelente em reabilitação e em tudo o que faz. E a casa que ele reabilitou em Matosinhos, que era a casa de família dele e hoje é a Casa da Arquitetura, foi uma referência direta para mim, neste projeto. Apesar de ser uma casa com um ambiente diferente, porque ele aqui não foi nada conservador, no sentido em que não manteve o tipo de rodapés e guarnições que a casa provavelmente poderia ter tido, porque

o próprio Siza já tinha feito um projeto de reabilitação para lá quando era muito novo, e aí alterou muita coisa e agora fez um restauro do seu próprio projeto. É um projeto em que ele trabalha com peças com remates de carpintaria mais secos, peças retas com arestas vivas, mas com um desenho muito bonito e que eu acho que encaixa perfeitamente naquela casa. Por exemplo, faz caixilhos novos onde mantém a guilhotina, mas não tem vidrinhos pequeninos (eu não sei se eles tinham ou não, mas provavelmente sim e ele não faz isso). Nas traseiras, as fachadas – que tanto aqui no Porto como em Matosinhos seriam semelhantes, normalmente aquela varanda toda fechada, tipo marquise, com a janela contínua - às vezes tinham portas, e outras vezes, não. E nesta casa, ele faz um desenho com janelas de guilhotina, em que integra a porta de forma completamente diferente daquela que se fazia na época. Eu estudei na minha pesquisa muitas fachadas de tardo, e quase invariavelmente as janelas são de guilhotina e as portas, quando existem, têm bandeira e duas folhas. A bandeira da porta nunca está alinhada com a folha superior da guilhotina. Em Matosinhos, o Siza faz uma bandeira com o mesmo alinhamento da guilhotina da janela, e uma porta mais baixa. Esta porta acaba por ter dois metros de altura quando elas normalmente tinham 2.40, e ele encaixa a porta neste desenho. O desenho da fachada das traseiras que eu fiz para a rua da alegria tem exatamente este princípio. Eu desenhei imensas hipóteses para esta fachada e dei muitas “voltas”, porque aqui não parecia haver ordem e eu não conseguia desenhar isso hoje, porque a fachada já não estava lá. A fachada das traseiras de Matosinhos foi, neste caso, uma referência direta. Eu acho que o Siza, mesmo no Chiado, no museu do Moinho em Leiria, é muito bom. Depois, outra referência direta para a casa é a intervenção do Souto de Moura em Bragança, no Museu Graça Morais. O museu tem o edifício novo, mas também tem uma parte de recuperação de um antigo palacete e ele usa um soalho de pinho ou riga amarelado e pinta as carpintarias de amarelo também. Foi outra referência direta para este edifício.

##### **5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?**

**Arq. Inês Pimentel:** Eu não me sinto habilitada para falar assim do património português. Não estou assim tão bem informada. Relativamente ao Porto, por exemplo, acho que se está a fazer muita coisa e coisas muito bem feitas, mas há muitas que não são bem feitas. E eu não sei se vão durar muito, a nível sobretudo, de qualidade de construção. Há muitas casas que estão a ser transformadas em edifícios de apartamentos e as intervenções são muito “light”, muito mínimas, e eu percebo isso. Quando estamos a falar de casas apalaçadas e em muito bom estado não se quer tocar nos tetos, porque são todos trabalhados, e não se quer tocar nos pisos, porque também estão em ótimo estado, mas, ao fazer isso, não se faz qualquer isolamento, por exemplo, térmico ou acústico entre dois espaços, que no passado pertenceram à mesma casa e agora vão pertencer a casas diferentes. Talvez a vocação destas casas, em tão bom estado, não seja transformarem-se em edifícios de habitação coletiva...

Em obras em que a intervenção é mais profunda, eu acho que também se está a fazer, muitas vezes, a substituição dos tetos (que é o que mais frequentemente se substitui porque são os elementos mais frágeis, uma vez que são argamassas) sem ter o cuidado de se isolar e eu não sei se isso, a nível de futuro, poderá trazer conforto a quem habita. Depois, as pessoas não conseguem lá viver muito tempo, entram e saem e portanto, não sei se isso são intervenções com futuro.

Depois, há outra questão, que é a da qualidade arquitetónica. A mim, confesso que me aborrece ver estas casas que eram tão ricas a nível de expressão das cores e até das texturas que tinham, a serem completamente pintadas de branco. Que eu não acho mal, mas de repente, se ficasse tudo assim, eu acho que estávamos a perder uma parte da nossa identidade, e isso acontece muito.

Um outro caso é por exemplo aqui as Cardosas, o interior do quarteirão não tem carácter nenhum: Nem é um espaço de estar, nem é um espaço funcional, não tem coerência de linguagem. Os interiores dos edifícios não conheço, mas a nível da fachada, por exemplo, acho que os caixilhos têm um ar muito plástico e artificial. O embasamento é feito de placagem de granito, que se percebe que é placagem (ao lado das cantarias verifica-se que não está ao mesmo nível, tem um ar superficial), portanto, por fora já se perdeu muito. E, depois, eu também não conheço, porque nunca entrei, mas disseram-me que se associam vários lotes. A cidade é composta por lotes estreitos, cada um tem as janelas à sua altura, e fazem apartamentos que apanham vários lotes, com o piso ao mesmo nível, e a janela fica onde ficar - isso não respeita de todo a identidade do lugar. Apesar de eu achar que se podem associar lotes, porque, se calhar, hoje tem que se dar um novo sentido aos edifícios e tem que se dar resposta às necessidades das pessoas. O Porto, por exemplo, é uma cidade feita muito de habitação unifamiliar, cada família tinha a sua casa, e hoje muito pouca gente pode ter casas do tamanho da maior parte das casas do Porto. Portanto, é mais viável economicamente, termos a casa coletiva. Eu não acho mal, agora, essa associação de lotes tem que ser feita com critério, não se pode rasgar aquelas paredes medianeiras todas. Podem-se criar aberturas pontuais, autonomizar os espaços, não juntar a fachada deste prédio com a fachada daquele, mesmo quando não funcionam bem em conjunto, por exemplo.

**6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?**

**Arq. Inês Pimentel:** Não, eu própria não conheço. Eu na Faculdade não tive nenhum trabalho

de reabilitação. O único contacto com este tipo de trabalho, igual ao que agora me encontro a fazer, foi a cadeira de construção, no segundo ano, em que estivemos o ano todo a estudar a casa do Porto, com o Joaquim Teixeira. Mas, foi realmente a única cadeira em que estudamos o edifício antigo com alguma profundidade. Em termos de trabalho de projeto, não tivemos nenhuma sobre este tema. Mas eu também não estive cá no quinto ano e portanto, também não tenho a certeza se nessa altura existiu alguma cadeira de Restauro ou Património, mas acho que não, que era Urbanismo. Eu estive em Itália, em Erasmus, durante esse ano e aí tive uma cadeira de Restauro. Era muito teórica e como não dominava a língua, acabei por não perceber muito bem. Havia um projeto, mas era muito pouco aprofundado e também acho que restauro é muito diferente de reabilitação, tinha mais a ver com técnicas de restauro. É bom termos noção das técnicas que existem, mas nós somos projetistas. De qualquer forma, isto tudo está nas mãos de muita gente: dos promotores que têm o dinheiro para fazer coisas ou para si, ou como negócio; está nas mãos das Câmaras; dos legisladores; está nas mãos de muita gente, também acho que deve estar na dos arquitetos.

Para responder à pergunta, assim, mais diretamente, acho que a formação que eu tive não é vocacionada para a reabilitação, e deveria existir essa componente, a nível não só da teoria como do projeto. Nós gerimos o nosso tempo como queremos, mas no escritório estamos sobretudo a dar resposta aos problemas e, às vezes, não conseguimos parar para ir refletir e ir ler. A ligação à teoria num escritório torna-se difícil, quando não temos ligação nenhuma ao mundo académico, que é agora o meu caso. Estamos muito focados no desenho e na produção, e depois isto vai um bocado da sensibilidade que temos ou que vamos ganhando, que eu também acho que é essencial. Confesso que eu não me tenho apoiado muito na teoria, mas acho que é importante.

- Pretende que este questionário seja anonimo? SIM\_\_\_ NÃO X

**Muito obrigada pela sua colaboração,**

A discente Anita Alves Pimenta

Tlf. (+351) 96 78 678 95

Email: [anitaapimenta@gmail.com](mailto:anitaapimenta@gmail.com)

**Mai de 2015**

**“Intervenção em Edifícios Antigos de Cariz Corrente nos Centros Históricos de Portugal”****Entrevista nº 3**

(Arq. Paulo Moreira – Casinha 79-81: Porto)

**Enquadramento:**

A dissertação de Mestrado, que me encontro a realizar, tem como objetivo reconhecer os graus, os princípios e os métodos presentes nas práticas atuais de intervenção no Edifício Urbano Tradicional, em Portugal.

A obra realizada pelo arquiteto foi distinguida pelo prémio IHRU 2014, devido à intervenção realizada. É nesse sentido que se torna relevante o seu contributo para um maior conhecimento sobre os procedimentos, que recomenda como adequados.

**Questionário:****1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?**

**Arq. Paulo Moreira:** O princípio foi respeitar as características originais da casa. O caráter, a autenticidade... É uma coisa que me custa ver, aqui no Porto: acho muito bem que se esteja a reabilitar a cidade, porque precisa, após algumas décadas de abandono e esquecimento do centro da cidade. Agora, finalmente, estamos a viver aqui um período de novo investimento e mais atenção dada a estes edifícios antigos. No entanto, muitas dessas reabilitações são feitas sem ter em conta o caráter original das casas, que é o que lhe dá interesse acrescido. Muitas das reabilitações que se fazem... entra-se num desses edifícios e podíamos estar num sítio qualquer, genérico. Aqui, o objetivo é, realmente, valorizar a construção original da casa. Isto é feito através da subtração dos elementos que estavam a mais, que não eram originais, como os tetos falsos e a rampa colada aos degraus na parte inferior da escadaria, por exemplo. Deixa-se transparecer a estrutura e retira-se o reboco excedente nas paredes. Desta forma, passamos a ver algumas imperfeições, por exemplo como os degraus eram seguros à parede. Por que não deixar essas coisas visíveis? É interessante perceber como é que a casa é construída... Deixar que a casa volte a ser como originalmente. Mostram-se as técnicas que foram sendo tapadas, com várias intervenções que se foram sobrepondo. O grau de intervenção tem a ver, realmente, com a ideia de fazer o mínimo indispensável. Por isso é

que, por exemplo na escadaria, alguns degraus são originais, outros são novos. Estes têm, claramente, uma madeira diferente. Vemos o que é novo e o que não é: o soalho é novo, porque estava em muito mau estado. Foi uma intervenção que procurou aproveitar ao máximo a estrutura e os materiais existentes. Mesmo os barrotes dos quartos, alguns são novos e outros não. Vemos que os novos têm uma secção mais quadrada. Portanto, houve uma preocupação em diferenciar o que foi adicionado. Por exemplo, nesta fotografia do teto do quarto, vê-se muito bem quais são os barrotes antigos e os que são novos. É uma coisa muito pragmática, se hoje em dia os barrotes têm secção retangular, então são aplicados esses mesmos. Os antigos são paus rolados. Resumindo, o objetivo foi chegar à essência do edifício. Portanto. Talvez um dia mais tarde se possa acrescentar mais coisas.

Relativamente ao grau, não sei se os especialistas da reabilitação têm nomes para as várias 'coisas'. Eu não me considero um especialista de reabilitação, ou pelo menos, com conhecimento teórico. Considero esta intervenção como uma reabilitação, mas também gosto da palavra recuperação, porque uma recuperação é quase como quando se está doente e se recupera... gosto deste sentimento de que a casa também estava doente e recuperou, voltou a ter os seus sinais vitais, o seu estado de saúde original. Acho que foi uma intervenção entre a recuperação e a reabilitação, prefiro essa terminologia à renovação, porque uma renovação é fazer de novo.

Como disse antes, foi claramente uma obra de subtração. Por exemplo, nas casas de banho, que já existiam naquele ponto, rebocaram-se as paredes com cimento queimado sobre a pedra. A única coisa que se fez foi criar estes nichos, ou seja, recortar e retirar um pouco de matéria, para criar estes nichos com funções específicas. Aqui há uma clara reciprocidade entre os objetos e a arquitetura, estes espaços vazios só fazem sentido quando têm um uso. Mais uma vez, reforço esta ideia de retirar matéria em vez de ter a obra pronta e começar a introduzir coisas, prateleiras, por exemplo... aqui não: quando se completa a retirada da matéria a casa está pronta. Foi uma obra de subtração.

**2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?**

**Arq. Paulo Moreira:** A metodologia foi o acompanhamento da obra. A obra foi sendo feita, não houve um projeto à partida. Tenho noção que este não é o processo normal. Numa primeira fase, retirou-se tudo o que estava a mais: os entulhos, os tetos falsos, que se encontravam a cair, os soalhos podres e aí já se começou a perceber o que iria ser preciso fazer. Isso é muito importante para pedir orçamentos, porque é diferente pedirmos um orçamento tendo em conta a substituição de todos os elementos estruturais, ou apenas alguns. Seguidamente, fez-se o telhado, para deixar a obra fechada, para não entrar chuva,

etc. Fez-se o telhado seguindo a forma existente: por exemplo, só quando se retirou o teto falso é que se encontraram estas ripas, só aí é que se decidiu deixar assim. Foi realmente um processo de descoberta (faseada, até porque eu não me encontrava cá no Porto, estava em Londres). Na altura, estava a começar o doutoramento e tinha comprado a casinha e íamos fazendo isto por fases. Primeiro o telhado, pedia orçamento e avançava; feito o telhado, vinha cá e decidíamos fazer os soalhos, depois as casas de banho, cozinha e, no final, o rés-do-chão. Ou seja, foi uma obra faseada, às vezes entre uma fase e outra passavam alguns meses. Isto que eu vou dizer não é muito comum: havia desenhos de obra mas, na verdade, não ouve assim um projeto. Acho que só fiz o levantamento no fim da obra [risos]. Esta é uma obra com características muito diferentes, é uma casa que tem, apenas 19m<sup>2</sup> por piso e há aqui coisas que não se desenham, mas que interessava explorar, como as texturas da pedra, o encontro da madeira com a pedra irregular, por exemplo. O que se passou foi que, quando eu estava em Londres, tinha um amigo que ia passando pela obra, em algumas das fases. Ele mandava-me fotografias e eu comentava essas imagens, dava indicações, desenhava e marcava com setas a dizer o que pretendia. De facto, em algumas fases foi um acompanhamento à distância. Depois, vinha cá e falava com o construtor responsável pela obra, decidíamos exatamente o que íamos fazer e, depois eu não tinha que estar ali durante essas fases específicas, que eram trabalhos pequenos. Depois voltei a estar mais presente, no final. Trouxe estes lavatórios de Bali, de uma viagem que tinha feito e o suporte teve que ser feito à medida, uma peça desenhada ao pormenor.

Relativamente à história do edifício, descobri nas Águas do Porto o processo original da casa, há desenhos e memórias descritivas de 1936, porque naquele ano a Câmara Municipal do Porto obrigou os proprietários dos prédios a fazerem obras de saneamento. Existem muitos processos desse ano arquivados nas Águas [do Porto]. Fotocopiei isto tudo, porque achei interessante.

Não realizei plano de manutenção, após a execução da obra, porque eu vivi aqui e como a casa era para mim não era necessário. Fui vivendo a casa e percebendo algumas coisas que se têm que ir adaptando. Por exemplo, criei na fachada no rés-do-chão, uma nova grelha para haver ventilação. Isto porque ao começar a usar o atelier (eu trabalhava no piso de baixo), percebi que era um problema o rés-do-chão não ter ventilação.

Ainda não falei nesta situação, mas seguindo esta ideia de redescobrir a essência da casa, ao retirar as paredes falsas foram descobertas antigas ligações com as casas vizinhas, que também quis deixar visível através de um plano liso, que se destaca em relação à aparência irregular da pedra. Foi esse ponto até que, mais tarde, deu a ideia para a criação dos nichos. Interessa-me esta ideia de interagir, de escavar a pedra para criar comunicações.

**3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?**

**Arq. Paulo Moreira:** Acho que devemos falar de respeito ou cuidado em relação ao edifício. Noto que isso nem sempre é tido em conta, muitas intervenções feitas aqui no centro do Porto são vistas quase como uma ‘tabula rasa’. Há quem veja as casas aqui como lotes livres no centro da cidade consolidada. Acho que é muito mais interessante pensar que estas são casas e tipologias com história e com interesse, que vale apenas reabilitar. Ouve-se muito esta ideia (falsa), de que ‘temos que adaptar essas tipologias antigas aos tempos atuais’, como se essas tipologias não estivessem já adaptadas ao modo de vida atual. Esta aqui provado que é possível viver numa casa pequena. Muitos dos investidores que andam por aí teriam comprado a casa ao lado e ligado as duas para ter mais espaço. É isso que está a acontecer muito aqui no centro do Porto. Começam a ligar umas casas às outras e perde-se a estrutura dos lotes, com as suas características originais, normalmente estreitos e compridos. As diretrizes orientadoras são: respeitar e ter cuidado com o que se encontra.

**4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?**

**Arq. Paulo Moreira:** Há alguns bons exemplos de reabilitação que estão a ser feitos cá, falando de Portugal. Achei interessante o grupo de casos que estás a estudar, porque, realmente, nota-se que há aqui uma geração mais recente, que começou a trabalhar há relativamente poucos anos, que eu vejo como bons exemplos no modo cuidado como trabalham sobre a reabilitação. Conheço a Inês Pimentel, a Cristina Campilho e a Marta Campos, devido a alguns projetos que têm feito. Em Lisboa, acho que há bons projetos. O José Adrião, que é mais velho, tem feito boas obras e já o vi em conferências. Acho que é interessante, porque também tem uma visão contemporânea. Isso também me interessa, não estar só a exacerbar a questão da história do edifício, porque, no fundo, olhamos e vemos que isto tem um ar contemporâneo, seja por pintar tudo de branco, seja por algum tipo de intervenção mais pontual, por exemplo, as casas de banho e a cozinha. Então, acho que é interessante desse ponto de vista, porque respeita o caráter da obra existente, mas dá-lhe um caráter mais atual, mais interessante. Na Rua dos Fanqueiros e aquela outra casa que foi finalista dos prémios FAD do ano passado, na Mouraria. É uma casa num largo que é muito interessante. As Artéria também têm um trabalho muito interessante em Lisboa, também vale apenas ver, não só do ponto de vista da arquitetura, mas pelo próprio papel que assumem: elas promovem, envolvem-se no processo de angariação de fundos, de financiamentos, trabalham com associações... O trabalho delas é também uma ação social, que eu acho interessante como modelo. No meu caso, também acabo por ser o próprio promotor: esta casa é minha, as duas ao lado também são da família e, portanto, acredito que através da pequena escala privada, familiar etc., podem fazer-se coisas interessantes em reabilitação,

em vez de achar que os promotores imobiliários é que têm um papel na reabilitação da cidade, com grandes projetos.

**5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?**

**Arq. Paulo Moreira:** Em relação ao Porto Vivo, acho que aquilo [Cardosas] é um projeto péssimo, estragou um pedaço de cidade consolidado e interessante, precisamente porque começaram a ligar uns blocos aos outros, achando que as tipologias existentes não se enquadravam no mercado. Discordo desta linguagem de mercado, de fazer coisas para vender. Acho que o Porto Vivo não devia ter o papel de promotor imobiliário, mas infelizmente é esse o papel que está a ter. O próprio projeto do Hotel das Cardosas é horrível, é só uma fachada voltada para a praça e depois para trás faz-se ali uma coisa que não tem nada a ver.

**6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?**

**Arq. Paulo Moreira:** Falando da minha experiência, quando eu estudei (terminei o curso há 10 anos), não se falava muito em reabilitação. Como projeto, havia algumas disciplinas de construção, por exemplo, no segundo ano nós estudámos a casa do Porto, com o professor Joaquim Teixeira. Mas é uma disciplina de segundo ano e fica um bocadinho por aí e o contacto com reabilitação e edifícios antigos. O programa de faculdade está muito orientado para a nova construção, no seguimento da cultura modernista e da arquitetura de autor. Acho que desde aí para cá, a situação na profissão mudou, porque a construção nova parou ou reduziu muito.

Hoje em dia, é muito importante dar muito mais atenção à reabilitação, é um campo de trabalho que, ao contrário da construção nova, está em crescimento. Acho que cada vez mais os arquitetos deviam estar mais preparados para trabalhar em reabilitação, mas com algum sentido de responsabilidade e vontade de coisas interessantes. Estes exemplos podem ser também falados nas faculdades, é muito importante abrir o ensino a este campo da prática de projeto. Quando tirei o curso, havia a ideia que o arquiteto começa por fazer reabilitação, mas o objetivo é sempre fazer novas construções – quantos mais museus e bibliotecas, melhor. Mas acho que é também interessante pensar que o arquiteto pode ter um papel na recuperação da cidade, através da reabilitação, de devolver qualidade ao edificado. Se isso acontecer – e vai acontecendo, mesmo à pequena escala – nos próximos anos vai acabar por ter um impacto positivo na própria regeneração da cidade. Com este projeto da casinha

interessava-me não me cingir a uma intervenção pontual e encerrada, mas ver isto, também, como uma oportunidade para alastrar, para que a intervenção pudesse desencadear um processo mais amplo, e estender-se aos edifícios vizinhos.

Reparei que muitas das pessoas que vivem nesta rua estão aqui há muitas décadas. Se calhar, estavam à espera de algum tipo de incentivo para fazerem uma intervenção pensada há anos atrás: reparar o telhado, pintar as fachadas, fazer alguma obra de interior, remodelar as casas de banho, a cozinha... E é engraçado, que fazendo uma comparação entre o antes e o depois da obra, vemos que, desde que a casinha foi feita, já houve várias pequenas intervenções... Não digo que tenha sido por nossa causa, mas há aqui uma irradiação... A intervenção já atravessou a rua e continua por aí fora. Isso é uma coisa importante, que me interessa e me satisfaz, acho mesmo que o arquiteto pode ter um papel importante no modo como a cidade se vai desenvolvendo. Na verdade, poder participar em conversas como esta é muito importante, porque vamos partilhando ideias... Acho que o prémio [IHRU] acaba por dar visibilidade a este tipo de estratégia de intervenção. E, agora, com o premio FAD, também... Não era muito comum ver obras de reabilitação como finalistas de prémios de arquitetura. Até foi um *statement* importante do júri, dizer que a reabilitação também está presente no debate da arquitetura atual e, portanto, é um incentivo para continuar a trabalhar desta forma.

Penso muito nisto... Acho que a experiência que tenho tido no trabalho de investigação que eu estou a desenvolver, que é um estudo em Angola sobre o bairro da Chicala (um bairro de autoconstrução), acaba por ser importante para me informar, sobre como a cidade é feita. Eu acho que as obras que tenho feito aqui têm alguma coisa a ver com aquilo que vou aprendendo sobre o modo como a cidade é feita. Por exemplo, esses bairros de Luanda são contextos completamente diferentes, mas é interessante perceber que este também já foi assim. Há muitos anos, certamente, aqui também não havia infraestruturas (saneamento, eletricidade), e foi possível acomodá-las sem ter que demolir tudo. Hoje em dia é Património da Humanidade, mas há aqui uma origem de autoconstrução, de construção evolutiva, onde o último piso já é posterior, por exemplo. São coisas que, apesar de tudo, são comuns, mesmo em contextos completamente diferentes. Tem a ver com o ser humano. Gosto de pensar assim. Também esta coexistência de funções, do comércio à habitação, esta ideia de viver e trabalhar em casa, ter o comércio ligado à rua e a habitação por cima... Era assim a casinha... Isso tem mais a ver com a ideia tradicional de cidade do que a ideia mais modernista de habitação fechada, zonas de serviço, zonas de lazer... Hoje em dia, dado o momento que a sociedade atravessa, acho que é muito mais pertinente pensar sobre outro modo de fazer cidade, que tem a ver com essa coexistência e com esta forma como as casas foram sendo feitas, como o centro histórico se foi consolidando e como é que se pode intervir hoje em dia para trazer novos usos, pois não podemos estar a refazer a cidade como era há séculos atrás.

De qualquer modo, pode haver uma adaptação mais integrada e mais interessante desta arquitetura com o caminho que a sociedade vai trilhando. Por exemplo, acho que não nos convém fechar os olhos e dizer não ao turismo: ele existe e é importante. Agora, devemos é pensar como é que ele pode coexistir, também, com quem cá vive, que é o que eu tenho feito aqui. Tenho esta ideia de viver na baixa, obviamente que me dizem 'ah, mas não tens garagem para estacionar o carro', sim... mas, tem outras vantagens, temos é que nos adaptar, porque há muitíssimas outras vantagens em viver no centro e não precisar de carro, até porque a rede de transportes públicos funciona. Além disso, há garagens para deixar o carro. É possível.

Em relação à teoria, acho que é importante. No entanto, na verdade fiz estes trabalhos em part-time, porque o meu doutoramento é o meu trabalho principal. Mas obviamente que também me interessa a prática de projeto, por isso é que fui começando a fazer estas intervenções. Acho importante os arquitetos adquirirem conhecimento para poderem intervir. Neste caso, tenho conciliado o estudo com projetos práticos, e tenho aprendido muito com isso. Gosto de acompanhar a obra, estar com o construtor e pessoas da área, carpinteiros, todos estes artistas que fazem reabilitação há anos e anos... é assim que também vou aprendendo.

Foi uma dificuldade encontrar pessoas capazes de executar? Foi. Nós pedíamos sempre vários orçamentos, o que eu percebi é que muitos deles não sabem fazer reabilitação. Está a acontecer agora uma coisa que é: os construtores que deixaram de construir obra nova, agora viraram-se para a reabilitação, porque ouviram dizer que é onde há trabalho. Nota-se que não têm qualquer tipo de atenção, a ideia deles era entrar aqui e deitar tudo a baixo e fazer de novo. Esses que vinham aqui dar orçamento e falavam dessa maneira eu dizia logo NÃO! Não, porque são casas que têm que ter outro tipo de cuidados. Criou-se aqui uma relação com o construtor que foi muito importante para a casa ser como é.

- Pretende que este questionário seja anónimo? SIM \_\_\_ NÃO X

**Muito obrigada pela sua colaboração,**

A discente Anita Alves Pimenta

Tlf. (+351) 96 78 678 95

Email: [anitaapimenta@gmail.com](mailto:anitaapimenta@gmail.com)

**Maio de 2015**

**“Intervenção em Edifícios Antigos de Cariz Corrente nos Centros Históricos de Portugal”****Entrevista nº 4**

(Arq. Cristina Campilho – Casa/Atelier Rua do Almada: Porto)

**Enquadramento:**

A dissertação de Mestrado, que me encontro a realizar, tem como objetivo reconhecer os graus, os princípios e os métodos presentes nas práticas atuais de intervenção no Edifício Urbano Tradicional, em Portugal.

A obra realizada pelo arquiteto foi distinguida pelo prémio João de Almada 2014, devido à intervenção realizada. É nesse sentido que se torna relevante o seu contributo para um maior conhecimento sobre os procedimentos, que recomenda como adequados.

**Questionário:****1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?**

**Arq. Cristina Campilho:** Os valores têm a ver com o valor da autenticidade. Basicamente, quando eu pego num edifício, tento ver quais são as características originais e autênticas, é isso que eu retenho aqui da obra e reconhecer as características estruturais e de organização espacial do edifício. Valor de uso, neste caso, habitação. Claro, que há casos que não dá, se o cliente pede uma Guest House num edifício que foi uma habitação, mas aqui nós, realmente, sublinhamos o valor de habitação e mantivemos o uso.

Relativamente ao grau, basicamente, houve vários tipos de intervenção. Houve a intervenção de restauro, nas caixilharias, nos soalhos na caixa de estadas. Na zona da conduta técnica que distribui as infraestruturas todas, aí, já lhe chamaria uma construção nova, ou seja, uma adição e, depois, na zona das traseiras aí, sim, foi uma construção nova. Mas, basicamente, no sentido lato é uma reabilitação e a reabilitação tem vários tipos de componentes.

Em termos de princípios, a reversibilidade esteve presente, as alcovas onde passa a conduta técnica, a qualquer momento uma pessoa pode demolir as infraestruturas todas e se retirarmos as paredes de gesso cartonado voltamos a ter a alcova original, portanto, no

sentido da reversibilidade, podemos, a qualquer momento, voltar à estrutura original da casa, porque não a estragamos, não a deterioramos, não houve alterações significativas. Apenas no piso superior, que estava em muito mau estado de degradação, houve uma exceção com a demolição de um tabique, ali houve uma questão de uso que se sobrepôs a uma questão da pré-existência.

**2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?**

**Arq. Cristina Campilho:** Inicialmente, tem que se fazer um levantamento bastante exaustivo para ver, realmente, que partes do edifício estão íntegras. Verificar o que vai dar para manter e o que não vai dar... um levantamento exaustivo da pré-existência. Basicamente, esta é a primeira fase, inspeção e diagnóstico das infraestruturas.

É importante referir, que nesta fase, contei com o apoio do NECREP (Consultoria em Reabilitação do Edificado e Património, Lda.), que fizeram o levantamento estrutural da casa. Houve essa necessidade de recorrer a esta equipa externa, porque assim o levantamento é completo a nível estrutural, para ver se a casa se encontrava em boas condições estruturais, foi fundamental o apoio dessa equipa, para ver que partes da casa era preciso reforçar para se adequar aos novos usos. Relativamente aos reforços, foram realizados alguns com entalhes de madeira e depois, outros com cantoneiras metálicas, variava. Foram substituídas algumas vigas de madeira, existiram vários tipos de reforço, todos com ferro e madeira, nada de betão. Depois, realizei também o levantamento dos desenhos do mosaico hidráulico, caso fosse preciso substituir, o que acabou por nem ser necessário.

O acompanhamento de obra e a fiscalização foi realizado por mim, estava diariamente na obra, a fiscalizar que produtos é que entravam, se estavam conforme o caderno de encargos e se as medições estavam feitas nas quantidades corretas.

Relativamente à execução, contratei uma empresa de construção civil, que se dizia especialista em reabilitar edifícios. Mas, o que, realmente, o que vim a constatar foi que eles estavam habituados a fazer era construção nova e não tinham mínima sensibilidade para nenhum tipo destas questões. Apesar de quererem e fazerem acreditar que têm, porque agora a reabilitação é o que está a dar, acabai por ter que levar com uma empresa dessas, que dizia que era especializada e foi um 'barrete'. Houve um atraso muito grande na obra, porque queriam fazer coisas que não estavam preparados pela elas, mas o que vale é que eu tinha tudo muito bem delineado e não havia maneira de fugir, porque era isto que eu queria, era eu que fiscalizava e não havia maneira de fugir ao pretendido.

Em termos de projeto foi tudo desenhado, mesmo os caixilhos que foram substituídos, fiquei

com o seu levantamento, se bem que em termos de pormenores de caixilharia, há um protótipo da Gercima, que tem sempre os mesmo perfis de madeira, tanto para as janelas de duas folhas, como para as janelas de guilhotina e aí o tivemos que fazer foi uma adaptação. Tínhamos um perfil padrão, em que adaptamos molduras antigas, fizemos um mix. Em termos acústicos e térmicos é diferente da original, nunca dá para ser igual, por exemplo, as de guilhotina não dá para uma pessoa ter perfis dos tafifes tão delgados numa janela com conforto térmico e acústico, porque vamos pôr vidro duplo e a estrutura vai ficar muito mais grossa, o desenho não dá para ser igual. Mas, quando se quer, realmente, manter uma janela, o caso das janelas típicas Almadinas, do segundo piso, que tem este arco, eu tive que manter aquelas janelas, é um vidro antigo de bolha e que já não se encontra em vidraceiros, por isso, mantivemos as janelas originais e íntegras e construímos atrás uma janela com conforto térmico e acústico. Valorizei as caixilharias originais, a porta de entrada também é original.

### **3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?**

**Arq. Cristina Campilho:** Eu sigo muito as cartas das recomendações internacionais, por exemplo, a carta de Cracóvia 2000, mesmo a carta de Veneza, que se torna um marco em que, depois, houve acrescentos, a carta Japonesa de Nara sobre a autenticidade da construção, é o que vale, é o processo construtivo, até ao processo final. O austríaco *Alois Riegl* identifica os valores, tudo isso que, no fundo, vão ser linhas orientadoras, esta casa estava cheia de valores intrínsecos.

O valor histórico é inegável, uma vez que estamos aqui num primeiro plano de intervenção Almadino, esta rua foi rasgada pelo João de Almada, exatamente, para fazer a relação da Praça da República, que era um lugar onde havia aqui um quartel militar, em que havia um traçado iluminista rápido e eficiente para chegar às muralhas, ao coração da antiga cidade, para pôr ordem. Existia aqui um batalhão. Eu fiz um mestrado acerca desta casa, portanto, eu fiz o levantamento histórico todo da casa. Uma das coisas que eu, também, tentei perceber foi as fases de construção da casa, ao longo dos anos, esta casa sofreu alterações, houve um período em que foi construído aquele recuado que é o sótão, por isso, teve várias fases de construção, depois, posteriormente foi construído aquele volume em betão nos anos 30, pela necessidade de novos usos dentro da casa. Por isso, houve uma necessidade de entender como a casa foi construída ao longo dos séculos, a que fases estes volumes corresponderiam da cidade.

Em termos histórico-construtivos, esta casa também é muito interessante, porque isto acaba por ser uma rua em que foi aqui trabalhada a pré-fabricação. Estas cantarias, por exemplo, têm todas o mesmo desenho. O desenho das cantarias para a porta, para a padieira, para as varandas, para os lintéis são métodos construtivos pré-fabricados, os balaustres das escadas

são iguais nas casas todas aqui da rua.

**4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?**

**Arq. Cristina Campilhos:** Eu tenho imensas referências de construção, mas agora, assim especificamente para esta casa, gosto da obra e do respeito que, normalmente, o Siza tem e o souto de Moura. Assim, em termos de referência específica para esta casa servem mais estas cartas, estas diretrizes, como linhas gerais e orientadoras do que é que se deve fazer numa reabilitação do que propriamente desenhos de estilo ou de reabilitação de estilo, (quero imitar este ou quero imitar aquele) não. A coisa é, tens uma casa, vais reabilitar e, agora, faz o que tens que fazer com a casa, mas sempre com uma série de princípios atrás, que os queres respeitar.

**5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?**

**Arq. Cristina Campilho:** Sinceramente, as intervenções que eu tenho visto são um bocado de fachadismo. Que me tenha apercebido são intervenções bastante destrutivas ao nível dos interiores, em que o que realmente interessa é manter a fachada, porque é um requisito que a Câmara pede. Agora, está na moda o que eles chamam o “reabilitar”, o “voltar ao centro”, mas, realmente, as intervenções são pobres, porque não respeitam a pré-existência, por outro lado há boas intervenções, mas são muito pontuais, não me parece que seja o mais habitual. Tanto mais que as empresas de construção, também não estão muito vocacionadas, a maior parte delas. Há empresas de reabilitação que estão habituadas a construir no património arquitetónico, que essas sim, já têm uma série de anos de trabalho em cima, que trabalham, sobretudo, em edifícios monumentais e essas empresas estão à parte, porque, se uma pessoa lhes pede um orçamento e se vêem que é uma casa de cariz corrente, não querem fazer a obra.

Neste caso, quando o empreiteiro veio cá ver o edifício, à primeira vista, por exemplo, no soalho, não se aproveitava nada, era todo para retirar e pôr novo, mas com algum esforço da minha parte, manteve-se o soalho e ‘mesmo que esteja podre eu quero ficar com ele!’ Mas, depois quando fizemos a lixagem, vimos que, realmente, ele estava íntegro.

**6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?**

**Arq. Cristina Campilho:** Eu acho que sim, na escola onde estudei - Escola Superior Artística do Porto – eu, como estive em Bruxelas, acabei por ter essa disciplina específica, (teoria da conservação e do restauro do património arquitetónico), era uma das opções das disciplinas e eu escolhi-a, mas, cá em Portugal, durante a faculdade, não tinha nenhuma. Depois, havia as disciplinas de projeto em que, sempre por opção minha, escolhia reabilitação e, claro, que numa disciplina de projeto, o professor orientava para estas teorias e, foi por isso, que eu acabei por estudar esta vertente mais teórica. Esse interesse pelas cartas advém dessas disciplinas de projeto e eu acredito que, depois, isso seja um interesse muito pessoal. Há colegas minhas que confundem a carta de Veneza com a carta de Atenas, há pessoas que realmente não têm este conhecimento das cartas nem das recomendações. Basicamente, acho que é muito individual, as pessoas debruçarem-se sobre os seguintes assuntos. Mas, considero importante essa vertente teórica, uma vez que, é premente a reabilitação em Portugal e nos centros históricos muito abandonados e vai haver aqui uma série de pessoas a trabalhar em reabilitação, que deveriam ter este tipo de conhecimento.

Acontece muito de haver colegas que não têm este conhecimento, não tiveram este tipo de formação e é por isso, que eu acho que acontece muito o que está a acontecer, as obras de fachadismo, não identificarem os valores dos edifícios, que podem ser muitos. Uma coisa que a minha escola tinha e era uma característica que eu sempre achei positiva, uma vez que nós estávamos mesmo no centro histórico, sempre tivemos, durante o curso, do primeiro ao sexto ano, que construir qualquer coisa no centro histórico, património mundial, portanto, sempre tivemos uma relação muito próxima com o centro histórico. Lembro-me por exemplo, de no segundo intervir na cordoaria, um local cheio de peso histórico.

Tem muito a ver com a pessoa, há pessoas muito intrusivas, gostam de deixar a sua marca, eu gosto sempre de respeitar os outros, também respeito as coisas onde vou mexer, basicamente, é isso. Tem a ver com as pessoas e com o que lhes é passado.

- Pretende que este questionário seja anonimo? SIM \_\_\_ NÃO X

**Muito obrigada pela sua colaboração,**

A discente Anita Alves Pimenta

Tlf. (+351) 96 78 678 95

Email: [anitaapimenta@gmail.com](mailto:anitaapimenta@gmail.com)

**Maio de 2015**

**“Intervenção em Edifícios Antigos de Cariz Corrente nos Centros Históricos de Portugal”****Entrevista nº 5**

(Arq. João Appleton – Edifício na Rua Capitão Renato Baptista, nºs 78-86, Lisboa)

**Enquadramento:**

A dissertação de Mestrado, que me encontro a realizar, tem como objetivo reconhecer os graus, os princípios e os métodos presentes nas práticas atuais de intervenção no Edifício Urbano Tradicional, em Portugal.

A obra realizada pelo arquiteto foi distinguida pelo prémio IHRU 2012, devido à intervenção realizada. É nesse sentido que se torna relevante o seu contributo para um maior conhecimento sobre os procedimentos, que recomenda como adequados.

**Questionário:****1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?**

**Arq. João Appleton:** Para já a preexistência é especial, porque é um prédio de rendimento, portanto não é o mesmo que um monumento nacional e, para mim, não acho que se possam aplicar diretamente na reabilitação destes edifícios as cartas. Há algumas questões que podem fazer sentido, como as questões da autenticidade, descritas na carta de Nara, ou as questões relacionadas com as estruturas das recomendações do ICOMOS, isso acho que se aplica. Mas, por exemplo, não é possível aplicar literalmente a carta de Veneza à reabilitação. Por exemplo, a reversibilidade, tenho grandes dúvidas que seja aplicável a prédios correntes de habitação, porque levava a intervenções tão complexas e tão caras, que se tornava provavelmente inviável ou deixava os edifícios frágeis. Portanto, não me parece que seja possível a aplicação integral das cartas e recomendações e nem acho que estes edifícios tenham sido pensados e desenhados para isso.

Em relação aos edifícios de habitação há um princípio, que aparece na carta para a conservação integrada de 1977, do conselho da Europa e que define a reabilitação. Dentro da lógica da conservação integrada, diz que a reabilitação, no fundo, tem que fazer duas coisas, atualizar o desempenho e preservar valores existentes no edifício. Penso que isso é o que faz

sentido na reabilitação de prédios de rendimento e edifícios correntes. Dentro do possível, encontrar o equilíbrio em que se conserva o máximo possível de valores, ou seja, não se perde valor, ou se perde o mínimo possível e se acrescenta e aumenta os níveis de desempenho. Eu diria que esses são os princípios basilares da intervenção de reabilitação em edifícios correntes, neste caso, em prédios de rendimento. Como é lógico, a autenticidade das estruturas deve ser preservada ao máximo, por questões de racionalidade e de compatibilidade entre o que se propõem e o objeto em que se está a intervir e, portanto, tem a ver com o próprio bom desempenho construtivo.

Agora, nestes edifícios, quais são os valores que existem e que se podem preservar? Eu diria que são, principalmente, valores que têm a ver com a estrutura do espaço, com os pés direitos, com a espacialidade dos edifícios e, depois, um conjunto de valores muito interessantes, que estão relacionados com os sistemas construtivos e estruturais, que são sistemas em desuso, portanto, já não se fazem neste momento, como é o caso das construções em madeira, as alvenarias ordinárias, os frontais, os tabiques, enfim, tudo isso. Posso indicar, também, todo um conjunto de outros valores, que também me parece que faz sentido preservar nestes edifícios, que estão relacionados com revestimentos e acabamentos, ou seja, os soalhos, muitas vezes, são soalhos muito bons de madeiras de pinhos de cerne, muitas vezes, encabeirados, os revestimentos de azulejos, os estuques sob fasquiado com moldados, todas essas coisas, também, me parece que são um outro universo de valores, a preservar se possível.

O grau de intervenção é sempre dependente do objeto que encontramos, se encontramos um objeto impecável, então o grau de intervenção deve ser mais leve. O LNEC fala de intervenções ligeiras, médias e profundas. Na realidade, neste caso, foi feita uma intervenção profunda, uma intervenção que já implica alteração de elementos estruturais, que não pode ser feita com as pessoas lá dentro. Não se trata de um restauro, nem de uma conservação, é uma obra de REABILITAÇÃO, também, não é uma reconstrução, porque estão lá muitos dos elementos pré-existentes, aliás, a maior parte ficou, o que se pôde preservar e estava em bom estado, e por isso eu diria, sem dúvida, que é uma obra de reabilitação. Não está nem no limite da conservação, nem no da reconstrução, anda entre estas duas ações.

**2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?**

**Arq. João Appleton:** Nós fazemos sempre as coisas de uma certa forma, que tem a ver com o que eu estava a dizer, o mais importante é o objeto que existe e, portanto, é daí que parte a nossa estratégia. Há uma primeira fase, que é de conhecimento desse objeto, depois, há uma fase de análise e, depois, há uma fase de projeto e eu penso, que a primeira fase de análise é

essencial. Essa fase inclui um conjunto de ações executadas por nós ou por especialistas, que é um bom levantamento geométrico, ou seja, o levantamento do que existe, um conjunto de sondagens estruturais e construtivas, idealmente um estudo de diagnóstico, o que nem sempre pode acontecer. Mas, pelo menos, um conjunto de sondagens que se referem à construção e à estabilidade, identificar quais são os elementos estruturais, quais os que não são estruturais, qual o estado de conservação da estrutura e da construção em geral. Depois, pode haver, também, em alguns edifícios, um conjunto de sondagens do programa decorativo, que é uma espécie de diagnóstico do programa decorativo, que passa, também, por abrir janelas, descobrir pinturas, por exemplo. Posteriormente, em alguns casos, ainda há os ensaios de acústica, portanto, essa fase preliminar é essencial.

Em vários casos, também, temos tido estudos historiográficos. Bom, neste caso, não se justificava, porque o edifício é relativamente recente e a história dele está no Arquivo intermédio. E em edifícios mais antigos recorremos a um historiador, que faz um levantamento e, normalmente, os donos de obra estão dispostos a pagar por isso. No fundo, faz a história do edifício e permite perceber quando é que foi construído, se foi acrescentado, se não, se era mais alto, mais baixo, por quem foi construído, quem é que lá morou, que coisas importantes é que lá aconteceram e, portanto, permite descobrir uma série de coisas, que depois vão influenciar o projeto. Por exemplo, temos um edifício todo do séc. XVIII e sabemos que o último piso já foi feito no séc. XX, isso, apesar de tudo, não quer dizer que vamos tentar voltar a restituir ao edifício a imagem do séc. XVIII, mas permite perceber que há uma parte onde, se calhar, temos que ter mais cuidado a mexer do que noutra e, se calhar, na parte construída já no século XIX podemos estar mais descomprometidos.

Em relação ao projeto, em reabilitação, não acho que se tenha que desenhar tudo, até porque muitas das coisas já estão no edifício e, portanto, algumas não têm que ser redesenhadas. Penso que o grande segredo é conhecer bem aquilo em que se está a intervir e, depois, desenhar e especificar, porque não é só uma questão de desenho, é uma questão de especificação, porque pode-se desenhar muito bem, mas, depois, no edifício antigo pode-se utilizar sistemas e técnicas completamente desajustadas à construção. Para se poder agir bem, o essencial é conhecer o objeto e, a partir daí, é muito mais fácil não fazer asneiras.

Em relação à execução de obra, sente-se que há muita menos mão-de-obra especializada para a reabilitação, neste caso, a empresa foi ótima, porque é de um arquiteto, o diretor de obra era um arquiteto e, apesar de, na altura, não estarem muito habituados a este tipo de obra, foram suficientemente sofisticados para terem procurado as pessoas adequadas para fazerem os vários trabalhos, por exemplo, arranjaram um bom estucador, um bom carpinteiro e, além de tudo, fizeram uma boa preparação da obra e conseguiram manter sempre uma ótima relação com a equipa. Eu diria, que um dos aspetos essenciais nestas obras é conseguir

ter uma boa relação entre todos os intervenientes, ou seja, entre os projetistas, construtores, dono de obra e fiscalização. O plano de manutenção, após a obra, não nos foi pedido e, por isso, não fizemos.

### **3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?**

**Arq. João Appleton:** Há até quem pergunte se isto é património ou não. Eu acho que é. Aliás, a definição genérica de património tem a ver com a herança que nos chega. Desse ponto de vista, tudo o que nos chega é património, depois, há objeto mais valiosos que outros, por isso eu diria que sim, que estes edifícios são património, embora não se possa pô-los ao mesmo nível que os Jerónimos. Incluem-se dentro da lógica da preservação dos conjuntos, demonstrativos de formas de habitar, com referências técnicas, que não nos convém perder. Se acabarmos com o interior destes edifícios todos vamos perder a memória de imensas tecnologias e sistemas decorativos, que eram utilizados. Em Lisboa, muitos deles já desapareceram. Eu diria que o grande princípio, como já tinha dito, é entender a reabilitação como, por um lado, a atualização do desempenho, mas também preservação de valor. Porque, muitas vezes, pensa-se na reabilitação como qualquer coisa que é transformar um edifício antigo num edifício novo, ignorando completamente o objeto inicial. Há um objeto inicial que tem que ser o ponto de partida do projeto e, depois, o projeto tem que alcançar o equilíbrio entre estas duas coisas, que é, por um lado, melhorar o desempenho, ou seja, adaptar estes edifícios, para que possam ser vividos com qualidade e para terem um tempo de vida relativamente longo, senão, as pessoas não vão viver neles, mas preservando ao máximo os valores que existem. E esse equilíbrio é que é uma coisa difícil de encontrar.

### **4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?**

**Arq. João Appleton:** Dois edifícios que eu acho que são absolutamente exemplares do entendimento de que é a reabilitação, são a intervenção de David Chipperfield no museu Neues em Berlim, em que é absolutamente incrível a forma como consegue preservar quase tudo o que lá está, consegue atualizar os níveis de desempenho, transforma um museu do séc. XIX num museu do séc. XXI. É um museu incrível, com todas as exigências de infraestruturas, de controlo climático, todas essas coisas relacionadas com a exposição e ao mesmo tempo, Chipperfield consegue reinventar completamente o edifício.

Em Portugal, há uma obra que eu também acho exemplar, embora seja uma obra, que não seja suficientemente conhecida, que é a obra do Edifício Sede do Banco de Portugal dos arquitetos, Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos. É uma obra com uma grande qualidade e que eu diria que, também, pode ser um exemplo, porque consegue preservar valores presentes no edifício antigo, consegue atualizar o desempenho e, ao mesmo tempo,

consegue reinventá-lo completamente.

**5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?**

**Arq. João Appleton:** Há coisas muito díspares em monumentos, há coisas muito boas e coisas muito más. Agora, em relação aos prédios de rendimento, acho, francamente, que a maior parte das intervenções são más e são más por várias razões, ignoram completamente o objeto inicial, olham para esses edifícios como uma oportunidade de se fazer projeto e não pensando que eles são um ponto de partida e têm de ser respeitados. Porque, durante muitos anos, os arquitetos não olharam para os prédios de rendimento e edifícios correntes em geral. Era uma coisa que não interessava, porque havia outras mais interessantes para fazer. Não foi feito estudo nesta área, há poucos exemplos e, muitas vezes, pouco interessantes. Há pouco conhecimento produzido sobre esta temática, o caso que conheço melhor é Lisboa e o que me parece é que os construtores não estão preparados, os promotores também não e, neste momento, há uma explosão de intervenção sobre edifícios correntes. E, na realidade, não há equipas preparadas para o fazer, portanto, só fazem asneiras. Pelo menos em Lisboa, vê-se muita asneira. No fundo, muita da 'reabilitação' que se vê é obra nova, são demolições, quando não são demolições é retirar os revestimentos todos e revestir com gesso cartonado e, portanto, são as obras de cartão que daqui a uns anos vão ser uma desgraça. Depois, junta-se a isto o novo RERU [Regime Excepcional de Reabilitação Urbana], que no fundo, permite o incumprimento de quase tudo. À partida, não acho mal que não se cumpram integralmente os regulamentos na reabilitação, mas há uns 'mínimos olímpicos', e este regime permite, que mesmo esses, não sejam cumpridos. Eu tenho entrado em várias dessas obras, e eu teria medo de viver lá. Fica tudo tapado com gesso cartonado. Existem obras, que são respeitadoras e isso já é um bom princípio, mas várias não são capazes de reinventar os edifício e de lhes dar um novo fôlego de vida. No campo oposto estão outras que são reconstruções, em que apenas se mantém uma fachada, e eu acho que isso não tem interesse nenhum.

**6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?**

**Arq. João Appleton:** Acho que não, acho que a maior parte dos arquitetos não conhece nem as cartas nem as convenções, acho mesmo que não conhece, porque não se interessou, ou então, conhece a carta de Veneza e, portanto, quando pensam nestes edifícios, ainda falam em reversibilidade, que não me parece que seja, de todo, o princípio mais importante para as

intervenções. Eu diria que sim, que o princípio da autenticidade é importante, todos os princípios relacionados com as expressões da construção são muito importantes nestes edifícios. Penso que a maior parte conhece a carta de Veneza, que esta muito desatualizada e não conhece cartas mais recentes e mais importantes. Estou certo que se intervém de uma maneira completamente impressionista, ou seja, sem conhecimento nenhum do objeto em que se está a intervir, sem conhecimento geral sobre os tipos de edifício, sobre a construção e sobre a tipologia. Como já disse há muito pouco estudo sobre isso em Portugal.

Acho que devia haver cadeiras específicas de projeto de reabilitação, que é uma área do projeto que implica cuidados especiais e métodos específicos, há formas de, pelo menos, agir com mais consciência. Claro, que, depois, no fim, depende sempre do arquiteto, há sempre um lado que não é mensurável nem quantificável e que não se pode transformar em nenhum tipo de regra. Por isso mesmo não é possível, nem faria sentido tentar estabelecer métodos fechados que no final produzirão sempre um bom resultado. Mas não há duvida, que há um conjunto de conhecimentos, que permitem, que ao conhecer melhor aquilo sobre o que se está a intervir, não se cometam asneiras muito grandes, como destruir azulejos fantásticos, deitar abaixo paredes do séc. XVI ou coisas desse género. Evitar cometer erros. Se na maior parte dos edifícios não se cometessem erros muito grandes, era um bom ponto de partida.

- Pretende que este questionário seja anonimo? SIM \_\_\_ NÃO X

**Muito obrigada pela sua colaboração,**

A discente Anita Alves Pimenta

Tlf. (+351) 96 78 678 95

Email: [anitaapimenta@gmail.com](mailto:anitaapimenta@gmail.com)

**Maio de 2015**



## II. TABELAS DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS



**Dissertação Científica: “Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente”**

**Análise de Conteúdo da Entrevista**

(Arq. Tiago do Vale - Chalet das Três Esquinas: Braga)

**Entrevistado:** Tiago do Vale

**Entrevista:** nº 1

**Local:** Atelier do arquiteto - Rua dom Frei Caetano Brandão nº121 (Chalet das Três Esquinas), Braga

**Data de realização:** 12-05-2015, 17h20

**Duração:** 00:30:25

**Elementos de caracterização sociográfica**

**Idade:** 37

**Sexo:** Masculino

**Profissão:** Arquiteto

**Instituição de ensino superior que frequentou:** Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra

Pergunta	Temática	Discurso do entrevistado	Síntese interpretativa
<p><b>1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?</b></p>	<p><b>Graus de Intervenção</b></p>	<p>“...Foi uma <u>intervenção de restauro</u> mas em termos de desenho não houve grandes alterações...”</p>	<p>O entrevistado identificou o grau de intervenção como uma intervenção de RESTAURO, não em termos de desenho do espaço mas de restauro dos materiais.</p>
	<p><b>Princípios de intervenção</b></p>	<p>“Em relação aos princípios, isso no fundo, cruza-se com o que acabei de dizer, não criar ruturas nem com o passado nem com o futuro, portanto <u>a intervenção que fizemos tem que ser reversível</u> (não criar ruturas com o futuro) e tem de <u>manter os valores com mérito do edifício original.</u>”</p>	<p>O entrevistado identificou o princípio da REVERSIBILIDADE uma vez que a intervenção ‘não cria ruturas com o futuro’. Os sistemas construtivos da época de construção foram mantidos e recuperados, a distribuição programática foi igualmente mantida embora se tenha alterado profundamente o programa decorativo, sobretudo nas cores e nos revestimentos.</p> <p>Indiretamente também evidencia o PRINCÍPIO DA AUTENTICIDADE uma vez que refere que se deve manter ‘os valores com mérito do edifício original’.</p>
	<p><b>Valores identificados</b></p>	<p>O entrevistado não identificou valores ao longo do discurso da entrevista.</p>	<p>Apesar de não ser formalizado no discurso, verifica-se na base operativa a identificação de distintos valores. Tais como: o VALOR ARQUITETÓNICO uma vez que se recuperaram as técnicas construtivas tradicionais originárias do edifício, o VALOR HISTÓRICO, o USO original</p>

			de habitação/trabalho foi igualmente VALORIZADO, e VALOR DE CONTEMPORANEIDADE dado que o edifício foi atualizado de acordo com as exigências de conforto atuais.
<b>2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?</b>	<b>Metodologia</b>	<p>“Todas as fases são importantes (...) e, portanto, a única maneira de garantir qualidade é dar o máximo em todas. Na <u>fase de desenho</u> é desenhar obsessivamente todos os pormenores e estudá-los, <u>estudar as técnicas construtivas</u> do tempo etc., depois, <u>em obra encontrar</u> as pessoas que sejam <u>capazes de as executar</u> e depois, nós próprios seremos capazes de <u>fiscalizar essa execução</u>. É uma tarefa complicada, sobretudo porque são técnicas que já estão em desuso, já não são correntes e isso às vezes deixa muitas coisas no ar, tanto para quem desenha como para quem executa, há mais incógnitas, às vezes. Quando são técnicas conhecidas e correntes é mais fácil garantir o resultado.</p> <p>Realizou-se uma <u>pesquisa histórica e física do edifício</u>, mas, quanto a isso não há muito a dizer. Foi falar com as pessoas do bairro, ir aos arquivos e o próprio edifício também conta a sua história. Também viviam pessoas que foram igualmente importantes para contar a história do edifício.</p>	<p>O entrevistado identificou na metodologia as seguintes fases: A fase de desenho em que o estudo dos pormenores e técnicas construtivas tradicionais é fundamental; A fase de execução, encontrar pessoas habilitadas para executar a obra; a fase de fiscalização e acompanhamento durante a execução da obra e mencionou também a pesquisa histórica e física realizada sobre o edifício e a importância de contactar com as pessoas que lá viveram para conhecer a sua história.</p>

<p><b>3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?</b></p>	<p><b>Diretrizes orientadoras</b></p>	<p>“A primeira é a <u>modéstia</u> do arquiteto em relação à obra, não crer esmagá-la com um gesto, que o afirme a ele e deixar a obra afirmar-se a si mesma. Ter esse critério intuitivo de <u>perceber/identificar</u> aquilo que tem mérito e aquilo que pode ser adulterado ou manipulado para usar o edifício, para o <u>adequar</u> aos usos contemporâneos. Depois, há a parte de perceber que a nossa intervenção não vai ser a única (...) é ser genuíno, ser descomplexado, às vezes vamos de extremo a extremo, fazemos intervenções que fazem uma limpeza total do edifício e mantém a fachada, é uma operação, apenas, de imagem [há quem lhe chame de fachadismo], mas perde-se o documento da arquitetura (...) Depois, há o outro lado, o reverso da medalha, que é a abordagem museológica, fazer o restauro estrito, cego das condições originais e depois no fim temos um edifício, que embora seja um belíssimo documento não serve de nenhum propósito, não pode ser ocupado, porque não foi adequado às necessidades contemporâneas. Portanto, é preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre estas duas posturas (...) a resposta nunca é a mesma, (depende da pré-existência, do seu estado e do programa que se quer encaixar na pré-existência), as variáveis são imensas, não é</p>	<p>Relativamente às diretrizes orientadoras, o entrevistado mencionou que nestas intervenções há muitas variáveis, a resposta altera-se de acordo com o estado da pré-existência e do programa que se pretende para o edifício.</p> <p>Podemos reter desta resposta duas diretrizes orientadoras fundamentais: A modéstia em relação à pré-existência, o arquiteto não se deve sobrepor à pré-existência e encontrar o ponto de equilíbrio entre aquilo que se deve manter do edifício original e a sua atualização para que possa ser utilizado novamente.</p>
--	---------------------------------------	---	---

		fácil fazer uma teoria sobre a reabilitação por causa disso, é muito difícil racionalizar uma abordagem universal.	
<b>4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?</b>	<b>Referencias arquitetónicas</b>	“Gostava de referir o Fernando Távora, para mim teve sempre a postura certa na intervenção do património, porque era uma pessoa que se aproximava do património como um mestre-de-obras de antigamente, construía em diálogo com o que lá estava, não em rutura, em diálogo com os arquitetos que o precederam”.	O entrevistado referiu a obra do arquiteto Fernando Távora em Refoios do Lima como referência positiva, uma vez que a intervenção respeita a pré-existência e a obra GNRation do arquiteto Carvalho Araújo em Braga como referência menos positiva, de rutura tanto com o passado como com o futuro. As estruturas dos pisos foram substituídas por lajes de betão, grande parte das carpintarias foram substituídas, em suma, o edifício foi totalmente reinventado.
<b>5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?</b>	<b>Opinião sobre as praticas atuais de intervenção no património corrente</b>	“Há coisas boas e á coisas más. (...) Há uma certa abordagem muito comercial nos centros históricos (...) essa procura obriga a intervenções às vezes rápidas, às vezes desqualificadas, o fachadismo, mas ao mesmo tempo também precisamos dessa celeridade e dessa facilidade. Houve um certo relaxamento legal nas intervenções nos centros históricos e isso, de facto, permite uma lavagem de cara do que está degradado. Mas, como sempre, onde há facilitismo e celeridade também há, às vezes, abuso desse sistema, intervenções de menor qualidade (...)’.	O entrevistado refere que existem intervenções boas e más. Aponta para o problema da abordagem comercial que existe atualmente nos centros históricos. O facto de existir muito dinheiro, muita procura aliada ao relaxamento legal, em que se permite fazer quase tudo, são condições favoráveis para que se realizem intervenções de menor qualidade como é o caso das intervenções de ‘fachadismo’.

<p><b>6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?</b></p>	<p><b>Nível de conhecimento sobre a teoria, e recomendações internacionais</b></p>	<p>“As cartas e as convenções são enquadradas na teoria da arquitetura e na história da arquitetura e não na prática da arquitetura esse é que é o problema, elas fazem sentido na prática e na teoria também. No entanto, a maior parte dessas cartas são questionáveis e muitas das vezes desadequadas, porque algumas são heranças do movimento moderno e a nossa realidade hoje é muito diferente da realidade que fundou e justificou o movimento moderno. São sempre fruto da mesma cultura e é uma cultura, que desde logo de raiz está orientada para outras coisas que não a reabilitação”.</p>	<p>De acordo com o entrevistado, as cartas e convenções internacionais são heranças do movimento moderno.</p> <p>De acordo com o que foi dito, percebe-se que o arquiteto não tem um conhecimento profundo sobre esta temática, uma vez que confunde matérias.</p>
	<p><b>Formação universitária</b></p>	<p>As universidades cultivam muito a cultura do arquiteto criador e a reabilitação é vista como uma disciplina secundária da arquitetura (...) as escolas também cultivam muito mais a cultura da ideia e a cultura do conceito, em vez da cultura da execução, que também é uma coisa muito importante na reabilitação.”</p>	<p>De acordo com o entrevistado, existe por parte das instituições de ensino, um enfoque muito maior para a criação, deixando a reabilitação para segundo plano. Explica ainda que acontece o mesmo com a cultura da execução que fica em segundo plano em relação à cultura da ideia.</p>

**Dissertação Científica: “Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente”**

**Análise de Conteúdo da Entrevista**

(Arq. Inês Pimentel – Reabilitação de Habitação Unifamiliar do Início do séc. XX: Porto)

**Entrevistado:** Inês da Silva Pimentel

**Entrevista:** nº 2

**Local:** Atelier da arquiteta - Rua José Falcão nº156 - 2º S2, Porto

**Data de realização:** 15-05-2015, 15h00

**Duração:** 00:49:56

**Elementos de caracterização sociográfica**

**Idade:** 36

**Sexo:** Feminino

**Profissão:** Arquiteta

**Instituição de ensino superior que frequentou:** Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP)

Pergunta	Temática	Discurso do entrevistado	Síntese interpretativa
<p><b>1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?</b></p>	<p><b>Graus de Intervenção</b></p>	<p>“Esta intervenção tem muito restauro e o restauro é tratarmos as peças que lá temos, renovar as peças que lá estão. Tem reconstrução também. Depende das zonas. A casa estava muito degradada junto às fachadas e no seu miolo estava muito bem preservada, com exceção das argamassas, de rebocos e de tetos. Todas as madeiras estavam em excelente estado, por isso foram restauradas, inclusive pisos, estrutura e escada, foi tudo restaurado. Já nas traseiras, a fachada ligeira que fecha as varandas foi completamente reconstruída, portanto nem sequer é uma reabilitação, é uma reconstrução integral.”</p>	<p>De acordo com a entrevistada, nesta intervenção há vários graus associados, ou seja, havia zonas que requeriam intervenções distintas consoante o estado de degradação do edifício. Foi identificado no discurso da entrevistada, intervenções de <b>RESTAURO</b>, na maior parte do edifício, enquanto na fachada traseira, a arquiteta identificou o grau de intervenção como uma ação de <b>RECONSTRUÇÃO</b> integral, uma vez que essa fachada estava de tal forma degradada, que era impossível recuperá-la.</p>
	<p><b>Princípios de intervenção</b></p>	<p>“Interessa-me preservar a autenticidade, ou interessou-me neste caso (não acho isso obrigatório). Interessou-me por uma razão, porque a pré-existência tinha qualidade para isso e tinha matéria, que me permitia ir buscar ou recriar o ambiente original e mesmo os princípios de construção originais, com muito restauro e pouca reprodução.”</p>	<p>Em relação aos princípios de intervenção, a entrevistada falou sobre o princípio da <b>AUTENTICIDADE</b>. Menciona no discurso, que lhe interessou preservar a autenticidade do edifício, uma vez que, a pré-existência tinha qualidade e matéria que lhe permitia recriar o ambiente do edifício original.</p> <p>Indiretamente pode-se também identificar o princípio da <b>REVERSIBILIDADE</b>, uma vez que, em alguns elementos</p>

		<p>“A fachada original era em tabique, no entanto, agora não foi realizado um tabique idêntico, mas antes uma parede ligeira contemporânea”.</p>	<p>intervencionados são utilizadas técnicas diferentes o que permite no futuro, identificar o que foi adicionado ou alterado, nesta intervenção.</p>
	<b>Valores identificados</b>	<p>“Valorizei as técnicas construtivas da altura, os materiais, todo o sistema construtivo.”</p>	<p>Os valores identificados nesta intervenção foram, o <b>VALOR HISTÓRICO</b>, e <b>VALOR CULTURAL</b>, uma vez que se preservaram as técnicas construtivas originais, os materiais e a própria decoração da época da construção do edifício, através do seu reaproveitamento, restauro e da própria utilização da mesma paleta de cores original. Por outro lado, e embora não tenha sido verbalizado no discurso, verifica-se que foi seguido o <b>VALOR DE USO</b>, dado que o edifício foi adaptado às exigências de conforto atuais, para que possa ser utilizado. Verifica-se essa atualização, por exemplo, na implementação das novas instalações sanitárias no interior do edifício ou na alteração das carpintarias, por umas novas com conforto térmico e acústico.</p>
<b>2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu</b>	<b>Metodologia</b>	<p>“Nesta casa, nesta intervenção, foi feito tudo quase ao mesmo tempo. Isto foi uma intervenção feita muito</p>	<p>No que concerne à metodologia aplicada, a entrevistada esclarece que o projeto foi realizado a par da execução da</p>

<p><b>uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?</b></p>		<p>rapidamente e projeto e obra foram feitos ao mesmo tempo, o que não é uma situação nem vulgar, nem habitual, nem desejável. Porque isso dá-nos muito trabalho. Exigiu muito de mim, porque eu tinha que estar dia a dia a saber o que é que ia ser feito e a tomar decisões, de coisas que ainda não tinham sido desenhadas ou pensadas até a fase final. Costuma-se dizer que em reabilitação é bom ir fazendo as coisas, tomando decisões ao longo da obra, e eu tinha essa ideia, mas, sobretudo, depois desta experiência, discordo totalmente. Mesmo que haja surpresas, nós estamos sempre lá para adaptar a qualquer momento o projeto, mas é sempre melhor ter o projeto feito com todo o pormenor antes da obra começar. Portanto, aqui como foi tudo feito ao mesmo tempo, as coisas misturam-se muito.”</p> <p>“Agora o método passa sempre por: Diagnóstico; análise cuidada, atenta, desde os aspetos mais gerais, aos pormenores construtivos, que foram todos levantados, todos desenhados, mesmo os caixilhos, que eu sabia que não ia poder aproveitar porque eles estavam em péssimo estado e alguns já nem sequer existiam. Dos que existiam faltava uma grande parte das peças, mas mesmo esses eu medi-os e desenhei-os a todos (...) porque tenho interesse</p>	<p>obra, no entanto, confessa que não é uma situação recomendável, uma vez que requer muito mais trabalho e atenção, obrigando a tomar decisões na mesma hora.</p> <p>Percebe-se no discurso, um interesse em conhecer/entender o funcionamento das técnicas construtivas tradicionais. O exemplo saliente no discurso é o funcionamento das caixilharias antigas.</p> <p>Relativamente à metodologia, a entrevistada referiu que nesta intervenção o método passou por uma primeira fase de diagnóstico e análise detalhada de todo o edifício, inclusive de pormenores que não foram aproveitados devido ao seu estado de degradação, mas que serviram mais tarde de referência direta no novo desenho; foi estudado o programa decorativo da época, houve toda uma pesquisa de campo, em que foram visitadas outros edifícios da mesma época para compreender como se fazia na altura da construção da casa, após o levantamento exaustivo de tudo, passou-se à fase de execução em que o acompanhamento foi constante. De referir que toda a gestão da obra ficou a cargo da entrevistada, cabendo-lhe a ela formar toda a equipa de trabalho, fundamental para o bom funcionamento da obra.</p>
--	--	--	--

		<p>em conhecer os pormenores típicos da arquitetura daquela época e acho interessante ir formando uma base de dados.”</p> <p>“esta casa ainda tinha muito de original, e neste caso foi importante estudar as cores, o ambiente anterior (usava-se muita cor naquela altura, nas paredes, nos mosaicos) não só desta casa como de outras referências da mesma época. Para perceber o que é que era costume fazer-se, essa pesquisa foi muito importante. E foi feita em campo, a visitar obras. . Não há muita documentação sobre isto portanto foi andar na rua a olhar para as fachadas antigas, olhar para os caixilhos, visitar outras casas, essa pesquisa também é fundamental no comum método de trabalho, para se chegar a um bom resultado.”</p> <p>“Depois, é desenhar tudo. Nestes casos podemos tipificar muitas coisas, porque as casas já eram muito tipificadas a nível de pormenorização, e o projeto também agora pode ser tipificado, mas tudo desenhado, que é a melhor forma de não sermos muito surpreendidos depois, em obra.”</p> <p>“Na fase de execução o acompanhamento foi permanente. Eu, neste caso, fiz a gestão da obra também, portanto, não fiz só o acompanhamento de obra como projetista, mas toda</p>	<p>Percebe-se durante a entrevista que a arquiteta domina o funcionamento de várias técnicas construtivas tradicionais, que se encontram em desuso, uma vez que estudou sobre o tema, e é de salientar o facto de estar a formar uma base de dados pessoal, uma vez que, tal como refere na entrevista, existe pouca informação documental sobre esta temática.</p>
--	--	--	---

		<p>a gestão da obra. Subcontratei diretamente as pessoas que executaram, o pedreiro, o trolha, o pintor, o carpinteiro, eu fiz de empreiteiro. E eram todas elas pessoas com quem já tinha trabalhado, por isso, não foi difícil, porque eu tinha uma equipa.”</p>	
<p><b>3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?</b></p>	<p><b>Diretrizes orientadoras</b></p>	<p>“(…) antes de mais, devemos tentar fazer manutenção nas casas, habitá-las, tê-las habitadas e em bom estado sempre, não as deixar degradar. Isso agora, hoje, é muito fácil dizer, o património já está degradado, já é um bocado tarde, mas é uma recomendação (…) o que construímos hoje é para ficar para o futuro, portanto se mantivermos as casas habitadas e fizermos <u>manutenção regular</u> e não deixarmos as patologias aparecerem e estenderem-se, isso é uma boa prática.”</p> <p>“Do ponto de vista da arquitetura, acho que não podemos misturar duas atitudes diferentes, temos que perceber o que estamos a fazer, uma coisa é uma obra que respeita o ambiente da época, os sistemas construtivos, ou seja, uma obra de acabamento fino (parede estanhada, ou com papel de parede, com as madeiras trabalhadas) ou se estamos a virar tudo ao contrário e pôr aqui os materiais em tosco e, às vezes, misturam-se as duas coisas e é delicado. Podemos</p>	<p>A arquiteta aponta duas diretrizes orientadoras fundamentais para a intervenção no património, em primeiro, a <b>MANUTENÇÃO REGULAR</b> e o cuidado constante, prevenir e interromper patologias que possam aparecer e aponta também que deve haver <b>COERÊNCIA</b> nas intervenções, isto é, não aplicar no mesmo edifício atitudes diferentes, seguir sempre a mesma postura para não se desvirtuar a pré-existência.</p>

		ter as duas atitudes ou outras, mas sempre com a preocupação de que haja <u>coerência na intervenção</u> ".	
<b>4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?</b>	<b>Referencias arquitetónicas</b>	<p>"Eu acho que o Siza é excelente em reabilitação e em tudo o que faz. E a casa que ele reabilitou em Matosinhos, que era a casa de família dele e hoje a casa da arquitetura, foi uma referência direta para mim, neste projeto".</p> <p>"(...) outra referência direta para a casa é a intervenção do Souto de Moura em Bragança, no Museu Graça Morais. O museu tem o edifício novo, mas também tem uma parte de recuperação de um antigo palacete. E ele usa um soalho de pinho ou riga amarelado e pinta as carpintarias de amarelo também. Foi outra referência direta para este edifício".</p>	A entrevistada refere a intervenção de Álvaro Siza, na casa da arquitetura em Matosinhos, como uma referência direta para esta intervenção. A intervenção na nova fachada tardoz do edifício da Rua da Alegria, segue o mesmo raciocínio da fachada projetada por Siza. A intervenção no edifício existente do Museu Graça Morais de Eduardo Souto de Moura é igualmente uma referência direta no que toca por exemplo, à paleta de cores escolhidas para as madeiras do edifício.
<b>5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?</b>	<b>Opinião sobre as praticas atuais de intervenção no património corrente</b>	<p>"Eu não me sinto habilitada para falar assim do património português, <u>não estou assim tão bem informada</u>. Relativamente ao <u>Porto</u>, por exemplo, acho que se está a fazer muita coisa e coisas muito bem feitas, mas há muitas que não são bem feitas".</p> <p>"Há muitas casas que estão a ser transformadas em edifícios de apartamentos e as intervenções são muito "light", muito</p>	<p>A entrevistada refere que não sente habilitada para falar do património português em geral, apesar de tudo, dá o exemplo da cidade do Porto, dando a entender que é o caso que conhece melhor.</p> <p>Sobre o Porto, refere que há muitas intervenções a serem realizadas neste momento e por isso há muitas intervenções boas mas também muitas más. No seguimento desta breve</p>

		<p>mínimas, e eu percebo isso. Quando estamos a falar de casas apalaçadas e em muito bom estado não se quer tocar nos tetos, porque são todos trabalhados, e não se quer tocar nos pisos, porque também estão em ótimo estado, mas, ao fazer isso, não se faz qualquer isolamento, por exemplo, térmico ou acústico entre dois espaços, que no passado pertenceram à mesma casa e agora vão pertencer a casas diferentes. Talvez a vocação destas casas em tão bom estado não seja transformarem-se em edifícios de habitação coletiva (...) Depois, as pessoas não conseguem lá viver muito tempo, entram e saem e portanto, não sei se isso são intervenções com futuro”.</p> <p>“Depois, há outra questão, que é a da qualidade arquitetónica. A mim, confesso que me aborrece ver estas casas que eram tão ricas a nível de expressão das cores e até das texturas que tinham, a serem completamente pintadas de branco. Que eu não acho mal, mas de repente, se ficasse tudo assim, eu acho que estávamos a perder uma parte da nossa identidade, e isso acontece muito.”</p> <p>“Um outro caso é por exemplo aqui as Cardosas, o interior do quarteirão não tem carácter nenhum, nem é um espaço</p>	<p>apreciação, a entrevistada refere alguns exemplos, como o facto de existirem intervenções que não têm em conta, o isolamento acústico entre frações diferentes que no passado faziam parte da mesma habitação, a entrevistada refere que a falta de conforto térmico também é um dos problemas observados. Obras que no fundo, não se adequam às exigências de conforto atuais e que por isso correm o risco de serem abandonadas novamente uma vez que as pessoas não conseguem habitar nelas.</p> <p>Refere também a perda de valores na qualidade decorativa. O facto de se pintarem estas casas de branco, quando originalmente eram ricas em cores. Perde-se assim, essa característica tão típica.</p> <p>Para terminar, dá o exemplo da intervenção nas Cardosas do Porto, grandes intervenções à escala de quarteirão que agrupam vários lotes e alteram a identidade do lugar e a forma como a cidade evolui ao longo dos tempos.</p>
--	--	--	---

		<p>de estar nem é um espaço funcional, não tem coerência de linguagem. Os interiores dos edifícios não conheço, mas a nível da fachada, por exemplo, acho que os caixilhos têm um ar muito plástico e artificial. O embasamento é feito de placagem de granito e percebe-se que é placagem (ao lado das cantarias verifica-se que não está ao mesmo nível, tem um ar superficial). Portanto por fora já se perdeu muito. E, depois, eu também não conheço, porque nunca entrei, mas disseram-me que se associam vários lotes. A cidade é composta por lotes estreitos, cada um tem as janelas à sua altura, e fazem apartamentos que apanham vários lotes, com o piso ao mesmo nível, e a janela fica onde ficar - isso não respeita de todo a identidade do lugar. Apesar de eu achar que se podem associar lotes, porque, se calhar, hoje tem que se dar um novo sentido aos edifícios e tem que se dar resposta às necessidades das pessoas (...) essa associação de lotes tem que ser feita com critério, não se pode rasgar aquelas paredes medianeiras todas, podem-se criar aberturas pontuais, autonomizar os espaços, não juntar a fachada deste prédio com a fachada daquele (...)"</p>	
<p><b>6. Considera que há um conhecimento prévio por</b></p>	<p><b>Nível de conhecimento sobre a teoria, e</b></p>	<p>“Não, eu própria não conheço (...)”</p>	<p>A entrevistada refere que não há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos sobre a teoria da conservação e</p>

<p><b>parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?</b></p>	<p><b>recomendações internacionais</b></p>	<p>“Nós gerimos o nosso tempo como queremos, mas no escritório estamos sobretudo a dar resposta aos problemas e, às vezes, não conseguimos parar para ir refletir e ir ler. A ligação à teoria num escritório torna-se difícil, quando não temos ligação nenhuma ao mundo académico, que é agora o meu caso. Estamos muito focados no desenho e na produção, e depois isto vai um bocado da sensibilidade que temos ou que vamos ganhando, que eu também acho que é essencial. Confesso que eu não me tenho apoiado muito na teoria, mas acho que é importante.”</p>	<p>respetivas cartas e convenções internacionais no âmbito do património.</p> <p>Relata que na prática laboral, muitas das vezes os arquitetos estão focados a produzir trabalho e torna-se por isso difícil parar para ler e refletir sobre teoria, sobretudo quando não há ligação ao mundo académico.</p> <p>Admite não se apoiar na teoria e portanto não tem esse conhecimento, no entanto refere que acha essa componente importante.</p>
	<p><b>Formação universitária</b></p>	<p>“Eu na faculdade não tive nenhum trabalho de reabilitação. O único contacto com este tipo de trabalho que agora me encontro a fazer foi a cadeira de construção, no segundo ano, em que estivemos o ano todo a estudar a casa do Porto, com o Joaquim Teixeira. Mas, foi realmente a única cadeira em que estudamos o edifício antigo, com alguma profundidade. Em termos de trabalho de projeto, não tivemos nenhum sobre este tema, mas eu também não estive cá no quinto ano e portanto, também não tenho a certeza se nessa altura existiu alguma cadeira de restauro</p>	<p>A entrevistada refere que a sua formação universitária não foi vocacionada para a intervenção no património, contudo, refere que essa componente é importante para o mundo profissional. A única cadeira que teve na sua instituição de ensino, a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, foi no segundo ano do curso, onde analisou a casa do Porto com o prof. Joaquim Teixeira. A entrevistada refere também que no seu quinto ano realizou Erasmus em Itália e lá teve uma cadeira teórica sobre restauro, que foi de difícil compreensão uma vez que não dominava a língua. Durante</p>

		<p>ou património, mas acho que não, que era urbanismo. Eu estive em Itália em Erasmus durante esse ano e aí tive uma cadeira de Restauro, que era muito teórica. Como não dominava a língua, acabei por não perceber muito bem. Havia um projeto, mas era muito pouco aprofundado e também acho que restauro é muito diferente de reabilitação, tinha mais a ver com técnicas de restauro.”</p> <p>“Para responder à pergunta, assim, mais diretamente, acho que a formação que eu tive não é vocacionada para a reabilitação, e deveria existir essa componente, a nível não só da teoria como do projeto.”</p>	<p>esse mesmo ano teve também um projeto, na qual considera que foi muito pouco aprofundado e tinha mais a ver com técnicas de restauro e não propriamente reabilitação.</p>
--	--	--	--

**Dissertação Científica: “Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente”**

**Análise de Conteúdo da Entrevista**

(Arq. Paulo Moreira – Casinha 79-81: Porto)

**Entrevistado:** Arq. Paulo Moreira

**Entrevista:** nº 3

**Local:** Atelier do arquiteto: Rua dos Caldeireiros nº 75, Porto

**Data de realização:** 20-05-2015, 12h00

**Duração:** 01:11:58

**Elementos de caracterização sociográfica**

**Idade:** --

**Sexo:** Masculino

**Profissão:** Arquiteto

**Instituição de ensino superior que frequentou:** Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP)

Pergunta	Temática	Discurso do entrevistado	Síntese interpretativa
<p><b>1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?</b></p>	<p><b>Graus de Intervenção</b></p>	<p>“O grau de intervenção tem a ver, realmente, com a ideia de fazer o mínimo indispensável”.</p> <p>“Relativamente ao grau, não sei se os especialistas da reabilitação têm nomes para as várias ‘coisas’. Eu não me considero um especialista de reabilitação, ou pelo menos, com conhecimento teórico. Considero esta intervenção como uma <u>reabilitação</u>, mas também gosto da palavra <u>recuperação</u>, porque uma recuperação é quase como quando se está doente e se recupera... gosto deste sentimento de que a casa também estava doente e recuperou, voltou a ter os seus sinais vitais, o seu estado de saúde original. Acho que <u>foi uma intervenção entre a recuperação e a reabilitação</u>, prefiro essa terminologia à renovação, porque uma renovação é fazer de novo”.</p>	<p>O entrevistado explica que não é um especialista em Reabilitação e não tem conhecimento teórico sobre os vários graus de intervenção. Contudo, identificou o grau de intervenção neste edifício como sendo uma REABILITAÇÃO. Explica que também ‘gosta’ do termo RECUPERAÇÃO para definir esta intervenção, uma vez que considera que o edifício estava doente e recuperou o seu estado de saúde original. Neste ponto o arquiteto aproxima-se da visão ‘romântica’ de John Ruskin, uma vez que faz a comparação do edifício com um ser biológico.</p>
	<p><b>Princípios de intervenção</b></p>	<p>“O princípio foi respeitar as características originais da casa. O caráter, a <u>autenticidade</u> (...) Isto é feito através da subtração dos elementos que estavam a mais, que não eram originais (...) É interessante perceber como é que a casa é construída... Deixar que a casa volte a ser como</p>	<p>O entrevistado identificou na intervenção o princípio da AUTENTICIDADE, A utilização deste princípio desatualizado, percebe-se ao longo do discurso, a ligação direta do termo autenticidade com o voltar ao estado original da construção.</p>

		<p>originalmente. Mostram-se as técnicas que foram sendo tapadas, com várias intervenções que se foram sobrepondo.”</p> <p>“ (...) [reversibilidade] alguns degraus são originais, outros são novos. Estes têm, claramente, uma madeira diferente. <u>Vemos o que é novo e o que não é</u>: o soalho é novo, porque estava em muito mau estado. Foi uma intervenção que procurou aproveitar ao máximo a estrutura e os materiais existentes. Mesmo os barrotes dos quartos, alguns são novos e outros não. Vemos que os novos têm uma secção mais quadrada. Portanto, houve uma preocupação em diferenciar o que foi adicionado. Por exemplo, nesta fotografia do teto do quarto, vê-se muito bem quais são os barrotes antigos e os que são novos. É uma coisa muito pragmática, se hoje em dia os barrotes têm secção retangular, então são aplicados esses mesmos. Os antigos são paus rolados. Resumindo, o objetivo foi chegar à essência do edifício. Portanto. Talvez um dia mais tarde se possa acrescentar mais coisas.”</p>	<p>Outro princípio que embora não tenha sido mencionado diretamente no discurso é visível no edifício, é o princípio da REVERSIBILIDADE. O cuidado na diferenciação entre os novos elementos adicionados nesta intervenção e os pré-existentes permite que no futuro seja facilmente distinguido, o entrevistado explica que pode-se verificar essa diferença por exemplo nos barrotes que sustentam o último piso, uma vez que os antigos são redondos e irregulares enquanto os novos tem uma secção quadrada.</p> <p>O princípio da MÍNIMA INTERVENÇÃO, também pode ser observado nesta intervenção, ao ser realizado o ‘mínimo indispensável’ para que o edifício voltasse a ser utilizado. No fundo foram substituídos os elementos que eram irrecuperáveis, como os soalhos que estavam podres, os rebocos também foram retirados e as técnicas construtivas originais deixadas à vista.</p>
	<p><b>Valores identificados</b></p>	<p>“Aqui, o objetivo é, realmente, valorizar a construção original da casa. Isto é feito através da subtração dos elementos que estavam a mais, que não eram originais (...)”</p>	<p>Embora não seja verbalizado diretamente no discurso, podemos identificar vários valores nesta intervenção. O valor HISTÓRICO e ARQUITETÓNICO foi tido em conta, uma</p>

		<p>Deixa-se transparecer a estrutura e retira-se o reboco excedente nas paredes (...). É interessante perceber como é que a casa é construída...”.</p>	<p>vez que este edifício representa uma tipologia construtiva vernacular, a distribuição interior e o uso habitacional foi igualmente mantido.</p> <p>O valor DOCUMENTAL e EDUCACIONAL também é perceptível, uma vez que as técnicas construtivas e materiais são deixados aparentes, funcionando como um testemunho físico de como estas habitações eram construídas originalmente. De salientar, que o arquiteto abriu o edifício ao público para que possa ser visitado.</p>
<p><b>2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?</b></p>	<p><b>Metodologia</b></p>	<p>“A metodologia foi o acompanhamento da obra. A obra foi sendo feita, não houve um projeto à partida. Tenho noção que este não é o processo normal. Numa primeira fase, retirou-se tudo o que estava a mais: os entulhos, os tetos falsos, que se encontravam a cair, os soalhos podres e aí já se começou a perceber o que iria ser preciso fazer.”</p> <p>“Foi realmente um processo de descoberta (faseada, até porque eu não me encontrava cá no Porto, estava em Londres). Na altura, estava a começar o doutoramento e tinha comprado a casinha e íamos fazendo isto por fases. Primeiro o telhado, pedia orçamento e avançava; feito o telhado, vinha cá e decidíamos fazer os soalhos, depois as</p>	<p>Relativamente à metodologia utilizada nesta intervenção, o entrevistado refere que não existiu. No fundo, a obra foi efetuada por fases e conforme foram aparecendo os problemas foram decididas as soluções. Foi realizado um levantamento histórico do edifício, contudo não foi realizado um levantamento geométrico prévio da pré-existência. O entrevistado explica que o levantamento e projeto foram realizados ao mesmo tempo da execução da obra.</p> <p>Durante a execução o acompanhamento de parte da obra foi realizado à distância enquanto o arquiteto estava em</p>

		<p>casas de banho, cozinha e, no final, o rés-do-chão. Ou seja, foi uma obra faseada, às vezes entre uma fase e outra passavam alguns meses. Isto que eu vou dizer não é muito comum: havia desenhos de obra mas, na verdade, não houve assim um projeto. Acho que só fiz o levantamento no fim da obra [risos]”.</p> <p>“O que se passou foi que, quando eu estava em Londres, tinha um amigo que ia passando pela obra, em algumas das fases. Ele mandava-me fotografias e eu comentava essas imagens, dava indicações, desenhava e marcava com setas a dizer o que pretendia. De facto, em algumas fases foi um acompanhamento à distância. Depois, vinha cá e falava com o construtor responsável pela obra, decidíamos exatamente o que íamos fazer e, depois eu não tinha que estar ali durante essas fases específicas, que eram trabalhos pequenos. Depois voltei a estar mais presente, no final.”</p> <p>“Relativamente à história do edifício, descobri nas Águas do Porto o processo original da casa, há desenhos e memórias descritivas de 1936, porque naquele ano a Câmara Municipal do Porto obrigou os proprietários dos prédios a fazerem obras de saneamento. Existem muitos processos</p>	<p>Londres a fazer o doutoramento. Na fase final o acompanhamento foi mais constante e realizado em obra.</p> <p>O entrevistado reconhece que este não é um processo normal, contudo a seleção do construtor foi um dos fatores que contribuiu para o sucesso desta intervenção ressaltando a boa relação entre ambos.</p> <p>O entrevistado refere ainda, que não realizou um plano de manutenção após a obra, uma vez que a casa é de família e para habitação do próprio, deste modo, conforme ocorram patologias ele estará presente para as solucionar.</p>
--	--	--	--

		<p>desse ano arquivados nas Águas [do Porto]. Fotocopiei isto tudo, porque achei interessante.</p> <p>Não realizei plano de manutenção, após a execução da obra, porque eu vivi aqui e como a casa era para mim não era necessário. Fui vivendo a casa e percebendo algumas coisas que se têm que ir adaptando.”</p>	
<p><b>3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?</b></p>	<p><b>Diretrizes orientadoras</b></p>	<p>“Acho que devemos falar de <u>respeito ou cuidado em relação ao edifício</u>. Noto que isso nem sempre é tido em conta, muitas intervenções feitas aqui no centro do Porto são vistas quase como uma ‘tabula rasa’. Há quem veja as casas aqui como lotes livres no centro da cidade consolidada. Acho que é muito mais interessante pensar que estas são casas e tipologias com história e com interesse, que vale apenas reabilitar”.</p> <p>“Está aqui provado que é possível viver numa casa pequena. Muitos dos investidores que andam por aí teriam comprado a casa ao lado e ligado as duas para ter mais espaço. É isso que está a acontecer muito aqui no centro do Porto. Começam a ligar umas casas às outras e perde-se a estrutura dos lotes, com as suas características originais, normalmente estreitos e compridos. As diretrizes</p>	<p>O entrevistado refere que há muitas intervenções pouco cuidadas e pouco respeitadoras. Como diretrizes orientadoras refere o respeito e cuidado em relação à pré-existência.</p>

		orientadoras são: <u>respeitar</u> e <u>ter cuidado com o que se encontra</u> ".	
<b>4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?</b>	<b>Referencias arquitetónicas</b>	<p>“Há alguns bons exemplos de reabilitação que estão a ser feitos cá, falando de Portugal. (...) Nota-se que há aqui uma geração mais recente, que começou a trabalhar há relativamente poucos anos, que eu vejo como bons exemplos no modo cuidado como trabalham sobre a reabilitação. Conheço a Inês Pimentel, a Cristina Campilho e a Marta Campos, devido a alguns projetos que têm feito. Em Lisboa, acho que há bons projetos. O José Adrião, que é mais velho, tem feito boas obras (...) é interessante, porque também tem uma visão contemporânea (...) respeita o carácter da obra existente, mas dá-lhe um carácter mais atual, mais interessante. Na Rua dos Fanqueiros e aquela outra casa que foi finalista dos prémios FAD do ano passado, na Mouraria [Casa da Severa]”.</p> <p>“As Artéria também têm um trabalho muito interessante em Lisboa, também vale apena ver, não só do ponto de vista da arquitetura, mas pelo próprio papel que assumem: elas promovem, envolvem-se no processo de angariação de fundos, de financiamentos, trabalham com associações... O</p>	<p>O entrevistado aponta para a existência de uma geração de arquitetos mais jovem que se tem destacado na intervenção em edifícios antigos de cariz corrente. Aponta as arquitetas Inês Pimentel, Cristina Campilho e Marta Campos como bons exemplos na cidade do Porto.</p> <p>As obras na Rua dos Fanqueiros e na Mouraria [Casa da Severa], da autoria de José Adrião, são igualmente uma referência no que toca ao respeito pelo existente e visão contemporânea que o arquiteto consegue colocar nos edifícios.</p> <p>Por último, o entrevistado menciona o Atelier Artéria em Lisboa como referência, não só do ponto de vista arquitetónico mas também como modelo no que toca à angariação de fundos e apoio social prestado pelas arquitetas.</p>

		trabalho delas é também uma ação social, que eu acho interessante como modelo”.	
<b>5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?</b>	<b>Opinião sobre as praticas atuais de intervenção no património corrente</b>	<p>“Em relação ao Porto Vivo, acho que aquilo [Cardosas] é um projeto péssimo, estragou um pedaço de cidade consolidado e interessante, precisamente porque começaram a ligar uns blocos aos outros, achando que as tipologias existentes não se enquadravam no mercado. Discordo desta linguagem de mercado, de fazer coisas para vender. Acho que o Porto Vivo não devia ter o papel de promotor imobiliário, mas infelizmente é esse o papel que está a ter. O próprio projeto do Hotel das Cardosas é horrível, é só uma fachada voltada para a praça e depois para trás faz-se ali uma coisa que não tem nada a ver”.</p> <p>“Foi uma dificuldade encontrar pessoas capazes de executar? Foi. Nós pedíamos sempre vários orçamentos, o que eu percebi é que muitos deles não sabem fazer reabilitação. Está a acontecer agora uma coisa que é: os construtores que deixaram de construir obra nova, agora viraram-se para a reabilitação, porque ouviram dizer que é onde há trabalho. Nota-se que não têm qualquer tipo de atenção, a ideia deles era entrar aqui e deitar tudo a baixo e fazer de novo. Esses que vinham aqui dar orçamento e</p>	<p>Em relação à opinião sobre as praticas atuais de intervenção no património corrente, o entrevistado refere o papel que a Sociedade de Reabilitação Urbana: Porto Vivo está a desempenhar na cidade do Porto. Como exemplo, menciona a intervenção no Quarteirão das Cardosas, que sofreu uma forte descaracterização em prol de interesses imobiliários.</p> <p>O entrevistado salienta a dificuldade que existiu em encontrar empresas habilitadas para executar a obra, na sua opinião, atualmente há uma série de empresas habituadas a realizar obra nova que se voltaram para a reabilitação e não estão preparadas para realizar este tipo de intervenção de respeito e cuidado pela pré-existência.</p>

		<p>falavam dessa maneira eu dizia logo NÃO! Não, porque são casas que têm que ter outro tipo de cuidados. Criou-se aqui uma relação com o construtor que foi muito importante para a casa ser como é.”</p>	
<p><b>6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?</b></p>	<p><b>Nível de conhecimento sobre a teoria, e recomendações internacionais</b></p>	<p>“Em relação à teoria, acho que é importante. No entanto, na verdade fiz estes trabalhos em part-time, porque o meu doutoramento é o meu trabalho principal. Mas obviamente que também me interessa a prática de projeto, por isso é que fui começando a fazer estas intervenções. Acho importante os arquitetos adquirirem conhecimento para poderem intervir. Neste caso, tenho conciliado o estudo com projectos práticos, e tenho aprendido muito com isso. Gosto de acompanhar a obra, estar com o construtor e pessoas da área, carpinteiros, todos estes artistas que fazem reabilitação anos e anos... é assim que também vou aprendendo”.</p>	<p>O entrevistado considera a teoria importante e diz que é necessária para se intervir no património. Porém, admite não ter esse saber. Conta que realizou esta obra em paralelo com o doutoramento porque considera importante os conhecimentos adquiridos da prática, do contacto com a obra e com os técnicos que executam.</p>
	<p><b>Formação universitária</b></p>	<p>[Doutoramento] “Acho que a experiência que tenho tido no trabalho de investigação que eu estou a desenvolver (...) sobre o bairro da Chicala (um bairro de autoconstrução), acaba por ser importante para me informar, sobre como a cidade é feita (...) acho que as obras que tenho feito aqui têm alguma coisa a ver com aquilo que vou aprendendo (...).</p>	<p>O arquiteto refere que a sua formação universitária foi orientada para arquitetura de autor e obra nova. Durante todo o curso teve apenas no segundo ano uma cadeira relacionada com intervenção no património, onde estudou as casas do Porto com o Professor Joaquim Teixeira.</p>

		<p>Por exemplo, esses bairros de Luanda são contextos completamente diferentes, mas é interessante perceber que este também já foi assim. Há muitos anos, certamente, aqui também não havia infraestruturas (saneamento, eletricidade), e foi possível acomodá-las sem ter que demolir tudo. Hoje em dia é Património da Humanidade, mas há aqui uma origem de autoconstrução, de construção evolutiva (...) São coisas que, apesar de tudo, são comuns, mesmo em contextos completamente diferentes”</p> <p>“Falando da minha experiência, quando eu estudei (terminei o curso há 10 anos), não se falava muito em reabilitação. Como projeto, havia algumas disciplinas de construção, por exemplo, no segundo ano nós estudámos a casa do Porto, com o professor Joaquim Teixeira. Mas é uma disciplina de segundo ano e fica um bocadinho por aí e o contacto com reabilitação e edifícios antigos. O programa de faculdade está muito orientado para a nova construção, no seguimento da cultura modernista e da arquitetura de autor. Acho que desde aí para cá, a situação na profissão mudou, porque a construção nova parou ou reduziu muito.”</p> <p>“Estes exemplos podem ser também falados nas faculdades, é muito importante abrir o ensino a este campo da prática</p>	<p>Atualmente, está a realizar o doutoramento sobre o bairro de autoconstrução de Chiacala em Angola. Apesar de esclarecer que são contextos completamente diferentes, a sua tese tem ajudado a compreender como as cidades vão evoluindo no tempo sem que para isso seja necessário descaracterizar completamente a urbe.</p> <p>Refere ainda que quando tirou o curso, a reabilitação era colocada em segundo plano face à obra nova e por isso considera importante abrir o ensino para esta temática explicando que o arquiteto pode ter um papel importante para a recuperação das cidades históricas.</p>
--	--	---	---

		<p>de projeto. Quando tirei o curso, havia a ideia que o arquiteto começa por fazer reabilitação, mas o objetivo é sempre fazer novas construções – quantos mais museus e bibliotecas, melhor. Mas acho que é também interessante pensar que o arquiteto pode ter um papel na recuperação da cidade, através da reabilitação, de devolver qualidade ao edificado.”</p>	
--	--	--	--

**Dissertação Científica: “Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente”**

**Análise de Conteúdo da Entrevista**

(Arq. Cristina Campilho – Casa/Atelier Rua do Almada: Porto)

**Entrevistado:** Cristina Campilho

**Entrevista:** nº 4

**Local:** Atelier da arquiteta - Rua do Almada nº 528, Porto

**Data de realização:** 20-05-2015, 14h30

**Duração:** 00:31:51

**Elementos de caracterização sociográfica**

**Idade:** --

**Sexo:** Feminino

**Profissão:** Arquiteta

**Instituição de ensino superior que frequentou:** Escola Superior Artística do Porto (ESAP)

Pergunta	Temática	Discurso do entrevistado	Síntese interpretativa
<p><b>1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?</b></p>	<p><b>Graus de Intervenção</b></p>	<p>“Relativamente ao grau, basicamente, houve vários tipos de intervenção. Houve a intervenção de restauro, nas caixilharias, nos soalhos na caixa de estadas. Na zona da conduta técnica que distribui as infraestruturas todas, aí, já lhe chamaria uma construção nova, ou seja, uma adição e, depois, na zona das traseiras aí, sim, foi uma construção nova. Mas, basicamente, no sentido lato é uma reabilitação e a reabilitação tem vários tipos de componentes”.</p>	<p>A arquiteta explica no discurso da entrevista que se podem identificar vários graus de intervenção neste edifício. Nas caixilharias, soalhos e caixa de escadas a entrevistada define a intervenção como <b>RESTAURO</b>, enquanto na fachada tardoz e na conduta técnica adicionada no interior do edifício, para dar lugar às infraestruturas das novas instalações sanitárias e da cozinha define a intervenção como sendo uma <b>CONSTRUÇÃO NOVA</b>, ou seja, um suplemento de novos elementos. Todavia, define a intervenção na sua globalidade como uma intervenção de <b>REABILITAÇÃO</b> e explica que em ‘sentido lato’ o termo reabilitação pressupõe a existência de vários tipos/graus de intervenção.</p>
	<p><b>Princípios de intervenção</b></p>	<p>“Em termos de princípios, a reversibilidade esteve presente, as alcovas onde passa a conduta técnica, a qualquer momento uma pessoa pode demolir as infraestruturas todas e se retirarmos as paredes de gesso cartonado voltamos a ter a alcova original, portanto, no sentido da reversibilidade, podemos, a qualquer momento, voltar à estrutura original da casa, porque não a estragamos, não a</p>	<p>Em relação aos princípios de intervenção, a entrevistada refere que o princípio da <b>REVERSIBILIDADE</b> foi tido em conta na intervenção, e explicou que a qualquer momento o edifício pode voltar ao seu estado original sem que para isso se danifique a pré-existência.</p>

		<p>deterioramos, não houve alterações significativas. Apenas no piso superior, que estava em muito mau estado de degradação, houve uma exceção com a demolição de um tabique, ali houve uma questão de uso que se sobrepôs a uma questão da pré-existência“.</p>	<p>Outro princípio que pode ser identificado, embora não tenha sido mencionado diretamente no discurso, é o princípio da <b>AUTENTICIDADE</b>. Na entrevista a arquiteta utiliza a expressão ‘valor da autenticidade’. Neste ponto, nota-se uma confusão entre o que são <u>princípios de intervenção</u> e os <u>valores</u>, apesar disso, é visível na intervenção a aplicação do princípio da autenticidade, devido à intervenção cuidada e ao respeito pelas características originais, tanto a nível de materiais e técnicas construtivas, como de organização espacial da pré-existência.</p>
	<p><b>Valores identificados</b></p>	<p>“Os valores têm a ver com o <u>valor da autenticidade</u>, basicamente, quando eu pego num edifício, eu tento ver quais são as características originais e autênticas do edifício, é isso que eu retenho aqui da obra e reconhecer as características estruturais e de organização espacial do edifício. Valor de uso, neste caso, habitação. Claro, que há casos que não dá, se o cliente pede uma Guest House num edifício que foi uma habitação, mas aqui nós, realmente, sublinhamos o valor de habitação e mantivemos o uso.”</p>	<p>A entrevistada menciona que para esta intervenção quis ‘sublinhar’ o VALOR DE USO, habitacional, mantendo-o. No entanto refere que nem sempre é possível uma vez que está sempre condicionado pelo que o promotor da obra quer para o edifício. Por outro lado, e embora não tenha sido verbalizado no discurso, o valor de uso é igualmente identificado na intervenção no que respeita à atualização que o edifício sofreu para se adequar às exigências de uso contemporâneas.</p>

		<p>“O valor histórico é inegável, uma vez que estamos aqui num primeiro plano de intervenção Almadino”</p> <p>“Em termos histórico-constructivos, esta casa também é muito interessante, porque isto acaba por ser uma rua em que foi aqui trabalhada a pré-fabricação. Estas cantarias, por exemplo, têm todo o mesmo desenho”.</p>	<p>Outro valor mencionado no discurso, foi o <b>VALOR HISTÓRICO</b> e o <b>VALOR HISTÓRICO CONSTRUTIVO</b> do edifício, que foi tido em conta na hora de intervir. A arquiteta explica que este edifício faz parte de um primeiro plano de urbanização da cidade, onde pela primeira vez se começa a aparecer a pré-fabricação, verificando-se isso por exemplo, nas cantarias, nas madeiras e trabalhos em ferro recuperados e mantidos sendo uma evidência de um acontecimento passado.</p> <p>O mesmo acontece com o <b>VALOR ARQUITETÓNICO</b>, que apesar de não ser referido no discurso, é identificado pela arquiteta na memória descritiva. Os diferentes estilos arquitetónicos existentes, por exemplo na chaminé central que apesar de inutilizada foi mantida, ou em elementos únicos, como é o caso dos azulejos da fachada que tem um desenho irrepetível em toda a cidade.</p>
<p><b>2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA</b></p>	<p><b>Metodologia</b></p>	<p>“Inicialmente, tem que se fazer um levantamento bastante exaustivo para ver, realmente, que partes do edifício estão íntegras. Verificar o que vai dar para manter e o que não vai</p>	<p>Relativamente à metodologia adotada, a entrevistada esclarece que o primeiro passo é a realização de um levantamento completo da pré-existência. Para isso contou</p>

<p><b>específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?</b></p>		<p>dar... um levantamento exaustivo da pré-existência. Basicamente, esta é a primeira fase, inspeção e diagnóstico das infraestruturas (...) nesta fase, contei com o apoio do NECREP (...) Houve essa necessidade de recorrer a esta equipa externa, porque assim o levantamento é completo a nível estrutural (...) ver que partes da casa era preciso reforçar para se adequar aos novos usos“.</p> <p>“(...) realizei também o levantamento dos desenhos do mosaico hidráulico, caso fosse preciso substituir, o que acabou por nem ser necessário”.</p> <p>“O acompanhamento de obra e a fiscalização foi realizado por mim, estava diariamente na obra, a fiscalizar que produtos é que entravam, se estavam conforme o caderno de encargos e se as medições estavam feitas nas quantidades corretas”.</p> <p>“Relativamente à execução, contratei uma empresa de construção civil, que se dizia especialista em reabilitar edifícios. Mas, o que, realmente vim a constatar foi que eles estavam habituados a fazer era construção nova e não tinham mínima sensibilidade para nenhum tipo destas questões” (...) “Houve um atraso muito grande na obra,</p>	<p>com o apoio do NECREP para a fase de inspeção e diagnóstico estrutural, uma vez que o projeto pretendia um aumento de cargas na zona destinada à nova cozinha e às novas instalações sanitárias.</p> <p>A arquiteta refere também a realização do levantamento histórico do edifício, para compreender as diversas fases de construção ao longo dos anos de existência e também refere a realização do levantamento do programa decorativo, dando o exemplo do desenho dos mosaicos hidráulicos.</p> <p>Após a realização do levantamento da pré-existência, passou à fase do projeto, onde explica que foi tudo planeado e desenhado antecipadamente. Já na fase de execução a entrevistada explica que contratou uma empresa que se dizia especializada em reabilitação e veio a constatar o contrário, verificando já durante a execução que a empresa estava adaptada apenas para obra nova, não tendo conhecimentos para intervenção em edifícios antigos, referindo ainda que esta falta de especialização provocou vários atrasos na obra.</p> <p>A entrevistada explica que a apesar desta dificuldade, o objetivo pretendido foi cumprido, uma vez que existia um</p>
--	--	---	---

		<p>porque queriam fazer coisas que não estavam preparados pela elas (...)"</p> <p>"Em termos de projeto foi tudo desenhado, mesmo os caixilhos que foram substituídos, fiquei com o seu levantamento (...)"</p> <p>"Eu fiz um mestrado acerca desta casa, portanto, eu fiz o levantamento histórico todo da casa (...) tentei perceber as fases de construção da casa, ao longo dos anos, esta casa sofreu alterações"</p>	<p>projeto e um caderno de encargos detalhado e existiu um acompanhamento e fiscalização intenso durante toda a execução da obra.</p>
<p><b>3. Quais são as principais DIRETRIZES ORIENTADORAS para a intervenção em património?</b></p>	<p><b>Diretrizes orientadoras</b></p>	<p>"Eu sigo muito as cartas das recomendações internacionais, por exemplo, a carta de Cracóvia 2000, mesmo a carta de Veneza, que se torna um marco em que, depois, houve acrescentos, a carta Japonesa de Nara sobre a autenticidade da construção, é o que vale, é o processo construtivo, até ao processo final. O austríaco <i>Alois Riegl</i> identifica os valores, tudo isso que, no fundo, vão ser linhas orientadoras, esta casa estava cheia de valores intrínsecos".</p>	<p>A arquiteta refere que se tem apoiado nas recomendações internacionais. Demonstra algum conhecimento sobre as teorias enumerando algumas cartas internacionais como é o caso da Carta de Cracóvia (2000) ou da Carta de Veneza, que tem vindo a ser atualizada. Menciona, por alto, Alois Riegl e a importância dos valores. Refere ainda que estas são as suas 'linhas orientadoras', ou seja diretrizes orientadoras para a intervenção neste edifício de cariz corrente.</p>

<p><b>4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?</b></p>	<p><b>Referencias arquitetónicas</b></p>	<p>“Eu tenho imensas referências de construção, mas agora, assim especificamente para esta casa, gosto da obra e do respeito que, normalmente, o Siza tem e o Souto de Moura. Assim, em termos de referência específica para esta casa servem mais estas Cartas, estas diretrizes, como linhas gerais e orientadoras do que é que se deve fazer numa reabilitação do que propriamente desenhos de estilo ou de reabilitação de estilo (quero imitar este ou não quero imitar aquele). A coisa é, tens uma casa, vais reabilitar e, agora, faz o que tens que fazer com a casa, mas sempre com uma série de princípios atrás, que os queres respeitar.”</p>	<p>Apesar de ter muitas referências arquitetónicas, como Álvaro Siza ou Eduardo Souto de Moura, cujas intervenções são de respeito pela pré-existência, a entrevistada esclarece que para esta intervenção não seguiu nenhuma ‘referência de estilo’, mas sim referências específicas. Como diretrizes orientadoras, seguiu os princípios presentes nas Cartas e Teorias do património.</p>
<p><b>5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?</b></p>	<p><b>Opinião sobre as práticas atuais de intervenção no património corrente</b></p>	<p>“(…) as intervenções que eu tenho visto são um bocado de fachadismo. Que me tenha apercebido são intervenções bastante destrutivas ao nível dos interiores, em que o que realmente interessa é manter a fachada, porque é um requisito que a Câmara pede (….) as intervenções são pobres, porque não respeitam a pré-existência (….)”</p> <p>“por outro lado há boas intervenções, mas são muito pontuais, não me parece que seja o mais habitual. Tanto mais que as empresas de construção, também não estão muito vocacionadas, a maior parte delas. Há empresas de</p>	<p>A opinião da entrevistada sobre as práticas atuais de intervenção neste tipo de património, é que grande parte das intervenções são muito destrutivas a nível do interior dos edifícios. Acrescenta ainda que são intervenções de fachada, pobres e que não respeitam o existente.</p> <p>Contudo, menciona que existem boas intervenções, no entanto, estas constituem um número muito reduzido de boas práticas.</p>

		<p>reabilitação que estão habituadas a construir no património arquitetónico, que essas sim, já têm uma série de anos de trabalho em cima, que trabalham, sobretudo, em edifícios monumentais e essas empresas estão à parte, porque, se uma pessoa lhes pede um orçamento e se vêem que é uma casa de cariz corrente, não querem fazer a obra.”</p>	<p>Um dos problemas apontados é a falta de empresas habilitadas para a execução destas obras, e esta intervenção foi exemplo disso. Relata que a maioria das empresas está apenas habituada a obra nova e não tem conhecimentos técnicos para realizar este tipo de intervenções. Refere que há empresas habituadas, mas que só se interessam por obras monumentais deixando estes edifícios de carácter corrente e menor dimensão para segundo plano.</p>
<p><b>6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada</b></p>	<p><b>Nível de conhecimento sobre a teoria, e recomendações internacionais</b></p>	<p>“(…), havia as disciplinas de projeto em que, sempre por opção minha, escolhia reabilitação e, claro, que numa disciplina de projeto, o professor orientava para estas teorias e, foi por isso, que eu acabei por estudar esta vertente mais teórica. Esse interesse pelas cartas advém dessas disciplinas de projeto e eu acredito que, depois, isso seja um interesse muito pessoal. Há colegas minhas que confundem a Carta de Veneza com a Carta de Atenas. Há pessoas que realmente não têm este conhecimento das Cartas nem das Recomendações. Basicamente, acho que é muito individual, as pessoas debruçarem-se sobre os seguintes assuntos. Mas, considero importante essa vertente teórica, uma vez que, é premente a reabilitação em Portugal. Nos centros históricos muito abandonados vai</p>	<p>Relativamente ao nível de conhecimento sobre a Teoria e respetivas Cartas e Convenções internacionais do património a entrevistada refere que sempre se interessou por esta área e por isso adquiriu este conhecimento.</p> <p>No fundo, o facto de dirigir o seu percurso académico para esta temática, acabou por ser orientada pelos professores a investigar sobre as Teorias e as Cartas do património.</p> <p>Explica também que isto passa por um interesse muito pessoal. O mesmo não acontece com muitos dos seus colegas que não têm conhecimento sobre as Teorias da Conservação, gerando muita confusão e tendo por</p>

<p><b>às práticas atuais de intervenção?</b></p>		<p>haver uma série de pessoas a trabalhar em reabilitação, que deveriam ter este tipo de conhecimento”.</p> <p>“Tem muito a ver com a pessoa, há pessoas muito intrusivas, gostam de deixar a sua marca, eu gosto sempre de respeitar os outros, também respeito as coisas onde vou mexer, basicamente, é isso. Tem a ver com as pessoas e com o que lhes é passado”.</p>	<p>consequência a realização de projetos de menor respeito pela pré-existência.</p> <p>Considera a vertente teórica importante e necessária, principalmente agora que há muito trabalho nesta área em Portugal.</p> <p>No fundo, refere que a opção de estudar sobre esta temática e a forma de intervir nesta pré existência foi muito pessoal.</p>
	<p><b>Formação universitária</b></p>	<p>“ (...) eu, como estive em Bruxelas, acabei por ter essa disciplina específica, (teoria da conservação e do restauro do património arquitetónico), que era uma das opções das disciplinas e eu escolhi-a. Mas, cá em Portugal, durante a faculdade, não tinha nenhuma.”</p> <p>“Uma coisa que a minha escola tinha e era uma característica que eu sempre achei positiva, uma vez que nós estávamos mesmo no <u>centro histórico</u>, sempre tivemos, durante o curso, do primeiro ao sexto ano, que construir qualquer coisa no centro histórico, património mundial, portanto, sempre tivemos uma relação muito próxima com o centro histórico. Lembro-me por exemplo, de no segundo ano, intervir na cordoaria, um local cheio de peso histórico.”</p>	<p>A nível da formação universitária, a arquiteta explica que no último ano do curso realizou Erasmus em Bruxelas e lá teve a cadeira ‘Teoria da conservação e do restauro do património arquitetónico’, todavia em Portugal não teve nenhuma cadeira semelhante.</p> <p>Refere que a universidade, uma vez que se localizava no centro histórico do Porto, património mundial da humanidade, grande parte dos projetos realizavam-se ali mesmo. Contudo, explica que muito do conhecimento que adquiriu foi por mérito próprio, dirigindo sempre o seu percurso académico para o Património, procurando escolher cadeiras que tratavam sobre estas temáticas.</p>

**Dissertação Científica: “Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente”**

**Análise de Conteúdo da Entrevista**

(Arq. João Appleton – Edifício na Rua Capitão Renato Baptista, nºs 78-86, Lisboa)

**Entrevistado:** João Appleton

**Entrevista:** nº 5

**Local:** Atelier do arquiteto – Rua do Centro Cultural nº 10, Lisboa

**Data de realização:** 29-05-2015, 14h30

**Duração:** 00:22:46

**Elementos de caracterização sociográfica**

**Idade:** 44

**Sexo:** Masculino

**Profissão:** Arquiteto

**Instituição de ensino superior que frequentou:** Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUTL); Instituto superior técnico (IST)

Pergunta	Temática	Discurso do entrevistado	Síntese interpretativa
<p><b>1. Ao intervir numa pré-existência em degradação, quais foram para si, os PRINCÍPIOS, os VALORES e o GRAU de intervenção, a considerar?</b></p>	<p><b>Graus de Intervenção</b></p>	<p>“O grau de intervenção é sempre dependente do objeto que encontramos, se encontramos um objeto impecável, então o grau de intervenção deve ser mais leve. O LNEC fala de intervenções ligeiras, médias e profundas. Na realidade, neste caso, foi feita uma intervenção profunda, uma intervenção que já implica alteração de elementos estruturais, que não pode ser feita com as pessoas lá dentro. Não se trata de um restauro, nem de uma conservação, é uma obra de REABILITAÇÃO, também, não é uma reconstrução, porque estão lá muitos dos elementos pré-existentes, aliás, a maior parte ficou, o que se pôde preservar e estava em bom estado, e por isso eu diria, sem dúvida, que é uma obra de reabilitação. Não está nem no limite da conservação, nem no da reconstrução, anda entre estas duas ações.”</p>	<p>Inicialmente o entrevistado explica que o grau de intervenção vai depender do autor do projeto, do programa que se pretende para o edifício e do seu estado de conservação. Explica que o LNEC divide o grau de intervenção em operações ligeiras, médias e profundas, e que neste caso em particular, trata-se de uma intervenção profunda, uma vez que o edifício estava bastante degradado, o que implicou a alteração de alguns elementos estruturais e o promotor pretendia uma transformação programática relativamente grande no piso superior e inferior.</p> <p>O arquiteto identificou o grau de intervenção como sendo uma intervenção de REABILITAÇÃO e acrescenta que não está no limite da conservação nem no limite da reconstrução.</p>
	<p><b>Princípios de intervenção</b></p>	<p>“Há algumas questões que podem fazer sentido, como as questões da <u>autenticidade</u>, descritas na carta de Nara, ou as questões relacionadas com as estruturas das recomendações do ICOMOS, isso acho que se aplica. Mas,</p>	<p>O arquiteto identificou no discurso da entrevista o princípio da AUTENTICIDADE e da REVERSIBILIDADE. Em relação à autenticidade este princípio está presente na intervenção uma vez que foram mantidos os materiais, os sistemas</p>

		<p>por exemplo, não é possível aplicar literalmente a carta de Veneza à reabilitação. Por exemplo, a <u>reversibilidade</u>, tenho grandes dúvidas que seja aplicável a prédios correntes de habitação, porque levava a intervenções tão complexas e tão caras, que se tornava provavelmente inviável ou deixava os edifícios frágeis. Portanto, não me parece que seja possível a aplicação integral das cartas e recomendações e nem acho que estes edifícios tenham sido pensados e desenhados para isso”.</p> <p>“Em relação aos edifícios de habitação há um princípio, que aparece na carta para a conservação integrada de 1977, do conselho da Europa e que define a reabilitação. Dentro da lógica da conservação integrada, diz que a reabilitação, no fundo, tem que fazer duas coisas, atualizar o desempenho e preservar valores existentes no edifício. Penso que isso é o que faz sentido na reabilitação de prédios de rendimento e edifícios correntes. Dentro do possível, encontrar o equilíbrio em que se conserva o máximo possível de valores, ou seja, não se perde valor, ou se perde o mínimo possível e se acrescenta e aumenta os níveis de desempenho. Eu diria que esses são os princípios basilares da intervenção de reabilitação em edifícios correntes, neste caso, em prédios</p>	<p>construtivos e decorativos autênticos da pré-existência. Em relação ao princípio da reversibilidade o arquiteto considera que não é aplicável a edifícios de carácter corrente uma vez que levava a intervenções demasiado complexas e caras que se torna inviável.</p> <p>O princípio da reversibilidade pode ser aplicado de formas diferentes. Há quem considere que a reversibilidade é quase intangível, uma vez que ao intervir no objeto, mesmo em intervenções muito cuidadas, o objeto acaba por ser sempre alterado portanto a intervenção já não é reversível (por exemplo quando se coloca um elemento estrutural em ferro numa parede de alvenaria que pode ser removido mais tarde, o que a torna reversível no entanto o furo para a sua aplicação é irreversível), por outro lado, há quem utilize o termo reversibilidade de uma forma mais ‘descomplexada’.</p>
--	--	---	--

		<p>de rendimento. Como é lógico, <u>a autenticidade das estruturas deve ser preservada ao máximo, por questões de racionalidade e de compatibilidade</u> entre o que se propõem e o objeto em que se está a intervir e, portanto, tem a ver com o próprio bom desempenho construtivo”.</p>	
	<p><b>Valores identificados</b></p>	<p>“Agora, nestes edifícios, quais são os valores que existem e que se podem preservar? Eu diria que são, principalmente, valores que têm a ver com a estrutura do espaço, com os pés direitos, com a espacialidade dos edifícios e, depois, um conjunto de valores muito interessantes, que estão relacionados com os sistemas construtivos e estruturais, que são sistemas em desuso, portanto, já não se fazem neste momento, como é o caso das construções em madeira, as alvenarias ordinárias, os frontais, os tabiques, enfim, tudo isso. Posso indicar, também, todo um conjunto de outros valores, que também me parece que faz sentido preservar nestes edifícios, que estão relacionados com revestimentos e acabamentos, ou seja, os soalhos, muitas vezes, são soalhos muito bons de madeiras de pinhos de cerne, muitas vezes, encabeirados, os revestimentos de azulejos, os estuques sob fasquiado com moldados, todas</p>	<p>Apesar do entrevistado não ter identificado valores no discurso da entrevista, reconheceu elementos que devem ser valorizados nestes edifícios, entre os quais: a organização dos espaços, os pés direitos, a espacialidade dos edifícios, os sistemas construtivos e estruturais que já não se constroem neste momento, como as alvenarias em pedra ou as paredes de tabique, os revestimentos e acabamentos como é o caso dos azulejos da fachada ou os trabalhos em estuque.</p> <p>Aponta para todo um conjunto de características desta tipologia que devem ser valorizados na hora de intervir. Posto isto, é possível identificar nesta intervenção o valor ARQUITETÓNICO uma vez que se mantiveram as técnicas construtivas de uma determinada época que se encontram em desuso, e por isso devem ser respeitadas e preservadas, HISTÓRICO e DOCUMENTAL visto que foram mantidas características específicas de um modo de vida passado.</p>

		<p>essas coisas, também, me parece que são um outro universo de valores, a preservar se possível”.</p> <p>“Há até quem pergunte se isto é património ou não. Eu acho que é. Aliás, a definição genérica de património tem a ver com a herança que nos chega. Desse ponto de vista, tudo o que nos chega é património, depois, há objeto mais valiosos que outros, por isso eu diria que sim, que estes edifícios são património, embora não se possa pô-los ao mesmo nível que os Jerónimos.”</p>	<p>Também é identificado o VALOR DE USO uma vez que se manteve o uso original de habitação multifamiliar.</p>
<p><b>2. Para garantir qualidade na intervenção, seguiu uma METODOLOGIA específica? Qual é a importância de cada uma das fases seguidas, no processo de intervenção?</b></p>	<p><b>Metodologia</b></p>	<p>“ (...) O mais importante é o objeto que existe e, portanto, é daí que parte a nossa estratégia. Há uma primeira fase, que é de conhecimento desse objeto, depois, há uma fase de análise e, depois, há uma fase de projeto e eu penso, que a primeira fase de análise é essencial. Essa fase inclui um conjunto de ações executadas por nós ou por especialistas, que é um bom levantamento geométrico, ou seja, o levantamento do que existe, um conjunto de sondagens estruturais e construtivas, idealmente um estudo de diagnóstico, o que nem sempre pode acontecer. Mas, pelo menos, um conjunto de sondagens que se referem à construção e à estabilidade, identificar quais são os elementos estruturais, quais os que não são estruturais,</p>	<p>Relativamente à metodologia aplicada na intervenção, o entrevistado identificou como primeira fase o conhecimento da pré-existência, esclarece que esta é uma fase essencial que consiste: no levantamento geométrico do existente; na realização de um conjunto de sondagens a nível estrutural (perceber qual é o estado de degradação da construção) e decorativo; refere a importância de uma análise histórica do edifício, (compreender as diferentes fases de construção, alterações realizadas, pessoas que o habitaram, neste caso pode-se ler num mural na fachada principal do edifício, que naquela casa viveu a pintora Eduarda Lapa); ou seja, coletar todo um conjunto de</p>

		<p>qual o estado de conservação da estrutura e da construção em geral. Depois, pode haver, também, em alguns edifícios, um conjunto de sondagens do programa decorativo, que é uma espécie de diagnóstico do programa decorativo, que passa, também, por abrir janelas, descobrir pinturas, por exemplo. Posteriormente, em alguns casos, ainda há os ensaios de acústica, portanto, essa fase preliminar é essencial.</p> <p>Em vários casos, também, temos tido estudos historiográficos. Bom, neste caso, não se justificava, porque o edifício é relativamente recente e a história dele está no Arquivo intermédio. E em edifícios mais antigos recorremos a um historiador, que faz um levantamento e, normalmente, os donos de obra estão dispostos a pagar por isso. No fundo, faz a história do edifício e permite perceber quando é que foi construído, se foi acrescentado, se não, se era mais alto, mais baixo, por quem foi construído, quem é que lá morou, que coisas importantes é que lá aconteceram e, portanto, permite descobrir uma série de coisas, que depois vão influenciar o projeto”.</p> <p>“Em relação ao projeto, em reabilitação, não acho que se tenha que desenhar tudo, até porque muitas das coisas já</p>	<p>informações que segundo o entrevistado vão influenciar na realização do projeto.</p> <p>Após a análise do edifício, realiza-se a fase de projeto, o entrevistado refere que não considera necessário desenhar tudo uma vez que muitos dos elementos já existem no edifício, no entanto refere que um elemento muito importante é a especificação de tudo o que se pretende realizar na obra.</p> <p>Relativamente à execução o entrevistado menciona a pouca mão-de-obra existente, ou seja, a dificuldade em encontrar empresas especializadas em obras com este carácter, contudo, salienta a eficiência da empresa contratada e refere que um dos aspetos mais importantes nestas obras é manter sempre uma boa relação entre todos os intervenientes.</p> <p>Relativamente ao plano de manutenção, o entrevistado refere que não foi realizado uma vez que não foi solicitado pelo promotor da obra.</p>
--	--	--	---

		<p>estão no edifício e, portanto, algumas não têm que ser redesenhadas. Penso que o grande segredo é conhecer bem aquilo em que se está a intervir e, depois, desenhar e especificar, porque não é só uma questão de desenho, é uma questão de especificação (...). Em relação à execução de obra, sente-se que há muita menos mão-de-obra especializada para a reabilitação, neste caso, a empresa foi ótima, porque é de um arquiteto, o diretor de obra era um arquiteto e, apesar de, na altura, não estarem muito habituados a este tipo de obra, foram suficientemente sofisticados para terem procurado as pessoas adequadas para fazerem os vários trabalhos, por exemplo, arranjaram um bom estucador, um bom carpinteiro e, além de tudo, fizeram uma boa preparação da obra e conseguiram manter sempre uma ótima relação com a equipa. Eu diria, que um dos aspetos essenciais nestas obras é conseguir ter uma boa relação entre todos os intervenientes, ou seja, entre os projetistas, construtores, dono de obra e fiscalização. O plano de manutenção, após a obra, não nos foi pedido e, por isso, não fizemos”.</p>	
<p><b>3. Quais são as principais DIRETRIZES</b></p>	<p><b>Diretrizes orientadoras</b></p>	<p>“Eu diria que o grande princípio (...) é entender a reabilitação como, por um lado, a <u>atualização do</u></p>	<p>Relativamente às diretrizes orientadoras, o entrevistado evidência duas diretrizes essenciais. Por um lado, a</p>

<p><b>ORIENTADORAS para a intervenção em património?</b></p>		<p><u>desempenho</u>, mas também <u>preservação de valor</u>. Porque, muitas vezes, pensa-se na reabilitação como qualquer coisa que é transformar um edifício antigo num edifício novo, ignorando completamente o objeto inicial. Há um objeto inicial que tem que ser o ponto de partida do projeto e, depois, o projeto tem que alcançar o equilíbrio entre estas duas coisas, que é, por um lado, melhorar o desempenho, ou seja, adaptar estes edifícios, para que possam ser vividos com qualidade e para terem um tempo de vida relativamente longo, senão, as pessoas não vão viver neles, mas preservando ao máximo os valores que existem. E esse equilíbrio é que é uma coisa difícil de encontrar”.</p>	<p>atualização do desempenho, ou seja, atualizar o edifício às exigências de vida contemporânea para que possa ser vivido e por outro, preservar os valores existentes. O arquiteto refere ainda que a grande dificuldade destas intervenções é encontrar o equilíbrio entre estas duas ações.</p>
<p><b>4. Pode indicar REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS de intervenção no património? Porque considera que as referidas intervenções têm qualidade?</b></p>	<p><b>Referencias arquitetónicas</b></p>	<p>“Dois edifícios que eu acho que são absolutamente exemplares do entendimento de que é a reabilitação, são a intervenção de David Chipperfield no museu Neues em Berlim, em que é absolutamente incrível a forma como consegue preservar quase tudo o que lá está, consegue atualizar os níveis de desempenho, transforma um museu do séc. XIX num museu do séc. XXI. (...) Em Portugal, há uma obra que eu também acho exemplar, embora seja uma obra, que não seja suficientemente conhecida, que é a obra do Edifício Sede do Banco de Portugal dos arquitetos, Gonçalo</p>	<p>O entrevistado referiu a intervenção de David Chipperfield no Museu Neues, em Berlim, e a intervenção de Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos no edifício Sede do Banco de Portugal, em Lisboa, pois ambas conseguem atualizar o desempenho e ao mesmo tempo preservar os valores das pré-existências.</p>

		Byrne e João Pedro Falcão de Campos. É uma obra com uma grande qualidade e que eu diria que, também, pode ser um exemplo, porque consegue preservar valores presentes no edifício antigo, consegue atualizar o desempenho e, ao mesmo tempo, consegue reinventá-lo completamente”.	
<b>5. Qual a sua opinião sobre as PRÁTICAS ATUAIS DE INTERVENÇÃO no património Português?</b>	<b>Opinião sobre as praticas atuais de intervenção no património corrente</b>	“(…) em relação aos prédios de rendimento, acho, francamente, que a maior parte das intervenções são más e são más por várias razões, ignoram completamente o objeto inicial, olham para esses edifícios como uma oportunidade de se fazer projeto e não pensando que eles são um ponto de partida e têm de ser respeitados. Porque, durante muitos anos, os arquitetos não olharam para os prédios de rendimento e edifícios correntes em geral. (...) Há pouco conhecimento produzido sobre esta temática, o caso que conheço melhor é Lisboa e o que me parece é que os construtores não estão preparados, os promotores também não e, neste momento, há uma explosão de intervenção sobre edifícios correntes. E, na realidade, não há equipas preparadas para o fazer, portanto, só fazem asneiras. Pelo menos em Lisboa, vê-se muita asneira. No fundo, muita da ‘reabilitação’ que se vê é obra nova, são demolições, quando não são demolições é retirar os revestimentos todos e	<p>A opinião do entrevistado é que a maior parte das intervenções realizadas atualmente são más. Explica que grande parte dos projetistas não olham para estes edifícios como um ponto de partida mas como uma oportunidade de fazer projeto, ignorando o existente. Explica que existem uma grande quantidade de intervenções a acontecer atualmente e aponta para a falta de preparação tanto de quem vai executar como de quem promove a obra.</p> <p>Salienta o pouco conhecimento produzido sobre estes edifícios e aponta para dois tipos de intervenção: as de ‘obra nova’, em que se mantém a fachada e destrói os interiores, e as ‘obras de cartão’ em que o único que se faz é retirar os revestimentos e revestir com gesso acartonado.</p> <p>Outro aspeto referido é o novo Regime Excecional de Reabilitação Urbana que permite que tudo seja aprovado nestas intervenções.</p>

		<p>revestir com gesso cartonado e, portanto, são as obras de cartão que daqui a uns anos vão ser uma desgraça”.</p> <p>“(…) o novo RERU [Regime Excepcional de Reabilitação Urbana], que no fundo, permite o incumprimento de quase tudo. À partida, não acho mal que não se cumpram integralmente os regulamentos na reabilitação, mas há uns ‘mínimos olímpicos’, e este regime permite, que mesmo esses, não sejam cumpridos.”</p> <p>“Existem obras, que são respeitadoras e isso já é um bom princípio, mas várias não são capazes de reinventar os edifício e de lhes dar um novo fôlego de vida. No campo oposto estão outras que são reconstruções, em que apenas se mantém uma fachada, e eu acho que isso não tem interesse nenhum”.</p>	
<p><b>6. Considera que há um conhecimento prévio por parte dos arquitetos, sobre a teoria da conservação e respetivas cartas e convenções publicadas por</b></p>	<p><b>Nível de conhecimento sobre a teoria, e recomendações internacionais</b></p>	<p>“Acho que não, acho que a maior parte dos arquitetos não conhece nem as cartas nem as convenções, acho mesmo que não conhece, porque não se interessou, ou então, conhece a carta de Veneza e, portanto, quando pensam nestes edifícios, ainda falam em reversibilidade, que não me parece que seja, de todo, o princípio mais importante para as intervenções”.</p>	<p>O entrevistado explica que grande parte dos arquitetos não tem conhecimento sobre as cartas e convenções internacionais porque não se interessou pelo assunto, refere que muitos conhecem a carta de Veneza de 1964, e não têm conhecimento sobre outros documentos mais recentes e atualizados. Refere ainda a forma ‘impressionista’ como muitos atuam neste momento, sem</p>

<p><b>organismos internacionais? Nesse sentido, considera a FORMAÇÃO universitária e profissional no âmbito do património, adequada às práticas atuais de intervenção?</b></p>		<p>“Penso que a maior parte conhece a carta de Veneza, que esta muito desatualizada e não conhece cartas mais recentes e mais importantes. Estou certo que se intervém de uma maneira completamente impressionista, ou seja, sem conhecimento nenhum do objeto em que se está a intervir, sem conhecimento geral sobre os tipos de edifício, sobre a construção e sobre a tipologia. Como já disse há muito pouco estudo sobre isso em Portugal”.</p>	<p>qualquer tipo de conhecimento sobre o objeto onde vão intervir e menciona a falta de estudos e investigações sobre esta temática em Portugal.</p> <p>De acordo com o que foi dito, percebe-se que o arquiteto tem conhecimento sobre esta temática, conhece as cartas e documentos internacionais e interessa-se por compreender as técnicas construtivas tradicionais e características desta tipologia, de referir igualmente a publicação de diversas monografias sobre a temática, entre os quais: ‘Biografia de um Pombalino’ em parceria com a arquiteta Isabel Domingues.</p>
	<p><b>Formação universitária</b></p>	<p>“Acho que devia haver cadeiras específicas de projeto de reabilitação, que é uma área do projeto que implica cuidados especiais e métodos específicos, há formas de, pelo menos, agir com mais consciência. Claro, que, depois, no fim, depende sempre do arquiteto, há sempre um lado que não é mensurável nem quantificável e que não se pode transformar em nenhum tipo de regra. Por isso mesmo não é possível, nem faria sentido tentar estabelecer métodos fechados que no final produzirão sempre um bom resultado. Mas não há duvida, que há um conjunto de conhecimentos, que permitem, que ao conhecer melhor aquilo sobre o que</p>	<p>Na opinião do entrevistado deviam existir mais disciplinas relacionadas com a intervenção em património na formação dos arquitetos. Refere que a forma de intervir vai depender sempre do arquiteto, porém, já existe informação e conhecimentos que permitem entender os edifícios e tipologias onde se está a intervir para que não se cometam erros graves.</p>

		<p>se está a intervir, não se cometam asneiras muito grandes, como destruir azulejos fantásticos, deitar abaixo paredes do séc. XVI ou coisas desse género. Evitar cometer erros. Se na maior parte dos edifícios não se cometessem erros muito grandes, era um bom ponto de partida”.</p>	
--	--	--	--